



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (POLEDUC)

HUMBERTO CORREIA LIMA FILHO

ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
LOCALIZADAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA AO
PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – 2011/2020.

Fortaleza
2014

HUMBERTO CORREIA LIMA FILHO

ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
LOCALIZADAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA AO PLANO
NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – 2011/2020.

Dissertação apresentada ao Curso
de Mestrado Profissional em
Políticas Públicas e Gestão da
Educação Superior da
Universidade Federal do Ceará –
UFC.

Fortaleza
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- L698a Lima Filho, Humberto Correia.
Análise da adequação das instituições de ensino superior localizadas na região metropolitana de Fortaleza ao Plano Nacional de Extensão Universitária – 2011/2020 / Humberto Correia Lima Filho. – 2014.
197 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: Políticas públicas e gestão do ensino superior
Orientação: Profª. Dra. Maria Elias Soares.
- 1.Extensão universitária – Avaliação – Fortaleza(CE). 2.Comunidade e universidade – Avaliação – Fortaleza(CE). 3.Universidades e faculdades públicas – Avaliação – Fortaleza(CE). 4.Plano Nacional de Extensão Universitária(Brasil). I. Título.

CDD 378.175098131

HUMBERTO CORREIA LIMA FILHO

ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
LOCALIZADAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA AO PLANO
NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – 2011/2020.

Dissertação apresentada à
coordenação do curso de Pós-
Graduação em Políticas Públicas e
Gestão da Educação Superior da
Universidade Federal do Ceará, como
parte dos requisitos necessários para
obtenção do título de Mestre em
Políticas Públicas e Gestão da
Educação Superior.

Defesa em: 03/07/2014

Banca examinadora:

Prof. Dr^a. Maria Elias Soares
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Francisco de Assis Melo Lima
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr^a. Márcia Maria Machado Freitas
Faculdades Cearenses

*Dedico este trabalho aos meus pais
que sempre me apoiaram em todos
os momentos da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Preliminarmente, quero agradecer a Deus pelo dom da vida.

Agradeço à minha orientadora Prof. Dra. Maria Elias Soares, pela a liberdade e confiança referente ao presente trabalho, além da indiscutível amizade e compreensão em momentos difíceis.

Agradeço ao Professor Dr. Francisco de Assis Melo Lima, que além de significar pra mim um exemplo a ser seguido, me ensinou tudo que sei sobre Extensão.

Ao Professor Dr. Wagner Bandeira Andriola, que acreditando na interação entre instituições de ensino superior para formação de gestores, abriu oportunidades impares.

À Faculdade Cearense, aqui representada na figura do Prof. Ms. José Luiz Torres Mota, pela concessão da Bolsa, que sempre acreditou no potencial de seu corpo docente e sem a qual a realização deste sonho seria impossível.

Agradeço às IES participantes, pelos dados presentes na minha dissertação. Apesar do acesso aos dados ter se constituído num caminho difícilimo e longo, encontrei pessoas dispostas a me ajudar de forma significativa.

Aos meus pais Humberto & Fátima pelos momentos de plenitude e apoio familiar incondicionais. A vocês, minha eterna gratidão.

Às minhas irmãs Izabel e Marcela pelo incentivo e pela presença sempre constante em minha vida. Com vocês exercito a fraternidade.

Agradeço de forma especial a Reinaldo e Laerte, amigos fiéis que estiveram ao meu lado em momentos cruciais da elaboração dessa dissertação. Vocês foram simplesmente essenciais.

À Fernanda, secretária do POLEDUC, pelo auxílio e pela presteza.

E, por fim, a todos aqueles que por um lapso não mencionei, mas que colaboraram para esta pesquisa: abraços fraternos a todos!

*“Que eu mantenha meu equilíbrio,
mesmo sabendo que muitas coisas
que vejo no mundo escurecem meus
olhos”.*

(Chico Xavier)

RESUMO

As universidades brasileiras são caracterizadas constitucionalmente por três dimensões indissociáveis: o ensino, a pesquisa e a extensão. Os indicadores das ações de extensão tem sido um desafio para as instituições, principalmente pelas dimensões que integram o ensino e a pesquisa, e das próprias bases conceituais da extensão que são a interação dialógica entre instituição de ensino e sociedade, indissociabilidade entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa, interdisciplinaridade e impacto na formação do discente, o que justificou a necessidade de verificar como essas instituições tem executado a avaliação de suas atividades objetivando a qualidade de ensino por elas ofertada. O objetivo geral deste trabalho propôs-se a identificar a percepção dos gestores das instituições de ensino superior na cidade de Fortaleza sobre o que devem ser as ações de extensão para que se oferte ensino superior de qualidade. Para tanto, delimitaram-se como objetivos específicos: definir e descrever as características do ensino superior brasileiro, bem como da extensão, suas diretrizes, políticas e ações; identificar o conhecimento dos gestores sobre as bases conceituais para programas de extensão; identificar, a partir das características percebidas, os construtos e as questões para avaliação na percepção dos gestores; esboçar o panorama geral da extensão na cidade, dimensionando seu alcance junto a sociedade. A pesquisa envolveu a elaboração e aplicação de instrumento objetivando a consolidação e análise dos dados, o instrumento procurou traduzir os objetivos da pesquisa em itens bem redigidos. A aplicação do instrumento auxiliou nas inferências estatísticas dos dados consolidados, sendo possível a fundamentação para análises descritivas. Verificou-se que a relação Ensino, Pesquisa e Extensão que conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional de Extensão servem para conferir qualidade ao ensino de uma IES, não existe em todas as instituições existentes na cidade de Fortaleza. No entanto, neste cenário, a gestão se mostra qualificada nas IES pesquisadas, os gestores, possuem formação adequada, com titulação igual ou superior a mestrado, e procuram de forma eficiente lidar com as questões de operacionalização de procedimentos relativos às ações extensionistas. Mas mesmo com este contexto, pelos dados levantados, observa-se que a participação das IES na cidade se dá de forma presente. O público beneficiado com as ações extensionistas no ano de 2013 foi de 869.475 pessoas, ao analisar esse atendimento em relação à população residente na cidade de Fortaleza, observa-se que 34,07% da população da cidade tiveram acesso a algum tipo de atendimento oriundo de ações extensionistas. A área temática que atingiu a maior parte da população foi a Saúde, com 355.798 pessoas beneficiadas, isto é, esta área temática atingiu no ano de 2013 cerca de 13,94% da população da cidade.

Palavras-chave: Universidades Brasileiras; Extensão Universitária; Avaliação.

ABSTRACT

Brazilian universities are constitutionally characterized by three inseparable dimensions: teaching, research and extension. The indicators of extension actions has been a challenge for institutions, mainly by the dimensions that integrate teaching and research, and their own conceptual foundations of extension that are dialogic interaction between institution and society, the inseparability of the extension activities , teaching and research, interdisciplinarity and impact on the formation of the student, which justified the need to examine how these institutions have performed a review of its activities aiming at the quality of education offered by them. The aim of this study aimed to identify the perception of managers of higher education institutions in the city of Fortaleza on what actions should be extended so that it oferte quality higher education. So, we have delimited as specific objectives: define and describe the characteristics of Brazilian higher education, as well as the extension, its guidelines, policies and actions; identifying the knowledge of managers about the conceptual bases for outreach programs; identify, from the perceived characteristics, constructs and issues to evaluate the perception of managers; sketch the overall picture of the extent to town, scaling its reach in the society. The research involved the development and implementation of instrument aiming at consolidating and analyzing data, the instrument sought to translate the research objectives in a well-written items. The application of the instrument assisted in the statistical inferences of consolidated data, the rationale for descriptive analyzes are possible. It was found that the Teaching, Research and Extension relationship that according to the Law of Guidelines and Bases of National Education and Extension Plan serve to impart quality education of an IES, there is in all existing institutions in the city of Fortaleza. However, in this scenario, the management shows qualified in IES surveyed, the managers have adequate training, with titers exceeding masters, and seek to efficiently deal with the issues of operational procedures relating to extension actions. But even in this context, the data collected, it is observed that the participation of IES in the city takes place in this way. The public benefited from the extension actions in 2013 was 869.475 people, in analyzing this service in relation to the resident population in the city of Fortaleza, it is observed that 34,07% of the city population had access to some type of care arising of extension actions. The thematic area that hit most of the population was Health, with 355.798 people benefited, this subject area reached in 2013 approximately 13,94% of the city population.

Keywords: Brazilian Universities; University Extension; Review.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Definições conceituais da extensão em relação à sociedade.....	53
Quadro 02 – Atendimento ao público em espaços de cultura, ciência e tecnologia.....	66
Quadro 03 – Serviço eventual.....	67
Quadro 04 – Atividades de propriedade intelectual.....	67
Quadro 5 – Atendimento jurídico e judicial; Atendimento em saúde humana; Atendimento em saúde animal.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Distribuição quantitativa das IES na cidade de fortaleza por natureza jurídica.....	98
Gráfico 02 - Distribuição proporcional das IES na cidade de fortaleza por natureza jurídica.....	98
Gráfico 03 - Distribuição quantitativa das IES na cidade de fortaleza por categoria de ensino.....	99
Gráfico 04 - Distribuição proporcional das IES na cidade de fortaleza por categoria de ensino.....	100
Gráfico 05 - Número de matrículas distribuídas quantitativamente por natureza jurídica.....	100
Gráfico 06 - Número de matrículas distribuídas proporcionalmente por natureza jurídica.....	101
Gráfico 07 - Número de matrículas distribuídas quantitativamente por categoria de IES.....	102
Gráfico 08 - Número de matrículas distribuídas proporcionalmente por categoria de IES.....	103
Gráfico 09 - IES participantes da pesquisa distribuídas proporcionalmente por categoria.....	104
Gráfico 10 - Quantidade de projetos por área temática (Faculdades).....	105
Gráfico 11 - Projetos distribuídos proporcionalmente por área temática (Faculdades).....	105
Gráfico 12 - Quantidade de alunos envolvidos em projetos por área temática (Faculdades).....	106
Gráfico 13 - Alunos envolvidos em projetos distribuídos proporcionalmente por área temática (Faculdades).....	106
Gráfico 14 - Quantidade de beneficiados pelo desenvolvimento de projetos por área temática (Faculdades).....	107
Gráfico 15 – Beneficiados pelo desenvolvimento de projetos distribuídos proporcionalmente por área temática (Faculdades).....	108
Gráfico 16 - Quantidade de programas por área temática (Centros Universitários).....	109

Gráfico 17 - Programas distribuídos proporcionalmente por área temática (Centros Universitários)	109
Gráfico 18 - Quantidade de alunos envolvidos no desenvolvimento de programas por área temática (Centros Universitários).....	110
Gráfico 19 - Alunos envolvidos no desenvolvimento de programas distribuídos proporcionalmente por área temática (Centros Universitários)..	111
Gráfico 20 - Quantidade de beneficiados pelo desenvolvimento de programas por área temática (Centros Universitários).....	111
Gráfico 21 - Beneficiados pelo desenvolvimento de programas distribuídos proporcionalmente por área temática (Centros Universitários)..	112
Gráfico 22 - Quantidade de projetos por área temática (Centros Universitários).....	113
Gráfico 23 - Projetos distribuídos proporcionalmente por área temática (Centros Universitários).....	113
Gráfico 24 - Quantidade de alunos envolvidos no desenvolvimento de projetos por área temática (Centros Universitários).....	114
Gráfico 25 - Alunos envolvidos no desenvolvimento de projetos distribuídos proporcionalmente por área temática (Centros Universitários)..	114
Gráfico 26 - Quantidade de beneficiados pelo desenvolvimento de projetos por área temática (Centros Universitários).....	115
Gráfico 27 - Beneficiados pelo desenvolvimento de projetos distribuídos proporcionalmente por área temática (Centros Universitários)..	116
Gráfico 28 - Quantidade de cursos ministrados por área temática (Centros Universitários).....	117
Gráfico 29 - Cursos ministrados distribuídos proporcionalmente por área temática (Centros Universitários).....	117
Gráfico 30 - Quantidade de alunos envolvidos em cursos ministrados por área temática (Centros Universitários).....	118
Gráfico 31 - Alunos envolvidos em cursos ministrados distribuídos proporcionalmente por área temática (Centros Universitários)..	119
Gráfico 32 - Quantidade de beneficiados com cursos ministrados por área temática (Centros Universitários).....	119

Gráfico 33 - Quantidade de beneficiados com cursos ministrados por área temática (Centros Universitários).....	120
Gráfico 34 - Quantidade de eventos por área temática (Centros Universitários).....	121
Gráfico 35 - Eventos distribuídos proporcionalmente por área temática (Centros Universitários).....	121
Gráfico 36 - Quantidade de alunos envolvidos na realização de eventos por área temática (Centros Universitários).....	122
Gráfico 37 - Alunos envolvidos na realização de eventos distribuídos por área temática (Centros Universitários).....	123
Gráfico 38 - Quantidade de beneficiados com a realização de eventos por área temática (Centros Universitários).....	123
Gráfico 39 - Beneficiados com a realização de eventos distribuídos proporcionalmente por área temática (Centros Universitários)..	124
Gráfico 40 - Quantidade de ações de prestação de serviço por área temática (Centros Universitários).....	125
Gráfico 41 - Ações de prestação de serviço distribuídos proporcionalmente por área temática (Centros Universitários).....	125
Gráfico 42 - Quantidade de alunos envolvidos em ações de prestação de serviço por área temática (Centros Universitários).....	126
Gráfico 43 - Alunos envolvidos em ações de prestação de serviço distribuídos proporcionalmente por área temática (Centros Universitários)..	127
Gráfico 44 - Quantidade de beneficiados pelas ações de prestação de serviço por área temática (Centros Universitários).....	127
Gráfico 45 - Beneficiados pelas ações de prestação de serviço distribuídos proporcionalmente por área temática (Centros Universitários)..	128
Gráfico 46 - Quantidade de projetos por área temática (Instituto Federal de Educação).....	129
Gráfico 47 - Projetos distribuídos proporcionalmente por área temática (Instituto Federal de Educação).....	130
Gráfico 48 - Quantidade de alunos envolvidos no desenvolvimento de projetos por área temática (Instituto Federal de Educação).....	130

Gráfico 49 - Alunos envolvidos no desenvolvimento de projetos distribuídos proporcionalmente por área temática (Instituto Federal de Educação).....	131
Gráfico 50 - Quantidade de beneficiados pelo desenvolvimento de projetos por área temática (Instituto Federal de Educação).....	132
Gráfico 51 - Beneficiados pelo desenvolvimento de projetos distribuídos proporcionalmente por área temática (Instituto Federal de Educação).....	133
Gráfico 52 - Quantidade de cursos ministrados por área temática (Instituto Federal de Educação).....	133
Gráfico 53 - Cursos ministrados distribuídos proporcionalmente por área temática (Instituto Federal de Educação).....	134
Gráfico 54 - Quantidade de alunos envolvidos em cursos ministrados por área temática (Instituto Federal de Educação).....	134
Gráfico 55 - Alunos envolvidos em cursos ministrados distribuídos proporcionalmente por área temática (Instituto Federal de Educação).....	135
Gráfico 56 - Quantidade de beneficiados com cursos ministrados por área temática (Instituto Federal de Educação).....	135
Gráfico 57 - Beneficiados com cursos ministrados distribuídos proporcionalmente por área temática (Instituto Federal de Educação).....	136
Gráfico 58 - Quantidade de eventos por área temática (Instituto Federal de Educação).....	136
Gráfico 59 - Eventos distribuídos proporcionalmente por área temática (Instituto Federal de Educação).....	137
Gráfico 60 - Quantidade de alunos envolvidos na realização de eventos por área temática (Instituto Federal de Educação).....	137
Gráfico 61 - Alunos envolvidos na realização de eventos distribuídos proporcionalmente por área temática (Instituto Federal de Educação).....	138

Gráfico 62 - Quantidade de beneficiados pela realização de eventos por área temática (Instituto Federal de Educação).....	138
Gráfico 63 - Beneficiados pela realização de eventos distribuídos proporcionalmente por área temática (Instituto Federal de Educação).....	139
Gráfico 64 - Quantidade de programas por área temática (Universidades)...	140
Gráfico 65 - Programas distribuídos por área temática (Universidades).....	141
Gráfico 66 - Quantidade de alunos envolvidos no desenvolvimento de programas por área temática (Universidades).....	141
Gráfico 67 - Alunos envolvidos no desenvolvimento de programas distribuídos proporcionalmente por área temática (Universidades).....	142
Gráfico 68 - Beneficiados pelo desenvolvimento de programas por área temática (Universidades).....	143
Gráfico 69 - Beneficiados pelo desenvolvimento de programas distribuídos proporcionalmente por área temática (Universidades).....	144
Gráfico 70 - Quantidade de projetos por área temática (Universidades).....	145
Gráfico 71 - Projetos distribuídos proporcionalmente por área temática (Universidades).....	145
Gráfico 72 - Quantidade de alunos envolvidos no desenvolvimento de projetos por área temática (Universidades).....	146
Gráfico 73 - Alunos envolvidos no desenvolvimento de projetos distribuídos proporcionalmente por área temática (Universidades).....	147
Gráfico 74 - Quantidade de beneficiados pelo desenvolvimento de projetos por área temática (Universidades).....	148
Gráfico 75 - Beneficiados pelo desenvolvimento de projetos distribuídos proporcionalmente por área temática (Universidades).....	148
Gráfico 76 - Quantidade de cursos ministrados por área temática (Universidades).....	149
Gráfico 77 - Cursos ministrados distribuídos proporcionalmente por área temática (Universidades).....	150
Gráfico 78 - Quantidade de alunos envolvidos em cursos ministrados por área temática (Universidades).....	150

Gráfico 79 - Alunos envolvidos em cursos ministrados distribuídos proporcionalmente por área temática (Universidades).....	151
Gráfico 80 - Quantidade de beneficiados com cursos ministrados por área temática (Universidades).....	151
Gráfico 81 - Quantidade de beneficiados com cursos ministrados por área temática (Universidades).....	152
Gráfico 82 - Quantidade de eventos por área temática (Universidades).....	153
Gráfico 83 - Eventos distribuídos proporcionalmente por área temática (Universidades).....	153
Gráfico 84 - Quantidade de alunos envolvidos na realização de eventos por área temática (Universidades).....	154
Gráfico 85 - Alunos envolvidos na realização de eventos distribuídos por área temática (Universidades).....	154
Gráfico 86 - Quantidade de beneficiados com a realização de eventos por área temática (Universidades).....	155
Gráfico 87 – Beneficiados com a realização de eventos distribuídos proporcionalmente por área temática (Universidades).....	155
Gráfico 88 - Quantidade de programas por área temática (Geral).....	156
Gráfico 89 - Programas distribuídos proporcionalmente por área temática (Geral).....	157
Gráfico 90 - Quantidade de alunos envolvidos no desenvolvimento de programas por área temática (Geral).....	158
Gráfico 91 - Alunos envolvidos no desenvolvimento de programas distribuídos proporcionalmente por área temática (Geral).....	158
Gráfico 92 - Quantidade de beneficiados pelo desenvolvimento de programas por área temática (Geral).....	159
Gráfico 93 - Beneficiados pelo desenvolvimento de programas distribuídos proporcionalmente por área temática (Geral).....	160
Gráfico 94 - Quantidade de projetos por área temática (Geral).....	161
Gráfico 95 - Projetos distribuídos proporcionalmente por área temática (Geral).....	161

Gráfico 96 - Quantidade de alunos envolvidos no desenvolvimento de projetos por área temática (Geral).....	162
Gráfico 97 - Alunos envolvidos no desenvolvimento de projetos distribuídos proporcionalmente por área temática (Geral).....	163
Gráfico 98 - Quantidade de beneficiados pelo desenvolvimento de projetos por área temática (Geral).....	164
Gráfico 99 - Beneficiados pelo desenvolvimento de projetos distribuídos proporcionalmente por área temática (Geral).....	164
Gráfico 100 - Quantidade de cursos ministrados por área temática (Geral)...	165
Gráfico 101 - Cursos ministrados distribuídos proporcionalmente por área temática (Geral).....	166
Gráfico 102 - Quantidade de alunos envolvidos em cursos ministrados por área temática (Geral).....	167
Gráfico 103 - Alunos envolvidos em cursos ministrados distribuídos proporcionalmente por área temática (Geral).....	167
Gráfico 104 - Quantidade de beneficiados com cursos ministrados por área temática (Geral).....	168
Gráfico 105 - Quantidade de beneficiados com cursos ministrados por área temática (Geral).....	169
Gráfico 106 - Quantidade de eventos por área temática (Geral).....	169
Gráfico 107 - Eventos distribuídos proporcionalmente por área temática (Geral).....	170
Gráfico 108 - Quantidade de alunos envolvidos na realização de eventos por área temática (Geral).....	171
Gráfico 109 - Alunos envolvidos na realização de eventos distribuídos por área temática (Geral).....	171
Gráfico 110 - Quantidade de beneficiados com a realização de eventos por área temática (Geral).....	172
Gráfico 111 - Beneficiados com a realização de eventos distribuídos proporcionalmente por área temática (Geral).....	173
Gráfico 112 - Quantidade de ações de prestação de serviço por área temática (Geral).....	173

Gráfico 113 - Ações de prestação de serviço distribuídos proporcionalmente por área temática (Geral).....	174
Gráfico 114 - Quantidade de alunos envolvidos em ações de prestação de serviço por área temática (Geral).....	175
Gráfico 115 - Alunos envolvidos em ações de prestação de serviço distribuídos proporcionalmente por área temática (Geral).....	175
Gráfico 116 - Quantidade de beneficiados pelas ações de prestação de serviço por área temática (Geral).....	176
Gráfico 117 - Beneficiados pelas ações de prestação de serviço distribuídos proporcionalmente por área temática (Geral).....	177
Gráfico 118 - Distribuição proporcional dos gestores por titulação.....	177
Gráfico 119 - Distribuição proporcional dos gestores por tempo no cargo.....	178
Gráfico 120 - Opinião dos gestores se o todo corpo discente participa de ações de extensão (distribuição proporcional).....	179
Gráfico 121 - Realização por parte dos gestores de reuniões sistemáticas com professores e alunos no desenvolvimento de ações de extensão (Distribuição Proporcional).....	180
Gráfico 122 - Participação da IES em fóruns específicos sobre extensão.....	180

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária

CNE – Conselho Nacional de Educação

CODAE – Coordenação de Atividades de Extensão

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior

CPC – Centro de Cultura Popular

ENADE – Exame Nacional de Desempenho

ENC – Exame Nacional de Cursos

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto nacional de Ensino e Pesquisa Anísio Teixeira

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PNExt – Plano Nacional de Extensão

RENEX – Rede Nacional de Extensão

SESu – Secretaria de Ensino Superior

SINAES – Sistema de Avaliação do Ensino Superior

UNE – União Nacional dos Estudantes

APÊNDICE

Apêndice - Roteiro de Entrevista com os gestores da extensão nas instituições de ensino superior na cidade de Fortaleza	191
---	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	24
2 ENSINO SUPERIOR E EXTENSÃO	29
2.1 Definição e Marco Regulatório	29
2.2 Instituições de Ensino Superior - IES	31
2.2.1 Universidades	31
2.2.2 Centros Universitário	32
2.2.3 Faculdades Integradas, Faculdades e Institutos de Educação Superior	33
2.2.4 Centros de Educação Tecnológica	33
2.3 Evolução correlacionada no Brasil: Ensino Superior e Extensão	33
2.4 Extensão	42
2.4.1 Origem da Extensão	42
2.4.2 Origem da extensão na América Latina	46
2.4.3 Origem da extensão no Brasil	47
2.4.4 Diretrizes Conceituais das Políticas da Extensão	52
2.4.4.1 Definição	52
2.4.4.2 Impacto e Transformação	54
2.4.4.3 Interação Dialógica	55
2.4.4.3.1 Extensão e Pesquisa	56
2.4.4.3.2 Extensão e Ensino	57
2.4.4.4 Espaços sociais e pedagógicos	60
2.4.4.5 Caracterização das ações de extensão	62
2.4.4.5.1 Programa	62
2.4.4.5.2 Projeto	63
2.4.4.5.3 Curso	64
2.4.4.5.4 Evento	64
2.4.4.5.5 Prestação de Serviço	66
2.4.4.6 Áreas Temáticas da Extensão	69
3 AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIO E EXTENSÃO	72
3.1 Avaliação no Ensino Superior	75

3.2 Avaliação da extensão	81
3.3 Avaliação de projetos de extensão.....	89
4 METODOLOGIA	91
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	97
5.1 Distribuição das IES por natureza jurídica.....	97
5.2 Distribuição das IES por categoria de ensino.....	99
5.3 Distribuição de alunos matriculados nas IES por natureza jurídica.....	100
5.4 Distribuição de alunos matriculados nas IES por categoria.....	101
5.5 Participação das IES na pesquisa.....	102
5.6 Ações extensionistas desenvolvidas pelas Faculdades.....	104
5.6.1 Projetos.....	105
5.6.2 Cursos.....	108
5.7 Ações extensionistas desenvolvidas pelos Centros Universitários	108
5.7.1 Programas.....	108
5.7.2 Projetos.....	112
5.7.3 Cursos.....	116
5.7.4 Eventos.....	120
5.7.5 Prestação de Serviços.....	124
5.8 Ações extensionistas desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação.....	128
5.8.1 Projetos.....	129
5.8.2 Cursos.....	133
5.8.3 Eventos.....	136
5.9 Ações extensionistas desenvolvidas pelas Universidades.....	139
5.9.1 Programas.....	139
5.9.2 Projetos.....	144
5.9.3 Cursos.....	149
5.9.4 Eventos.....	152
5.10 Ações extensionistas –Dados consolidados das IES pesquisadas.....	156
5.10.1 Programas.....	156
5.10.2 Projetos.....	160
5.10.3 Cursos.....	165

5.10.4 Eventos.....	169
5.10.5 Prestação de Serviços.....	173
5.11 Gestão das ações nas IES's pesquisadas.....	177
6 CONCLUSÕES	181
7 BIBLIOGRAFIA	186

INTRODUÇÃO

Dependendo da região ou do país, as Instituições de Ensino Superior – IES vêm cumprindo diferentes funções em diferentes épocas. As relações entre as IES's com as organizações governamentais e a sociedade civil pautam a definição dessas funções, levando em consideração os diferentes interesses do Estado, das comunidades e dos próprios membros da universidade fazendo com que as IES's mantenham constantes discussões sobre sua função e sua identidade.

Nos últimos tempos, estas Instituições começaram a exercer uma série de atividades além dos seus muros, ficando mais próximas da comunidade, denominadas Atividades de Extensão.

No Brasil, as ações de extensão já foram severamente criticadas por terem assumido um caráter assistencialista, paternalista e domesticador de comunidades, em parte pela percepção de que as universidades públicas incentivavam tais atividades somente para agregar as instituições aos programas governamentais, configurando-se em atividades anuladoras de sua autonomia.

Cada IES, ao longo do tempo, desenvolveu as atividades extensionistas de acordo com definições subjetivas a necessidade da natureza institucional de cada uma, a sustentabilidade financeira nas instituições privadas, através da prática de prestação de serviços remunerados, e nas universidades públicas o condicionamento da extensão a um complemento das atividades de graduação e pesquisa.

Existe uma unanimidade entre as Instituições sobre o que é ensino e pesquisa, mas não sobre o que é extensão.

“Para umas é “função”, semelhante ao ensino e a pesquisa, que realiza compromissos sociais da universidade; para outras, é comunicação, em que a extensão divulga e complementa as funções de ensino e pesquisa; e, para outras, ainda, é princípio, uma vez que todas as outras atividades passam a ser definidas a partir da extensão.” (SILVA, 2002)

Tentando sanar este fato, na última década, as Instituições de Ensino Superior estão unindo esforços para definir o que deve ser a Política Nacional de Extensão em um documento referencial denominado Plano Nacional de Extensão - PNExt, que estabelece metas e diretrizes para a extensão universitária. Segundo o PNExt, essas diretrizes estão divididas em quatro eixos: impacto e transformação; interação dialogada; interdisciplinaridade; e indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

Pode-se assim afirmar que a relação entre as diretrizes estabelecidas pelo PNExt configura a extensão como processo acadêmico que não pode ser pensado desvinculado de um processo de ensino e de geração de conhecimentos científicos. A extensão objetiva-se como forma de socialização do conhecimento gerado pela Universidade, pois articula as relações entre teoria e prática. Logo, ensino-pesquisa-extensão deve ser analisado como um processo que deve ocorrer de modo articulado e sustentável.

A relação social de impacto e transformação gerada pela interação estabelecida entre a Universidade e a sociedade sob essa nova perspectiva pode ser compreendida como a busca em eleger questões prioritárias, formulando soluções compromissos pessoais e institucionais para a mudança social.

Para tal melhoria, é necessário que as diferentes áreas do conhecimento pensem de modo articulado, criando-se modelos de gestão para o atendimento dessa nova relação, caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares e pautada na interdisciplinaridade, na mediação de materiais e em metodologias, tendo consistência teórica e operacional para a estruturação.

Levando-se em consideração que a qualidade da prestação de serviço de uma instituição de ensino superior parte de um planejamento eficaz das ações que envolvem o desenvolvimento do eixo ensino-pesquisa-extensão, a gestão nestas instituições torna-se um processo institucional complexo

devido às características interdisciplinares assumidas como Extensão.

Indicadores das ações de extensão têm sido um desafio para as instituições, principalmente pelas dimensões que integram o ensino e a pesquisa, e das próprias bases conceituais da extensão que é a interação dialógica entre instituição de ensino e sociedade, indissociabilidade entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa, interdisciplinaridade, impacto na formação do discente, o que justifica a necessidade de verificar como essas instituições tem executado a avaliação de suas atividades objetivando a qualidade de ensino por elas ofertada.

A ausência ou escassez de instrumentos que mensurem a eficácia das ações que envolvem o desenvolvimento da extensão, suas políticas e diretrizes, para a oferta de um ensino de qualidade, motivou esta pesquisa, objetivando oferecer uma contribuição teórico-empírica, a partir do ponto de vista de um de seus atores, os gestores responsáveis pelas ações extensionistas nas instituições.

Utilizando a percepção, o conhecimento e a experiência dos gestores, esta pesquisa busca propor um instrumento para avaliação da gestão da extensão em instituições de ensino superior, e com isso, verificar se as ações institucionalizadas, bem como a formação dos seus gestores, de forma eficiente, integram e fortalecem a extensão.

Academicamente, portanto, a contribuição deste trabalho consiste no delineamento de um panorama geral da extensão na cidade de Fortaleza, a partir um instrumento avaliativo da gestão, que poderá ser utilizado e aperfeiçoado em novos estudos.

Sendo os gestores um dos principais atores da extensão em uma instituição de ensino superior, propõe-se a seguinte questão: Qual a percepção dos gestores instituições de ensino superior na cidade de Fortaleza sobre o que devem ser as ações de extensão para que se oferte ensino superior de qualidade?

A partir dessa questão norteadora, pretendeu-se verificar como os gestores têm agido no desenvolvimento da extensão a partir das políticas institucionais de extensão, suas ações e diretrizes.

O problema de pesquisa é o passo inicial para o elaborador definir e atingir seus objetivos, quais sejam, encontrar as soluções para ele e, ao encontrá-las, apresentá-las de forma que sejam convincentes não só ao pesquisador, como também a sociedade (BOOTH *et al.*, 2005). Nessa perspectiva, apresentam-se os objetivos que permearão a resolução desse problema.

Tem-se como objetivo geral, para o desenvolvimento deste trabalho, esboçar o panorama do ensino superior na cidade de Fortaleza, baseando-se no eixo Ensino-Pesquisa-Extensão, com foco nas atividades extensionistas, a partir percepção dos gestores quanto à operacionalização das ações de extensão em suas respectivas instituições, levando-se em consideração as políticas e diretrizes de cada IES, fornecendo, assim, um cenário da qualidade de ensino ofertado nas instituições de ensino superior na cidade de Fortaleza.

Nesse contexto, este trabalho procurará mostrar, por meio da percepção dos gestores, como as Instituições de Ensino Superior na Cidade de Fortaleza estão se adequando a esta nova realidade, focando nas ações e nas metas por elas definidas em contraponto com as diretrizes do PNExt 2011/2020.

Como objetivos específicos, definiram-se:

- definir e descrever as características do ensino superior brasileiro, bem como da extensão, suas diretrizes, políticas e ações;
- identificar o conhecimento dos gestores sobre as bases conceituais para programas de extensão;
- identificar, a partir das características percebidas, os construtos e as questões para avaliação na percepção dos gestores;
- esboçar o panorama geral da extensão na cidade, dimensionando seu alcance junto a sociedade;

Por meio do alcance desses objetivos, procura-se oferecer uma contribuição teórico-empírica para a utilização efetiva de ferramentas de monitoramento e avaliação, que terá como suporte a revisão de literatura, apresentada a seguir, na qual serão relacionados os aspectos conceituais dos processos de avaliação e sua aplicação na extensão, identificando seus principais processos.

Serão abordados ainda os principais conceitos de extensão universitária e seus aspectos históricos, o que permitira definir as características necessárias a avaliação dessas ações.

No capítulo primeiro, descreve-se a justificativa da pesquisa de forma teórica e prática, o problema de pesquisa que ensejou sua elaboração e, para resolução do problema, os objetivos geral e específicos.

No capítulo 2, desenvolve-se a revisão de literatura, abarcando os principais temas da pesquisa: a extensão universitária, as influências históricas que a caracterizaram, e, os principais acontecimentos normativos, conceitos, características e evolução no Brasil.

Enquanto que, no capítulo 3, apresenta-se os aspectos relacionados a avaliação como um mecanismo para subsidiar a ação das universidades, bem como a avaliação focada na extensão.

Os capítulos 4 e 5 delineiam a metodologia a ser adotada no trabalho e a apresentação dos resultados, respectivamente.

Concluindo, no capítulo 6, apresenta-se uma discussão geral da realização da pesquisa, seus resultados e limitações.

2 ENSINO SUPERIOR E EXTENSÃO

Para que se possa definir o que seria a extensão universitária, teoricamente ou legalmente, faz-se necessário que se tenha uma visão maior do contexto educacional em que ela esta inserida. Entender que a mesma faz parte de uma ação articulada do que se define como ensino superior, e compreender como esta modalidade de ensino esta inserida dentro do contexto do sistema de ensino nacional.

2.1. Definição e Marco Regulatório

A intenção de se garantir a qualidade na educação na contemporaneidade está presente em vários instrumentos legais, inclusive se insere como um dos princípios básicos da educação no Brasil conforme disposto no artigo 206 da Constituição, na Lei de diretrizes e Bases da Educação, e no Plano Nacional de Educação.

Esta estruturação construída pela legislação acima citada, principalmente a LDB, procura seguir o conceito de TOLLER e procura abranger todas as esferas da educação nacional, incluindo o ensino superior.

De acordo com TOLLER apud SOUZA (1991)

“O Sistema de ensino seria a síntese de idéias sobre como se organiza e se administra e entrosa o ensino. Compreenderia toda a estrutura, a organização administrativa, as várias categorias de instituições públicas e privadas dos diferentes graus; a articulação entre os diferentes níveis, o processo de acesso aos cursos terminais e as opções de continuação a graus superiores, desde a escola maternal até os estudos pós-doutorais; o grau de participação do poder público na administração do ensino; na fiscalização do ensino de iniciativa privada; o financiamento da educação; os incentivos dados a cursos de maior interesse a comunidade; a obrigatoriedade da escola até certa idade ou ate certo nível; enfim, a organização, o controle e o financiamento de toda a rede; dentro de uma política educacional.” (p. 203)

A LDB constitui-se um marco histórico para a educação nacional contemporânea, pois reestruturou a educação escolar, reformulando diversos níveis e modalidades. Além disso, desencadeou um processo de implementação de reformas, políticas e ações educacionais.

Segundo Cury (2008), o processo de elaboração da LDB atual, bem como a tramitação legal dos projetos relativos à sua formatação, foi baseado em polêmicas e em disputas políticas, evidenciando a tradição brasileira em conceber marcos regulatórios educacionais com acepções tanto congruentes como incongruentes aos interesses da sociedade.

A consequência deste processo confuso de elaboração se reverte em lacunas conceituais e pragmáticas das ações a serem desenvolvidas para a educação, sendo necessário assim, ao longo dos anos após sua aprovação que outros textos alterassem o corpo legal da Lei, para dar viabilidade prática aos objetivos a serem alcançados que a própria lei propunha.

As consequências de tantas vicissitudes no decorrer do processo de elaboração da LDB também reverberaram sobre o ensino superior. Podem-se citar dois exemplos, o primeiro deles a Lei nº 10.861/2004, que rege o Sistema Nacional de Avaliação da Educação do Ensino superior, que procura redefinir a regulamentação e avaliação do ensino superior oito anos após a aprovação da LDB, em 1996.

O segundo exemplo a ser citado, refere-se ao conceito que a LDB confere ao ensino superior:

“... a educação superior tem por finalidade formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e tecnologia e da criação e difusão da cultura e promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição...” **LDB**

Logo a LDB prevê que um ensino superior de qualidade tem a importante missão de promover o desenvolvimento de um país como aqueles

que vivem nele, sendo o ensino, a pesquisa e a extensão seus princípios básicos.

Porém a própria LDB ao definir as instituições que podem ofertar ensino superior no país, define tipos de Instituições de Ensino Superior com obrigações que comprometem o tripé da educação superior no Brasil que a mesma afirma ser tão importante para conferir qualidade.

A questão não é entrar no debate “público” ou “privado” que tanto comprometeu a formatação desta parte específica do marco regulatório, não desprezando a diversificação da riqueza educacional, porém refletir sobre o que é ensino superior e como pode ser ofertado com qualidade.

2.2. Instituições de Ensino Superior – IES

De acordo com a LDB, as instituições que podem oferecer ensino superior no país são chamadas de Instituições de Ensino Superior (IES) e podem ser classificadas como universidades, centros universitários e faculdades.

Dados obtidos do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP) informam que no Brasil, atualmente, há oferta de vagas para estudos no sistema de instituições de Ensino Superior distribuídas entre universidades e não universidades. Os números, então, apontam para um total de 2013 instituições, sendo 169 universidades e 1844 não universidades, de caráter público ou privado.

Ainda conforme os dados fornecidos pelo INEP, de acordo com a estrutura do sistema de Ensino Superior no Brasil, o maior número de estudantes de graduação está matriculado nas instituições de caráter privado.

2.2.1 Universidades

As Universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A LDB também dita que as universidades são instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível

superior, de pesquisa investigação, extensão, domínio e cultivo do saber humano.

Devem possuir:

- I. Produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto das necessidades de nível regional e nacional;
- II. Um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado;
- III. Um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Possui autonomia didática e científica, bem como administrativa e de gerenciamento de recursos financeiros e do patrimônio institucional. Estão dispensadas de solicitar ao poder público autorização para abrir novos cursos.

2.2.2. Centros Universitários

Os centros universitários são instituições multicurriculares que oferecem educação de excelência e têm autonomia em seus cursos e programas de educação superior.

Possuem autonomia semelhante à das universidades, em relação a abertura de novos cursos, no entanto não são obrigados a efetivar a realização de pesquisas.

Os centros universitários deverão comprovar elevada qualidade no ensino, o que deve incluir não só uma infra-estrutura adequada, mas titulação acadêmica do corpo docente ou relevante experiência profissional na respectiva área.

Deverão comprovar, também, a inserção e as práticas investigativas na própria atividade didática, de forma a estimular a capacidade de resolver problemas e o estudo autônomo por parte dos estudantes, assim como o constante aperfeiçoamento e atualização do corpo docente.

Estágios supervisionados, prestação de serviços à comunidade, levantamento bibliográfico e elaboração autônoma ou em grupos de trabalhos teóricos ou descritivos sobre temas específicos, com orientação docente, são todas práticas necessárias a um ensino de alta qualidade.

2.2.3. Faculdades Integradas, Faculdades e Institutos de Educação Superior

As faculdades integradas e as faculdades são instituições multicurriculares organizadas para atuar de uma maneira comum e sob um regime unificado.

São instituições de um só plano de estudos diretamente sob o controle de uma administração central. Já os institutos de educação superior são instituições voltadas para a formação de professores.

As faculdades integradas, faculdades isoladas, escolas superiores e institutos superiores não gozam de autonomia e devem solicitar autorização ao poder público, ao Ministério de Educação, para a abertura de um a um de seus novos cursos.

2.2.4. Centros de Educação Tecnológica

Os centros de educação tecnológica são instituições que oferecem educação em nível básico, técnico ou tecnológico em nível de escola secundária e de capacitação pedagógica para professores e especialistas.

Os dados do INEP mostram que os centros de educação tecnológica se distribuem da seguinte forma: dois centros comunitários, confessionais ou filantrópicos

2.3 Evolução correlacionada no Brasil: Ensino Superior e Extensão

De acordo com Macedo (2005), nas instituições de ensino superior, particularmente as universidades, há consenso de que elas devem exercer

funções que não se limitem a sua finalidade tradicional de produção, reprodução, divulgação e conservação do conhecimento.

Conforme o autor, não só a formação de recursos humanos de qualificação técnico-científica se faz necessária, mas também que esta formação prepare para o pleno exercício da cidadania, que a atividade de pesquisa universitária esteja voltada para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual está inserida.

Porém, as instituições de ensino superior no Brasil tiveram funções distintas desse conceito ao longo do tempo. Tavares (1997) relata que, em meados do século XX até aproximadamente final dos anos 1920, a estrutura de poder da Primeira República se mostrava tão oligárquica quanto do império, influenciando diretamente a formação da classe intelectual da época.

A referida autora afirma que a *Sociedade Civil*, sendo o conjunto de diversas classes, com ideologias diferentes, existentes dentro da comunidade que de forma dialogada se articulam para suprir as necessidades do todo, é preterida por uma *Sociedade Política*, representada por uma classe dominante exercendo controle através do Executivo.

Ainda de acordo com Tavares (1997), referenciando Gramsci, define *Intelectuais Orgânicos*, como sendo formadores de opinião, conseqüentemente, agentes que proporcionam a homogeneidade entre as classes.

Determina como a formação destes intelectuais é influenciada pela estrutura política da época através de um processo de cooptação, onde através de formas de pressão consciente ou inconsciente, forçaram estes intelectuais a optar por formulações culturais socialmente neutras e subservientes a classe dominante e não a sociedade como um todo.

Neste contexto, Cunha (1986) afirma que é da Universidade Livre de São Paulo que se relatam as primeiras experiências de extensão, entre os anos de 1911 e 1917, por meio de conferências e semanas abertas ao público

em que se trabalhavam diversos temas, porém não relacionadas às problemáticas sociais e políticas da época, e desvinculada ao ensino destinado aos Intelectuais Orgânicos.

Graciane (1982) relata que nos anos 30 do século passado, o surgimento da figura do empresário industrial, sua importância no desenvolvimento econômico, fortalecida pela conjuntura internacional da Segunda Guerra Mundial, juntamente com os vários grupos sociais emergentes que ansiavam pelo desenvolvimento nacional, passam a exercer pressão sobre a classe hegemônica dos latifundiários, que conseqüentemente, é obrigada a ceder.

Mas Graciani (1981) ressalta que a substituição da classe dominante, oligárquica e latifundiária, pela nova classe burguesa industrial, não implicou em mudança na operacionalização do sistema de dominação de classes existentes. A mesma afirma que tal fato decorre pelo mecanismo populista da legislação trabalhista implantada, que criava novas formas de relacionamento entre capital e trabalho, criando novas fontes de acumulação.

Em suma, a legislação trabalhista serviu a burguesia industrial nascente, que a utilizou como pacto com as classes trabalhadoras urbanas emergentes para liquidar politicamente as antigas classes proprietárias rurais, sem destruir, no entanto, o modo de acumulação antigo.

A nova estruturação da economia forçou modificações dos padrões até então utilizados, tanto na absorção da força de trabalho quanto na estrutura de emprego, somando-se as transformações tecnológicas como aspectos decisivos da nova realidade.

Porém a empresa que passa a surgir no Brasil tinha caráter familiar e impunha-se a partir de critérios de certa forma irracionais na ação econômica e não se delegava nenhum poder a indivíduos que não pertencessem ao clã familiar proprietário, dificultando o aproveitamento de técnicos, perdendo-se assim, oportunidades de expansão da empresa.

Acompanhando a racionalização das empresas privadas brasileiras, percebe-se na mesma época, um aumento da racionalização dos serviços públicos em diversas áreas. O processo urbano-industrial não só modificou os dinamismos organizacionais internos, como gerou transformações mais globais da sociedade, conseqüentemente, acarretando modificações na formação de recursos técnicos e humanos.

Com as mudanças ocorridas a partir de 1930, Tavares (1997) considera que, em consonância com o exposto acima por Graciani (1981), se fez urgente suprir essa demanda por mão de obra qualificada, através da elaboração de políticas educacionais mais consistentes, como a criação do Ministério da educação e Saúde Pública, as Reformas de Ensino e, em termos de ensino superior, a constituição do *Estatuto das Universidades Brasileiras*.

Logo, a nova ordem social influenciou na forma como as instituições de ensino superior deveriam se portar perante a sociedade. O Decreto Federal Nº. 19.851, de 11 de abril de 1931, que delineou o Estatuto da Universidade Brasileira, conceituou como atividade extensionista a “apresentação de soluções para os compromissos sociais e a propagação de idéias e princípios de interesse nacional”.

Então, estas atividades não deviam se limitar somente à realização de cursos e conferências, mas tinham por dever apresentar soluções para os compromissos sociais.

De acordo com Stallivieri (2004):

“No período de trinta anos, compreendido entre 1930 e 1964, foram criadas mais de 20 universidades federais no Brasil. O surgimento das universidades públicas, como a Universidade de São Paulo, em 1934, com a contratação de grande número de professores europeus, marcaram a forte expansão do sistema público federal de educação superior. Nesse mesmo período surgem algumas universidades católicas e presbiterianas.” (STALLIVIERI, 2004, p. 4)

Porém, Minto (2005) pondera que essa época é marcada pela aplicação da *Teoria do Capital Humano*, onde partia-se do princípio que a capacidade produtiva do trabalho humano é ampliada pela educação, onde se

“...permitiria elevar o trabalhador ao um nível pretensamente similar ao do capitalista no âmbito da produção...” (MINTO, 2005, p. 96), mas tal teoria demonstrou-se na prática um fator de anulação da perspectiva da classe trabalhadora, pois “...camuflaria as reais relações que fundam o modo de produção capitalista, e que no limite, são as mesmas causas da dicotomia existente entre trabalho e capital” (MINTO, 2005, p. 97). Portanto, a política para o ensino superior era pautada não na formação do indivíduo como Intelectual Orgânico, mas sim como um mero técnico.

Segundo Tavares (1992), com a promulgação da Lei 4.024/61, que instituía a primeira Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional - LDB, não se estruturava nenhuma base sólida para o ensino superior, o mesmo acontecendo com a extensão universitária, que se limitava em cursos para indivíduos portadores de diploma de ensino superior.

Tavares (1992) afirma que o principal mérito desta LDB está no fato de ter alimentado um debate que explicitava posições políticas e sociais. E que:

“...apesar da quase ausência da extensão universitária institucionalizada naquele período, coube aos estudantes, entre 1960 a 1964, promover atividades extensionistas desvinculadas da universidade, enquanto instituição, ao se engajarem nas campanhas de alfabetização de adultos e cultura popular e ao participarem, ativamente dos Centros Populares de Cultura – CPC’s e dos Movimentos de Cultura Popular – MCP’s, com o intuito de conscientizar a população, visando a integração efetiva no processo de autoconstrução e de construção da nacionalidade, para se libertar das condições adversas pelo sistema capitalista em vigor” (TAVARES, 1992, p. 51)

Logo, com os movimentos estudantis ocorridos nos início dos anos 60, as atividades de extensão, apesar de não institucionalizadas, passam a ter o enfoque na inserção do ensino superior na realidade sócio-econômica, política e cultural do país, procurando respostas que contribuíssem para a transformação social.

O golpe de 1964 foi um acontecimento importante, que como discorre Graciani (1982), de origem nos processos econômicos que culminou com o fim da ideologia nacional desenvolvimentista. A partir das bases do

poder político implantado em 1964, formulou-se uma doutrina de interdependência, com a instituição da *Aliança pelo Progresso*, em confronto com o modelo nacional desenvolvimentista autônomo anterior.

Nesse novo quadro político-econômico são geradas medidas legais para reestruturação das universidades, destacando-se a Lei 5.540/68 da Reforma Universitária. As ações efetivadas pelo Regime Militar, especificamente nas universidades, se pautaram pela prestação de serviços assistencialistas, visando à integração social das comunidades marginalizadas, onde a prestação de serviços passou a ser prioridades das ações extensionistas, e os estudantes como protagonistas dessas ações.

Gurgel (1986) traça alguns dos problemas mais pertinentes às discussões em torno da Extensão Universitária nesta época, como a visão colonialista e intervencionista do Estado, que contaminaram as práticas de extensão instituídas no Brasil, principalmente após a Reforma Universitária de 1968.

A Reforma Universitária, influenciada pela Lei de Segurança Nacional, apesar de institucionalizar a idéia que ensino superior deve ser pautado pela indissociabilidade do ensino e pesquisa, rompe com a concepção da extensão como espaço de diálogo com a comunidade.

Neste contexto, o MEC elabora, conjuntamente com Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras em 1975, um plano de trabalho, cujo ponto central foi à política do não diálogo com a comunidade. Neste momento, a ação extensionista é desarticulada da sua capacidade de organização e transformação da realidade e passou a não expor as contradições geradoras dos problemas enfrentados pela comunidade.

Com o término da Ditadura e o advento da Abertura Política nos anos 1980, a extensão tomou um lugar de destaque nos estudos tanto do MEC quanto de acadêmicos. Souza (2000) disserta sobre as atividades do Ministério e do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, criado em 1987, ressaltando a confirmação na Constituição de 1988, artigo 207

do “princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

A extensão universitária inicia-se nos anos 90 caracterizada por contradições herdadas de sua recente história. A expansão do ensino superior privado modifica o cenário do ensino superior no Brasil, fomentando a discussão em relação à identidade da instituição universitária.

Pelo exposto, no Brasil, as ações de extensão já foram severamente criticadas por terem assumido um caráter assistencialista, paternalista e domesticador de comunidades, em parte pela percepção de que as universidades públicas incentivavam tais atividades somente para agregar as instituições aos programas governamentais, configurando-se em atividades anuladoras de sua autonomia.

Logo, a extensão universitária nunca teve outra função dentro do sistema universitário brasileiro a não ser veicular, o que se produzia e ensinava dentro das universidades.

Na prática, como define Tavares (1992):

“não existia uma terceira função desempenhada por ela com características próprias, diferenciadas das demais, nem tão pouco se constituía em elemento de articulação do ensino com a pesquisa, visando atender em conjunto, os interesses da sociedade em geral” (TAVARES, 1992, p. 55)

A extensão universitária se restringia a ser instrumento, ou atividade, cujo objetivo era limitado à oferta de cursos e realização de conferências, serviços que simplificavam a função da extensão em ser um mero agente socializador do ensino e da pesquisa, dependendo dos interesses determinados pela política vigente.

Cada IES, ao longo do tempo, desenvolveu as atividades extensionistas de acordo com definições subjetivas a necessidade da natureza institucional de cada uma, a sustentabilidade financeira nas instituições privadas, através da prática de prestação de serviços remunerados, e nas universidades públicas o condicionamento da extensão a um complemento das atividades de graduação e pesquisa.

Existe uma unanimidade entre as Instituições sobre o que é ensino e pesquisa, mas não sobre o que é extensão.

“Para umas é “função”, semelhante ao ensino e a pesquisa, que realiza compromissos sociais da universidade; para outras, é comunicação, em que a extensão divulga e complementa as funções de ensino e pesquisa; e, para outras, ainda, é princípio, uma vez que todas as outras atividades passam a ser definidas a partir da extensão” (SILVA, 2002)

Tal fato se dá pelo desenvolvimento histórico destas ações. Tentando sanar este fato, na última década, as Instituições de Ensino Superior estão unindo esforços para definir o que deve ser a Política Nacional de Extensão em um documento referencial denominado o Plano Nacional de Extensão - PNExt, que estabelece metas e diretrizes para a extensão universitária. Segundo o PNExt, essas diretrizes estão divididas em quatro eixos: impacto e transformação; interação dialogada; interdisciplinaridade; e indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

Pode-se assim afirmar que a relação entre as diretrizes estabelecidas pelo PNExt configura a extensão como processo acadêmico que não pode ser pensado desvinculado de um processo de ensino e de geração de conhecimentos científicos.

A extensão objetiva-se como forma de socialização do conhecimento gerado pela Universidade, pois articula as relações entre teoria e prática. Logo, ensino-pesquisa-extensão deve ser analisado como um processo que deve ocorrer de modo articulado e sustentável.

A relação social de impacto e transformação gerada pela interação estabelecida entre a Universidade e a sociedade sob essa nova perspectiva pode ser compreendida como a busca em eleger questões prioritárias, formulando soluções compromissos pessoais e institucionais para a mudança social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/1996 e o Plano Nacional de Extensão (1999-2001) retomam a questão da indissociabilidade das atividades de ensino, extensão e pesquisa, levando em

consideração a diversidade de formatos institucionais e organizacionais, pontuando, a partir daí, intensas discussões que partem do pressuposto de que a extensão deve cumprir importante papel na busca de soluções para problemas sociais, procurando uma melhor definição para o seu espaço.

Em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) passa a orientar que a extensão deve pautar-se em valores educativos, primando por sua integração com o ensino e a pesquisa, reforçando a necessidade da transferência do conhecimento produzido nas IES e sua interferência no desenvolvimento regional e nacional.

Ainda segundo o SINAES, as políticas de extensão devem cumprir os preceitos estabelecidos pela missão da instituição, considerando a importância social de suas ações para o desenvolvimento e promoção da cidadania.

É preciso que as ações extensionistas mantenham uma articulação entre os setores público, produtivo e o mercado de trabalho, contribuindo para que o aluno desenvolva, no processo de aprendizagem, o espírito crítico próprio da formação cidadã.

Sendo assim, ainda de acordo com o SINAES, a extensão deve submeter-se de forma contínua a um processo avaliativo que lhe permita verificar a efetividade de suas ações.

Diante do fato da instituição de ensino superior estar imersa em um contexto de realidades políticas, econômicas, sociais e culturais que leva a constante busca de sua própria finalidade, o conceito e a prática de extensão tornaram-se assunto polêmico, pois se ligam aos diferentes interesses que propõem a aproximação efetiva entre IES e sociedade.

A extensão está relacionada ao processo de integração da IES ao contexto regional, da vinculação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais, da contribuição da universidade para o aprofundamento da cidadania.

2.4 Extensão

Instituições de Ensino Superior devem estar em constante diálogo com a sociedade na qual estão inseridas, pois desta relação decorre a interação de experiências e saberes, tanto de caráter acadêmico, como popular, que objetiva criar um processo contínuo de re-significação.

Cada IES direciona projetos, ações e atividades, no sentido de trazer respostas e/ou caminhos possíveis para as problemáticas que procuram atender às necessidades da sociedade. Fireman (2011) define esta relação como Princípio da Bilateralidade, que este serve de base para o que seja a Extensão.

Classificar as atividades dentro de uma IES como sendo Extensão se torna complexo uma vez que há divergências e controvérsias no próprio contexto acadêmico quanto à sua definição.

Ainda segundo Fireman (2011) Extensão:

“é uma atividade político-social, por meio da qual a IES mantém uma comunicação com a sociedade da qual faz parte, levando respostas para os seus problemas e necessidades, compartilhando experiências e conhecimentos adquiridos, buscando participar ativamente do processo de (re)construção dessa sociedade, bem como coadunando a teoria à prática, na medida em que, no contexto social, experimenta e põe em prática as teorias suscitadas nas atividades de ensino e pesquisa, o que é fundamental para a formação profissional, independente da área.” (2011, <http://www.mundoemmovimentos.com/2011/11/ensino-pesquisa-e-extensao.html>)

Logo, não há como entender Extensão, sem antes entender a realidade em que a IES está inserida e como esta age e reage à dinâmica de sua relação com a sociedade, sem deixar de levar em consideração a indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa.

2.4.1 Origem da extensão

As atividades extensionistas, levando-se em consideração a sua natureza interdisciplinar, seu público-alvo heterogêneo e pelo seu desenvolvimento se dá fora da sala de aula, não têm sido adequadamente assimiladas pelas IES.

As dificuldades encontradas para a compreensão da extensão, em suas bases conceituais e práticas, decorrem do questionamento complexo que a extensão se propõe a lidar, das implicações sócio-políticas de sua execução e pela postura intelectual a ser adotada com relação a interdisciplinaridade que ela impõe.

A extensão convoca a IES para assumir uma posição com a transformação social, aproxima-a da produção e da transmissão de conhecimento, e no processo de seu desenvolvimento, possibilita a apropriação, pelos atores envolvidos, o conhecimento

As primeiras ações de extensão são relatadas no século XIX, na Inglaterra, pioneira do desenvolvimento da extensão universitária.

A Universidade de Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade. Começando por Nottingham – a terra de Robin Hood -, Derby e Leicester, seus cursos de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política logo angariaram vasta clientela e, em pouco tempo, atingiam todos os recantos do país. Quase ao mesmo tempo outra vertente surgia em Oxford, com atividades concebidas como uma espécie de movimento social voltado para os bolsões de pobreza. As primeiras ações tiveram lugar em Londres e logo se expandiram para regiões de concentração operária. Os trabalhadores das minas de Northumberland, por exemplo, contrataram em 1883 uma série de cursos de história. O século de Pércles foi apresentado no centro manufatureiro de Sheffield, a tragédia grega foi oferecida aos mineiros de carvão de Newcastle e aula de Astronomia aos operários de Hampshire. (MIRRA, 2009, p. 77)

Da Inglaterra, segundo Mirra (2009), a idéia de desenvolvimento das atividades extensionistas espalhou-se por toda a Europa, chegando aos Estados Unidos na Universidade de Chicago, em 1892. Em 1903, a Universidade de Wisconsin, disponibilizou seu corpo docente, como *technical experts*, a serviço do governo, uma ação que veio a ser conhecida como “*Wisconsin Idea*”.

[...] As ações desencadeadas nesse quadro foram decisivas para a modernização da tecnologia agrícola americana, surgindo dessa

forma um modelo de interação com a comunidade que implicava a universidade na questão do desenvolvimento. O efeito ampliou-se mais ainda pela diversificação do programa extensionista, com a educação continuada e expansão das atividades extramuros. A partir daí a extensão universitária estava consagrada.” (MIRRA, 2009, p. 78).

Com a Revolução industrial, e modo de produção adotado, geraram-se insatisfações sociais que se expressaram em revoluções como as de 1848-49, na própria Inglaterra, ou na Comuna de Paris, de 1871, centradas nas classes trabalhadoras

.É nesse contexto, que, buscando atender a estas insatisfações, surge o socialismo cristão, na Alemanha. E em 1864, é publicada a obra “A Questão Operária e o Cristianismo”, conforme Paula apud Cole,

“[...] expunha propostas avançadas para o melhoramento da situação da classe operária e defendia a intervenção da Igreja Católica para estabelecer sociedades cooperativas cristãs independentes do Estado, que deviam ser financiadas com capital dos devotos.” (PAULA apud COLE, 2013, p. 7).

Ainda de acordo com o autor, na mesma época, surge uma versão protestante,

“[...] ainda mais reacionária em política e muito mais brutalmente antissemita que o movimento católico rival. Seu chefe, o pastor Adolf Stöcker (1835-1909), fundou seu Partido Operário Cristão-Social, em 1878, seus partidários procediam principalmente da pequena classe média da Prússia. Seu partido era monarquista e fortemente antiliberal: na realidade era um mero apêndice da corte prussiana.” (PAULA apud COLE, 2013, p. 7).

Há de se mencionar, também nesta época, os “socialistas do Estado” ou “socialistas de cátedra”, que fundaram a *Sociedade para a Política Social*, em 1873, contribuindo nas críticas ao capitalismo ao mesmo tempo em que auxilia Bismarck na implantação do seguro social obrigatório, como também à política protecionista adotada por ele em 1880 (PAULA apud COLE, 2013).

Com Bismarck, iniciam-se as *políticas sociais*, que servem de alicerce a constituição do Estado do Bem-Estar Social, que se generalizou pela Europa no final do século XIX e início do século XX, e influenciou decisivamente na estabilização do capitalismo da Europa.

Assumindo as contradições sociais decorrentes do capitalismo, as correntes ideológicas buscaram a conciliação. Na obra “A Democracia Industrial”, de Sidney e Beatrice Webb, de 1897, isto se materializa com o seguinte programa:

“O estabelecimento de um mínimo nacional de instrução, de higiene, de férias e salários... sua rigorosa implantação em benefício do mundo assalariado, em todos os ramos industriais, tanto nos mais fracos, quanto nos mais fortes.” (PAULA apud TOUCHARD, 1972, p. 573).

Exemplo da implantação destas idéias é a *London School of Economics*,

“Fundada pelos fabianos Sidney e Beatrice Webb, dedicada exclusivamente às ciências políticas e sociais, dirigida pelo futuro idealizador do sistema de segurança social britânica, William Beveridge.” (HOBSBAWM, 2002, p. 135).

Então, o Estado e as demais instituições formais, passam a oferecer políticas capazes de atender as insatisfações populares, e é neste momento que as universidades se voltam para a questão social em ações práticas e na ajuda de formação de políticas públicas.

Logo, na sua formação, a extensão teve duas funções, a primeira, tendo se originado na Inglaterra, expressa o envolvimento da universidade num movimento social, buscando oferecer soluções às necessidades da sociedade. E a segunda, é a desenvolvida nas universidades norte-americanas, focando na transferência de tecnologia ao setor produtivo.

2.4.2 Origem da extensão na América Latina

Na América Latina a extensão foi implantada a partir de objetivos e preceitos diferentes dos europeus e norte-americanos. As universidades tiveram influência da revolução mexicana, de 1910.

A Constituição Mexicana de 1917 é o primeiro texto constitucional no mundo a incorporar direitos sociais, tendo impacto sobre o mundo da cultura, onde estes movimentos baseavam-se fortemente nas camadas populares.

Outro fato importante na formação sócio-cultural da América Latina foi o movimento pela Reforma Universitária de Córdoba, em 1918, que partia de dois pontos básicos:

“1) a intervenção dos alunos na administração da universidade e; 2) o funcionamento das cátedras livres e de cátedras oficiais, com iguais direitos, a cargo de professores com reconhecida capacidade nas matérias.” (PAULA apud MARIÁTEGUI, 2013, p. 11)

Diferentemente do Brasil, onde as universidades só foram institucionalizadas no século XX, em muitos países latino-americanos as universidades surgiram no século XVI, como é o caso da universidade de Santo Domingo, que é de 1538; da universidade de São Marcos, no Peru, que é de 1551; da universidade Real e Pontifícia da Cidade do México, que é de 1553 (PAULA apud LAFAYE, 1999).

As instituições eram, em sua maioria, controladas por ordens religiosas e se limitavam a um ensino avesso à liberdade e à experimentação, não atendendo às camadas populares. E é este distanciamento da universidade em relação à sociedade que é o questionamento base da Reforma Universitária de Córdoba em 1918, com a busca de efetiva articulação com o movimento operário, segundo Paula apud Mariátegui (2013)

“1) o problema educacional não é senão uma das faces do problema social, por isso não pode ser solucionado isoladamente; 2) a cultura de toda sociedade é a expressão ideológica dos interesses da classe dominante. A cultura da sociedade atual é, portanto, a expressão ideológica dos interesses da classe capitalista; 3) a última guerra imperialista (1914-1918), rompendo o equilíbrio da economia-burguesa, colocou em crise sua própria cultura; 4) esta crise só pode ser superada com o advento de uma cultura socialista.” (2013, p. 13).

Essa perspectiva seria efetivamente atualizada com a Revolução Cubana, que trouxe importantes referências para o conjunto da luta social do continente, impactando fortemente a luta cultural em suas variadas dimensões.

É sob essa ótica que a questão da formação da extensão vem a ser pensada no Brasil. No caso brasileiro é essencial entender que a recente implantação da instituição universitária, que é dos anos 1930, e sua formação não sofreu influência, como nas demais instituições européias, norte-americanas e latino-americanas, de demandas populares. Conseqüentemente, a inserção de nossa universidade no quadro político-institucional geral tem se mostrado seletiva e discricionária como reflexo da ausência de processos efetivos de distribuição da renda e da riqueza.

2.4.3 Origem da extensão no Brasil

Desde 1911, as atividades de extensão têm se dado em instituições de ensino superior no Brasil, reproduzindo aqui a tradição européia de extensão, que segundo Nogueira (2005), “educação continuada e educação voltada para as classes populares; extensão voltada para a prestação de serviços na área rural” (NOGUEIRA, 2005, p. 16-17).

A extensão está prevista desde a legislação de 1931 que, mediante o Decreto nº 19.851, de 11/4/1931, estabeleceu as bases do sistema universitário brasileiro. Apesar institucionalização recente das universidades, é através da extensão que estas passam a ter papel importante na transformação social do país, manifestando-se nas lutas pelas reformas estruturais que se deram nas décadas de 1950 e 1960.

Para exemplificar esta efetiva participação, pode-se citar o 1º Seminário Nacional da Reforma Universitária, que resultou na *Declaração da Bahia*, em maio de 1960, que definiu três objetivos básicos:

“1) a luta pela democratização do ensino, com o acesso de todos à educação, em todos os graus; 2) a abertura da universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização, de formação de líderes sindicais (nas Faculdades de Direito) e de mestres de obras (nas Faculdades de Engenharia), por exemplo; e 3) a condução dos universitários a uma atuação política em defesa dos interesses dos operários.” (POERNER, 1968, p. 202).

Em 1962, é elaborada a *Carta do Paraná*, resultado do 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária, vindo a aprofundar os debates até então realizados, que está dividida em três partes: Fundamentação Teórica da Reforma Universitária; A Análise Crítica da Universidade Brasileira; Síntese final: esquema tático de luta pela Reforma Universitária. E ainda também propõe a inclusão da Reforma Universitária entre as Reformas de Base que estavam sendo propostas pelo governo.

A Reforma Universitária proposta pela UNE, é decorrente de uma progressiva aproximação dos estudantes e sociedade, formando o que se chamou aliança operário-estudantil e aliança operário-camponesa, com a organização dos estudantes em ações de alfabetização para adultos, a partir das bases teóricas desenvolvidas por Paulo Freire, ou como na participação em programas de saúde, com ações sanitárias, ambas atendendo a comunidade rural.

Nos centros urbanos buscou aproximar-se dos movimentos sociais com a criação do Centro Popular de Cultura (CPC), fundado em 1961 que, através da cultura, buscou levar às comunidades carentes a conscientização de que era possível a construção de uma nova sociedade.

A Revolução Cubana e a Igreja do Concílio Vaticano II, influenciaram na formação destas bases ideológicas no Brasil no início dos anos 1960, onde estas influências externas, com caráter reformistas, com a criação das Ligas Camponesas, e com as lutas pelas Reformas de Base, continuaram a influenciar a cultura brasileira, conseqüentemente na formação da Universidade, até o Ato Institucional 5, em 1968.

Com efeito, manifestaram-se no Brasil diversos movimentos que expressaram a descoberta do caráter estrutural do subdesenvolvimento. Nesse contexto, afirmaram-se duas correntes de enfrentamento do atraso e da miséria no país.

A primeira, exemplificada nas publicações de instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal, encarregada de buscar a construção de bases conceituais e políticas, que quebrassem os paradigmas dominantes do capitalismo dos europeus e norte-americanos.

Já a segunda, representada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), responsável pela construção e divulgação de uma ideologia nacional-desenvolvimentista própria que, acrescida da proposta das reformas de base, marcaram a política brasileira até 1964.

Entre os anos 1950 e 1964, são marcados por intensa mobilização da sociedade brasileira. Ocorrem nestes anos os primeiros movimentos grevistas organizados por classes; o surgimento das ligas camponesas; a campanha pelo petróleo, culminando na criação da Petrobrás, que fez parte de um programa nacionalista focando na independência da política externa brasileira; entre outros temas.

A Campanha de Defesa da escola Pública, influenciada pelo movimento pela alfabetização que, centrado no Método Paulo Freire, se desdobrou em importante instrumento de conscientização e mobilização política e social, juntando várias instituições, está entre as lutas importantes desse período acarretando na elaboração do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em 1961, defendendo a escola pública como instrumento para o desenvolvimento econômico e progresso social.

“Foi na Universidade de Recife, através do Serviço de Extensão Universitária, dirigido por Paulo Freire, que se manifestou com clareza a efetiva integração da universidade, da extensão universitária, às grandes questões nacionais, ampliando o que já vinha sendo feito pelos estudantes com a luta pela Reforma Universitária.”(PAULA Apud FERNANDES, 2013, p.17)

É com Paulo Freire, através de suas metodologias elaboradas com base na interação entre o saber técnico-científico e as culturas populares, que a universidade cria meios de aproximar-se das camadas sociais, visando:

“Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. [...] O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demonstra uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a qual está submetido seu ato. [...] Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.” (FREIRE, 2000, p. 27).

Podendo-se assim afirmar que a extensão universitária constituiu suas mais significativas referências e práticas, a partir da denúncia de Paulo Freire do conceito de “extensão”, a ser visto posteriormente.

Com o golpe militar de 1964, boa parte do corpo da universidade brasileira procurou resistir ao golpe e seus desdobramentos, seja por meio do corpo docente através do movimento estudantil, seja pelo corpo discente através da ação de professores, até a imposição do Ato Institucional 5, em 1968, e do Decreto-Lei nº 477, de fevereiro de 1969, que foi o instrumento repressivo especificamente voltado para a vida universitária.

Nos anos 1970 os movimentos sociais vão se juntar aos movimentos operário e sindical formando um novo cenário das necessidades da sociedade brasileira:

“Dadas as necessidades provenientes do urbano, as classes populares procuram resistir às condições de vida a que estão submetidas e formulam inúmeras reivindicações: água, luz, habitação, saneamento, etc. Essas reivindicações abarcam formas organizatórias de diversos tipos: reuniões, conselhos, comitês, passeatas, manifestações; dentre as formas mais violentas estão as invasões de terrenos, quebra-quebras (de transportes coletivos, de instalações etc.), linchamentos e assim por diante. A maioria das reivindicações são dirigidas ao Poder Público, visto como a única instância capaz de atendê-los. Em face da situação urbana que se vem agravando, o Estado procura elaborar políticas urbanas e equacionar os problemas urbanos por meio do planejamento urbano.” (WANDERLEY, 1980, p. 116).

Com o fim da ditadura, em 1980, a expressão *políticas públicas* passa a existir como representação da democracia, expressando o

reconhecimento de direitos e abrangendo um leque mais amplo de atores sociais.

É no contexto amplo e diversificado de direitos e atores sociais reconhecidos, que a extensão passa a atuar mais preponderantemente no atendimento de demandas pela transferência de tecnologia e prestação de serviços, sem desfocar de suas bases conceituais e práticas tradicionais.

Já na década 1990, houve no Brasil a expansão do ensino superior por instituições privadas, que é hoje oferta a maior parte das vagas para esta modalidade de ensino, quando comparado com as vagas ofertadas por instituições de ensino superior públicas, valendo ressaltar que estas últimas, ainda são as responsáveis pela maior parte da produção de conhecimento e novas tecnologia.

Em suma, a extensão desenvolvida no Brasil, sob uma perspectiva cronológica, pode ser dividida em três fases evolucionais. A primeira, anterior a 1964, que tem como base teórica central a obra de Paulo Freire, onde os temas centrais são campanha pela Escola Pública e pela aproximação das instituições universitárias com as Reformas de Base.

A segunda fase compreendendo o período de 1964 a 1985, marcada pelas demandas dos movimentos sociais urbanos. E a terceira fase corresponde ao período contemporâneo caracterizado pelo fornecimento de novas tecnologias e prestação de serviços ao setor produtivo; pelo atendimento as necessidades, ampliadas com a abertura da democracia, dos movimentos sociais; e pelo atendimento as necessidades dos novos direitos e atores sociais.

Em 1987 é criado o Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), devendo-se a este, o desenvolvimento da extensão universitária no Brasil, pois o mesmo foi e é responsável pela definição do que seja a extensão universitária; pela construção da política de extensionista; pela institucionalização da extensão como dimensão conceitual e como base do ensino superior, pela elaboração de mecanismos de acompanhamento e avaliação; e pela elaboração de políticas públicas de fomento à extensão.

Tendo o mais visível de sua ação voltada para a relação dialógica com a sociedade, a extensão universitária tem também uma importante função interna na universidade, que é o fato de abrigar órgãos e desenvolver atividades que permitem a decisiva interligação entre a cultura científica e a cultura das humanidades, que é o papel decisivo de museus, espaços expositivos, teatros, galerias, bibliotecas, arquivos, centros de documentação, que são veículos indispensáveis de mediação entre os produtores de conhecimentos e bens simbólicos e os destinatários dessas ações, sejam eles estudantes, sejam eles os vários sujeitos externos à universidade, igualmente legítimos destinatários da ação universitária.

Trata-se, essencialmente, de ver a extensão universitária como uma cultura, como uma prática, como um compromisso, indispensáveis à plena realização da universidade como instrumento emancipatório.

2.4.4 Diretrizes Conceituais das Políticas da Extensão

A extensão tratada neste trabalho caracteriza-se como um movimento no âmbito das instituições de ensino superior, que pelo exposto, em sua formação e em seu desenvolvimento, passou por várias influências e diretrizes conceituais.

2.4.4.1 Definição

De acordo com Cerqueira e Colossi (1998), as instituições de ensino superior brasileiras surgiram com a intenção de permitir à sociedade brasileira autonomia sócio-cultural.

Por meio dos currículos integrados, procura captar a realidade dinâmica de nossa sociedade, e, com a participação dos discentes, se relaciona com a sociedade por meio de atividades denominadas extensão. Isso se reflete na missão da universidade pública descrita a seguir:

“A missão da Universidade pública e, antes de qualquer coisa, o compromisso com a produção do conhecimento público, orientado as necessidades populares. A postura dialógica, por outro lado, além de estar em consonância com esse fim, promove o enriquecimento do conhecimento produzido – através da troca entre saberes populares e acadêmicos e da não dissociação entre a teoria e a prática – e contribui para a ampliação da formação de uma cultura política democrática, através da experiência concreta.” (DEPIERI et al., 2010, p. 70).

Na universidade apresenta-se em espaços que complementam o ensino e a pesquisa. E é através da extensão que o ensino universitário, ou superior, interage com a sociedade, promovendo a troca de conhecimentos entre ambas.

E sob este olhar a participação do discente é fundamental, segundo Minogue (1981),

“O conhecimento científico seria “aplicado” ao mundo. O graduado universitário “aplica” o que ele aprendeu, isto é, ele associa seu conhecimento com o problema prático que enfrenta, objetivando encontrar uma solução. E embora exista muita coisa que se aprende nas universidades e que realmente ninguém aplica, não há dúvida de que este conceito descreve de fato, dentro de seus limites, algo verdadeiro.” (MINOGUE, 1981, p. 62).

Logo, o conceito de “extensão” amplia-se e apresenta-se relacionado às suas características e às ações participativas dos discentes, pois, conforme Silva (2002), a extensão configura-se como algo além da união entre a universidade e a sociedade, sendo a universidade uma realidade social e política, na qual expressa a sociedade a que pertence.

Alguns momentos de sua conceituação e prática estão classificados no QUADRO 1.

QUADRO 1

Definições conceituais da extensão em relação à sociedade

DEFINIÇÃO	CONCEITO	ATIVIDADE
Via de mão única	A universidade vai à sociedade, levar algo de sua especialidade. A sociedade é apenas receptora.	Assistencialismo, curso, evento, assessoria, prestação de serviço.
Via de mão dupla	A universidade por um lado leva conhecimento para a sociedade e por outro traz o conhecimento.	Por meio da troca de conhecimento pelo diálogo, em termos das demandas da sociedade e da universidade.
Processo educativo, cultural e científico	A extensão como ação cidadã, em que a população também é sujeito do conhecimento	Trabalho continuado, permanente e que contemple as possibilidades do conhecimento teórico.

Fonte: Adaptado de Melo Neto (2001).

Não é possível definir em qual momento ocorre a mudança conceitual apresentada no QUADRO 1, pois esses, ao longo da história do ensino superior no país, se sobrepõem. Além disso, este trabalho procurará mostrar, que, nos dias atuais, as instituições de ensino superior ainda desenvolvem a extensão pelo viés da “via de mão única”.

A definição de “extensão”, de acordo com Melo Neto (2001) pela definição “via de mão única”, é alvo de críticas em relação à extensão universitária. Freire (2000) diz que o próprio termo *extensão* é um paradoxo, pois conota sentido de levar algo a alguém, demonstrando uma imposição e, assim, descaracterizando o caráter recíproco que tal ação deve ter.

Partindo do pressuposto de que uma instituição de ensino superior deve levar em consideração a sua interação com a sociedade, integrando mecanismos de intervenção nos setores sociais promovendo a troca de saberes com a atividade pedagógica, Freire (2000) afirma que a palavra *extensão* não expressa tal interação e apresenta o termo *comunicação*, aproximando-se da “via de mão dupla” proposta por Melo Neto (2001).

2.4.4.2 Impacto e Transformação

A Extensão deve, conforme Fireman (2011), em princípio, identificar como se dá relação entre a IES e outros setores da sociedade e estabelecer ações objetivas e consistentes, objetivando uma atuação transformadora da população, voltada para os interesses e necessidades, sendo implementadora do desenvolvimento regional e criadora de políticas públicas, de modo a tornar as comunidades autônomas evitando qualquer forma de dependência ou assistencialismo, pois não se trata de filantropia, uma vez que a IES também se depende da sociedade. As atividades de extensão devem levar o corpo discente ao contato com os grupos sociais desfavorecidos, despertando a consciência da alteridade.

De acordo com Fireman (2011), é exatamente o descobrir do outro que possibilita a verdadeira descoberta de si enquanto indivíduo e sujeito

inserido em uma sociedade. Segundo o autor, faz-se necessário, também, que as ações extensionistas sejam pensadas e realizadas em articulação com as administrações públicas, através da formulação de políticas públicas, alertando-se, no entanto, que as Instituições de Ensino Superior não podem substituir o poder público em suas funções constitucionais, mas servir de agentes parceiros na execução destas funções.

Portanto, a Extensão deve ajudar a formar profissionais com sensibilidade coletiva e que este processo se torne eficaz e eficiente para a construção da cidadania. Daí resulta, pois, a imprescindibilidade da Extensão, pois o contato constante com a sociedade, a comunidade universitária torna-se sensível às questões sociais e na busca por estas respostas, ela se dedica à investigação científica, à atualização do conhecimento.

2.4.4.3. Interação Dialógica

Freire (2000) traz uma reflexão conceitual para a extensão, onde defende a extensão como uma situação educativa, em que educadores e educandos assumem o papel de sujeitos cognoscentes.

Para Freire, ou se dá um processo de extensão dialógico, ou então se corre o risco de trabalhar com uma interpretação ingênua da realidade,

O diálogo é igualmente enfatizado por Santos (2004) como princípio básico para que a universidade passe a cumprir o seu papel de agência formadora: é, portanto, uma inspiração fundamental da indissociabilidade.

O princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão é fundamental no fazer acadêmico.

Segundo Tavares (1997):

“A Extensão é o próprio ensino e pesquisa desenvolvidos dentro de uma concepção político-metodológica que privilegia as necessidades da maioria da população, numa perspectiva do movimento ação – reflexão – ação, em que a concepção de ensino se constitui na elaboração, ela mesma, do conhecimento pelos alunos, resultante do confronto da realidade concreta e a pesquisa da sistematização dessa prática” (1997, p. 35).

2.4.4.3.1 Extensão e Pesquisa

O conhecimento não pode permanecer estático, cada IES deve ser espaço propício para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que é por intermédio desta que o saber científico se renova, fazendo-o atender a cada nova necessidade social que surge.

Logo, não deve haver a dicotomia entre o profissional que se dedica a ministrar aulas e o que se dedica à Pesquisa. O profissional que está inserido no mercado de trabalho deve ser o mesmo que, numa Pós-Graduação, procura atualizar e aprofundar seu conhecimento.

Em razão disso, é fundamental despertar, ainda no período da graduação, habilidades e aptidões no discente para este processo contínuo de reconstrução e reciclagem do saber científico, para que a formação destes profissionais, independentemente da área, contemple o processo da Pesquisa.

Dentre essas habilidades, há a denominada *sensibilidade social*, e como visto até o momento, desenvolvida através da Extensão, em um processo de troca entre os saberes, acadêmico e popular, fundamentais para desenvolvimento de tal habilidade.

A relação entre Pesquisa e Extensão possibilita a produção de conhecimento resultante do confronto da produção científica com a realidade, e esta produção de conhecimento deve ser capaz de contribuir para a transformação da sociedade. A extensão como via de interação entre a IES e a sociedade constitui-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática.

Segundo Fireman (2011), extensão e pesquisa são atividades que caminham unidas, numa relação dialógica e dialética:

“A Pesquisa se alimenta da Extensão, uma vez que por intermédio desta a comunidade universitária percebe as carências e demandas sociais; a Extensão se alimenta da Pesquisa, uma vez que por meio desta a comunidade universitária também traz um retorno para a sociedade através de respostas para as problemáticas identificadas. E assim essas duas atividades se inter-relacionam e se confluem.”
(2011, p 57)

A Extensão é um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, possibilitando a integração de áreas distintas do conhecimento, contribuindo para uma nova forma de fazer ciência, de maneira integrada, revertendo a tendência comum nas universidades de compartimentação do conhecimento da realidade.

2.4.4.3.2 Extensão e Ensino

O Ensino Superior não deve partir somente da reprodução de conhecimentos pré-concebidos, de um processo de memorização de conceitos e teorias. O Ensino deve levar o aluno à descoberta do conhecimento, bem como ser incentivado a pensar criticamente.

O Ensino deve permitir a interação entre teoria e prática, associado ao contexto sócio-cultural-histórico, permitindo a interdisciplinaridade, através da comunicação entre as diversas disciplinas que compõem a matriz curricular do Curso e as áreas de conhecimento afins, possibilitando, ao discente, analisar o objeto de estudo a partir de contextos diferentes.

Destarte, a atividade de Ensino não pode ser construída de forma distante da Pesquisa e da Extensão, uma vez que estas duas últimas são essenciais para pôr em prática um processo de ensino-aprendizagem. Logo, a relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, pois alunos e professores constituem-se sujeitos do ato de aprender.

Ao mesmo tempo em que a extensão possibilita a democratização do saber acadêmico, através dela, este saber retorna testado e reelaborado à IES.

Porém, Buarque (2003) alerta que no contexto atual deve-se atentar que o ensino superior tem o desafio de atualizar-se continuamente devido ao ritmo dos avanços tecnológicos dos tempos atuais. Os avanços tecnológicos têm alterado de forma significativa a interação dos processos internos das instituições, forçando-as a refletir sobre como otimizar suas funções e os métodos para desempenhá-las.

A eficiência do ensino superior deve ser avaliada em termos da concordância entre o que a sociedade espera da instituição e o que a instituição realmente faz (UNESCO, 1998). Sob as perspectivas cultural, social e econômica, a política educacional é estratégica no desenvolvimento de um país nação.

Formar indivíduo com uma visão crítica da realidade e capaz de atuar em um mercado de trabalho competitivo e exige que o ensino seja implantado adequadamente em função e método.

De acordo com Soares (2003) a IES deve: ser facilitadora da produção de novos conhecimentos; preparar profissionais com domínio da linguagem técnica; capacitar o egresso a processar novas informações; ser responsável pela interpretação de fatos e informações para que a formação oferecida atenda os princípios da economia de mercado, a articulação de acúmulos de capital e a apropriação privada que abrange todos os setores da organização social.

Conforme o autor, a preocupação com a preservação dos recursos e a volatilidade das tecnologias, destaca-se que o único fator permanente nesse ciclo é o homem, a sua capacidade intelectual e o seu conhecimento, e nessa perspectiva, afirma a necessidade que cada IES têm de rever, constantemente, cada uma de suas formas de atuação: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Logo, ao analisar-se o papel social das IES, em especial sua função de “produzir conhecimento, social e cientificamente relevantes, e tornar o conhecimento existente acessível a todos” (BOTOMÉ, 2001, p. 692), a atividade de extensão é um dos principais componentes a ser considerado, pois quando as necessidades forem percebidas pela comunidade acadêmica e incluídas no seu fazer, as IES estarão cumprindo com a sua finalidade, como afirma Soares (2003).

Portanto, sob a análise de Soares (2003), se a extensão é um processo educativo que viabiliza a interação entre IES e sociedade, a transformação social deve extrapolar os muros acadêmicos, então, a IES deve ser mais do que um laboratório, objeto de estudo ou campo de pesquisas, mas

também uma instituição com pessoas, demandas, reivindicações, anseios e saberes que se encontram dentro e fora de seu âmbito.

Então, pensar em extensão requer repensar o próprio modelo de ensino superior no que concerne a questões pedagógicas, curriculares, produção e acesso ao conhecimento e a seus produtos.

Na extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, ou seja, há uma troca de valores entre a IES e o meio (SILVA, 2002). Nesta troca de conhecimentos a IES aprende com a comunidade sobre seus valores, assim, pode planejar e executar as atividades respeitando e não violando esses valores.

De fato, frente às necessidades da sociedade atual, é necessário unir a teoria e a prática, ou seja, a realidade social deve subsidiar elementos para estudos, pesquisas, projetos e conhecimentos produzidos.

Sendo assim, o conceito de extensão está associado à idéia que o conhecimento produzido deve objetivar a transformação da realidade social, não se limitando apenas à formação dos alunos regulares da instituição.

Logo, as IES devem formar cidadãos para atuarem no contexto social, e para tanto, o currículo não pode se limitar a simples transmissão de conhecimentos.

Por meio da extensão a IES leva à comunidade os conhecimentos de que é detentora, sendo uma forma de socializar e democratizar o conhecimento, assim, o conhecimento não se traduz em privilégio apenas da minoria, mas difundido pela comunidade, consoante os próprios interesses dessa mesma comunidade, conforme Silva (2002).

O autor ainda afirma que a IES ao comunicar-se com a realidade, local ou regional, tem a possibilidade de renovar constantemente sua própria estrutura, seus currículos e suas ações, criativamente, otimizando esse atendimento.

Segundo o Fórum de Pró-Reitores, que aconteceu no fim da década de 1980, a extensão é o processo educativo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, e consoante Silva (2002), é preciso compreendê-la enquanto uma via de mão-dupla, que encontrará na sociedade a oportunidade

de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico, e na IES, nos docentes e nos discentes o aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

A atuação da extensão, decorrente desse relacionamento, possibilita a formação de pessoas emancipadas, comprometidas com comunidade a que pertencem e com a sociedade em geral. Nessa linha de raciocínio, Santos (1995) expressa que:

“a abertura ao outro é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito para além da democratização do acesso à universidade e da permanência nesta. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino” (1995, p. 19).

O princípio da indissociabilidade é fundamental no processo do ensino superior, onde, a relação entre o ensino e a extensão leva a transformações no processo pedagógico, pois discentes e docentes passam a condição de sujeitos do ato de aprender.

De acordo com Santos (1995), a extensão amplia o conceito de sala de aula, do espaço de produção teórico-abstrata, considerando sala de aula como todo o espaço, dentro ou fora da IES. O corpo acadêmico, no confronto com a realidade, assume o papel de sujeito ativo do ato de aprender e de produzir conhecimentos.

2.4.4.4 Espaços sociais e pedagógicos

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para o Ensino Superior, define o Princípio da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Segundo tal princípio, o Ensino Superior deve investir nessas três atividades, de forma que uma não esteja dissociada da outra. As três, Ensino, Pesquisa e Extensão, devem ser fomentadas de forma articulada e inter-relacionada.

Por outro lado, o Decreto 5773, de 9 de maio de 2006, em relação às Instituições de Ensino Superior, estabelece:

Art. 12. As instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como:

I - faculdades;

II - centros universitários;

III - universidades.

Nesse sentido, em relação à instituição denominada faculdade, esta não tem a obrigatoriedade de cumprir a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, podendo-se dedicar, assim, exclusivamente às atividades de ensino.

Todavia, a atividade de ensino deve estar comprometida com a formação de profissionais e cidadãos preparados para a reconstrução de uma sociedade mais justa e igualitária, como sujeitos de direito, participativos e politizados, bem como com o desenvolvimento regional, atendendo às necessidades da comunidade na qual está inserida.

Dessa forma, independentemente da modalidade de credenciamento, se faculdade, centro ou universidade, uma IES deve visar a uma formação profissional que passa por um ensino não-dogmático e não-estranque, levando o discente ao questionamento e à reflexão constantes, posicionando-se quanto aos discursos ideológicos, despertando o cientista social por meio de um processo de ensino aprendizagem construído a partir do diálogo, do debate e da leitura, da pesquisa acadêmica e do contato com a sociedade.

Destarte, a IES deve estimular atividades de pesquisa e extensão a partir de projetos e programas, pois só assim o ensino superior cumpre efetivamente sua função social, ou seja, amplia-se a visão de sala de aula, de espaço de produção teórico-abstrata, numa dimensão tradicional, para se considerar sala de aula todo espaço, dentro ou fora da universidade, onde se realiza o processo histórico social.

2.4.4.5 Caracterização das Ações de Extensão

Com base nas referências supra mencionadas, a extensão é desenvolvida no sentido de organizar, apoiar e acompanhar ações voltadas para a educação do cidadão nas áreas de educação pública, educação especial, cultura, lazer e recreação, saúde e meio ambiente, criando mecanismos institucionais que permitam avançar o processo de integração entre a IES e diversos setores da Sociedade.

Toda atividade acadêmica, científica, cultural, esportiva, técnica ou tecnológica, que não esteja inserida na matriz curricular dos cursos regulares pode ser entendida como ação de extensão.

Na perspectiva de uniformizar e sistematizar as ações de Extensão, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), realizado no final da década de 1980, em seu primeiro Plano Nacional de Extensão elaborado, classifica essas ações em cinco grandes categorias: projetos, programas, eventos, cursos e prestação de serviços, que podem ser de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico.

2.4.4.5.1 Programa

O PNExt (2001-2010) define Programa de Extensão como o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as atividades de extensão, pesquisa e ensino.

Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.

Deve enfatizar a inclusão social, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito da Instituição.

Têm como objetivos dotar a Instituição de melhores condições de gestão de suas atividades acadêmicas para os fins prioritários, além de apoiar

a Instituição em potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações propostas.

Deve procurar estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior.

Exemplo:

Programa:

Cultura para Todos

Ação de extensão composta de:

- *Projeto de Exposições da Galeria de Arte* – Ação Extensionista: Projeto
- *Visitas Guiadas ao Museu da UFES* – Ação Extensionista: Evento
- *Cinema na Escola* – Ação Extensionista: Evento
- *Semana de Cultura* – Ação Extensionista: Evento
- *Curso de formação de agentes culturais* – Ação Extensionista: Cursos
- *Música na Escola* – Ação Extensionista: Evento

2.4.4.5.2 Projeto

Ainda consoante ao PNExt (2001-2010), caracteriza-se como projeto toda ação processual contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. O projeto pode estar vinculado a um Programa ou ser registrado como projeto sem vínculo.

Um projeto surge em resposta a um problema concreto oriundo da necessidade a localidade onde a IES está inserida. A elaboração de um projeto é, antes de tudo, contribuir para a solução de problemas, transformando idéias em ações.

Um Projeto de Extensão é o resultado obtido ao se “projetar” no papel tudo o que é necessário para o desenvolvimento de um conjunto de atividades a serem executadas, tais como objetivos, os meios que serão utilizados para atingi-los, os recursos necessários, como serão obtidos e como a forma da avaliação dos resultados.

A sistematização de um projeto em um documento auxilia a organizar o trabalho em etapas a serem cumpridas, identificar as principais deficiências e apontar possíveis falhas durante a execução das atividades previstas.

Os elementos básicos que compõe um projeto devem estar bem relacionados e articulados em uma proposta de atividade, que pode ter um modelo específico para cada IES.

2.4.4.5.3 Curso

Ação pedagógica, de caráter teórico ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos. Ação com carga horária menor que 8h deve ser registrada como evento.

Os Cursos de Extensão podem ser classificados como cursos de Iniciação, Atualização, Treinamento/Qualificação, Aperfeiçoamento e Especialização de Caráter Extensionista.

O curso do tipo Iniciação é aquele que objetiva oferecer noções introdutórias em uma área específica do conhecimento.

Já os que são do tipo Atualização visam atualizar conhecimentos, habilidades ou técnicas pré-existentes. Os de Treinamento/Qualificação profissional aquele que objetiva treinar e capacitar atividades profissionais específicas.

Cursos classificados de Aperfeiçoamento aquele que objetiva capacitar, ampliar e desenvolver conhecimentos e habilidades técnicas, são destinados aos graduados.

Especialização de Caráter Extensionista é oriundo do Programa de Extensão e objetiva capacitar, ampliar e desenvolver conhecimentos e habilidades técnicas, em áreas específicas do conhecimento, incrementando a formação do aluno, por meio da apresentação de monografia ou trabalho equivalente. Destinado aos graduados.

2.4.4.5.4 Evento

Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela IES.

Podem classificar-se como Evento de Extensão, Congressos, Seminários, Ciclo de Debates, Exposição, Espetáculo, Evento Esportivo, Festival.

A classificação de evento extensionista como Congresso são aqueles de grandes proporções em nível regional, nacional ou internacional, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla.

Realizado como um conjunto de atividades como mesas-redondas, palestras, conferências, apresentação de trabalhos, cursos, mini-cursos, oficinas/workshops. Incluem-se nesta categoria eventos de grande porte como Conferência Nacional, Reunião Anual

Seminário é uma ação de âmbito menor do que um congresso, tanto em termos de duração, quanto de número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se eventos desta categoria: Encontros, Simpósios, Jornadas, Colóquios, Fóruns

Já o *Ciclo de Debates* são encontros seqüenciais que visam a discussão de um tema específico. Inclui-se nesta categoria: Ciclos, Circuitos, Semanas

Exposição é uma exibição pública de obras de arte, produtos, serviços. Em geral é utilizada para a promoção e venda de produtos e serviços. Inclui-se nesta categoria: Feiras, Salões, Mostras, Lançamentos

Na categoria *Espetáculo*, inclui-se qualquer demonstração pública de eventos cênicos, musicais. Incluem-se nesta categoria Recitais, Concertos, Shows, Apresentação Teatral, Cinema e Televisão, Demonstração pública de canto, dança e interpretação musical

Evento Esportivo são Campeonatos, Torneios, Olimpíadas, Apresentações Esportivas.

Os *Festivais* contemplam uma série de ações, eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos realizados concomitantemente, em geral em edições periódicas.

2.4.4.5.5 Prestação de Serviço

Realização de trabalho oferecidos pelas IES ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.).

A prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo / produto e não resulta na posse de um bem.

Segue a classificação da prestação de serviços de acordo com o Plano Nacional de Extensão

Quadro 02

ATENDIMENTO AO PÚBLICO EM ESPAÇOS DE CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
Espaços e Museus Culturais	Atendimento a visitantes em museus e centros de memória das IES. Atendimento ao público em espaços culturais das IES.
Espaços e Museus de Ciência e Tecnologia	Atendimento ao público em espaços de ciência e tecnologia das IES, como observatório astronômico, estação ecológica, planetário, jardim botânico, setores e laboratórios, etc.
Cineclubes	Atendimento ao público em cineclubes das IES.
Outros espaços	Outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores.

Fonte: Plano Nacional de Extensão <http://www.mec.gov.br>

Quadro 03

SERVIÇO EVENTUAL	
Consultoria	Análise e emissão de pareceres, envolvendo pessoal do quadro, acerca de situações ou temas específicos.
Assessoria	Assistência ou auxílio técnico em um assunto específico, envolvendo pessoal do quadro, graças a conhecimentos especializados.
Curadoria	Organização e manutenção de acervos e mostras de arte e cultura, envolvendo pessoal do quadro.
Outros	Incluem-se nessa categoria pesquisa encomendada, restauração de bens móveis e imóveis e outras Prestação de serviço eventuais.

Fonte: Plano Nacional de Extensão <http://www.mec.gov.br>

Quadro 04

ATIVIDADES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	
Depósito de Patentes e Modelos de Utilidades	Depósitos e registro de patentes.
Registro de Marcas e Softwares	Registro de marcas e softwares.
Contratos de Transferência de Tecnologia	Contrato de transferência de direito sobre tecnologia.
Registro de Direitos Autorais	Registro de direitos autorais.
EXAMES E LAUDOS TÉCNICOS	
Laudos Técnicos	Exames, perícias e laudos realizados pelas diversas áreas da instituição de educação superior que oferece serviço permanente, envolvendo pessoal do quadro. Inclui: análise de solos, exames agrônômicos e botânicos, análise farmacológica, qualidades de produtos, laudos médicos, psicológicos, antropológicos, perícia ambiental, dentre outros.

Fonte: Plano Nacional de Extensão <http://www.mec.gov.br>

Quadro 05

ATENDIMENTO JURÍDICO E JUDICIAL	
Atendimento Jurídico e Judicial	Atendimentos a pessoas em orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais.
ATENDIMENTO EM SAÚDE HUMANA	
Consultas Ambulatoriais	Consulta ambulatorial ou domiciliar programada, prestada por profissionais da área da saúde.
Consultas de Emergência e Urgência	Consulta em situação que exige pronto atendimento (emergências e urgências).
Internações	Atendimento a pacientes internados.
Cirurgias	Intervenções cirúrgicas (hospitalares e ambulatoriais).
Exames Laboratoriais	Exames de patologia clínica e anátomo-patologia.
Exames Secundários	Radiologia, ultra-sonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.
Outros Atendimentos	Outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores.
ATENDIMENTO EM SAÚDE ANIMAL	
Atendimentos ambulatoriais	Atendimento ambulatorial a animais.
Internações veterinárias	Assistência veterinária a animais internados.
Cirurgias veterinárias	Intervenções cirúrgicas em animais (hospitalares e ambulatoriais).
Exames laboratoriais e secundários em veterinária	Exames de patologia clínica e anátomo-patologia; radiologia, ultra-sonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.

Fonte: Plano Nacional de Extensão <http://www.mec.gov.br>

2.4.4.6 Áreas Temáticas da Extensão

A política nacional de extensão vem sendo pactuada pelas Instituições de Ensino Superior integrantes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX).

O FORPROEX organizou a atuação da extensão universitária em oito áreas temáticas: saúde, educação, trabalho, meio ambiente, comunicação, direitos humanos e justiça, tecnologia de produção e cultura. Essas áreas podem ser agrupadas de vários modos.

Um agrupamento usual é o que estabelece duas categorias, o primeiro regido pelos temas atinentes aos chamados direitos de primeira e segunda geração, isto é, saúde, educação, trabalho e cultura.

A segunda categoria é o representativo dos direitos contemporâneos, é o caso dos direitos humanos, meio ambiente, comunicação e novas tecnologias.

O Plano Nacional de Extensão, publicado em novembro de 1999, define como diretrizes para a extensão a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, a interdisciplinaridade e a relação bidirecional com a sociedade. Realizada sob a forma de programas, projetos, cursos de extensão, eventos, prestações de serviço e elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos, a Extensão passa por um processo de organização, no qual se insere a implementação de um sistema de informação de base nacional e um sistema de avaliação contínuo e prospectivo.

Os três documentos básicos - Plano Nacional de Extensão Universitária, Sistemas de Dados e Informações - base operacional, e Avaliação da Extensão Universitária - estão disponíveis neste site na seção documentos.

Para a consecução de sua missão fundamental, a de dar respostas às necessidades da sociedade, o trabalho de extensão das Instituições de Ensino Superior é sistematizado de acordo com as seguintes áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho.

As ações, em cada área temática, serão executadas segundo linhas programáticas definidas, com o cuidado de ser estimulada a interdisciplinaridade, o que supõe a existência de interfaces e interações temáticas.

Ênfase especial deve ser dada à participação dos setores universitários de extensão na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a maioria da população, à qualificação e educação permanente de gestores de sistemas sociais e à disponibilização de novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país.

Como orientação geral, o Plano Nacional de Extensão diz que:

“Todas as ações de extensão deverão sempre ser classificadas segundo uma área temática. Como grande número de ações podem ser relacionadas a mais de uma área, os sistemas de informação deverão registrar a classificação em “área temática principal” e “área temática complementar.”

A finalidade da classificação é a sistematização, de maneira a favorecer os estudos e relatórios sobre a produção da extensão universitária brasileira, segundo agrupamentos temáticos, bem como a articulação de indivíduos ou de grupos que atuam na mesma área temática. A denominação das áreas temáticas foi proposta de modo a tornar o mais abrangente possível a área de atuação. Das nove áreas temáticas inicialmente propostas pelo GT, no Encontro Extraordinário em Brasília – dezembro de 1999 – optou-se pelas oito áreas temáticas citadas, passando o tema Desenvolvimento Rural a constituir Linha Programática. Aprovou-se ainda que o GT deveria elaborar ementa relativa a cada área temática. A denominação das áreas temáticas será uniforme, para utilização em caráter regional e nacional, conforme lista a seguir. Mesmo que não se encontre no conjunto das áreas temáticas uma correspondência absoluta entre o objeto de um projeto e o conteúdo descrito nas áreas, a mais aproximada, tematicamente, deverá ser escolhida, no sentido de se estabelecer parâmetros regionais e nacionais. Os sistemas de informações deverão permitir ainda o registro de uma segunda área temática, como “complementar”. Periodicamente essas classificações poderão ser revistas, passando as modificações a vigorar, sempre, no ano seguinte ao da proposta de modificação.”

À extensão universitária cabe motivar a inteligência da universidade nessas oito áreas temáticas, articulá-las internamente, e mobilizá-las no

sentido do enfrentamento das questões contemporâneas do ponto de vista da solidariedade e da sustentabilidade.

3 AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E EXTENSÃO

A ação de avaliar sempre tem caráter transformador, porque afeta a vida das pessoas envolvidas, produz efeitos sobre elas, devendo ser

importante instrumento para mover a tomada de decisão diante dos resultados obtidos. Segundo Bartnik (2009),

“Há um longo caminho a percorrer. É um percurso de obstáculos, pois toda mudança esbarra em resistências e requer tempo para ser apreendida. No entanto, é necessário que isso seja trabalhado de forma constante, pelas IES e demais órgãos envolvidos, uma vez que é preciso semear aos poucos e continuamente essa cultura avaliativa, que permitirá dar à extensão um valor além do outorgado atualmente.” (2009, p. 106)

A aparente facilidade para se definir a avaliação decorre de que esta palavra faz parte do vocabulário comum, entretanto, o processo de avaliação, segundo especialistas, não possui forma ou parametrização conceitual única com a qual todos concordem de forma unânime.

Segundo Worthen, Sandres & Fitzpatrick (2004),

“Uma avaliação é identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis para determinar o valor, a qualidade, a utilidade, a eficácia ou a importância do objeto avaliado em relação a estes critérios.” (2004, p. 35).

As avaliações podem, portanto, ser definidas e categorizadas segundo diferentes parâmetros. Alguns serão abordados a seguir.

A primeira forma de classificá-las é dividi-las entre *Avaliações Formais* e *Avaliações Informais*. As avaliações formais, o processo de avaliação é estruturado e sistemático

Na área da educação,

“As avaliações costumam ter um caráter deliberado, sistematizado, apóiam-se em pressupostos explicitados em maior ou menor grau, variam em complexidade e servem a múltiplos propósitos.” (Worthen, Sandres & Fitzpatrick, 2004, p. 25).

Ainda de acordo com os autores, no cenário educacional existe uma prevalência de avaliações formais.

Segundo Freitas (2003), pode-se dizer que as avaliações informais são aquelas realizadas com base em percepções, intuições e em experiências anteriores, sem haver preocupação com a sistematicidade e/ou com maior rigor de julgamentos.

Freitas (2003) ainda afirma que os dois processos de avaliação, segundo esta classificação, coexistem em sala de aula. A avaliação formal é composta de mecanismos e instrumentos estruturados que conduzem a um conceito, e a avaliação informal, composta por juízos de valor, que influenciam nos resultados das avaliações formais.

Ainda de acordo com Freitas (2003), uma segunda forma de classificar os processos de avaliação depende da forma como as pessoas participam deste processo. Seguindo esta premissa, passam a existir a Avaliação Autoritária e a Avaliação Participativa.

A avaliação é dita autoritária quando todo o processo, ou quase todo, passa pelo avaliador, sem a participação dos agentes avaliados, decidindo o que, como e quando avaliar. Ao avaliador, neste tipo de avaliação, cabe decidir também, sobre como devem ser tratados os resultados, ficando aos avaliados a condição de acatar a forma e as considerações decorrentes, sejam estas positivas ou negativas.

Já na avaliação participativa, também conhecida como democrática, as posições ocupadas pelos envolvidos é diferente da submissão imposta pela avaliação autoritária, já que, nelas, aqueles que são avaliados podem colaborar nas diversas etapas da tomadas de decisão.

Um processo avaliativo busca atingir diversos objetivos, não é possível reduzir sua perspectiva à aplicação de um instrumento ou a utilização de uma ferramenta técnica.

Para se compreender qualquer processo de avaliação, é necessário responder alguns questionamentos tais como: quem irá avaliar? Quem são os atores do processo que serão avaliados? Quais as técnicas que serão

utilizadas no processo avaliativo? Quais os objetivos da avaliação? Quais serão as conseqüências de sua aplicação e quem as sofrerá? Como serão usados os resultados obtidos?

De acordo com Dias Sobrinho (2002) a avaliação não é neutra e,

“Ela é mergulhada em valores e se inscreve num jogo de forças e tensão, num mundo de interesses diferentes e muitas vezes contraditórios, cuja complexidade extravasa todo instrumento métrico. Pode-se medir, e com algumas conseqüências, varias coisas no individuo e na sociedade, mas não suas totalidades” (2002, p. 64)

Logo, um processo avaliativo, apesar de amplo e complexo, se faz necessário à determinação de aspectos e dimensões em detrimento de outros. Estas escolhas são orientadas por valores, em geral, dos avaliadores.

“Se é eminente política e de amplo interesse social, muitos serão os tipos de avaliação adequados a seus respectivos objetivos, seus efeitos são vários e podem ser contraditórios, como ocorre com freqüência. Os problemas e problemáticas da avaliação, vimos insistindo, vinculam-se à tendência geral dos conflitos e paradigmas que se confrontam na ciência, mas que fazem parte de contradições muito mais amplas e acirradas na sociedade. Afinal de contas, as opções técnicas e científicas fazem parte das escolhas da história da humanidade.” (2003, p. 93)

Dias Sobrinho (2003) refere-se, ainda, aos conflitos de paradigmas que cercam a avaliação, ou seja, a escolha de valores e tomadas de decisões

“Não há um modelo único de avaliação, uma só concepção, uma só prática. Falar de avaliação é necessariamente tratar de avaliações. Plurais, mas não aleatórias, descomprometidas, devem se confiáveis e justas, técnica e eticamente.” (2002, p.40)

Portanto, o que se pretende mostrar sobre os processos avaliativos em geral, é a idéia de que a avaliação é um processo complexo, que pode ser desenvolvido por vários métodos e técnicas, que envolve escalas de valores e, e que na maioria das vezes, não produz resultados certos ou respostas finais, apenas considerações sobre um quadro geral de uma determinada situação.

3.1 Avaliação no Ensino Superior

O tema avaliação na perspectiva da área da educação, conforme Dias Sobrinho (2002), destaca-se de nas reformas recentes dos sistemas educativos.

Na década de 1970, o neoliberalismo passa a direcionar o Estado, resultando na transferência de suas responsabilidades para agentes privados e na diminuição de sua participação no atendimento das necessidades da sociedade, e passa a assumir funções de fiscalização dos serviços que foram privatizados, estabelecendo regras visando à proteção do interesse público.

Apesar dos esforços, na década de 1980, para implementar políticas públicas de avaliação do ensino superior, e de a avaliação passar a ser incorporada às normas gerais da educação a partir da constituição de 1988, como um dos requisitos de funcionamento das IES, sua concretização começa a ocorrer efetivamente na década seguinte.

A avaliação passou a ser institucionalizada com a criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), em 1993. A proposta do programa era a de sistematizar a avaliação, com concepção formativa, buscando prestar contas da qualidade institucional do ensino ofertado, sendo inicialmente realizado nos cursos de graduação.

Em 1995, começou a expansão das instituições de ensino superior Privadas no Brasil, e o PAIUB não atendia mais a gama de instituições criadas, então foi substituído pelo Exame Nacional de Cursos (ENC), que tinha como peça-chave a aplicação de uma prova em larga escala.

Instituído pela Lei nº 9.131/1995, o ENC, a partir dos cursos analisados, tinha os objetivos de traçar um diagnóstico; fundamentar processos de decisão; e formular políticas para a otimização do ensino superior. Além disso, coube-lhe a função de prestar contas à sociedade dos resultados obtidos, objetivando demonstrar a existência de uma interação entre o Estado e as IES.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/1996, e as políticas posteriores para a educação superior, o Ministério da Educação passa a institucionalizar um sistema de avaliação mais abrangente, passando a contar com uma periodicidade definida e determinando o uso de métodos e

critérios amplos para a avaliação dos fatores que venham a garantir a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto, é definido o Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), tenha como atividade principal o desenvolvimento de sistemas de avaliação da educação básica e superior, cabendo-lhe, especificamente, coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação.

Para a garantia da qualidade do sistema de avaliação a ser implementado, são atribuições dos demais órgãos do Ministério da Educação, como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Secretaria de Ensino Superior (SESu).

Esse processo de elaboração de normas trouxe direcionamentos quanto ao que se estabelece como responsabilidade do Estado, que, segundo Barreyro & Rothen (2007), caracteriza-se pela transferência de funções, destacando-se a criação de normas e a fiscalização de seu cumprimento. Dentre as dimensões afetadas por esta reforma do Estado, no campo da educação, se definem os padrões de qualidade do ensino superior e os seus indicadores.

Estas reformas passam a alterar as responsabilidades dos órgãos ligados ao ensino superior, que, segundo Barreyro & Rothen (2007),

“Percebe-se que o processo levou para um deslocamento de funções exercidas pelo CFE, para o MEC, implicando na criação ou transformação de órgãos já existentes. Eis o caso do SESu, que ganhou o Departamento de Supervisão do Ensino Superior, do INEP, que se transformou numa agência especializada na realização de avaliações e da Comissão Nacional de Avaliação da Educação – CONAES, órgão supervisor do SINAES, criado no governo Lula.” (2007, p. 144)

Vale à pena ressaltar que a avaliação com a conotação de controle, fundada sobre indicadores, objetivam analisar o desempenho das instituições, diz respeito à avaliação como instrumento de controle do mercado e que visa à prestação de contas junto a sociedade, de acordo com Dias Sobrinho (2003).

Em 14 de abril de 2004, é promulgada a Lei nº 10.867, que cria o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que

institucionaliza a avaliação como política pública, conforme explicam Barreyro & Rothen (2007):

“O Ministério da Educação, visando atender à função de regular e controlar as instituições, tem privilegiado a utilização da avaliação para cumprir com essa missão. A avaliação, pela especialização e a profissionalização” (2007, p. 144).

A avaliação regulatória deverá se utilizar de instrumentos elaborados de acordo com a função social da avaliação, e devendo ter uma intencionalidade educativa, que deve ser voltada à qualidade do ensino ofertado pelas instituições.

Com a instituição do SINAES, a avaliação passou a ser estruturada em três eixos: na instituição, no curso e nos estudantes, visando obter informações mais completas em seus resultados, os quais compõem um referencial de regulação e supervisão da instituição avaliada.

Os resultados aferidos nestes três eixos possibilitam o credenciamento, autorização para funcionamento, reconhecimento e renovação dos cursos de graduação das IES.

É criado o Exame Nacional de Desempenho (ENADE), substituindo o ENC, com foco nos discentes, articulando os procedimentos avaliativos e seus encaminhamentos. Entretanto, O Decreto nº 5.773/2006 revogou algumas normativas da avaliação, redefinindo os eixos,

“Na proposta do SINAES, a questão da qualidade é mencionada como objetivo principal do sistema, mas não aparece claramente definida, parecendo um conceito difuso, pouco preciso, às vezes contraditório.” (Barreyro & Rothen, 2007, p.12)

A avaliação ganha relevância, sendo desenvolvido um modelo mais complexo e passa a ter autonomia de regulação, através do CONAES, que tem como função orientar as avaliações.

Barreyro & Rothen (2007), ao refletirem sobre o modelo para a aplicação da Avaliação Interna e as Diretrizes criadas para a avaliação para as IES, concebidos pelo CONAES, afirmam que:

“A auto-avaliação institucional é o pilar basilar das avaliações e, coerentemente com a visão emancipatória da avaliação, cabe a cada IES definir os indicadores de qualidade.” (2007, p. 12)

O Instrumento de Avaliação Externa de Cursos de Graduação estabelece parâmetros para a avaliação, levando em consideração padrões básicos de qualidade do ensino superior, porém, não identifica de forma precisa quais seriam estes parâmetros.

Logo, observa-se, que a avaliação do ensino superior foi de um modelo quantitativo a um modelo baseado na regulação, onde a compreensão deste modelo, no que concerne à qualidade e tipo de ensino, ainda está aberta a debates no meio acadêmico.

Segundo Barreyro & Rothen (2007),

“Comparativamente a outros países da América Latina, o Brasil está desenvolvendo a avaliação da educação superior com características da segunda e a terceira reforma, isto é, há uma forte expansão interna via iniciativa privada da educação superior, e segue-se a tendência internacional de controle da qualidade do sistema, isto apesar de, até o momento, não haver demasiada influência da internacionalização na educação superior brasileira” (2007, p. 13-14).

No que concerne a este trabalho, as funções que serão consideradas para um processo de avaliação serão as de formação e emancipação. Estes termos requerem algumas análises cuidadosas, pois temos encontrado seu uso extensivo, mas de formas variadas.

Dias Sobrinho (2002) traz contribuições para consubstanciar o caráter amplo do termo *formação*. O referido autor, argumentando que os instrumentos quantitativos não devem limitar a avaliação educativa, afirma que:

“Mais que resultados obtidos pelos alunos por uma instituição, o objeto em foco passa a ser prioritariamente as relações sócio-educativas, isto é, as relações intersubjetivas concretas, as representações, as estruturas, em função da formação do estudante. A formação como fim, portanto, formação em seu sentido mais completo.” (2002, p. 10)

Saul (2001) propõe uma discussão sobre o que nos conscientiza, levando-nos a uma possível transformação, a uma emancipação, e tratar de

emancipação de modo geral é algo um tanto incômodo, pois obriga a mudanças de comportamentos.

No paradigma proposto pela autora propõe um paradigma, onde, é fato que a existência de limitações do ser humano, a avaliação deve considerar o contexto no qual este sujeito está inserido. Assim, torna-se necessário o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação sensível ao contexto e ao sujeito. Compreensão do objeto de estudo possibilita uma reflexão que visa superar distinções na avaliação em educação.

O sistema educacional brasileiro vem sendo orientado por marcas autoritárias e Saul (2001) fundamenta essa afirmação historiando a avaliação no país, destacando o caráter técnico ao processo de avaliar, cuja meta é mensurar o grau em que os objetivos foram atingidos, dando à avaliação cerne burocrática. Este pensamento positivista, cujo enfoque centra-se em objetivos pré-definidos, marca a legislação brasileira, projetando-se no meio acadêmico, especialmente na avaliação.

A autora propõe uma ruptura com o pensamento positivista e constrói um modelo denominado de *Avaliação Emancipatória*, fundamentado em três bases metodológicas, Avaliação Democrática, Crítica Institucional e Pesquisa e Participante.

Na avaliação democrática, baseia-se nos sujeitos, levando em consideração o pluralismo de valores, e onde as análises são a eles disponibilizados, para que possam ter controle sobre o que fazer com eles favorecendo uma negociação de acessibilidade. Parte das idéias de Paulo Freire, que defende a valorização dos sujeitos, em suas capacidades de desenvolver suas próprias ações.

A crítica institucional, ou criação coletiva, têm a proposta de, através de instrumentos de conscientização, de delimitar um quadro do contexto avaliado.

Já na pesquisa participante, propõe-se uma análise focada na realidade do avaliado, no seu desenvolvimento autônomo, e no comprimento das relações impostas.

Para Saul (2001),

“A avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la.” (2001, p. 61).

Tal metodologia remete às idéias concebidas por Paulo Freire, cujos preceitos básicos para a educação são a emancipação, a decisão democrática, a transformação e a crítica educativa.

Nessa perspectiva, é atribuído ao avaliador criar o ambiente que favoreça o diálogo e a análise crítica e é por isso que debates, entrevistas, depoimentos, observação, análise documental, são privilegiados neste tipo de avaliação, cujo foco deve ser a qualidade do que se avalia.

Dias Sobrinho (2003) pondera que a linha positivista também não pode ser de todo descartada, pois as IES também devem se preocupar quanto aos resultados obtidos com a avaliação e o encaminhamento das ações mais adequadas para melhoria. Neste sentido, destaca a importância de realizar a avaliação segundo os objetivos propostos por estes programas e cursos.

O autor afirma que é importante haver uma distinção da avaliação puramente pedagógica dos processos avaliativos cujos objetivos estão mais ligados aos interesses políticos.

Höfling (2001) discorre sobre avaliação de políticas públicas, de um modo mais amplo, e realça a importância do delineamento dos objetivos ao elaborar instrumentos adequados para um processo avaliativo.

“Para além da crescente sofisticação na produção de instrumentos de avaliação de programas, projetos e mesmo de políticas públicas é fundamental se referir às chamadas “questões de fundo”, as quais informam, basicamente, as decisões tomadas, as escolhas feitas, os caminhos de implementação traçados e os modelos de avaliação

aplicados, em relação a uma estratégia de intervenção governamental qualquer.” (2001, p.30)

A avaliação poderá realizar-se sob diferentes formas e conotar vários sentidos, compondo-se por um viés invariavelmente político. De acordo com Dias Sobrinho (2003),

“Distinguir se esses efeitos estão referidos aos valores do conhecimento, da sólida formação intelectual, do espírito público e dos interesses mais amplos da sociedade, ou se por outro lado, atendem aos interesses exclusivos e privados.” (2003, p.116)

Afirma, ainda, que a avaliação não deve ser ater somente a mensurar a aprendizagem pelo Estado, deve ter como visão a avaliação formativa compromissada com um ensino, ciente de sua responsabilidade social.

O processo avaliativo, pelo até aqui exposto, assume a premissa básica de que a educação deve promover a sociedade em sentido amplo, e que o processo de implantação de modelos que o articule deve basear-se no fato de que o objetivo maior é constituir uma massa crítica, formada por qualquer IES, que desenvolva e consolide a democracia.

Com isso, no estudo proposto, faz-se necessário verificar como se dá este processo sob o foco da extensão, a forma como devem ser avaliadas as ações e a sua contribuição para a qualidade do ensino superior no país.

3.2 Avaliação da extensão

Deve-se antes considerar que a avaliação de programas de extensão, é um processo ainda em desenvolvimento, com iniciativas que apresentam avanços na sua concepção e em sua realização. De acordo com Nogueira (2005), o Plano de Trabalho de Extensão Universitária proposto pelo MEC apresenta incongruências.

Conforme o autor, cabe ao Ministério da Educação a formulação das diretrizes políticas das ações em andamento, além da articulação com os entes

envolvidos, sendo eles públicos ou privados, e às IES's atribui-se a execução das ações.

Porém, o Plano ao distribuir as atribuições de cada ente, determinando que cada IES execute e planeje e o MEC as coordene, elaborando a política educacional, articulando a avaliação da extensão entre Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) e o Plano, acaba dando às IES todas as atribuições de elaboração e controle das ações extensionistas, já que passa a ter o mesmo objetivo e a mesma justificativa de atuação.

Com esta distribuição, entende-se que o Plano, afasta o MEC de suas atribuições, e ao mesmo tempo as delega às agências reguladoras, ficando responsável, restritamente, à avaliação das ações extensionistas. Consequentemente, a avaliação da extensão, passa a constituir os demais eixos, ensino e pesquisa.

Com a implantação do SINAES, passa a ocorrer a estruturação da avaliação da extensão, Conforme Barreyro & Rothen (2007),

“A finalidade declarada da avaliação é a melhoria da qualidade, ressaltando a missão pública da educação superior. Seus resultados ainda são referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, definindo tais processos como de credenciamento, sua renovação, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação. Com o SINAES, objetivou-se separar a avaliação da regulação, embora a primeira seja elemento que fundamenta a segunda” (2007, p.8)

Diante da falta de políticas públicas específicas para a extensão, o SINAES, segundo Elpo (2004),

“Surge para adequar o processo de avaliação de forma globalizante, articulando auto-avaliação, interna e externa, buscando assim, atender as questões pertinentes a avaliação de toda a instituição, incluindo um tópico específico sobre a avaliação da extensão.” (2004, p. 2)

De acordo com a autora, os órgãos avaliadores dão pouca relevância à extensão e, por isso, o SINAES representa um avanço nesta questão, pois amplia o processo avaliativo das IES, incluindo a avaliação dos programas de extensão como objeto de análises. Onde a avaliação da

extensão deve ir além da prestação de contas, e se comprometer em ajudar a estreitar os laços entre a IES e a sociedade,

“Para o SINAES, o importante é consolidar a extensão, possibilitando a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico” (2004, p. 6)

A institucionalização do SINAES, procura fomentar a interação entre da universidade e a comunidade, ao criar instrumentos de avaliação da extensão, modelos de auto-avaliação e a elaboração de instrumentos para o processo avaliativo das instituições.

Por consequência a política a ser adotada vem sendo debatida nos fóruns mais importantes que tratam da extensão na educação superior, pode-se citar, o Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas (FORPROEX), o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU) e a Rede Nacional de Extensão (RENEX).

Estes eventos constituem espaço para que a extensão seja socializada e avaliada; de visibilidade aos trabalhos desenvolvidos; de reflexão sobre a capacidade que a extensão tem de proporcionar a construção da conscientização dos docentes e dos discentes, já que esta é a forma de contato concreto com a realidade. Tanto que, nas publicações resultantes destes encontros, verifica-se uma corrente ideológica de articular a extensão a temas como trabalho, meio ambiente, saúde e cidadania, assim, os encontros mencionados são abertos a reflexões, socializações, acompanhamentos e avaliação das práticas extensionistas desenvolvidas em âmbito nacional.

Calderón (2007) destaca a importância dos debates que ocorrem nos eventos científicos específicos da extensão universitária como contribuição para sua organização e construção teórica. Referindo-se aos fóruns e congressos, diz que:

“Acreditamos que o diálogo entre o Estado e os fóruns de extensão das IES estatais, comunitárias e particulares pode contribuir para a obtenção de maior consenso em torno das normatizações no âmbito da extensão universitária [...]. Um grande desafio é que a avaliação

da extensão ocorra no contexto da flexibilidade curricular, da autonomia didático-pedagógica e da heterogeneidade institucional, considerando a diversidade regional, a complexidade universitária, a especificidade do financiamento do setor particular, e principalmente no âmbito do projeto institucional das IES e dos projetos pedagógicos dos cursos.” (2007, p. 59)

Os Fóruns de Pró-Reitores de Extensão tem encontros anuais, sendo em 1987 sua primeira edição. Segundo Romero (2004), os FORPROEX têm forte participação na constituição de parâmetros das ações de extensão nas universidades, e conseqüentemente nas demais modalidades de instituição de ensino superior, tendo como meta construir um projeto das relações sociais, direcionado a democracia e à igualdade.

Como resultado de cada fórum, é formalizado um documento pelo qual são registrados às considerações, denominado Carta, e em seguida, direcionada ao Governo, para o auxílio na formação de políticas públicas relacionadas à extensão e de sua avaliação, de acordo com princípios, diretrizes e dimensões, debatidos nestes encontros.

Destes fóruns, a Carta de Florianópolis (2002) e a de Brasília (2003) referem-se ao tema Avaliação da Extensão Universitária.

A Carta de Florianópolis diz que, o trabalho desenvolvido nas IES's representados através de sua identidade institucional põe-se como desafio à gestão e a avaliação da extensão pela comunidade acadêmica, alertando para o fato de que o próprio conceito de extensão está em construção, não havendo ainda, consenso quanto à compreensão do que vem ser a ação extensionista.

Ainda considera que a extensão como representação prática do diálogo da IES e a sociedade, sendo objetivo do próprio evento, abrir o diálogo intra e interinstitucional, para a problematização da relação entre gestão e avaliação da extensão.

Neste documento pondera-se que a questão da avaliação da extensão deve considerar a organização institucional, por que são ações relacionadas à tomada de decisão das opções estratégicas e do plano operacional, que envolvem toda instituição, uma vez que a relação institucional com a sociedade é algo que diz respeito ao conjunto da comunidade

acadêmica, alcançando a sua própria dinâmica organizacional em suas dimensões de pesquisa e de ensino.

Em suma, um processo de gestão e de avaliação eficiente parte do diálogo contínuo, considerando cada instituição, como espaço de reflexão e debate.

Na Carta de Brasília reforça-se a importância da avaliação das ações extensionistas, e que esta avaliação deve ser ampla, considerar que existe uma multiplicidade de aspectos da vida acadêmica situados no tripé ensino-pesquisa-extensão.

Na elaboração desta carta foi considerado a diversidade das formas que se podem organizar as IES, como faculdades isoladas, institutos superiores, centros universitários e universidades. Diante desta gama de modelos de ensino superior, o documento ressalta a necessidade de se formar princípios que devam ser universais na avaliação.

A Carta de Brasília, diz que o processo de avaliação da extensão deve considerar dimensões básicas como a Produção de Conhecimento; a Formação Integral; a Relevância Social; e a Identidade Institucional.

Na produção de conhecimento deve considerar a relação *Extensão-Pesquisa*, sendo avaliada a contribuição para esta interdisciplinaridade, a relação entre o saber científico e o senso comum.

Identificar como, quando, quanto e onde a Extensão integra o processo formativo determina a formação integral, ou seja, de que modo privilegia a relação teoria com prática.

Já na relevância social se avalia desdobramentos das ações extensionistas na comunidade em que a IES está inserida, se alcançam o enfrentamento dos problemas sociais sofrida por esta comunidade.

E por fim, a identidade institucional se traduz pela conferência da efetividade das ações de Extensão junto à instituição, buscando verificar qual a repercussão das ações extensionistas na identidade e missão da IES.

Dias Sobrinho (2003), que ao avaliar-se um programa de extensão, além de ser importante analisá-lo segundo os objetivos que se dispõe a atingir,

também se faz necessário considerar os aspectos político-educacionais e as reformas no ensino superior.

Ressalta ainda que a análise quantitativa e a qualitativa não são ações mutuamente exclusivas num processo avaliativo, mas devem se complementar.

Dentre os trabalhos consultados nas produções destes encontros, ressalta-se pela correlação com o tema deste trabalho, o de Rodrigues (2004), em função de termos considerados na abordagem da avaliação da extensão.

Partindo do princípio que cada IES é um agente transformador na vida social, a autora coloca a extensão como um instrumento essencial na interação da relação entre a IES e a comunidade, bem como nas ações concretas para atender as demandas da sociedade.

Considera fundamental que na avaliação da extensão sejam levados em conta:

“Indicadores de qualidade de uma extensão integrada e responsiva, que possibilitem avaliar a prática, subsidiando o planejamento e a melhoria contínua de suas atividades e ações.” (2004, p.3)

A autora propõe uma gama de critérios a serem atendidos em um modelo de avaliação para ações extensionistas, tendo em perspectiva que toda extensão deve ser *Integrada e Responsiva*.

Integrada, pois como compromisso acadêmico, deve se articular com as atividades de ensino e de pesquisa, ou seja uma ação interdisciplinar. E responsiva, pois se baseará na troca de saberes, atendendo a sociedade em suas demandas.

Os critérios mencionados pela autora envolvem identificar a realidade social em qual a IES está inserida; sensibilizar o corpo da IES para a necessidade de avaliar os programas de extensão; realizar a coleta, avaliação e análise de dados, resultando em produção científica.

A partir destes critérios, deve-se compor o perfil político institucional de gestão da extensão, onde o nível de integração entre a IES e a comunidade determina sua área de influência, no sentido de como a extensão está presente na vida da sociedade.

Os critérios pedagógicos devem evidenciar o plano pedagógico institucional de articulação da extensão com o ensino e a pesquisa, onde a produção acadêmica seja resultante dos programas extensionistas desenvolvidos.

Os sujeitos da avaliação são os professores-coordenadores, os supervisores de projetos de extensão, os **aluno-extensionistas**, os interlocutores hierárquicos internos envolvidos com a extensão, a comunidade externa atendida, e o objeto deste estudo, os gestores.

O modelo, proposto por Rodrigues (2004), contempla cinco etapas de implantação, as quais, segundo a autora, não podem exceder o período de um ano. São elas, a *Descrição da Realidade*; *Sensibilização dos Atores*; *Identificação dos Indicadores*; *Diagnóstico/Coleta dos Dados*; e *Análise e Produção de Relatório*.

Na descrição da realidade, que configura a primeira etapa, para assimilar a realidade em que se efetiva a extensão, deve ser realizada uma investigação de caráter documental e histórico-oral.

A segunda contempla à sensibilização dos atores sociais, tem por objetivo caracterizar a extensão e planejar o processo avaliativo, a partir da formação de uma comissão com os sujeitos da avaliação, ou seja, por pessoas que estão em posição estratégica.

A identificar os indicadores ocorre ao longo da terceira etapa. A comissão definida irá pesquisar, baseando se nos parâmetros a serem considerados como a missão da IES, seu sistema organizacional e as atividades de extensão envolvidas, quais indicadores da atividade de extensão vão se adequar à especificidade institucional e da ação investigada.

Após a aplicação dos instrumentos, inicia-se a análise da situação encontrada, esta ação contempla a quarta etapa, denominada Diagnóstico/Coleta dos dados.

Por fim, na quinta etapa, realizar-se-á análise e produção de relatório Final, com objetivos de conhecimento dos resultados, promoção crítica e autocrítica para motivação e melhoria da situação.

Rodrigues (2004) diz que o modelo proposto aplicado em uma IES resultou em clara projeção da mesma, tendo a avaliação repercutida nas ações pedagógicas e organizacionais nos eixos ensino, pesquisa e extensão.

Segundo a autora,

“A falta de uma política de extensão bem definida e balizada em indicadores de qualidade constitui-se no grande problema ao bom desempenho das atividades extensionistas.” (2004, p.7)

Assim, é importante que as IES's ao estruturarem avaliações das ações extensionistas que realizam, devem divulgá-los sob a forma de produção científica, pois constituem importante contribuição para a vida acadêmica.

Bartnik (2009) discorre sobre a complexidade realizar avaliação da extensão nas instituições e o quanto isto ainda não tem sido feito de modo sistemático.

Sobre a avaliação de ações extensionistas, a pesquisadora reconhece que há pouca clareza dos modos como deve ser feita, critérios insuficientes e escassos modelos para a realização, e afirma que tal fato é decorrente da ausência de uma política de extensão que direcione as instituições em seus processos de avaliação.

Com sua pesquisa desenvolvida com cinco Pró-Reitores de extensão de cinco IES, à Bartnik (2009) foi possível evidenciar que, ainda são incipientes as estratégias de avaliação dos programas de extensão, destacando que,

“Para construir uma avaliação da extensão torna-se necessário um caminho que pondere as complexidades das práticas e ações da extensão, considerando as relações que a universidade faz com quem nela se encontra, com quem nela trabalha, com quem dela sai e quem dela depende.” (2009, p. 105)

De acordo com a autora, não é viável construir instrumentos de avaliação de extensão nos mesmos moldes das avaliações das demais ações de uma IES, como por exemplo, os de ensino-aprendizagem.

A construção dos instrumentos deve contemplar a identificação de fragilidades; o fortalecimento do eixo ensino-pesquisa-extensão; o norteamento

das políticas institucionais; a divulgação das ações da IES para a comunidade interna e externa; e o principalmente, a utilização dos seus resultados como mecanismos de aperfeiçoamento e planejamento da gestão.

3.3 Avaliação de Projetos de Extensão

O monitoramento é indispensável para analisar quanto do proposto vêm sendo alcançado. Indica a necessidade de adequação da ação para que se atinja as metas traçadas.

Para que o processo de avaliação possa alcançar seus objetivos é necessário que se estabeleça previamente indicadores quantitativos e qualitativos. Estes indicadores objetivam avaliar de que forma o projeto pretende:

- a) A participação da sociedade.
- b) Documentar a experiência na aplicação do projeto.
- c) Difundir os procedimentos do projeto.
- d) Acompanhar os resultados.
- e) Avaliar a equipe técnica e comunidade.
- f) Observar os impactos ambientais que o projeto poderá causar.
- g) Aferir os resultados econômicos, para saber se o projeto é auto-sustentável.

Onde o objetivo dos indicadores de resultado é permitir o aferimento da evolução de cada atividade em relação aos objetivos do projeto. Em tese, se todas as atividades estiverem 100% executadas, os objetivos do projeto foram alcançados.

Ex.1 - Para saber se um encontro do tipo seminário planejado para 40 pessoas alcançou seu objetivo, pode se aferir a presença, através de uma lista de freqüência, para avaliar a quantidade de pessoas contempladas com a ação foi atingida.

O PNExt (2001-2010), recomenda que seja relacionado o máximo de indicadores possíveis para cada atividade, para que se possa fazer uma avaliação mais fiel da eficácia das atividades que estão sendo executadas.

4 METODOLOGIA

Na pesquisa qualitativa verifica-se uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (MINAYO, 2007).

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (LAKATOS et al, 1986).

Já na pesquisa quantitativa, considera-se que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.). Resultados precisam ser replicados (MINAYO, 2007; LAKATOS 2008).

Logo, na pesquisa proposta, identificam-se características tanto qualitativas, como quantitativas.

O estudo primeiramente identificou as instituições de ensino superior localizadas na cidade de Fortaleza e suas estruturas. Ao todo, são 26 instituições distribuídas nas seguintes Organizações Acadêmicas: 03 Universidades; 01 Instituto Federal; 02 Centros Universitários; e 20 Faculdades.

LAKATOS (2008) divide as fontes da pesquisa documental em dois grandes grupos: fontes primárias e fontes secundárias. Conforme a autora:

“Os documentos de fonte primária são aqueles de primeira mão, provenientes dos próprios órgãos que realizaram as observações. Englobam todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que possam servir de fonte de informação para a pesquisa científica. Podendo ser encontrados em arquivos públicos ou particulares, como em fontes estatísticas compiladas por órgãos oficiais e particulares.”
Lakatos (2008)

Gil (2002) diz que “Pesquisa Documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

LAKATOS (2008) define fontes secundárias como “todo material já publicado, em livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”, correlacionando esta idéia como sendo indissociável do conceito de Pesquisa Bibliográfica.

O objeto de estudo proposto autoriza a trabalhar com este tipo de pesquisa, pois, se baseará na Lei 10.172/2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) – 2001/2010 e o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEExt) - 2001/2010; No projeto de Lei 8.035/2010, em tramitação no Congresso Nacional, que instituirá o Plano Nacional de Educação (PNE) – 2011/2020 e o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEExt) - 2011/2020. E corroboração com os autores correlacionados ao assunto que possibilitem a fundamentação das conclusões que porventura se originem deste trabalho.

A pesquisa também se utilizou das instrumentações formais, ou seja, documentos institucionais normatizadores utilizados pelas instituições, bem como os relatórios de consolidação de atividades extensionistas. Vale ressaltar que, tais informações são corroboradas pelos documentos oficiais das IES, como o Anuário Estatístico da Universidade Federal do Ceará, Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual do Ceará e os instrumentos de pesquisa aplicado nas demais IES.

Os dados coletados nesta pesquisa foram retirados, dos relatórios supracitados, considera os alunos matriculados em *campi* de IES de âmbito estadual, sendo elas, a Universidade Federal do Ceará – UFC, a Universidade Estadual do Ceará – UECE e o Instituto Federal de Educação do Estado do Ceará – IFCE, pois seus relatórios consolidados, levam em consideração o número de alunos matriculados em todos os *campi*, de Fortaleza e os localizados em outras cidades do Estado. A exclusão dos alunos matriculados em *campi* localizados fora da cidade de Fortaleza foi possível mediante o instrumento de pesquisa.

Em um segundo momento mais generalista e de caráter qualitativo, a pesquisa procurará elaborar um esboço geral da realidade comum das instituições; em seguida, também de caráter qualitativo, identificará problemas particulares de cada uma das instituições.

Para que seja montado um panorama geral da gestão extensionista nas instituições de ensino superior, a pesquisa se baseou nos organogramas e na formação, opiniões e vivência dos gestores de cada uma das instituições.

Após a formação deste panorama geral, houve aplicação de entrevistas semi-estruturadas envolvendo todos os gestores, visando particularizar as dificuldades no planejamento e execução da extensão universitária por instituição.

Sabendo-se que os atores sociais deste processo são os gestores ligados a extensão nas instituições de ensino superior, a importância da entrevista no processo desta pesquisa segue a fundamentação de POUPART (2010), afirmando que:

“ ... para se recorrer a entrevistas de tipo qualitativo, três tipos de argumento se destacam. O primeiro é de ordem epistemológica: a entrevista do tipo qualitativo seria necessária, uma vez que a exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais é considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais. O segundo tipo de argumento é de ordem ético política: a entrevista de tipo qualitativa se parece necessária, por que ela abriria a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais. Destacam-se por fim, os argumentos metodológicos: a entrevista de tipo qualitativo se imporia entre as ferramentas de informação capazes de elucidar as realidades sociais, mas principalmente, como instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores sociais.”

De acordo com FLICK (2004), a entrevista semi-estruturada, se faz necessária para o não-direcionamento de respostas. Afirma também, que na

elaboração de questões semi-estruturadas, deve-se optar pela definição do assunto concreto, no caso, por exemplo, a Extensão Universitária, deixando a resposta em aberto; Ou pela definição da reação deixando o assunto concreto em aberto, neste caso, por exemplo, a identificação da causa do problema a partir da identificação da conseqüência do problema no processo de gestão.

A elaboração do roteiro de perguntas, encontradas no Apêndice 01, para a entrevista semi-estruturada está vinculada às bases teóricas expostas nos capítulos 2 e 3.

O primeiro constructo, composto pela perguntas 1, 2 e 3 procurará delinear o perfil do gestor de cada uma das instituições a serem pesquisadas.

Já o segundo constructo, composto pelos 5 itens da pergunta 4, procurará identificar através do gestor as bases conceituais que os mesmos utilizam para gerir as ações de extensão.

O conjunto de itens das perguntas 5 e 6, formando o terceiro constructo, objetiva analisar como as ações da extensão contemplam o corpo discente e como o gestor dispõe de seus recursos para tal.

E por fim as perguntas 7, 8 e 9, compõe o constructo que avaliará os gestores sobre suas concepções das principais contribuições da extensão na formação do discente.

Esta ação envolveu a elaboração e aplicação deste instrumento objetivando a consolidação e análise dos dados, pois conforme GIL (2002), o instrumento consiste em traduzir os objetivos da pesquisa em itens bem redigidos. A aplicação do instrumento se fez aqui necessária para, através de inferências estatísticas dos dados consolidados, ser possível a fundamentação para análises descritivas.

A pesquisa de campo foi realizada nas Instituições de Ensino Superior localizada na cidade Fortaleza. Segundo Gonsalves (1996, p.67),

“A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do

pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].”

A pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

Ciência e áreas de estudo, como a Antropologia, Sociologia, Psicologia, Economia, História, Arquitetura, Pedagogia, Política e outras, usam freqüentemente a pesquisa de campo para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições, com o objetivo de compreender os mais diferentes aspectos de uma determinada realidade.

Exige também a determinação das técnicas de coleta de dados mais apropriadas à natureza do tema e, ainda, a definição das técnicas que serão empregadas para o registro e análise.

Dependendo das técnicas de coleta, análise e interpretação dos dados, a pesquisa de campo poderá ser classificada como de abordagem predominantemente quantitativa ou qualitativa.

Segundo Franco (1985) numa pesquisa em que a abordagem é basicamente quantitativa, o pesquisador se limita à descrição factual deste ou daquele evento, ignorando a complexidade da realidade social, abordagem a ser seguida por esta pesquisa.

O primeiro momento do desenvolvimento da pesquisa de campo se deu através de contatos telefônicos com as IES, informando o objetivo do estudo e se respectivos gestores tinham interesse em participar, em seguida a formalização eletrônica do pedido através do instrumento do *e-mail*. O comportamento de aceitação da pesquisa se mostrou diferente por categoria de IES.

Nas Universidades houve receptividade, bem como no Instituto Federal de Educação. Nos dois Centros Universitários existentes, houve plena disponibilização de um e o outro não, pois não houve autorização de sua mantenedora.

Nas faculdades, das vinte existentes, somente uma se disponibilizou a participar da pesquisa. Nas 19 restantes, a exclusão se deu por três motivos distintos. O primeiro, e mais preponderante, é que não havia setor de extensão formalizado que pudesse fornecer os dados solicitados; Já o segundo houve receptividade, mas após a entrega do instrumento não deram retorno até a consolidação dos dados; e o terceiro, houve negativa imediata, onde o gestor responsável não tinha interesse em participar da pesquisa.

Assim sendo, a pesquisa contou com a participação de 100% das Universidades, 100% dos Institutos Federais de Educação, 50% dos Centro Universitários e 5% das faculdades. Tal distribuição pode ser verificada no Gráfico 09.

Logo das vinte e seis IES da cidade de Fortaleza delimitadas para estudo, contou-se com a participação de seis, caracterizando assim 23,08% do universo.

Após o envio do instrumento de pesquisa foi agendado com os gestores uma conversa sobre o instrumento e os mesmos discursaram sobre suas gestões.

Em seguida, com os dados disponibilizados, houve um tratamento estatístico sobre os mesmos para que se pudesse inferir sobre a realidade das ações extensionistas num contexto comparativo com a população de Fortaleza.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Fortaleza, capital do estado do Ceará, desenvolveu-se às margens do riacho Pajeú, no Nordeste do país, a 2.285 quilômetros da Capital, de Brasília.

Sua toponímia é uma alusão ao Forte Schoonenborch, construído pelos holandeses durante sua segunda permanência no local entre 1649 e 1654.

Localizada no litoral Atlântico, tem, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2.551.806 habitantes, sendo a capital de maior densidade demográfica do país, com 7.815,7 hab/km², sendo a cidade mais populosa do Ceará, a quinta do Brasil e a 91^a mais populosa do mundo.

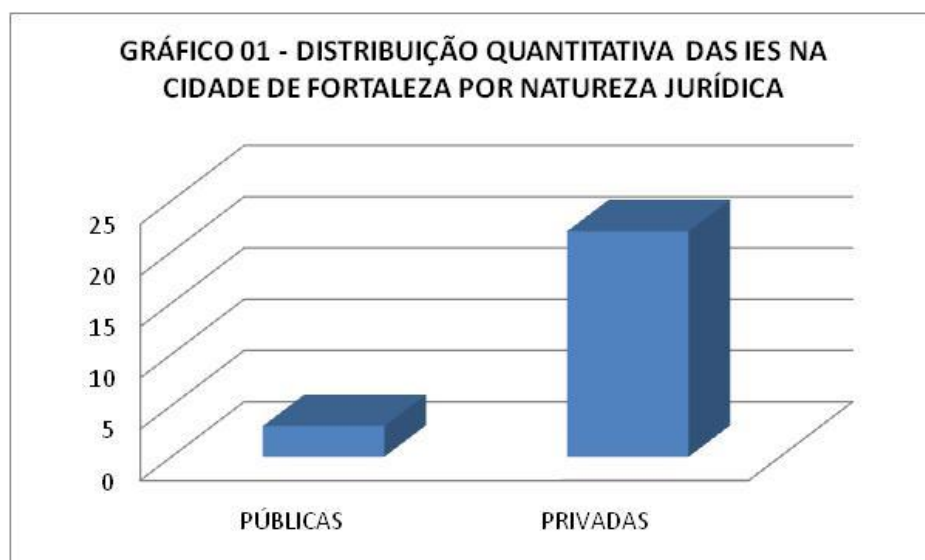
Ainda de acordo com o IBGE, a Região Metropolitana de Fortaleza possui 3.700.000 habitantes, e a sexta mais populosa do Brasil e a segunda do Nordeste.

É a cidade nordestina com a maior área de influência regional e possui a terceira maior rede urbana do Brasil em população, atrás apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

5.1 Distribuição das IES por natureza jurídica

De acordo com o INEP, a rede de ensino superior existente na cidade conta com 03 Universidades, 01 Instituto Federal de Educação, 02 Centros Universitários e 20 Faculdades.

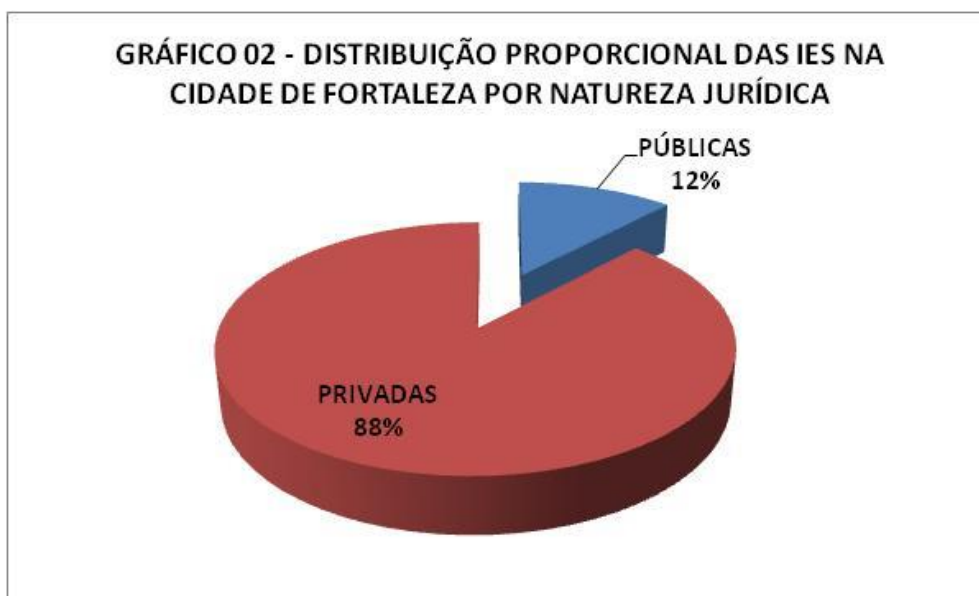
Sendo que das 26 IES, 03 são instituições de natureza pública e 23 de natureza privada. O Gráfico 01 apresenta a distribuição quantitativa das IES na cidade, levando em consideração a natureza jurídica.



Fonte: Autor

Pode-se observar que existe uma preponderância na participação da IES de natureza privada, onde constatamos que as IES de natureza pública

correspondem a 12% do total, enquanto 88% de IES de natureza privada, como mostra o Gráfico 02.

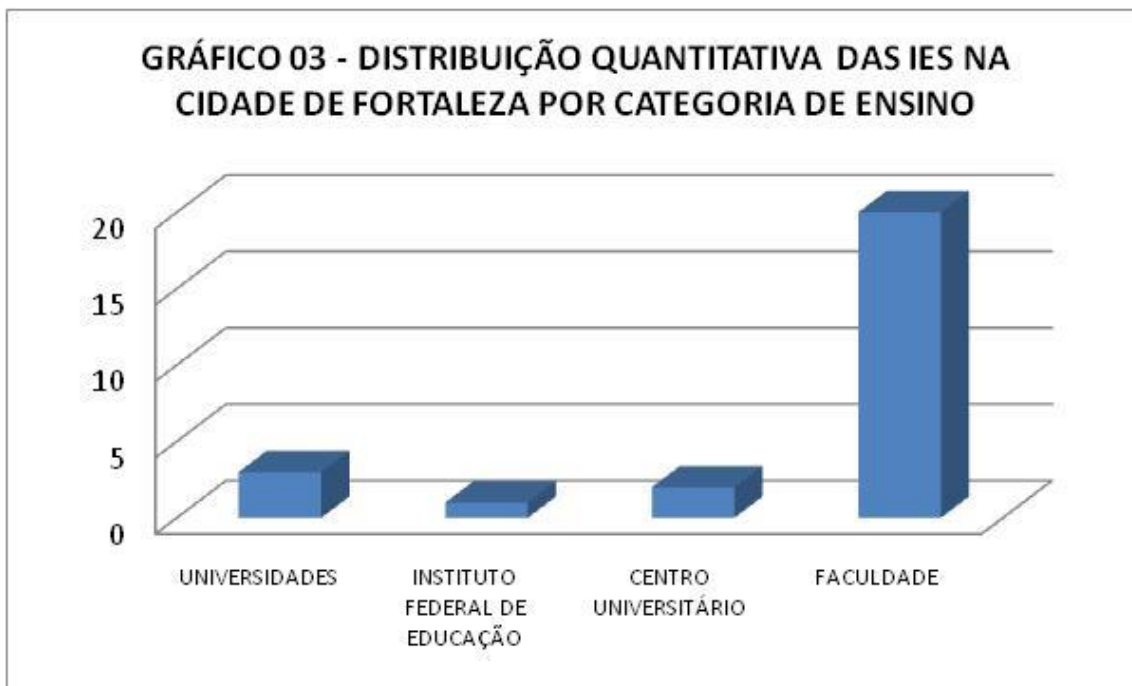


Fonte: Autor

Constata-se que a distribuição das IES na cidade Fortaleza por natureza jurídica não difere da conjuntura nacional.

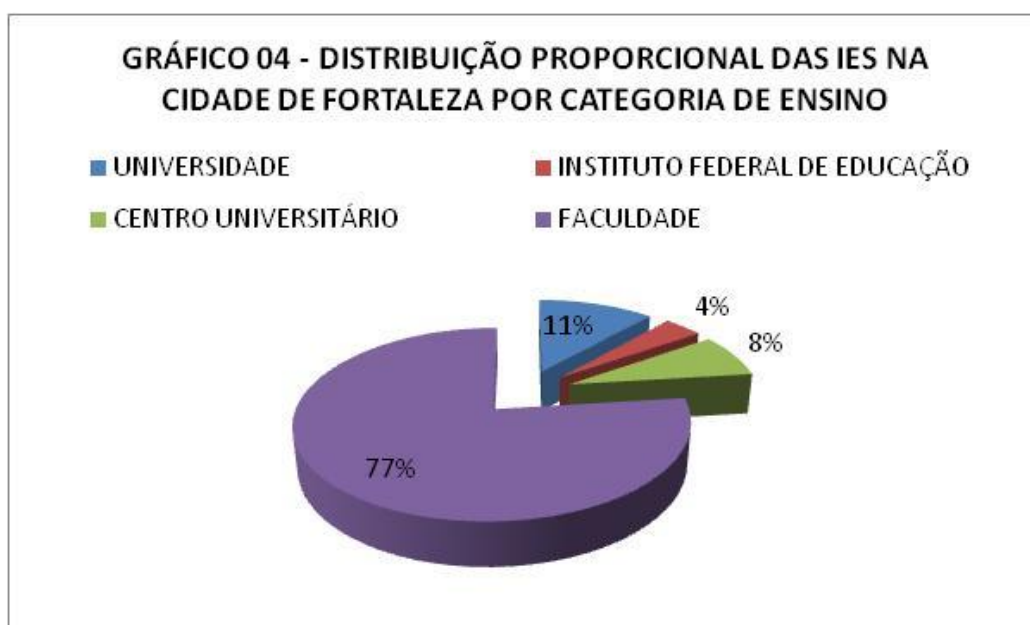
5.2 Distribuição das IES por categoria de ensino

Ainda de acordo com o INEP, existem na cidade 03 Universidades, sendo duas públicas e uma de natureza privada, 01 Instituto Federal de Educação, também de natureza pública, 02 Centros Universitários, ambos de natureza privada, e 20 Faculdades, sendo estas todas de natureza privada. A distribuição desta composição está representada no Gráfico 03.



Fonte: Autor

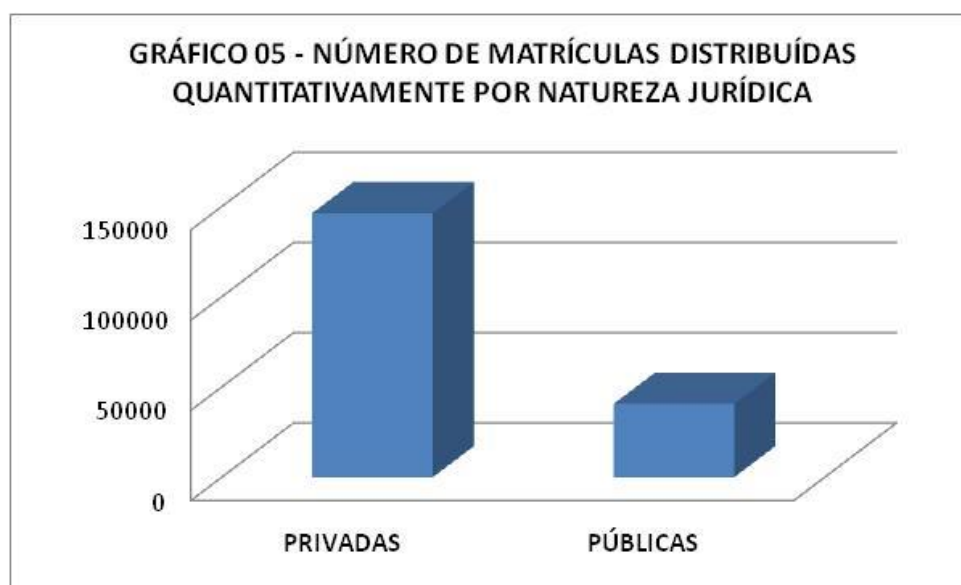
Verifica-se uma forte participação das faculdades nesta composição, com 77% de participação, seguidas pelas Universidades representando 11% do total, os Centros Universitários com 8%, e o Instituto Federal de Educação com 4%. Distribuição representada no Gráfico 04.



Fonte: Autor

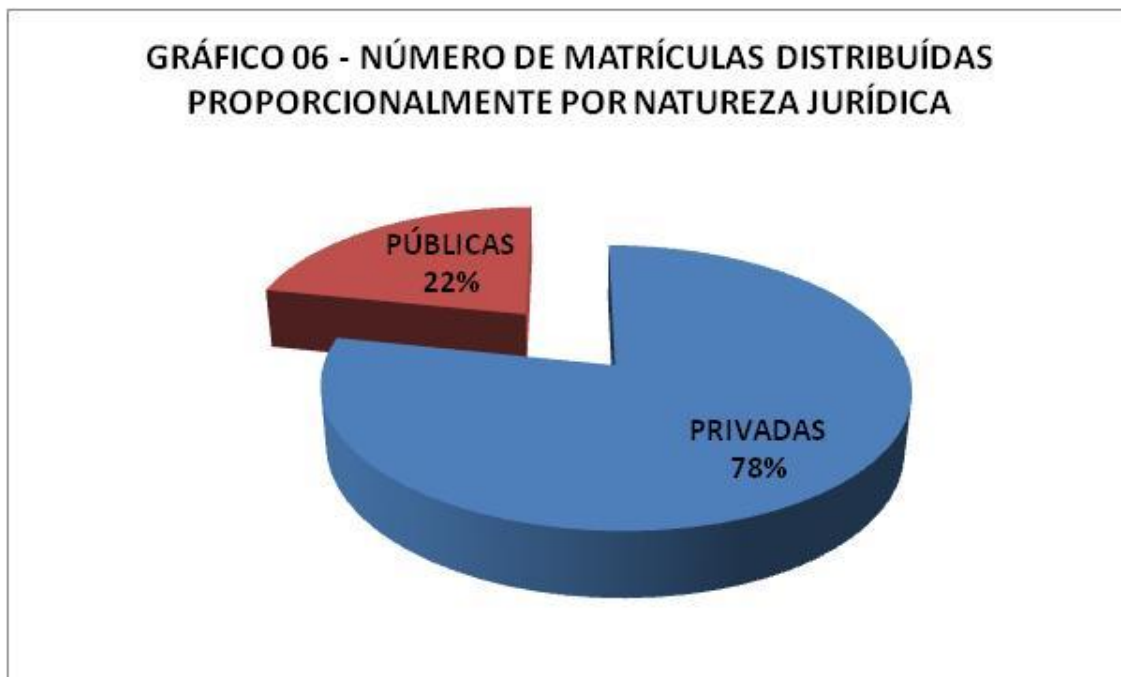
5.3 Distribuição de alunos matriculados nas IES por natureza jurídica

De acordo com o estudo publicado pela CM Consultoria: “Estudos de Mercado – Brasil – Ceará – Fortaleza” de 2013, o número de alunos matriculados no ano de 2013 nas IES de natureza pública foi de 40.663 e nas de natureza privada de 146.377, perfazendo 187.040 alunos matriculados no ano de 2013. Distribuição esta representada no Gráfico 05.



Fonte: Autor

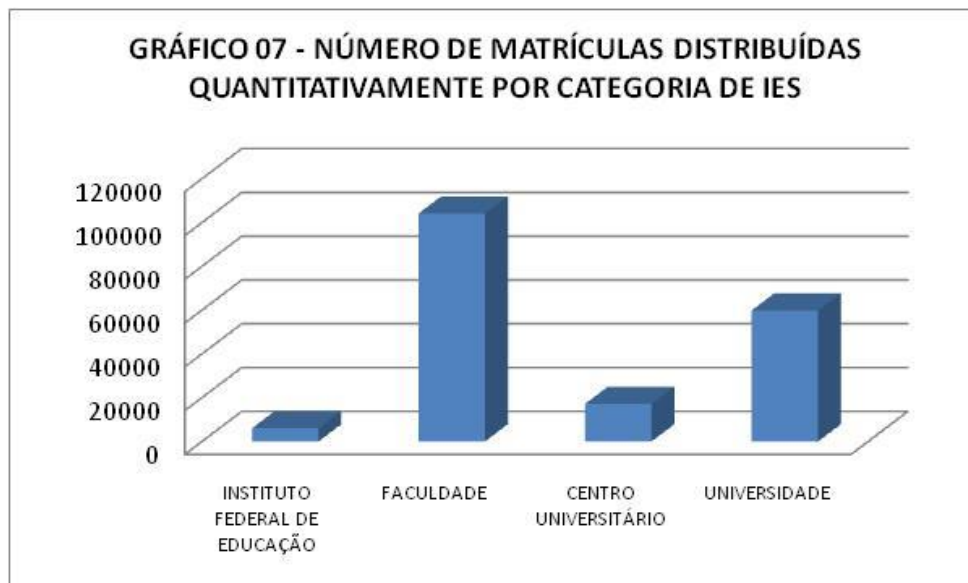
Pode-se observar que existe uma participação majoritária das IES de natureza privada na formação dos alunos de nível superior, representando 78% do total, enquanto as IES de natureza pública ficam responsáveis pela formação de 22% dos alunos matriculados. Tal distribuição está representada no Gráfico 06.



Fonte: Autor

5.4 Distribuição de alunos matriculados nas IES por categoria

Quando observado as matrícula por categoria de instituição, o mesmo estudo quantifica que, as faculdades tiveram 104.099 alunos matriculados, as Universidades 59.789 alunos matriculados, 17.152 alunos matriculados em Centros Universitários, e por fim 6.000 matriculados no Instituto Federal de Educação. O Número de matrículas por categoria de ensino está representado no Gráfico 07.

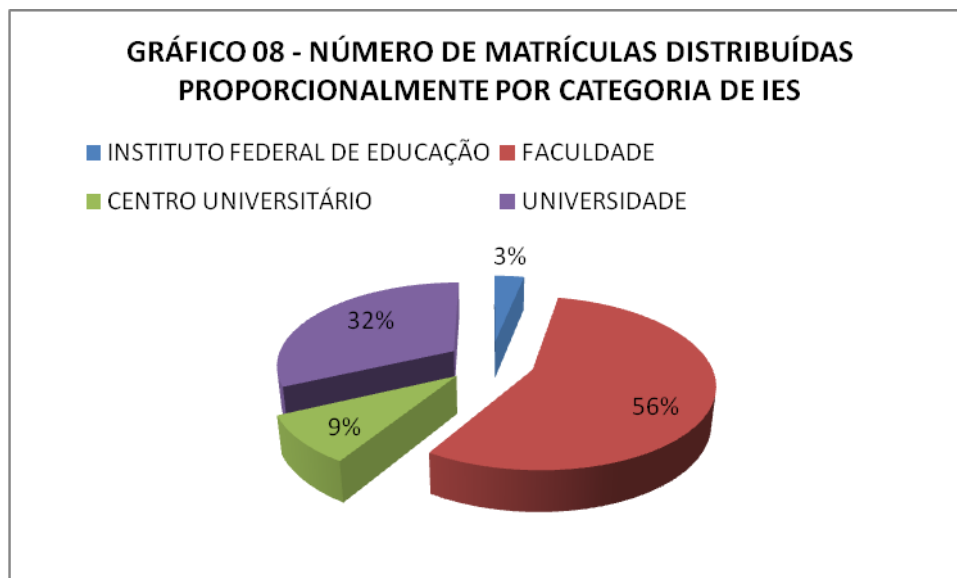


Fonte: Autor

Vale ressaltar que, tais informações são corroboradas pelos documentos oficiais das IES, como o Anuário Estatístico da Universidade Federal do Ceará, Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual do Ceará e os instrumentos de pesquisa aplicado nas demais IES.

Têm-se de informar também que foram retirados, dos relatórios supracitados, os alunos matriculados em *campi* de IES de âmbito estadual, sendo elas a Universidade Federal do Ceará – UFC, a Universidade Estadual do Ceará – UECE e o Instituto Federal de Educação do Estado do Ceará – IFCE, pois em seus relatórios consolidados, levam em consideração o número de alunos matriculados em todos os *campi*, de Fortaleza e os localizados em outras cidades do Estado. A exclusão foi possível mediante o instrumento de pesquisa.

No Gráfico 08, pode-se verificar que as faculdades tem maior participação na formação dos alunos de nível superior contemplando 56% do alunado, seguidas das Universidades, que formam 32%, pelos Centros Universitários que representam 9% e do Instituto Federal de Educação, que representa 3% dos alunos.



Fonte: Autor

5.5 Participação das IES na pesquisa

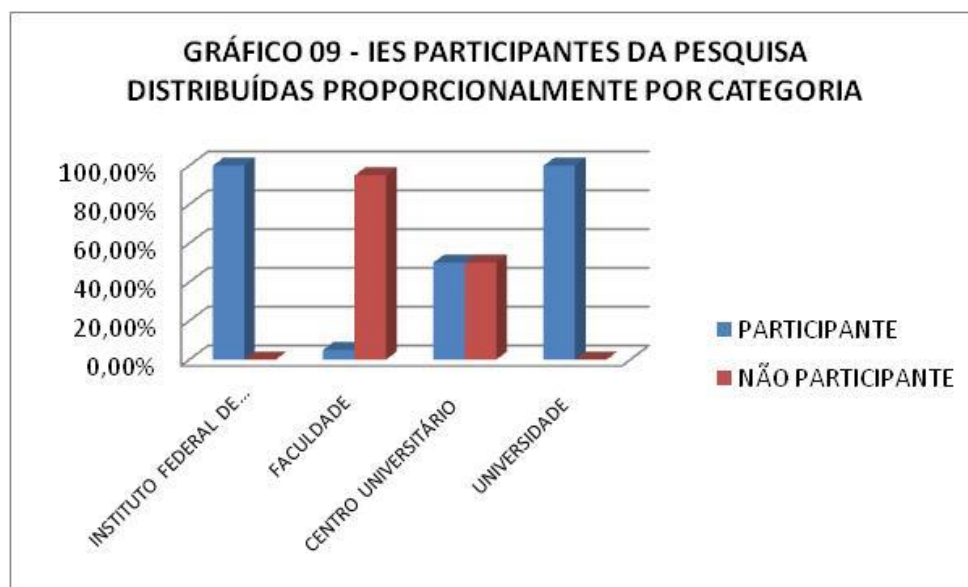
O primeiro momento do desenvolvimento da pesquisa se deu através de contatos telefônicos com as IES, informando o objetivo do estudo e se respectivos gestores tinham interesse em participar, em seguida a formalização eletrônica do pedido através do instrumento do *e-mail*. O comportamento de aceitação da pesquisa se mostrou diferente por categoria de IES.

Nas Universidades houve receptividade, bem como no Instituto Federal de Educação. Nos dois Centros Universitários existentes, houve plena disponibilização de um e o outro não, pois não houve autorização de sua mantenedora.

Nas faculdades, das vinte existentes, somente uma se disponibilizou a participar da pesquisa. Nas 19 restantes, a exclusão se deu por três motivos distintos. O primeiro, e mais preponderante, é que não havia setor de extensão formalizado que pudesse fornecer os dados solicitados; Já o segundo houve receptividade, mas após a entrega do instrumento não deram retorno até a consolidação dos dados; e o terceiro, houve negativa imediata, onde o gestor responsável não tinha interesse em participar da pesquisa.

Assim sendo, a pesquisa contou com a participação de 100% das Universidades, 100% dos Institutos Federais de Educação, 50% dos Centro

Universitários e 5% das faculdades. Tal distribuição pode ser verificada no Gráfico 09.



Fonte: Autor

Logo das vinte e seis IES da cidade de Fortaleza delimitadas para estudo, contou-se com a participação de seis, caracterizando assim 23,08% do universo. Porém, o estudo contempla 76.219 alunos matriculados no ano de 2013, isto é, 40,75% dos alunos em formação no ano de 2013.

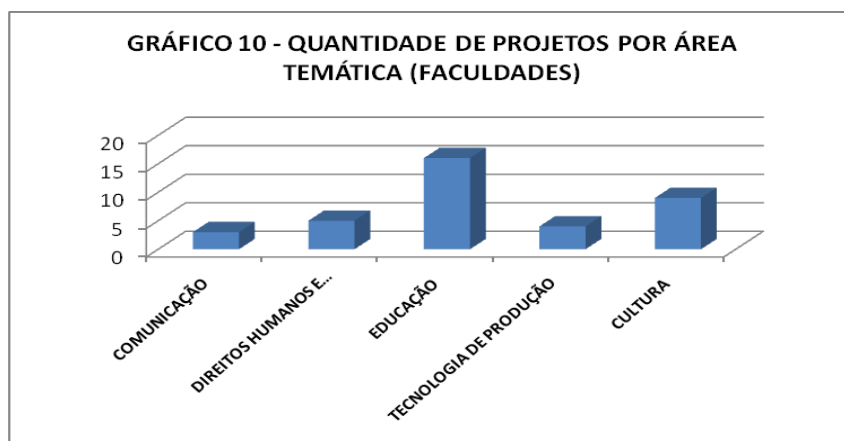
5.6 Ações extensionistas desenvolvidas pelas Faculdades

Nos dados fornecidos pela faculdade pesquisada não houve desenvolvimento de ações extensionistas do tipo Programa, Prestação de Serviços e Evento no ano de 2013. Sendo assim a análise que se segue contempla as ações de duas categorias, Projetos e Cursos

Vale ressaltar que, ao se verificar os documentos disponibilizados, como propostas de ação e relatórios de consolidação de atividades, específicos da instituição, ações que por sua definição deveriam ser categorizados como Eventos foram registrados como Projetos.

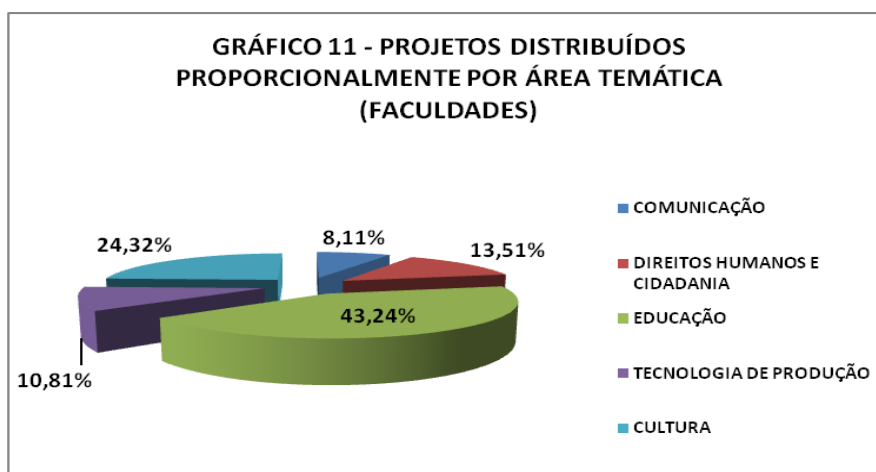
5.6.1 Projetos

Os projetos desenvolvidos pela faculdade pesquisada no ano de 2013 contemplaram 05 áreas temáticas, sendo 37 projetos na área de Educação, 09 projetos na área de Cultura, 05 projetos na área de Direitos Humanos e Cidadania, 04 na área de Tecnologia de Produção e 03 na área de Comunicação. Como demonstra o Gráfico 10.



Fonte: Autor

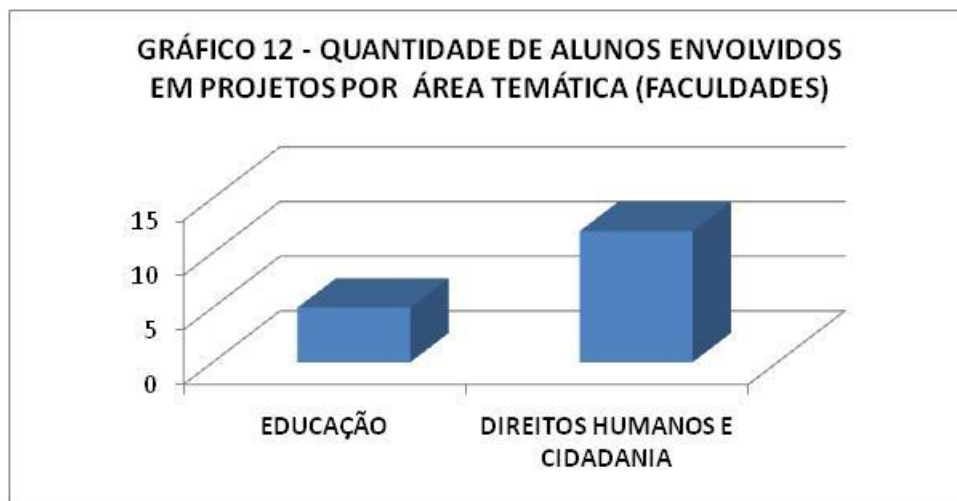
Pode-se verificar que houve uma preponderância em projetos desenvolvidos na área temática Educação, sendo 43,24% dos projetos desenvolvidos, seguida de Direitos Humanos e Cidadania com 13,51%, Tecnologia de Produção com 10,81% e Comunicação com 8,11%, como pode-se observar no Gráfico 11.



Fonte: Autor

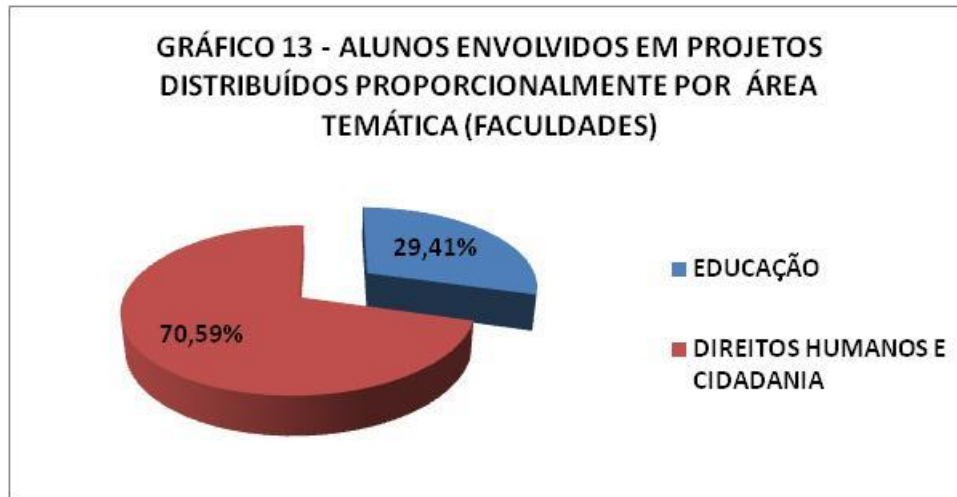
Apesar dos projetos desenvolvidos contemplarem 5 áreas temáticas, somente duas destas áreas tiveram alunos ativos em sua execução. 12 alunos participaram como agentes ativos em projetos na área de Direitos Humanos e

Cidadania, e 05 alunos na área Educação. A quantidade de alunos envolvidos em projetos por área pode ser observada no Gráfico 12.



Fonte: Autor

Os alunos envolvidos se distribuem, proporcionalmente, em 70,59% engajados em projetos na área de Direitos Humanos e Cidadania e 29,41% em projetos na área de educação, como se pode observar no Gráfico 13.



Fonte: Autor

O número de beneficiados com projetos desenvolvidos pela faculdade pesquisada contempla 4.594 pessoas, sendo 3.185 beneficiados com o desenvolvimento de projetos na área de Educação, 656 beneficiados

com projetos na área de Cultura, 443 beneficiados com projetos na área de Comunicação, 238 beneficiados com projetos na área de Tecnologia de Produção e 72 beneficiados com projetos na área de Cultura. O Gráfico 14 expressa tal distribuição.

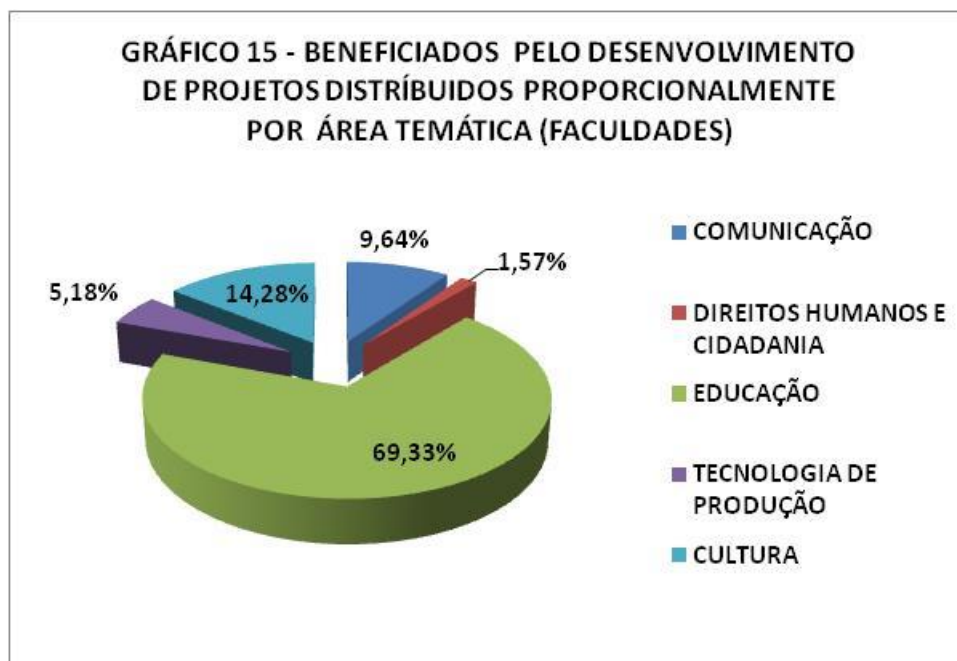


Fonte: Autor

Logo, dos 4.594 beneficiados, pode-se auferir que 69,33% deste total foi beneficiado com projetos na área de Educação, apesar de somente 29,41% dos alunos ativos em projetos desenvolvidos nesta área.

Observa-se também, que apesar de 70,59% dos alunos envolvidos na execução de projetos na área de Direitos Humanos e Cidadania, o público beneficiado é de somente 1,57% do total.

O Gráfico 15 representa da distribuição proporcional dos beneficiados por projetos desenvolvidos por projetos nas faculdades.



Fonte: Autor

5.6.2 Cursos

Na faculdade pesquisada verificou-se a realização de somente dois cursos de extensão desenvolvidos na área temática Educação, sem a participação de alunos como agentes ativos, beneficiando 39 pessoas.

5.7 Ações extensionistas desenvolvidas pelos Centros Universitários

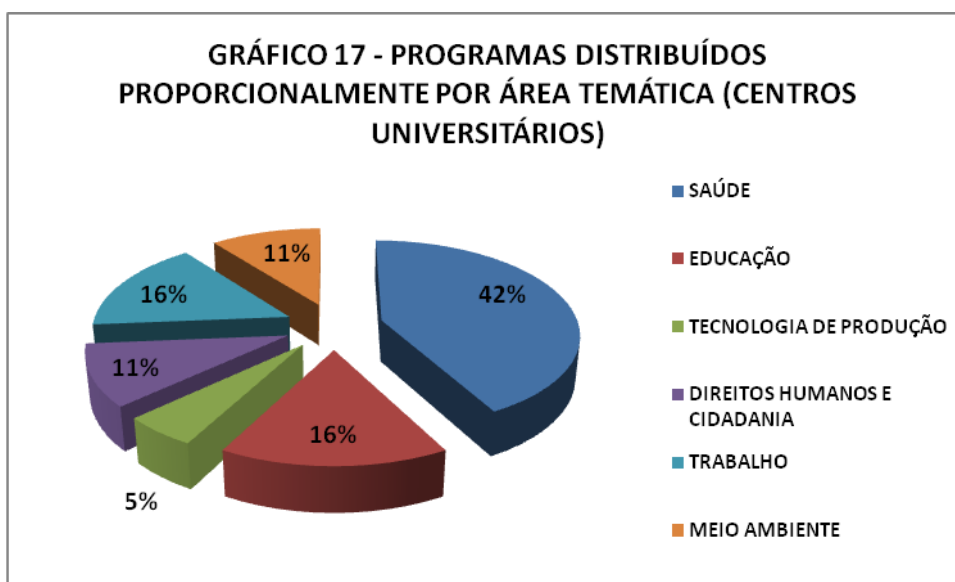
5.7.1 Programas

No Centro Universitário Pesquisado verificou-se o desenvolvimento de 19 programas. A área temática Saúde com o maior número de programas, 8 no total, em seguida as áreas Educação e Trabalho, com 3 programas cada, depois as áreas Meio Ambiente e Direitos Humanos e Cidadania, com 2 programas cada, e por último Tecnologia de Produção com um programa desenvolvido. Como se pode verificar no Gráfico 16.



Fonte: Autor

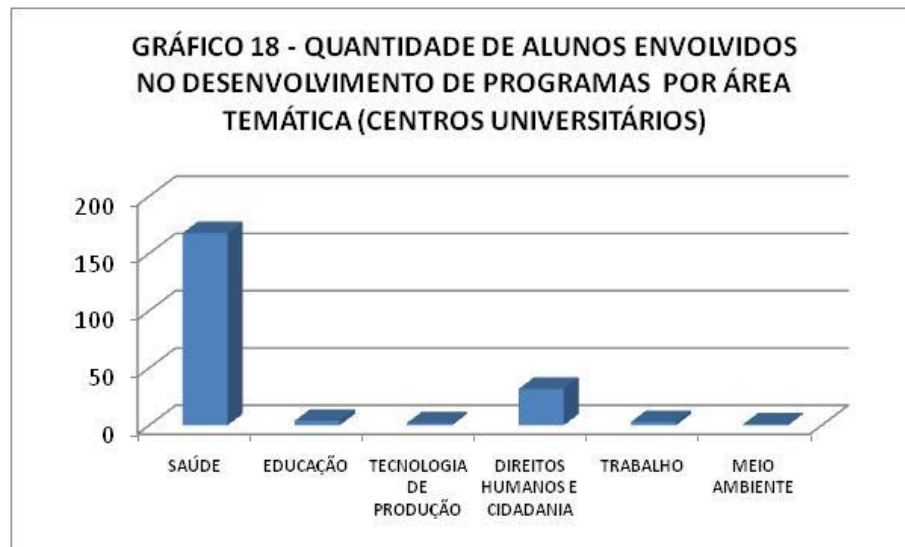
Verifica-se então, que o Centro Universitário pesquisado dá uma ênfase no desenvolvimento de Programas na área temática Saúde, contemplando 42% do total, seguido das áreas Educação e Trabalho, com 16% de participação do total cada, e das áreas Direitos Humanos e Cidadania e Meio Ambiente, com 11% cada, e por ultimo a área Tecnologia de Produção com 5%, como apresenta o Gráfico 17.



Fonte: Autor

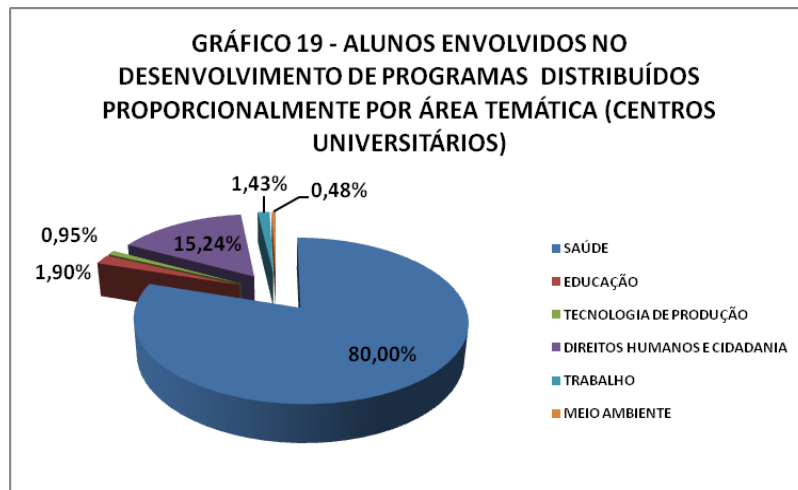
O Centro Universitário pesquisado contou com a participação de 210 alunos no desenvolvimento de Programas de extensão, onde a maior parte

destes alunos, 168 no total, envolvidos em programas relacionados a área Saúde, como apresentado no Gráfico 18. A segunda maior participação registrada foi na área temática Direitos Humanos e Cidadania, com 32 alunos, seguida da área Educação, com 4 alunos, depois Trabalho com 3 alunos, e por fim Tecnologia de Produção e Meio Ambiente, com 2 e 1 alunos respectivamente.



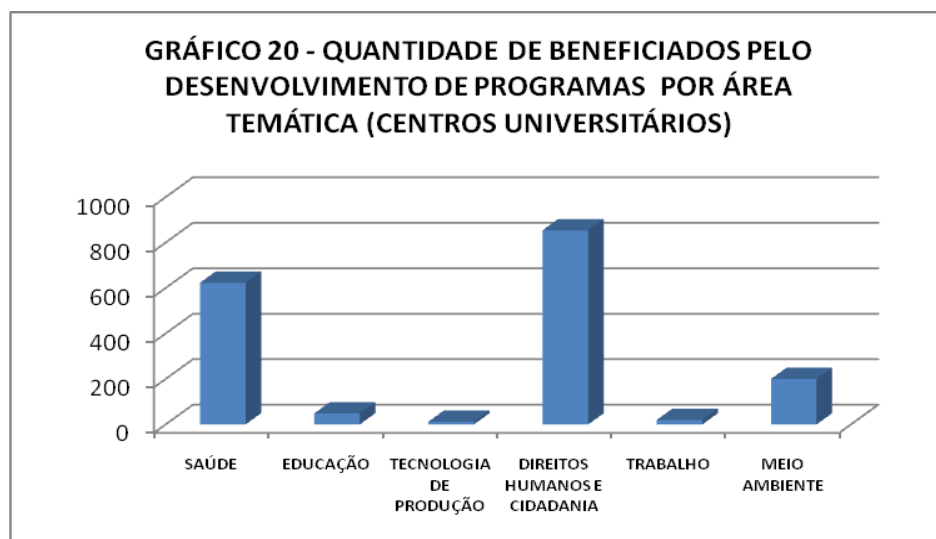
Fonte: Autor

O Gráfico 19 demonstra que a participação dos alunos se dá de forma massiva neste tipo de ação extensionista para a área de Saúde, atingindo 80% do total de alunos. Podemos observar também, que a participação de alunos em programas na área temática Direitos Humanos e Cidadania também tem certa representatividade, perfazendo 15,24% do total de alunos envolvidos nos programas. Já com pouca representatividade aparecem às áreas temáticas Educação com 1,90% do total, Trabalho com 1,43% do total, Tecnologia de Produção com 0,95% do total, e por fim, Meio Ambiente com 0,48% do total.



Fonte: Autor

Público beneficiado pela execução de programa perfaz 1.757 pessoas, onde deste total, 854 pessoas foram beneficiadas pelo desenvolvimento de programas na área temática Direitos Humanos e Cidadania. O segundo maior público foi abrangido pelas ações dos programas da área temática Saúde, contabilizando 623 pessoas. Programas na área temática Trabalho atingiram 200 pessoas, seguida de Educação beneficiando 48 pessoas, Trabalho e Tecnologia de Produção, 20 e 12 beneficiados respectivamente. Como demonstra o Gráfico 20.

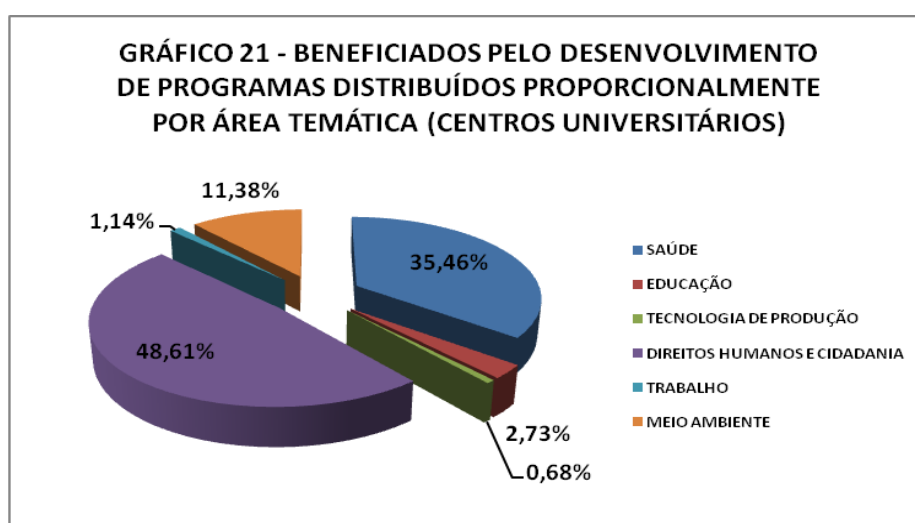


Fonte: Autor

O Gráfico 21 apresenta que, proporcionalmente, do total de pessoas beneficiadas pelo desenvolvimento de programas se dá de forma quase majoritária, abrangendo 48,61% do total. Vale lembrar que a quantidade de

programas desenvolvidos nesta área temática está em terceiro lugar e a quantidade de alunos participantes no desenvolvimento deste tipo de programa representa apenas 15,24% do total de alunos.

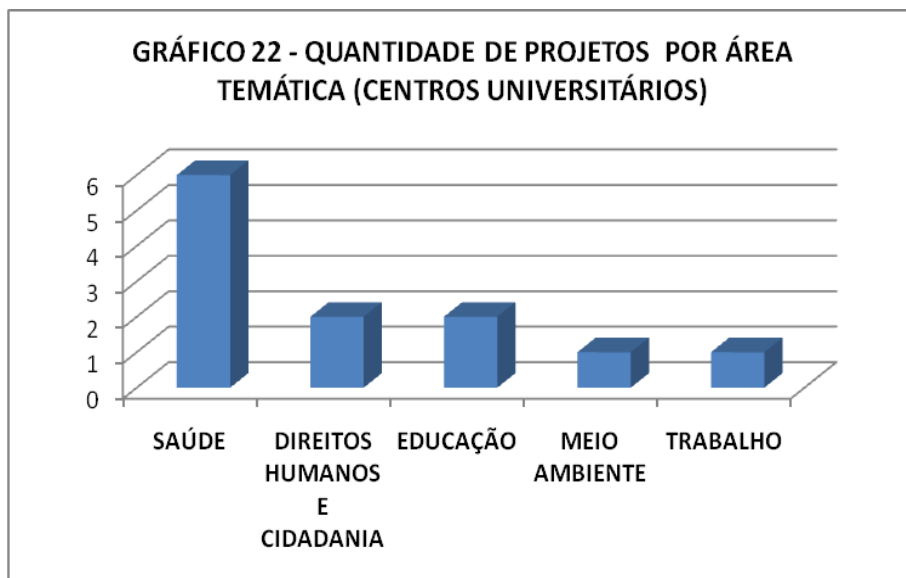
A segunda maior representatividade aparece os beneficiados com programas na área temática saúde com 35,46%, apesar de possuir maior número de programas e alunos participantes. Fechando, aparecem Meio Ambiente com 11,38%, Educação com 2,73%, Trabalho com 1,14%, e Tecnologia de Produção com 0,68%.



Fonte: Autor

5.7.2 Projetos

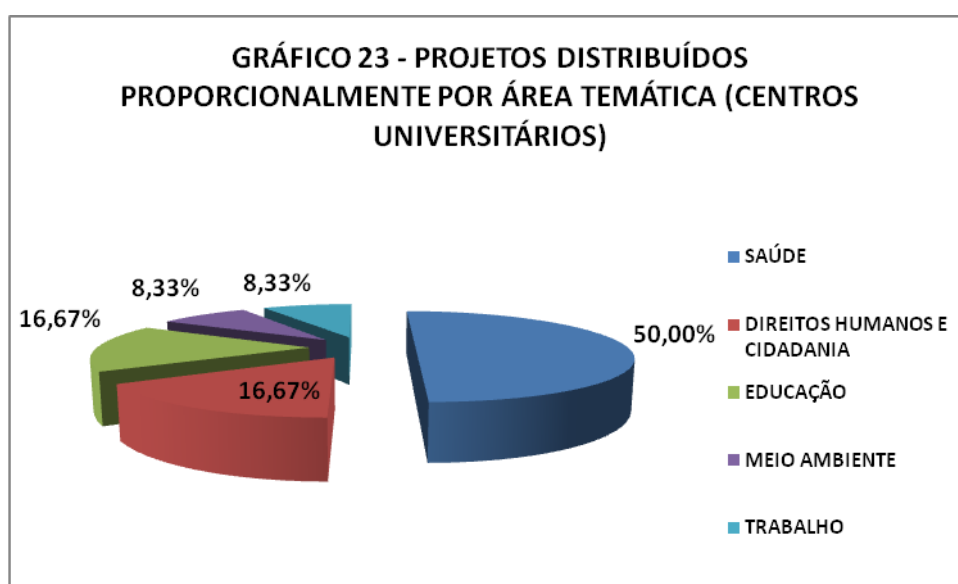
Nos dados apresentados pela IES, verifica-se que foram desenvolvidos 12 Projetos, onde metade destes, 6 no total, foram da área temática Saúde. Depois aparecem, equitativamente com dois projetos cada, as áreas temáticas Direitos Humanos e Cidadania e Educação. E finalizando aparecem dois projetos desenvolvidos nas áreas temáticas Meio Ambiente e Trabalho. A representação destes dados pode ser observada no Gráfico 22.



Fonte: Autor

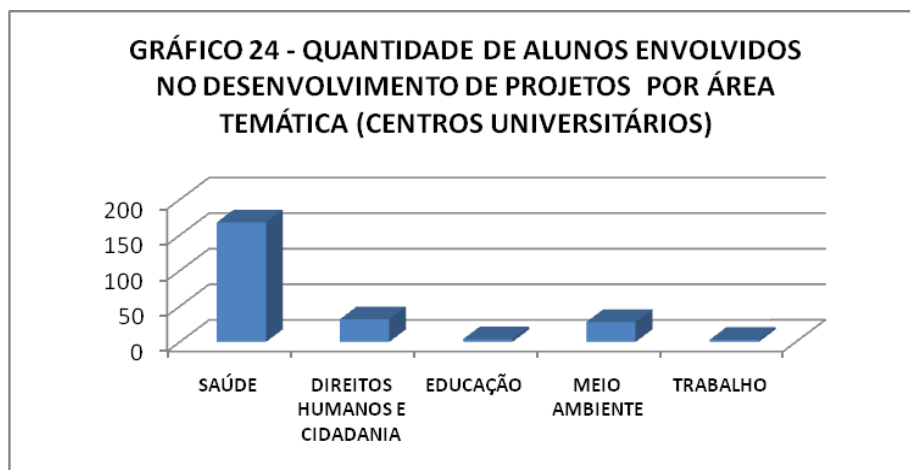
Como se pode observar no Gráfico 23, o desenvolvimento de projetos acompanha a tendência dos programas desenvolvidos pela IES com uma preponderância na área temática Saúde, representando 50% da totalidade.

Com um terço dos projetos desenvolvidos aparecem as áreas temáticas Direitos Humanos e Cidadania e Educação com 16,67% cada uma. E finalizando, com 8,33% cada, aparecem as áreas temáticas Meio Ambiente e Trabalho.



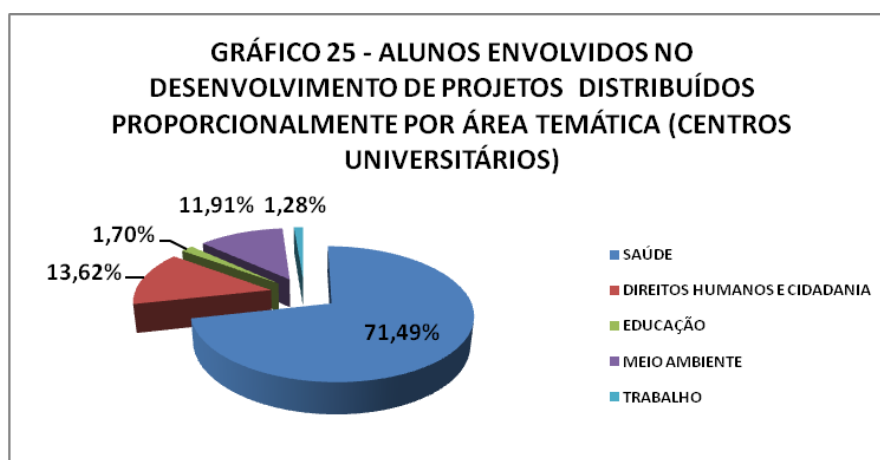
Fonte: Autor

Observa-se também, através do Gráfico 24, a massiva participação do alunado envolvido em projeto na área de Saúde, com 168 alunos participantes. Mesmo que com números inferiores, mas com certa representatividade do total aparecem as áreas de Direitos Humanos e Cidadania, com participação de 32 alunos, e Meio Ambiente. As áreas temáticas Educação e Trabalho, aparecem com 4 e 3 alunos envolvidos respectivamente.



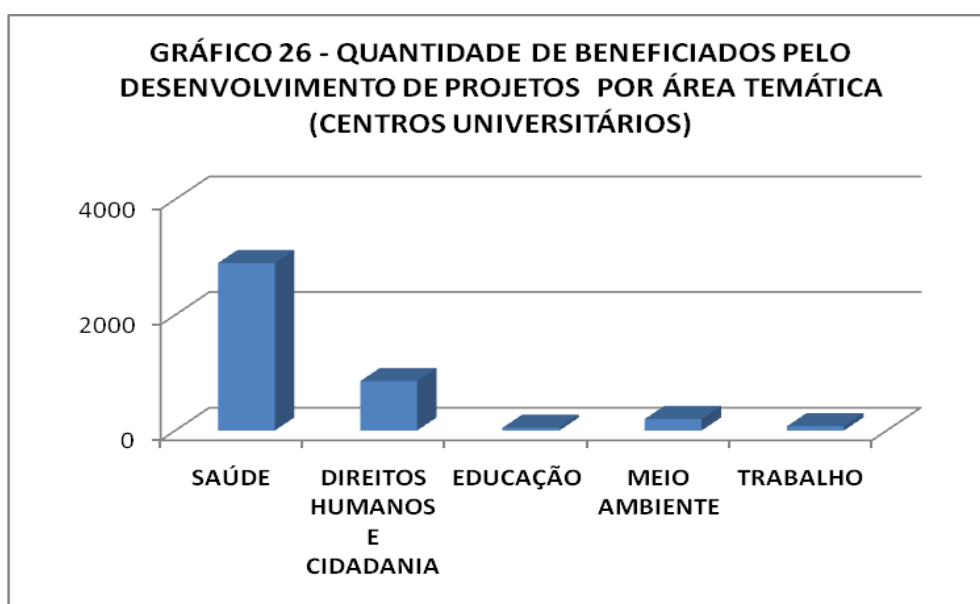
Fonte: Autor

Proporcionalmente, 71,49% dos alunos participantes de algum projeto estavam ligados àqueles categorizados na área temática Saúde, como se constata no Gráfico 25. Seguindo aqui também a mesma tendência, quando analisamos a participação do corpo discente em programa da área de Saúde. Aparecem em seguida, Direitos Humanos e Cidadania com 13,62%, Meio Ambiente com 11,91%, Educação com 1,70%, e Trabalho com 1,28%.



Fonte: Autor

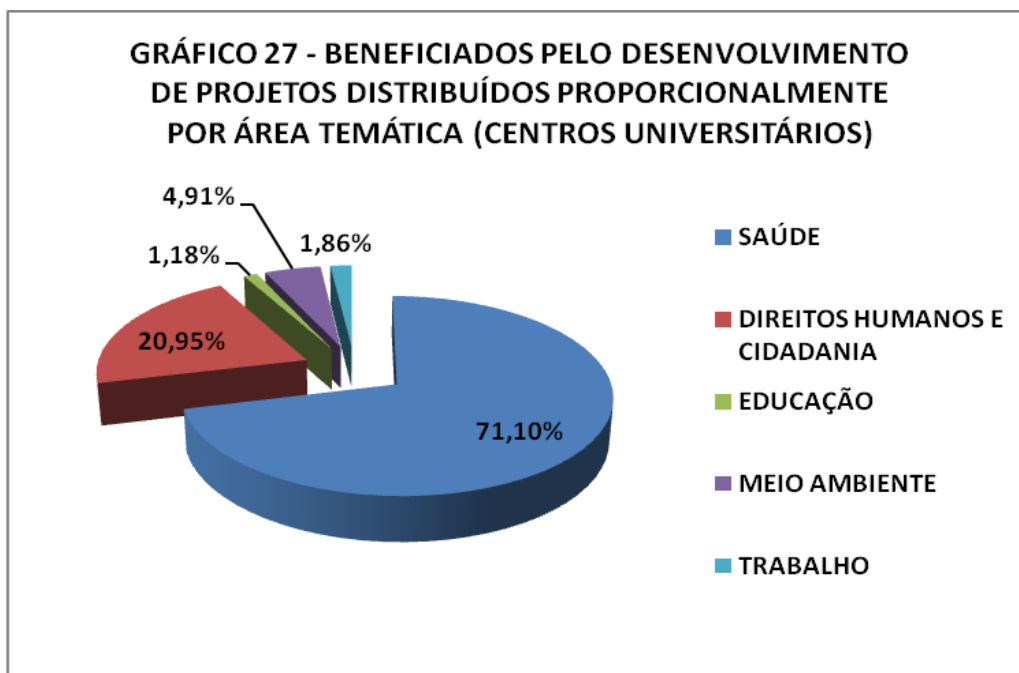
Pelos dados fornecidos identificou-se 4.076 beneficiados com o desenvolvimento de projetos de extensão, onde deste total, 2.898 com projetos da área de Saúde. Projetos com área temática Direitos Humanos e Cidadania beneficiaram 854 pessoas, já com a área temática Meio Ambiente registrou-se 200 pessoas beneficiadas. Foram beneficiados com projetos na área de Trabalho 76 pessoas, e por fim 48 beneficiados com projetos na área de Educação, distribuição observada no Gráfico 26.



Fonte: Autor

O Gráfico 27 apresenta que 71,10% dos beneficiados são atendidos por projetos de extensão na área temática Saúde, representando duas vezes mais beneficiados que todos os outros projetos juntos.

Tal fato se explica pela quantidade de projetos desenvolvidos nesta área, bem como o engajamento majoritário dos alunos participantes de projetos nesta área. Aparecem em ordem decrescente de participação, Direitos Humanos e Cidadania com 20,95%, Meio Ambiente com 4,91%, Trabalho com 1,86% e Educação com 1,18%.

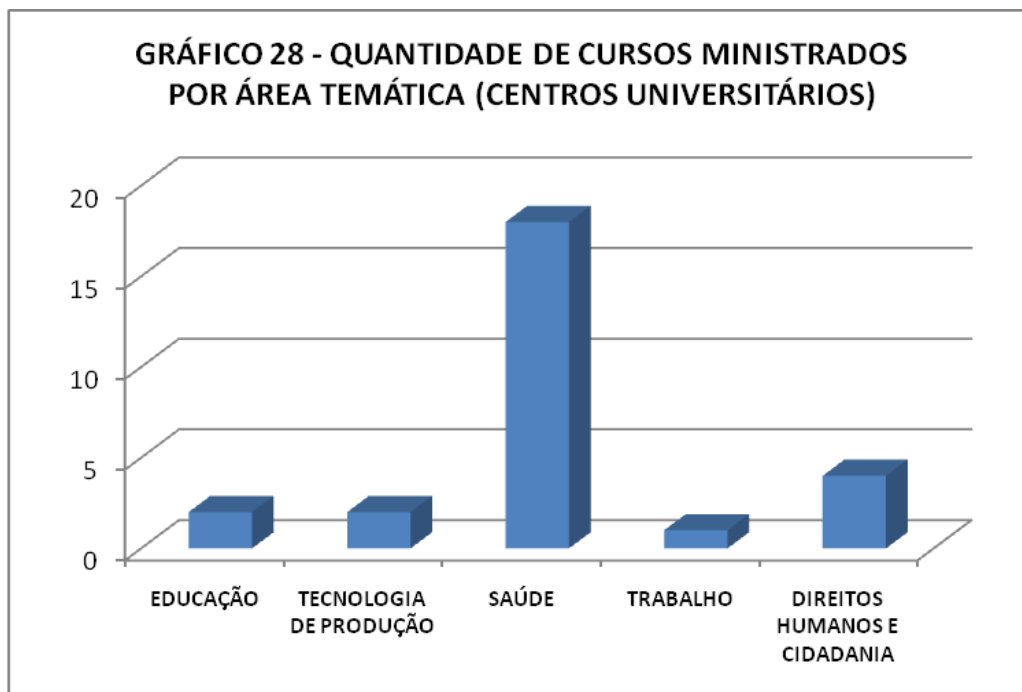


Fonte: Autor

5.7.3 Cursos

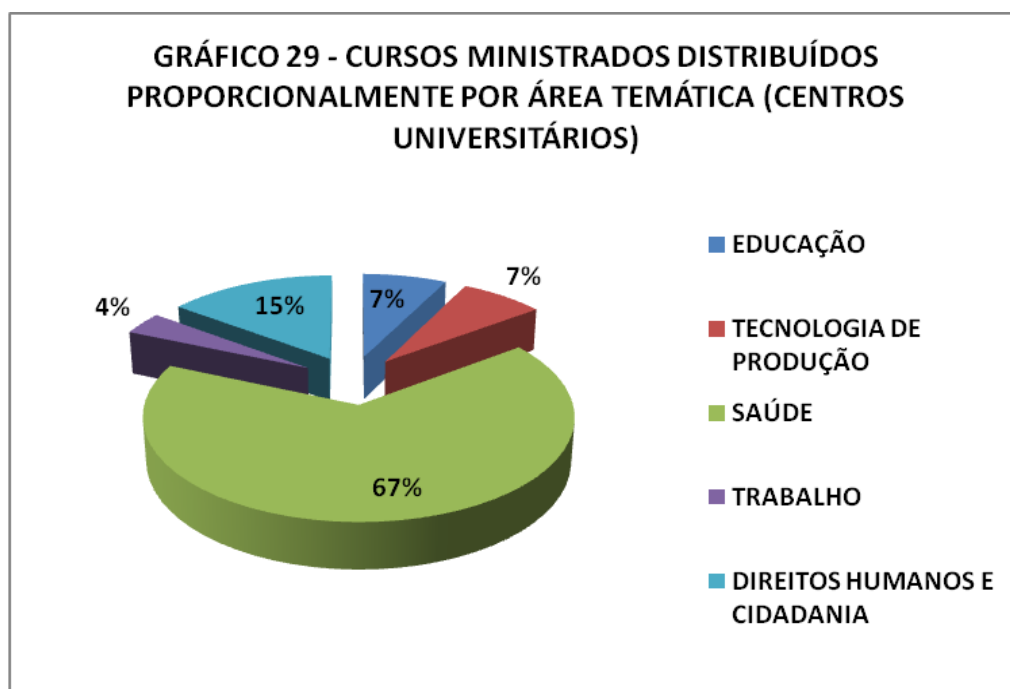
O número de Cursos de Extensão desenvolvidos no ano de 2013 perfaz 27 na IES pesquisada. Deste total, identifica-se também neste tipo de ação extensionista a predominância de atividades voltadas para área temática saúde com 18 cursos ministrados.

Em seguida aparece a área temática Direitos Humanos e Cidadania com 4 cursos ministrados. Com a mesma quantidade de cursos de extensão, 2 cada, aparecem as áreas temáticas Educação e Tecnologia. E com 1 curso ministrado na área temática Trabalho. A quantidade de cursos ministrados no ano de 2013 pode ser conferida no Gráfico 28.



Fonte: Autor

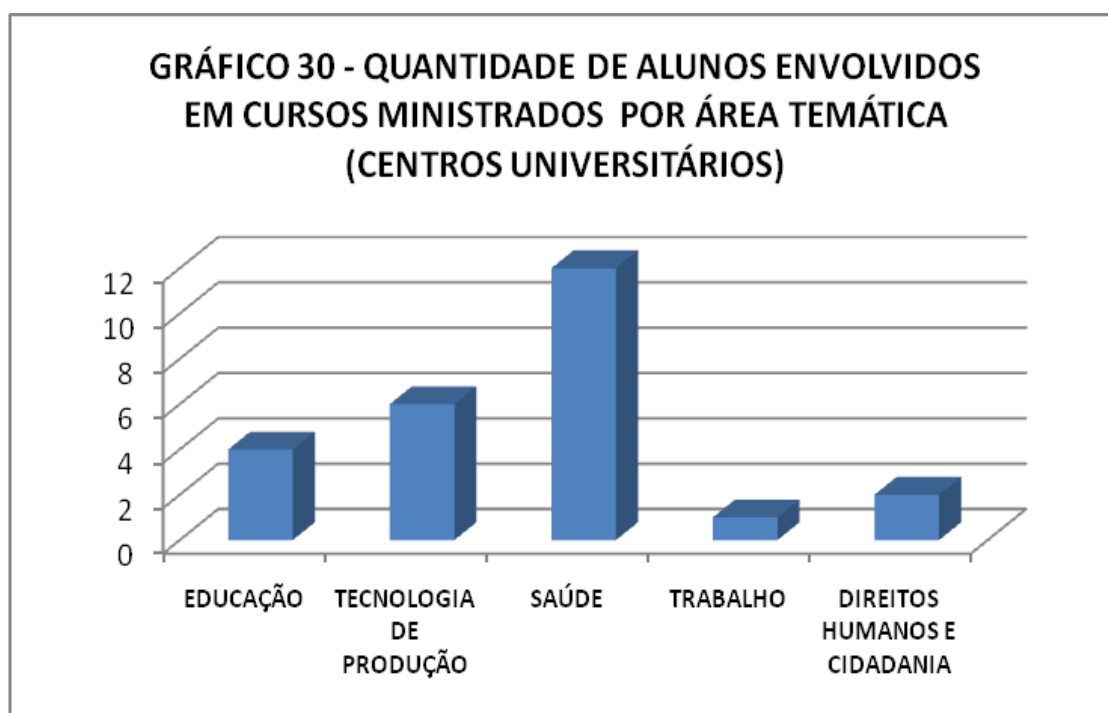
Ao analisar-se proporcionalmente, Gráfico 29, pode-se verificar que 67% dos cursos ministrados contemplam a área temática Saúde. Seguem Direitos Humanos e Cidadania com 15% dos cursos ministrados, Educação e Tecnologia de Produção, cada área com 7% dos cursos ministrados, e finalizando com a área temática Trabalho com 4% dos cursos ministrados.



Fonte: Autor

Número de alunos envolvidos em cursos ministrados pela IES pesquisada totaliza 25, havendo maioria numérica mais uma vez da área temática Saúde, como observa-se no Gráfico 30, com 12 alunos envolvidos.

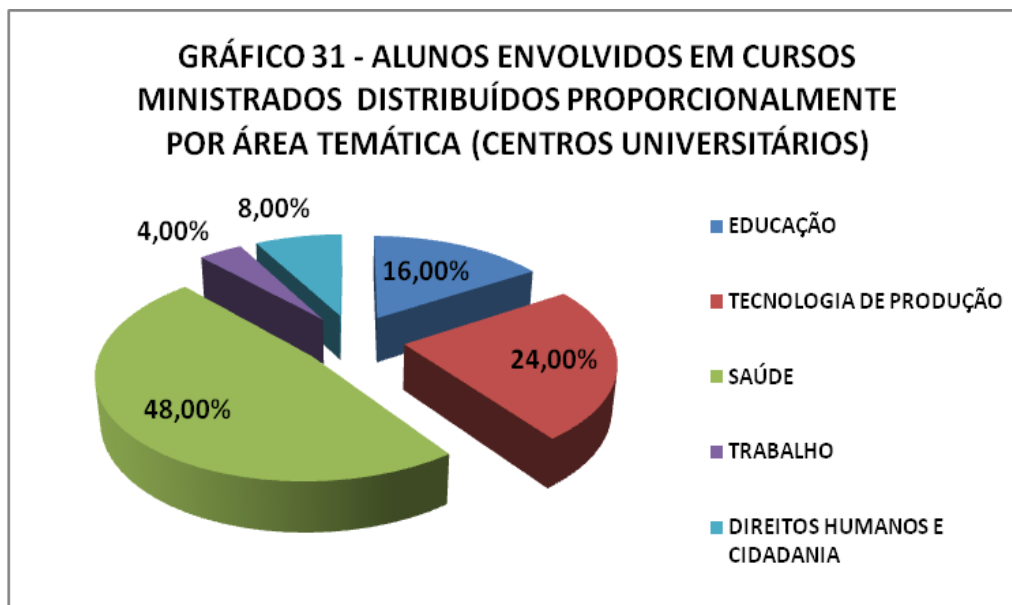
A segunda maior área de concentração de alunos envolvidos em cursos ministrados é Tecnologia de Produção, com 6 alunos. Aparecem, por fim, Educação com 4 alunos envolvidos, Direitos Humanos e Cidadania com 2 alunos envolvidos e Trabalho com 1 aluno envolvido.



Fonte: Autor

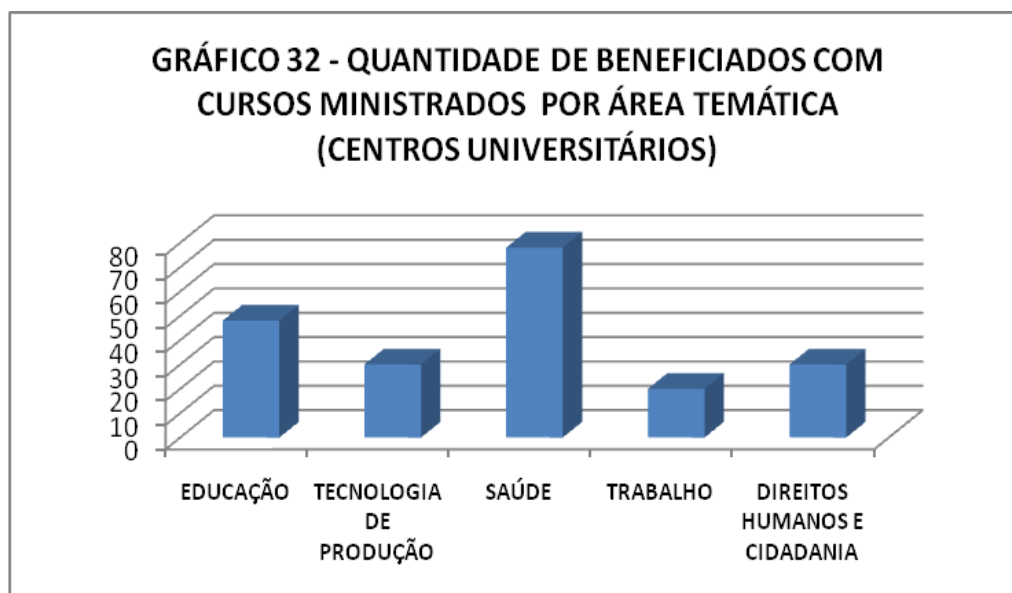
O Gráfico 31 apresenta a proporcionalidade desta composição, onde 48% da totalidade dos alunos envolvidos em cursos ministrados são da área temática Saúde. Já 24% dos alunos se engajaram em cursos ministrados na área Tecnologia de Produção.

A área temática Educação teve o engajamento de 16% dos alunos, e Educação e Trabalho contaram com 8% e 4%, respectivamente, de engajamento.



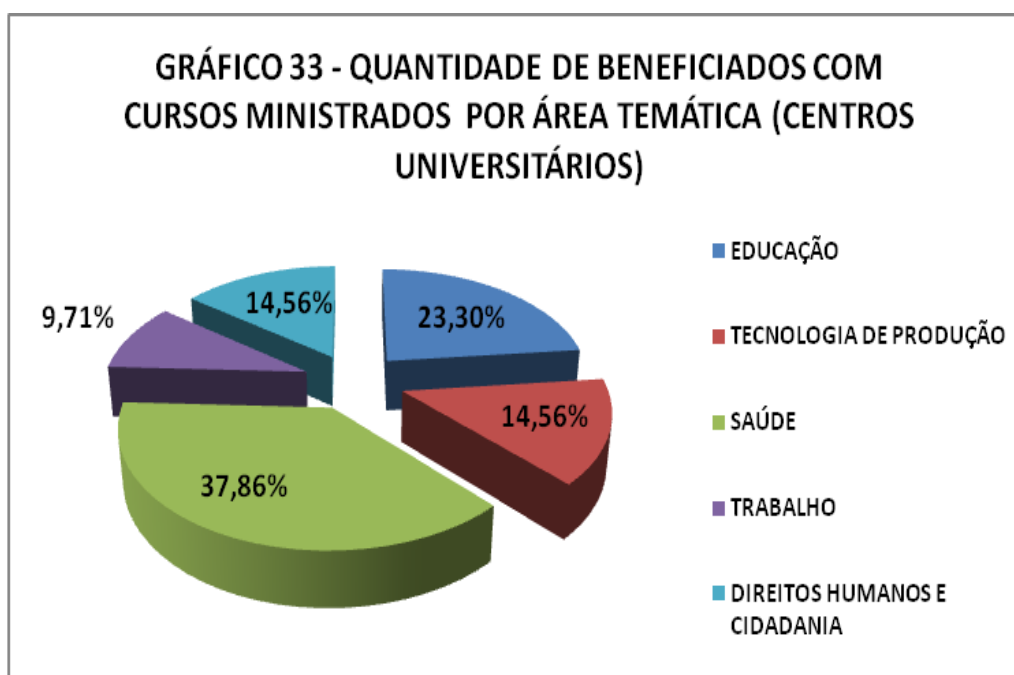
Fonte: Autor

Os cursos ministrados pelo Centro Universitário pesquisado beneficiaram 206 pessoas, onde destas 68 com cursos na área de Saúde. O número de beneficiados com cursos na área de Educação foi de 24, 23 beneficiados com cursos na área de Direitos Humanos e Cidadania, e por fim, 16 pessoas beneficiadas na área Meio Ambiente. Esta distribuição pode ser observada no Gráfico 32.



Fonte: Autor

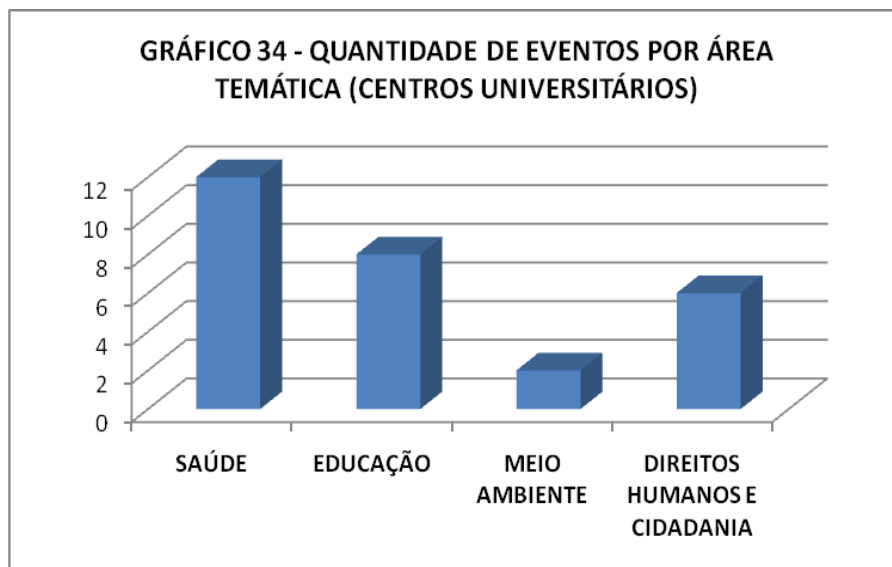
Pode-se constatar que 37,86% dos cursos ministrados são da área de Saúde, conforme disposto no Gráfico 33. Cursos ministrados na área Educação representam 23,30% do total. Os cursos ministrados nas áreas de Tecnologia de Produção e Educação representam 14,56% do total cada. E 9,71% do total de cursos ministrados são da área Trabalho.



Fonte: Autor

5.7.4 Eventos

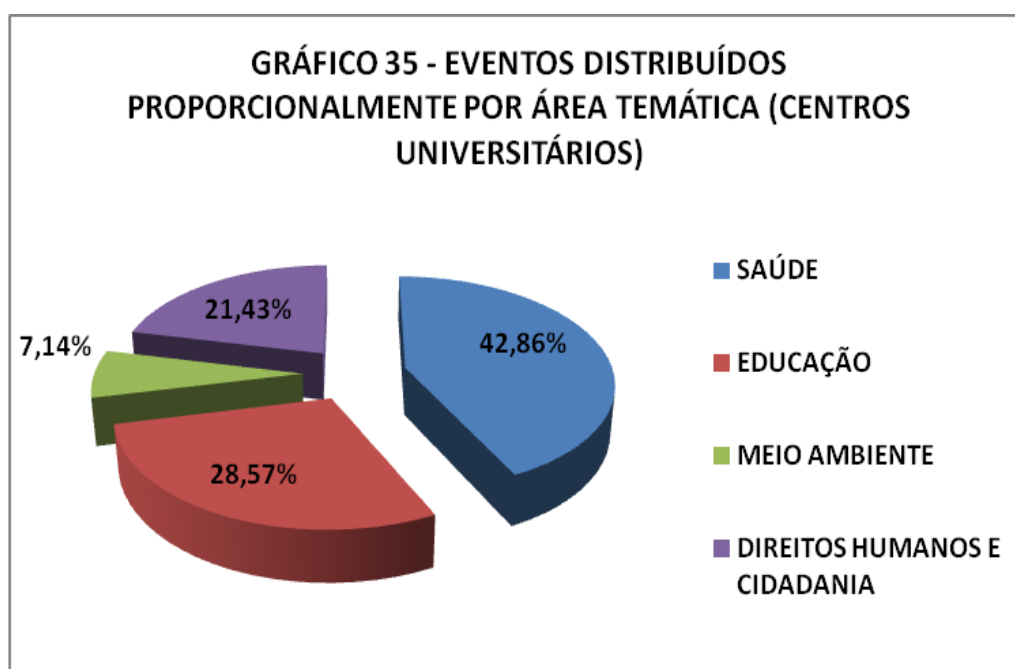
Os eventos realizados na IES contemplaram somente 04 áreas temáticas das 8 possíveis, sendo elas Saúde, Educação, Meio Ambiente e Direitos Humanos e Cidadania. Houveram 28 eventos realizados, com predominância na área Saúde, com 12 atividades realizadas. Educação aparece como a segunda área que mais foi contemplada com a realização de eventos, com 8 atividades realizadas. Os demais eventos realizados contemplam 6 atividades na área de Direitos Humanos e Cidadania e 2 atividades na área Meio Ambiente. Como exposto no Gráfico 34



Fonte: Autor

O Gráfico 35 apresenta a distribuição proporcional das ações extensionistas do tipo Eventos, onde se constata que estas ações são preponderantemente na área Saúde com uma representatividade de 42,86% do total.

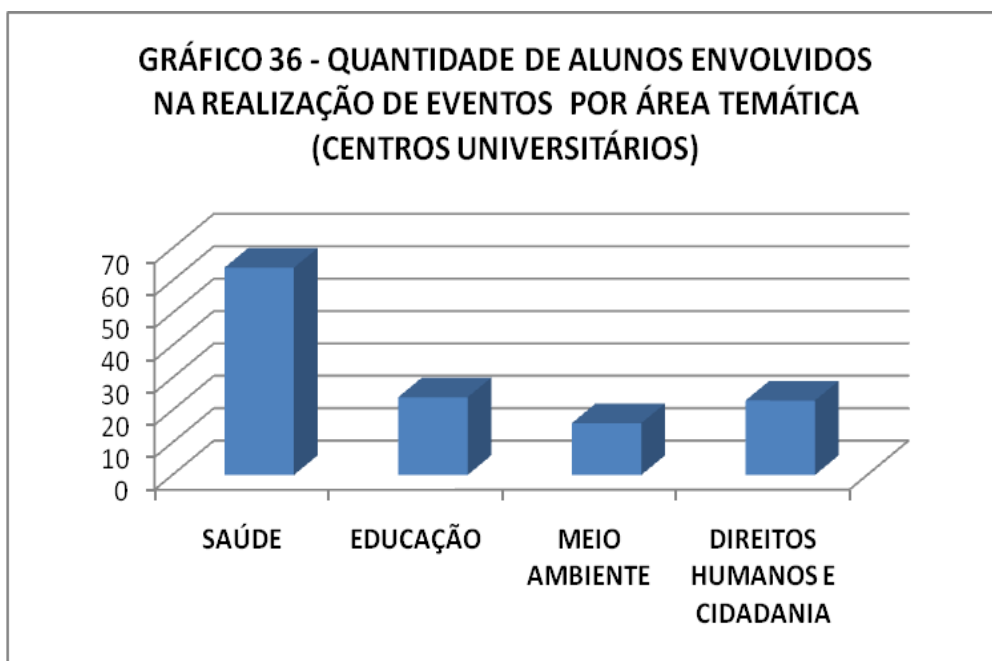
Em seguida aparecem ações relacionadas a área Educação com 28,57%, Direitos Humanos e Cidadania com 21,43% do total, e por fim, Meio Ambiente com 7,14% do total.



Fonte: Autor

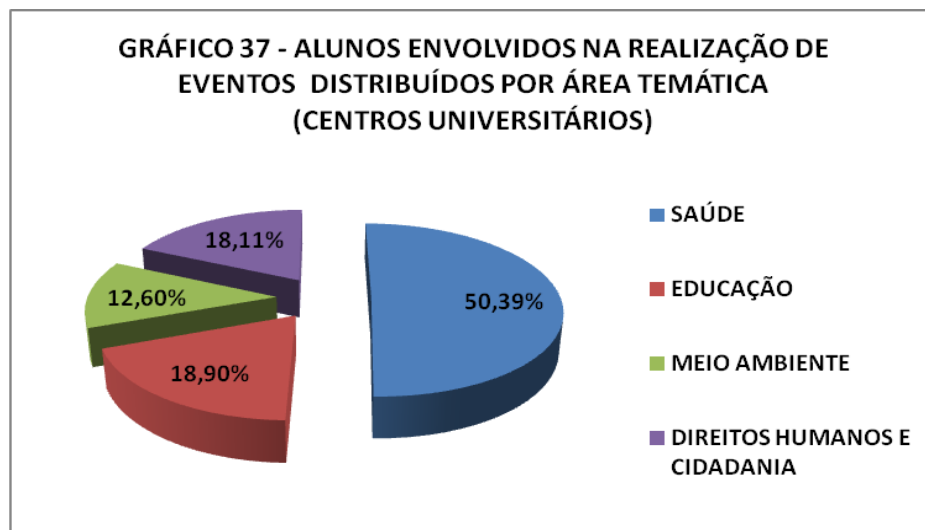
A distribuição do número de alunos na realização de Eventos extensionistas pode ser observada no Gráfico 36, onde dos 127 alunos envolvidos na realização de Eventos nesta IES, 64 discentes estavam envolvidos de forma ativa na realização de Eventos na área temática Saúde.

Quase nas mesmas quantidades, de discentes executores, aparecem as áreas temáticas Educação e Direitos Humanos e Cidadania, com 24 e 23 alunos respectivamente. E a área temática Meio Ambiente, das desenvolvidas, aparece com a menor quantidade de alunos envolvidos, com 16 discentes.



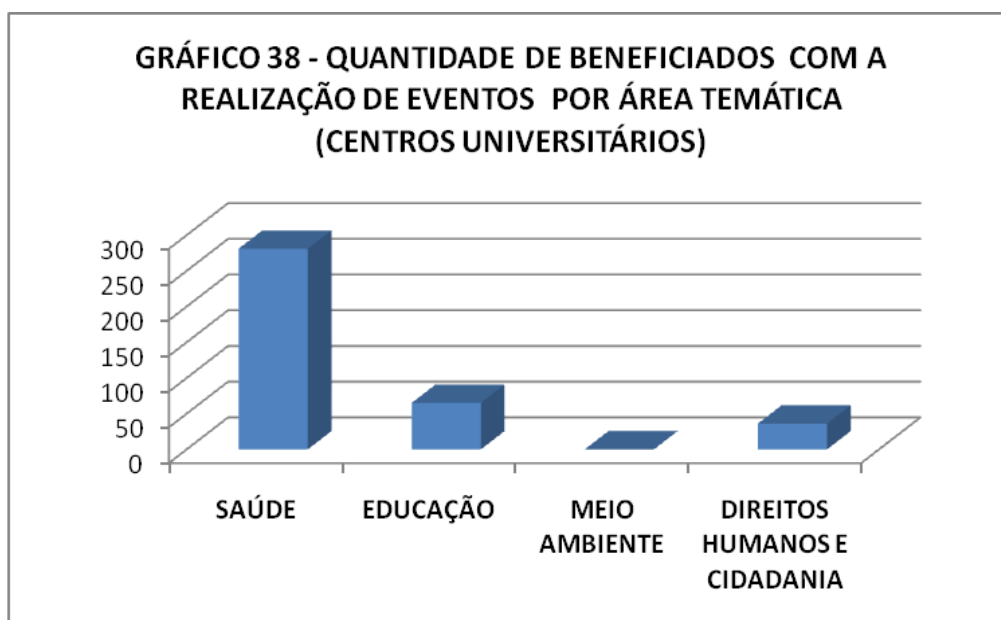
Fonte: Autor

Pode-se constatar, através do Gráfico 37, que a área temática Saúde corresponde a mais de 50% das ações extensionistas do tipo Evento. Quase que com a mesma proporção de alunos executores, com aproximadamente 18% do total cada, aparecem as áreas Educação e Direitos Humanos e Cidadania. E com uma participação menor aparece a área temática Meio Ambiente com 12% do total de eventos realizados.



Fonte: Autor

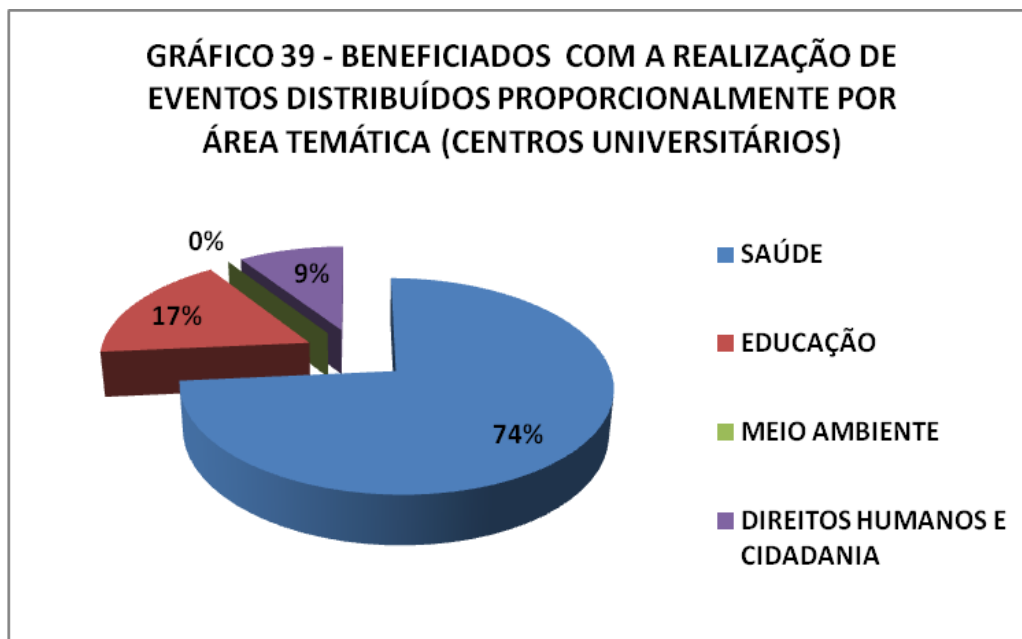
Número de beneficiados com a realização de Eventos extensionistas perfaz 382 pessoas, ode destes 281 pessoas foram beneficiados com eventos da área temática Saúde. Já a área temática Educação beneficiou com a realização de eventos no Centro Universitário pesquisado 65 pessoas. A área temática Direitos Humanos e Cidadania teve com a realização de eventos 36 beneficiados. Não houve registro de beneficiados com a realização de eventos da área temática Meio Ambiente como pode-se contatar no Gráfico 38.



Fonte: Autor

O Gráfico 39 demonstra que quase dois terços dos eventos extensionistas realizados, 74% deles, estavam relacionados à área temática Saúde.

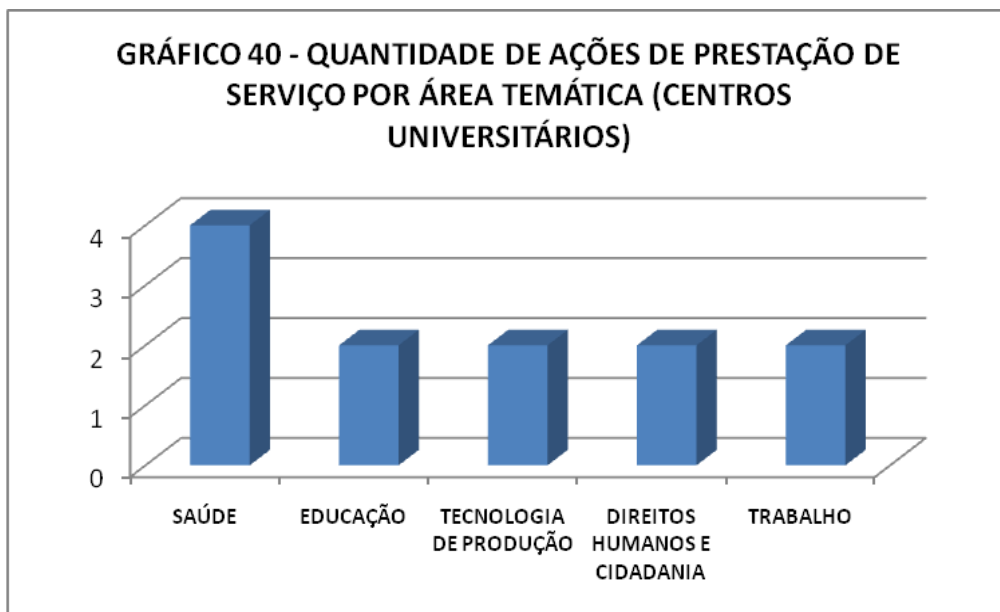
Educação é a área temática, que proporcionalmente, mais beneficiou pessoas, com 17% do total de beneficiados. Já a área Direitos Humanos e Cidadania atingiram 9% dos beneficiados.



Fonte: Autor

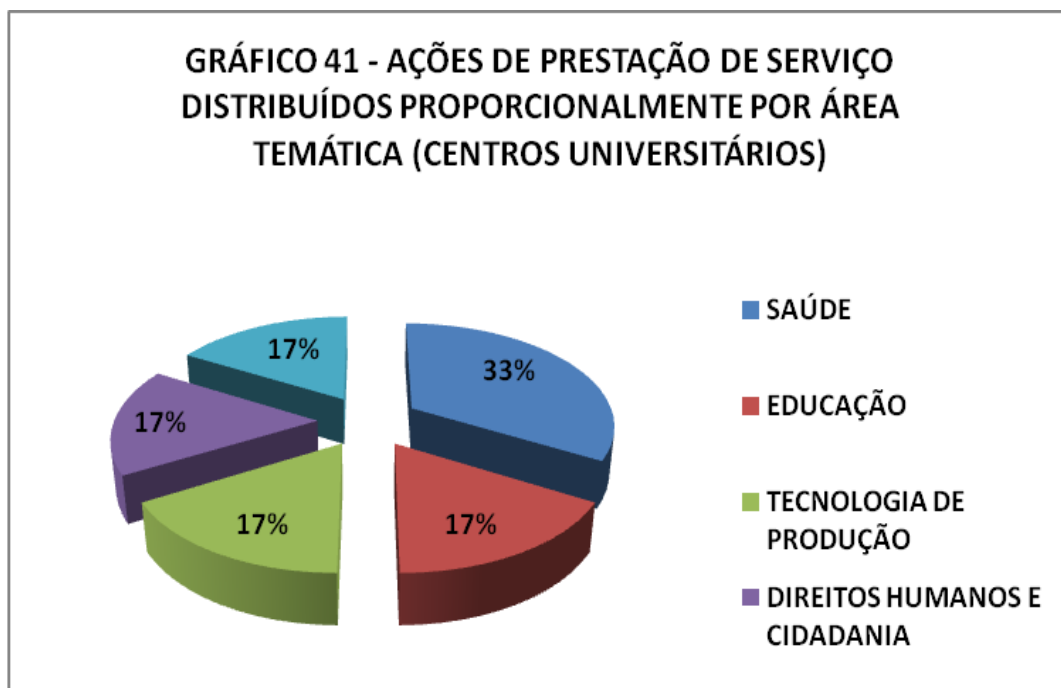
5.7.5 Prestação de Serviços

Das oito áreas temáticas possíveis de se categorizar ações do tipo Prestação de Serviços, identificou-se na pesquisa na IES pesquisada, a realização em 5 destas áreas. A área temática Saúde contemplou a realização de 4 ações de Prestação de serviço. E na mesma quantidade de ações, duas ações, realizadas nesta categoria aparecem às áreas temáticas Educação, Direitos Humanos e Cidadania, Tecnologia de Produção e Trabalho. Como pode-se constatar no Gráfico 40.



Fonte: Autor

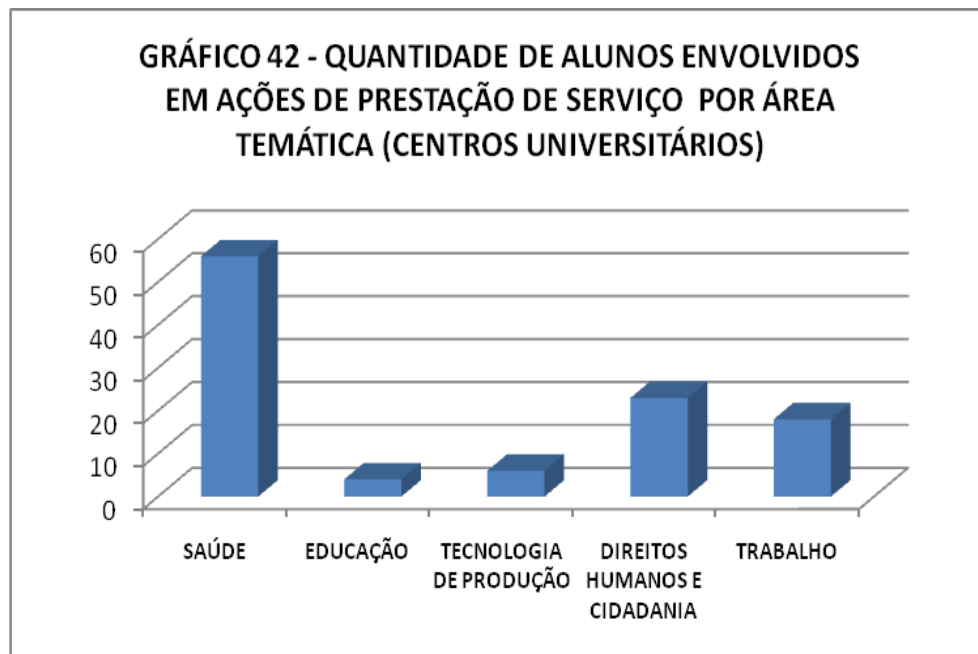
Pode-se observar, no Gráfico 41, que as áreas temáticas Educação, Direitos Humanos e Cidadania, Tecnologia de Produção e Trabalho aparecem com a mesma proporção do total de ações realizadas de Prestação de Serviço, com 17% cada. E como as demais ações, a de Prestação de Serviço possui a maioria das ações realizadas na área temática Saúde, 33% do total desse tipo de ação.



Fonte: Autor

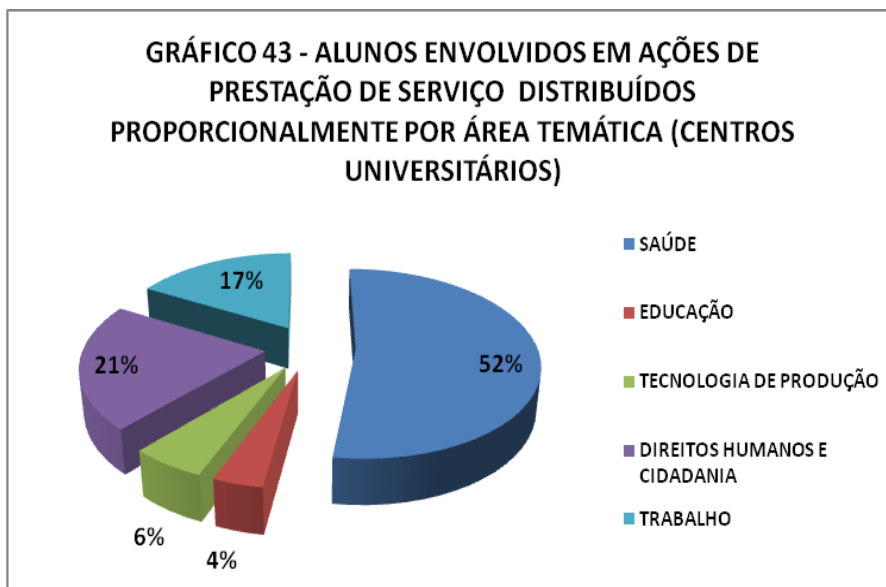
Número de alunos envolvidos, representado no Gráfico 42, na realização de eventos é de 107, sendo deste total, 56 discentes envolvidos na realização de ações de Prestação de Serviço. Direitos Humanos e Cidadania foi a área temática que segundo mais envolveu alunos com 23.

A área temática Trabalho mobilizou 18 alunos. E por fim, aparecem as áreas temáticas Tecnologia de Produção, com 6 alunos envolvidos, e Educação com 4 alunos envolvidos.



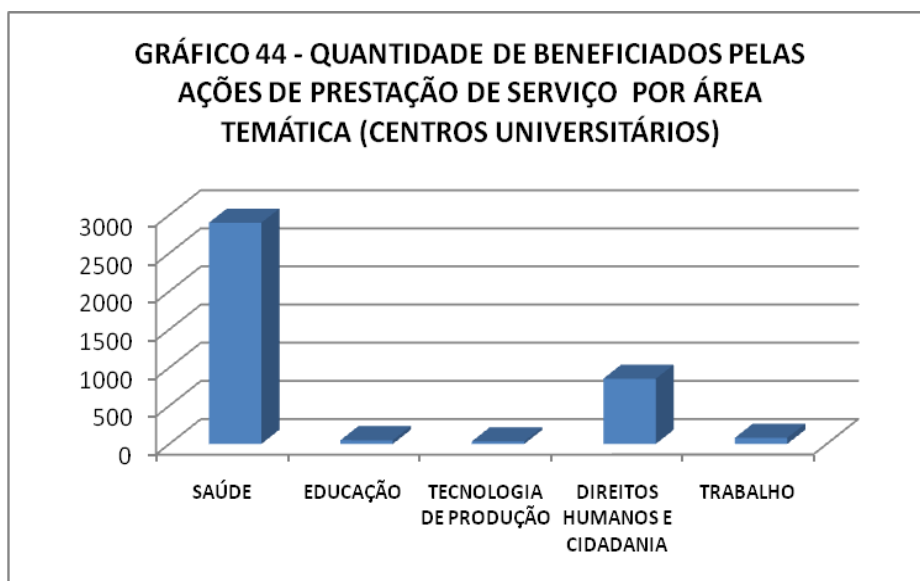
Fonte: Autor

Como se pode observar no Gráfico 43, as ações de Prestação de Serviço em sua maioria, por volta de 52% do total, foram registradas na área temática Saúde. A área Direitos Humanos e Cidadania representa 21% das ações desenvolvidas. Com 17% das ações, aparecem aquelas classificadas na área temática Trabalho. As áreas temáticas Tecnologia de Produção e Educação representam do total de ações registradas, 6% e 4%, respectivamente.



Fonte: Autor

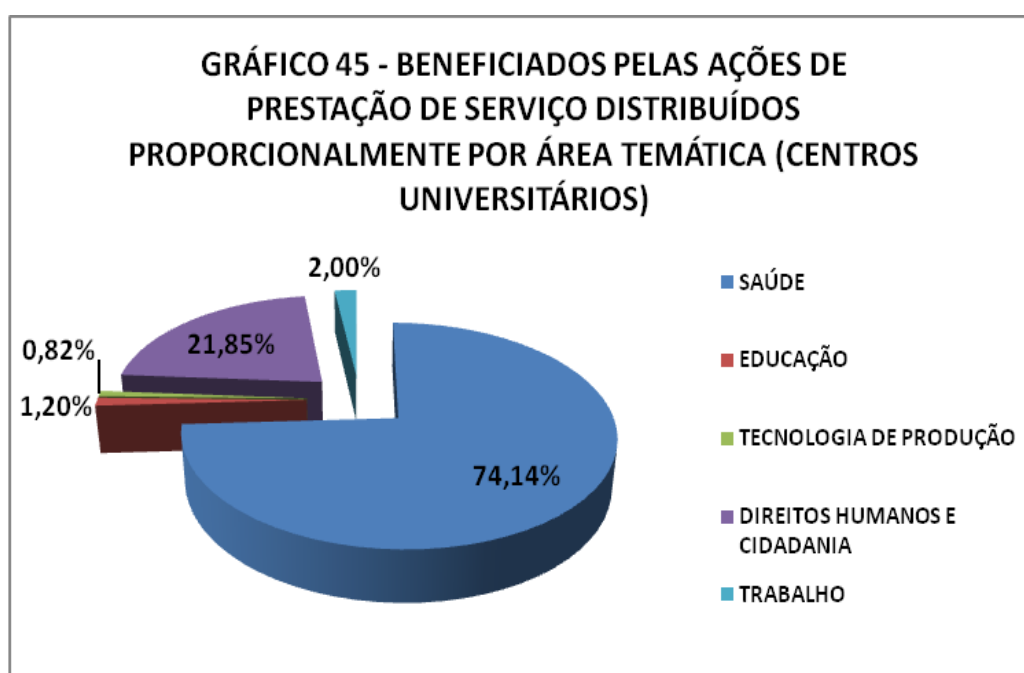
Número de beneficiados com as ações de Prestação de Serviço desenvolvidas pelo Centro Universitário pesquisado contemplou 3.909 pessoas. A área temática Saúde beneficiou através deste tipo de ação extensionista 2.898 pessoas. Já as ações desenvolvidas na área temática Direitos Humanos e Cidadania beneficiaram 854 pessoas. Finalizando, a área Trabalho beneficiou 78 pessoas, Educação beneficiou 47 pessoas, e Tecnologia de Produção 32 pessoas. A representação da distribuição do número de beneficiados encontra-se no Gráfico 44.



Fonte: Autor

Proporcionalmente, Gráfico 45, se constata uma massiva maioria no número de beneficiados com o desenvolvimento de ações do tipo Prestação de Serviço da área temática Saúde, como uma representação do total de 74,17%.

Em seguida com a segunda maior proporção de beneficiados, aparece a área temática Direitos Humanos e Cidadania, atingindo 21,85% dos beneficiados. Com 2% de beneficiados aparece a área temática Trabalho, 1,20% a área temática Educação, e com 0,82% a área temática Tecnologia de Produção.



Fonte: Autor

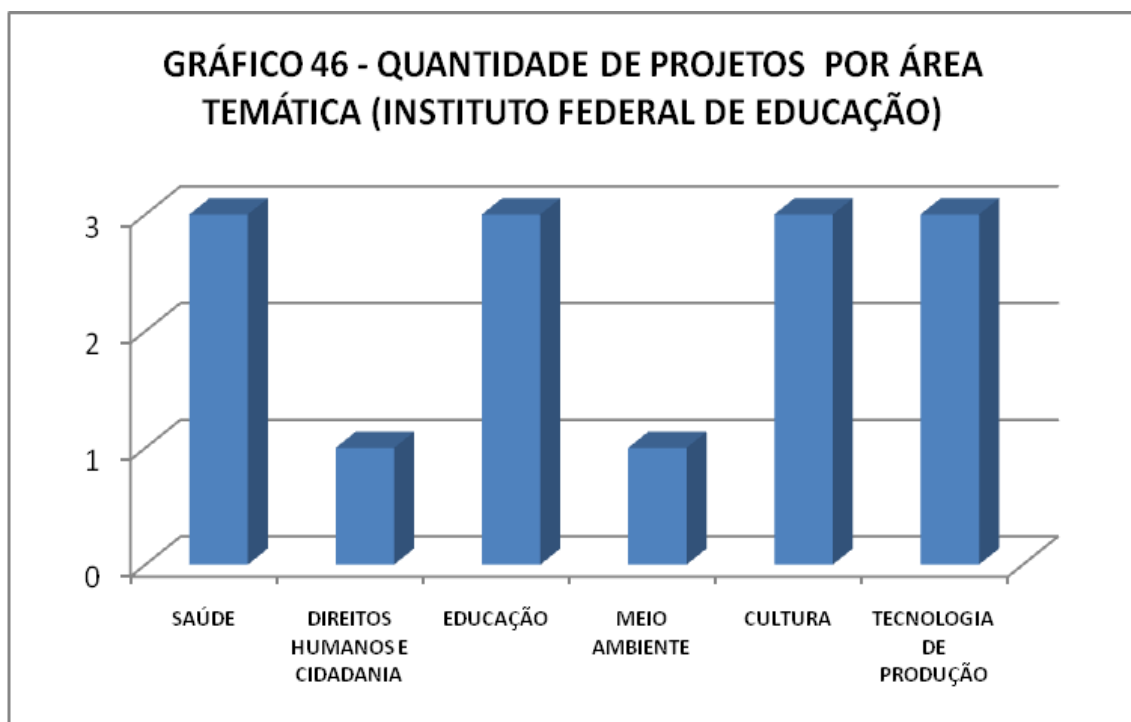
5.8 Ações extensionistas desenvolvidas pelos Institutos Federais de Educação

Como supracitado, o Instituto Federal de Educação possui vários *campi* distribuídos pelo Estado do Ceará, porém para esta pesquisa os dados levam em consideração somente o *campus* da cidade de Fortaleza.

Nos dados fornecidos pelo Instituto, não houveram ações de realização de Programas extensionistas, como também não houveram, ações relacionadas a Prestação de Serviço.

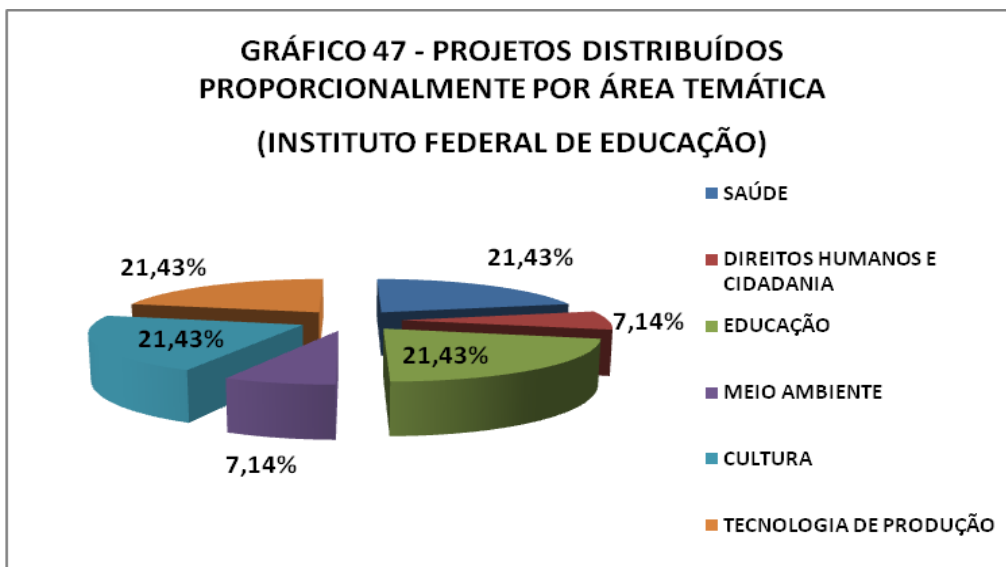
5.8.1 Projetos

O Número de projetos registrados, pela IES pesquisada, totaliza 14. Com três projetos realizados cada, aparecem as áreas temáticas Saúde, Educação, Cultura e Tecnologia de Produção. As áreas de Direitos Humanos e Cidadania e Meio Ambiente desenvolveram um projeto cada. Como disposto no Gráfico 46.



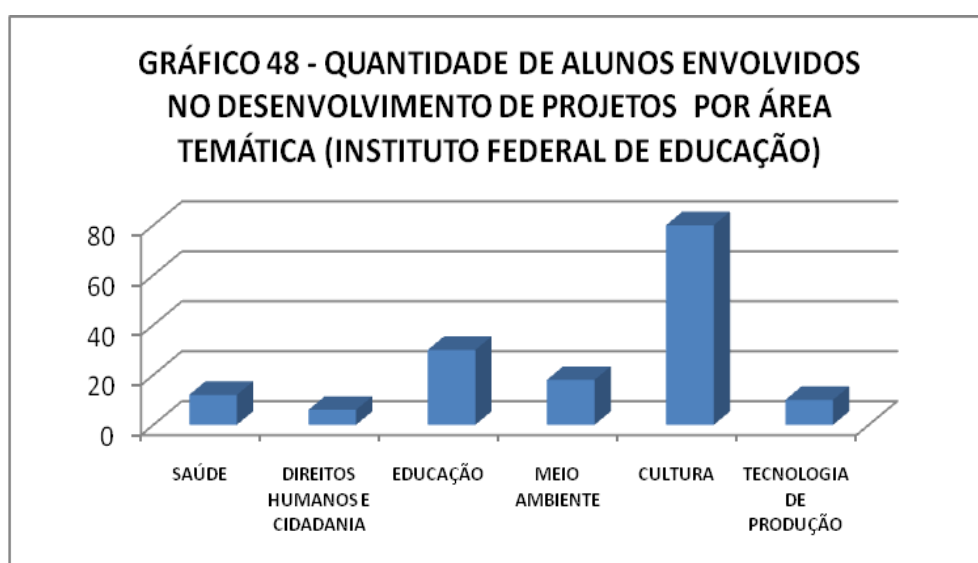
Fonte: Autor

Proporcionalmente, como apresenta o Gráfico 47, dos projetos desenvolvidos, 04 áreas temáticas (Saúde, Educação, Cultura e Tecnologia de Produção) tem, equitativamente, 21,43% do total de projetos realizados, e duas áreas temáticas (Direitos Humanos e Cidadania e Meio Ambiente) com representatividade de 7,14% do total, cada.



Fonte: Autor

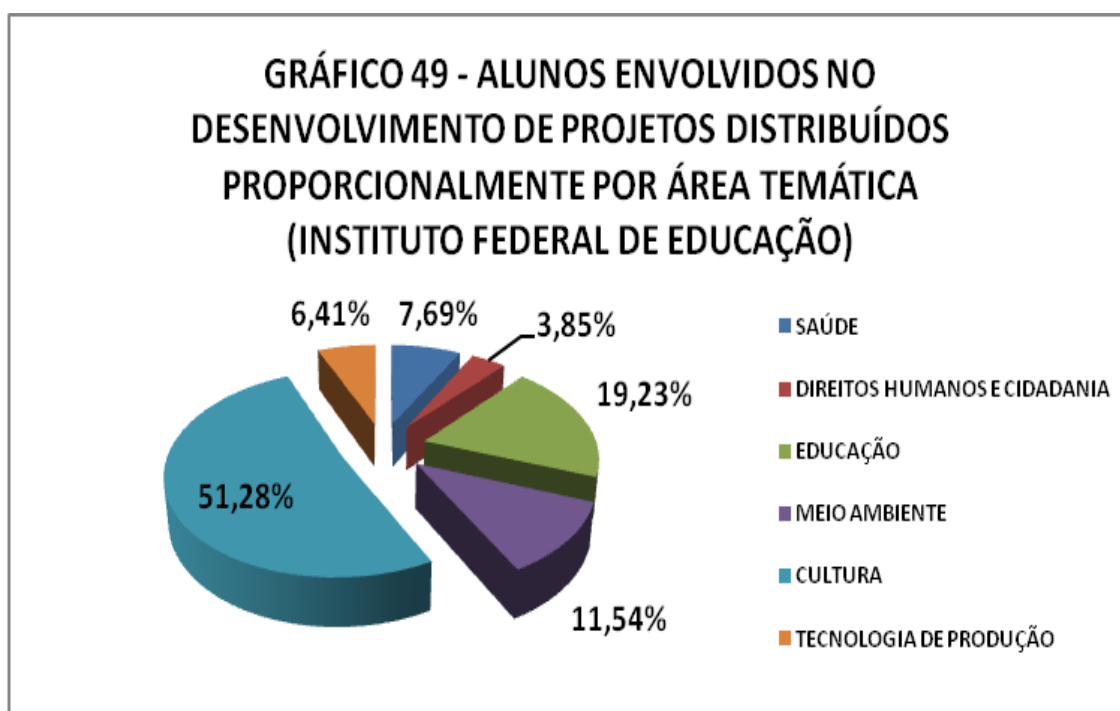
Os projetos realizados contaram com a participação ativa de 156 alunos, Gráfico 48, onde o número de alunos envolvidos em projetos relacionados a área temática Cultura perfaz 80. A segunda área temática com participação ativa de discente é a de Educação com 30 discentes. As áreas Meio Ambiente e Saúde contaram, para sua realização, com a participação de 18 e 12 alunos, respectivamente. Projetos na área de Tecnologia de Produção tiveram participação de 10 alunos ativos. E por fim, 6 alunos participantes de forma ativa em projetos na área de Direitos Humanos e Cidadania.



Fonte: Autor

Proporcionalmente, verifica-se no Gráfico 49, que existiu uma participação majoritária dos alunos em projetos ligados a Cultura na IES pesquisada, com 51,28% do total. 19,23% do total participaram de projetos relacionados a área temática Educação e 11,54%, Educação.

Aparecem em ordem decrescente, Saúde (7,69% do total), Tecnologia de Produção (6,41%) e Direitos Humanos e Cidadania (3,85%).



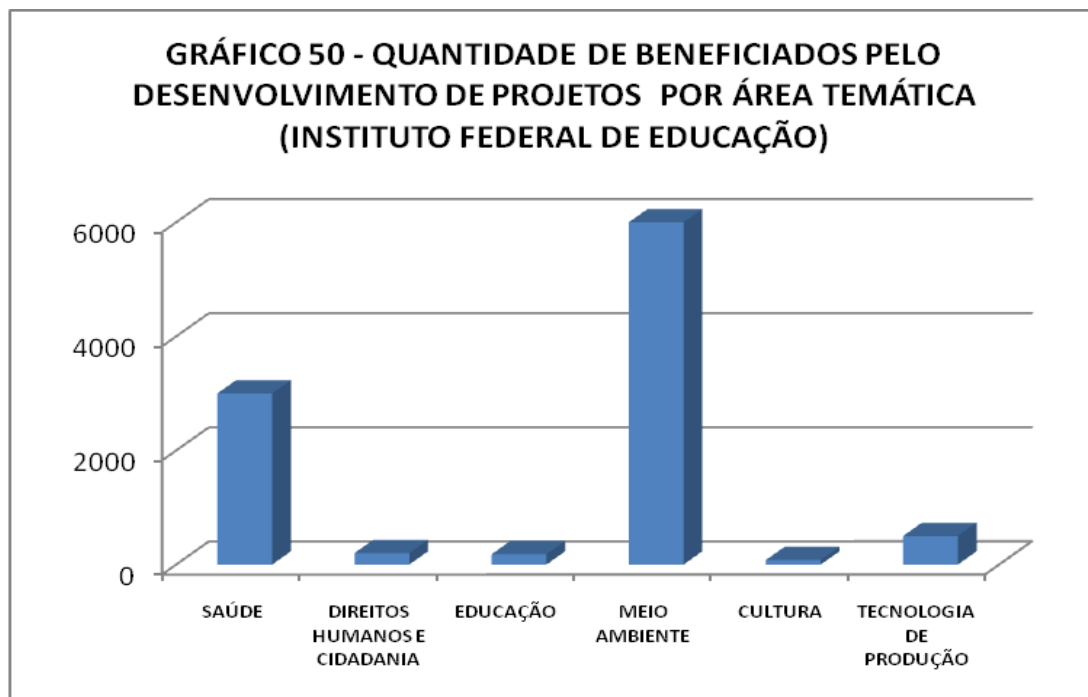
Fonte: Autor

O desenvolvimento de Projetos de Extensão no Instituto beneficiaram 9.960 pessoas.

Apesar de projetos da área temática Meio Ambiente não ter o maior número de projetos desenvolvidos e nem uma participação expressiva de alunos envolvidos ativamente, na execução beneficiaram mais pessoas que todos os outros projetos juntos, 6.000 beneficiados no total.

O segundo maior público beneficiado registra-se na execução de projetos relacionados a área temática Saúde, com 3.000 beneficiados.

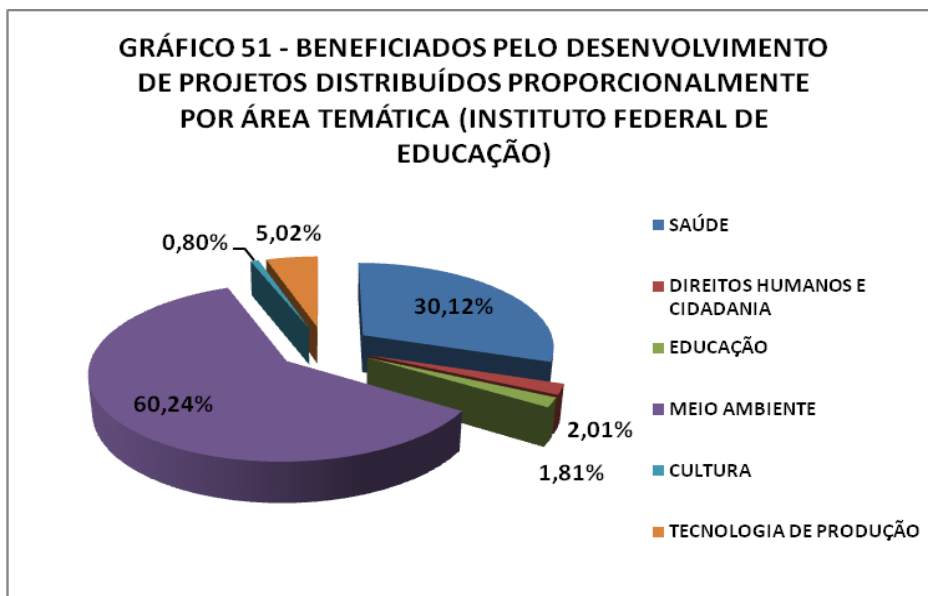
Seguem assim, Tecnologia de Produção com 500 beneficiados, Direitos Humanos e Cidadania com 200 beneficiados, Educação com 180 beneficiados, e Cultura com 80 beneficiados.



Fonte: Autor

Através do Gráfico 51, verifica-se que do total de projetos desenvolvidos na área Meio Ambiente beneficiaram 60,24% do público total.

Também aparecem, com uma representatividade considerável, projetos desenvolvidos na área Saúde, que abrangeram 30,12% do público total beneficiado. Seguem-se na mesma linha de raciocínio Tecnologia de Produção (5,02% de beneficiados), Direitos Humanos e Cidadania (2,01% de beneficiados), Educação (1,81 de beneficiados) e Cultura (0,80% de beneficiados).

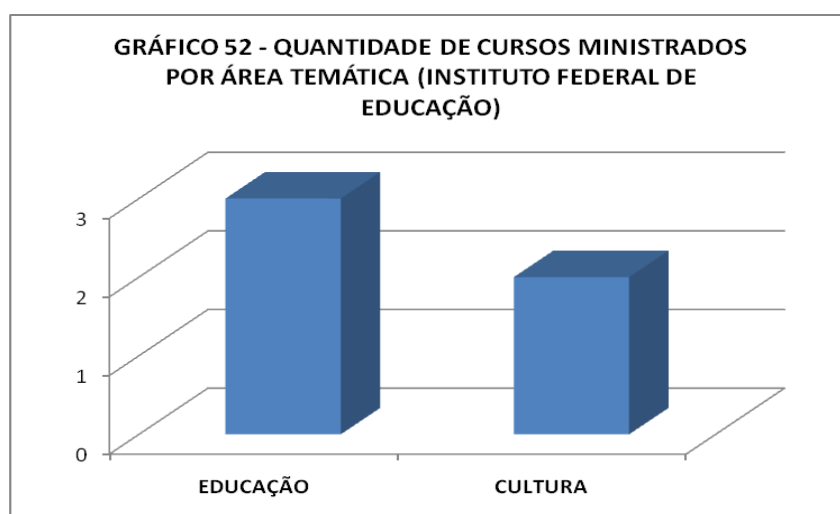


Fonte: Autor

Vale à pena ressaltar que apesar da existência da quantidade de projetos na área de Cultura e de alunos participantes de forma ativa, foi a área que menos beneficiou pessoas proporcionalmente.

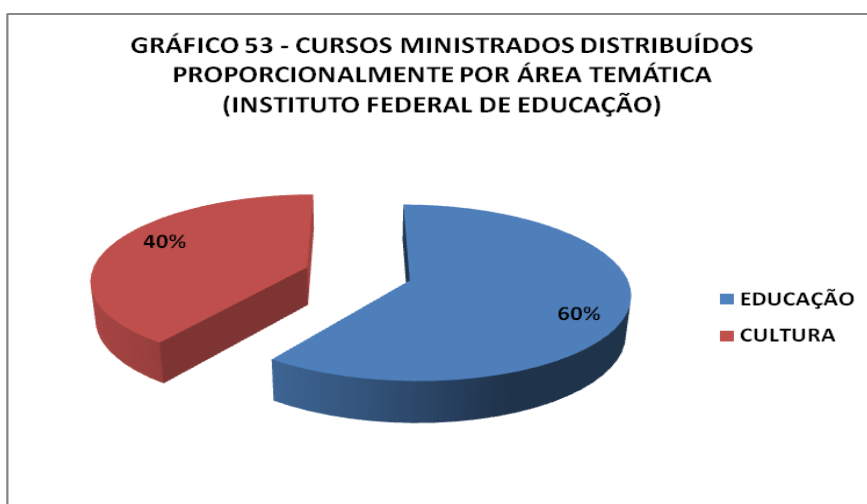
5.8.2 Cursos

Os cursos de extensão desenvolvidos pelo Instituto contemplaram somente duas das oito áreas temáticas existentes. Houveram, como observado no Gráfico 52, 03 cursos ministrados na área temática Educação e 02 cursos ministrados na área temática Cultura.



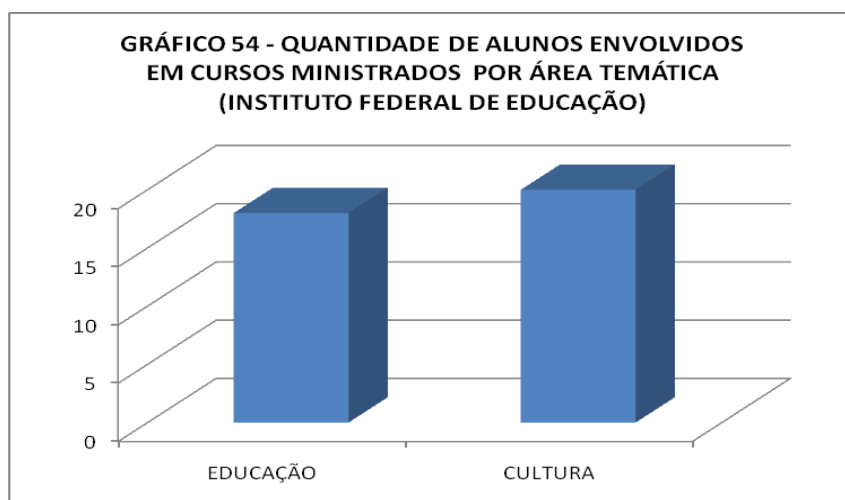
Fonte: Autor

Analisando a distribuição proporcional, Gráfico 53, dos cursos de extensão ministrados, pode-se verificar uma predominância percentual de cursos ministrados na área temática Educação, com 60% do total de cursos ministrados, contra 40% do total de cursos ministrados na área temática Cultura.



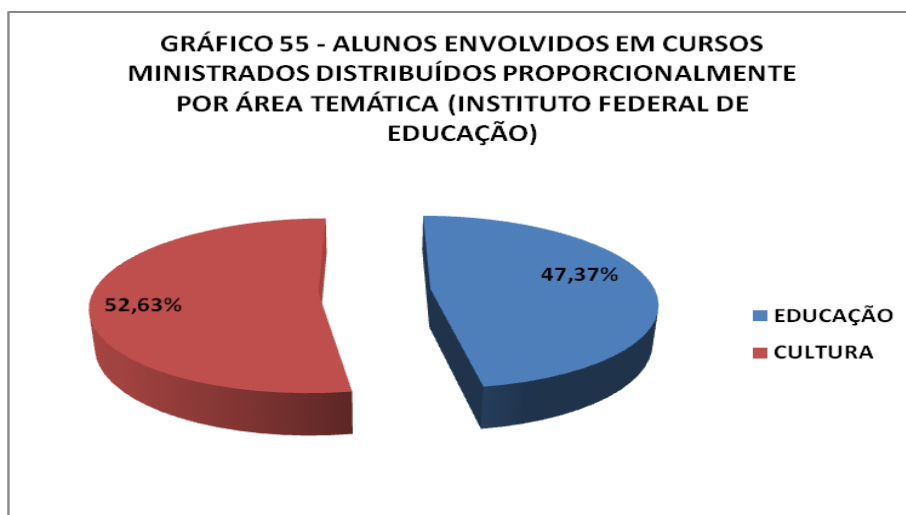
Fonte: Autor

Nos dados fornecidos, consolidados no Gráfico 54, o número de alunos envolvidos ativamente na execução de cursos de extensão perfazem 38, sendo que, 18 alunos se envolveram ativamente em cursos de extensão na área temática Educação, e 20 alunos ativamente em cursos de extensão na área temática Cultura.



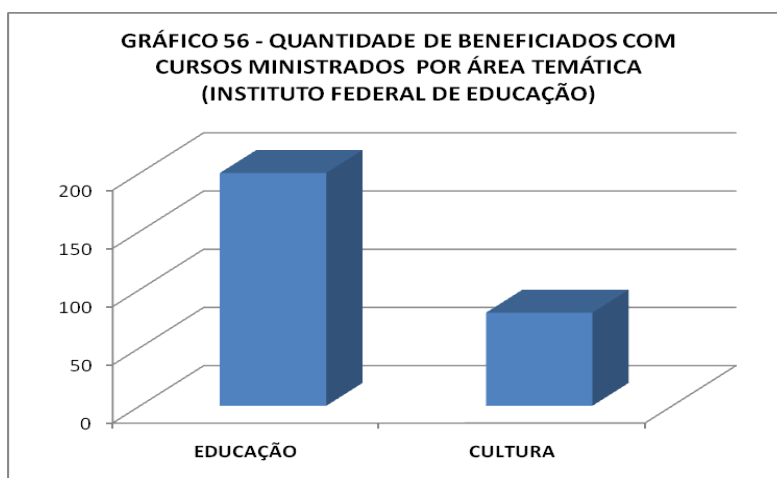
Fonte: Autor

Proporcionalmente, verifica-se no Gráfico 55, que existe quase uma distribuição paritária na participação dos alunos na execução de cursos de extensão, existindo uma distribuição proporcional de 52,63% participação dos alunos na execução de curso de extensão ministrados na área temática Cultura e 47,37% de participação dos alunos na execução de cursos de extensão ministrados na área temática Educação.



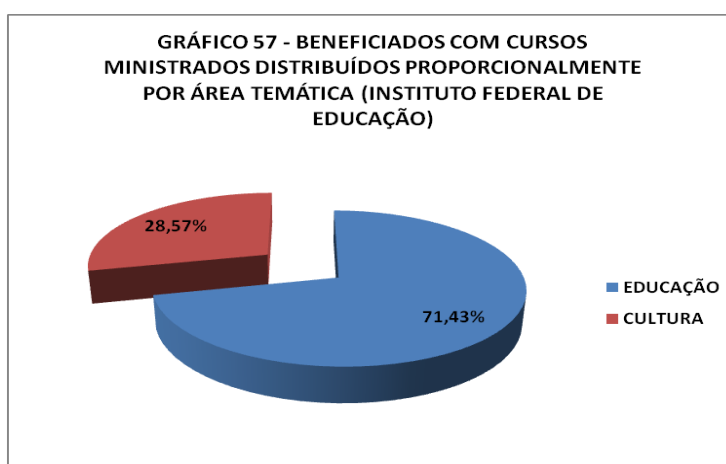
Fonte: Autor

A execução dos cursos de extensão pela áreas temáticas citadas gerou um público beneficiado de 280 pessoas, conforme Gráfico 56. Sendo que deste, 200 pessoas foram beneficiados com cursos ministrado na área de Educação e 80 pessoas beneficiadas com cursos ministrados na área de Cultura.



Fonte: Autor

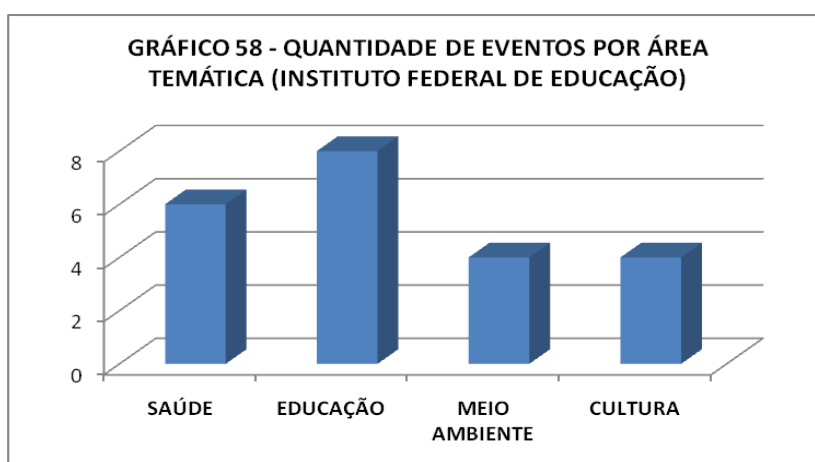
Apesar de haver registros que se identifica um maior numero de cursos de extensão ministrados na área temática Educação, bem como o registro de um número maior de alunos que participaram ativamente na execução de cursos nesta área, a área temática Cultura beneficiou, proporcionalmente, apenas 28,57% do público total beneficiado. Já área Educação beneficiou 71,43% do público total dos cursos. Como apresentado no Gráfico 57.



Fonte: Autor

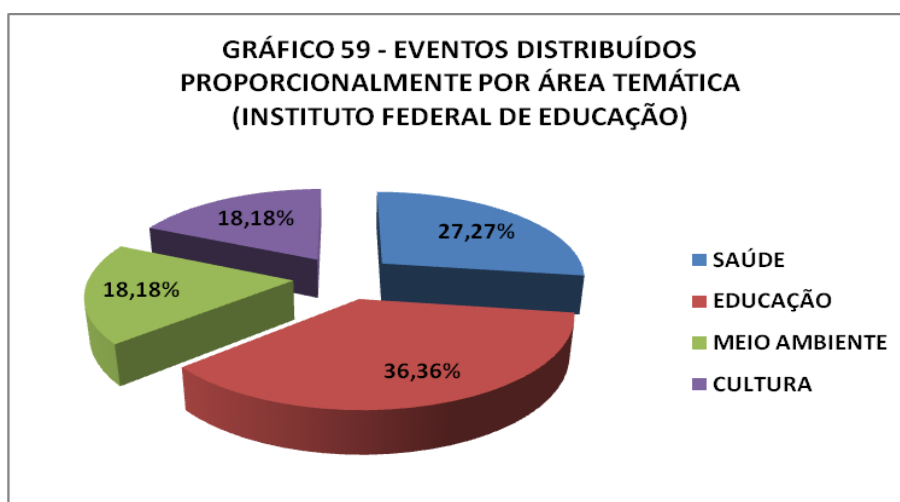
5.8.3 Eventos

O Gráfico 58, apresenta que, no ano pesquisado, registrou-se na IES 22 Eventos extensionistas, onde deste total 8 na área de Educação, 6 na área temática Saúde. E nas áreas Cultura e Meio Ambiente, foram executados 4 eventos de extensão para cada.



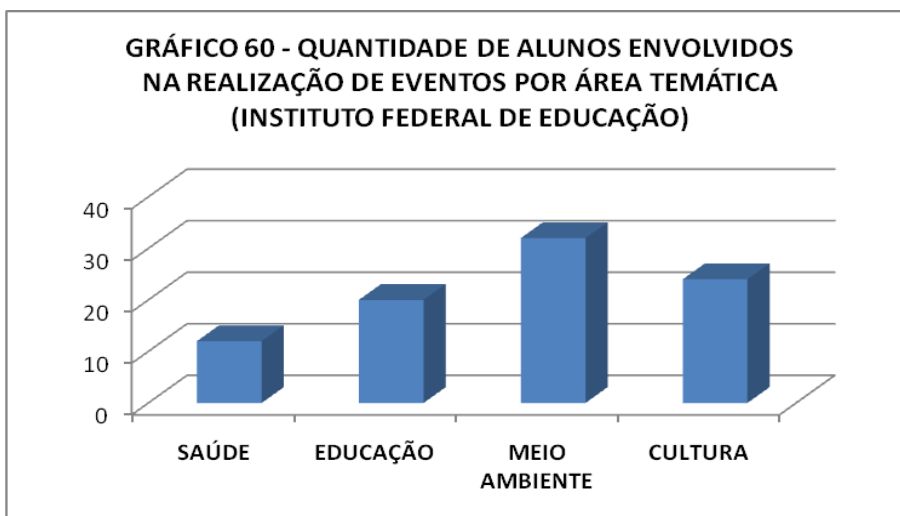
Fonte: Autor

Quando analisa-se, proporcionalmente como disposto no Gráfico 59, a realização dos eventos na área Educação contemplou 36,36% do total de eventos realizados. Já a área Saúde contemplou 27,27% dos eventos realizados. E com a mesma proporção, 18,18% do total, Cultura e Meio Ambiente.



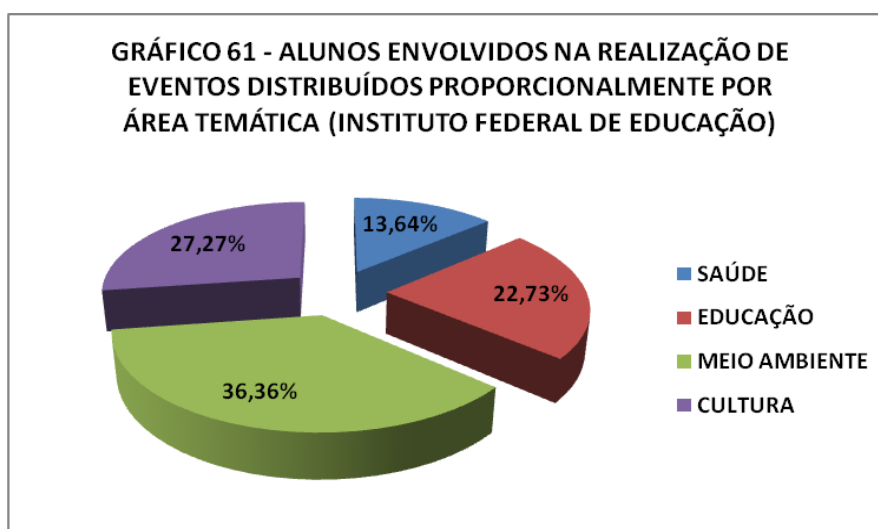
Fonte: Autor

O Gráfico 60 dispõe a distribuição em quantidade de alunos participantes de forma ativa na execução dos eventos de extensão na IES. Dos 88 alunos que participaram de forma ativa no desenvolvimento e execução dos eventos, 32 discentes se dedicaram a eventos na área temática Meio Ambiente. Do total de alunos, 24, se envolveram com eventos na área Cultural. E por fim, Educação contou com 20 alunos executores e Saúde com 12 alunos.



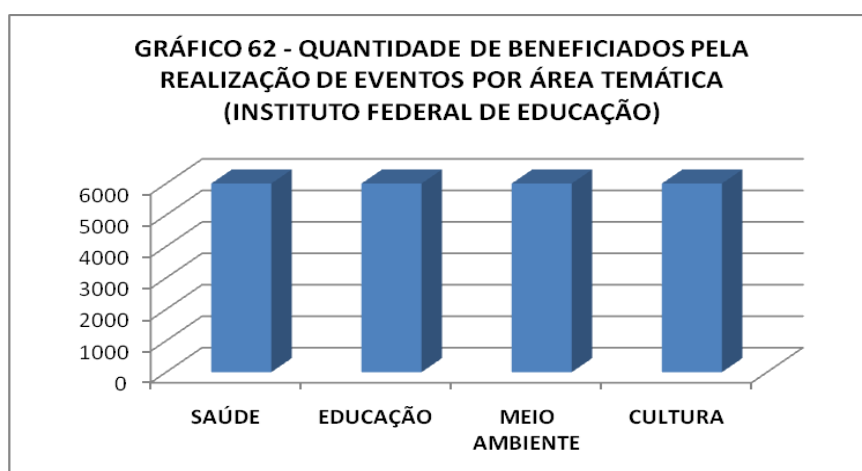
Fonte: Autor

O Gráfico 61 apresenta que existe uma maioria proporcional de alunos envolvidos de forma ativa em eventos na área temática Meio Ambiente, com 36,36% do total de alunos. Temos em seguida, Cultura (27,27% do total de alunos), Educação (22,73% do total de alunos) e Saúde (13,64% do total de alunos).



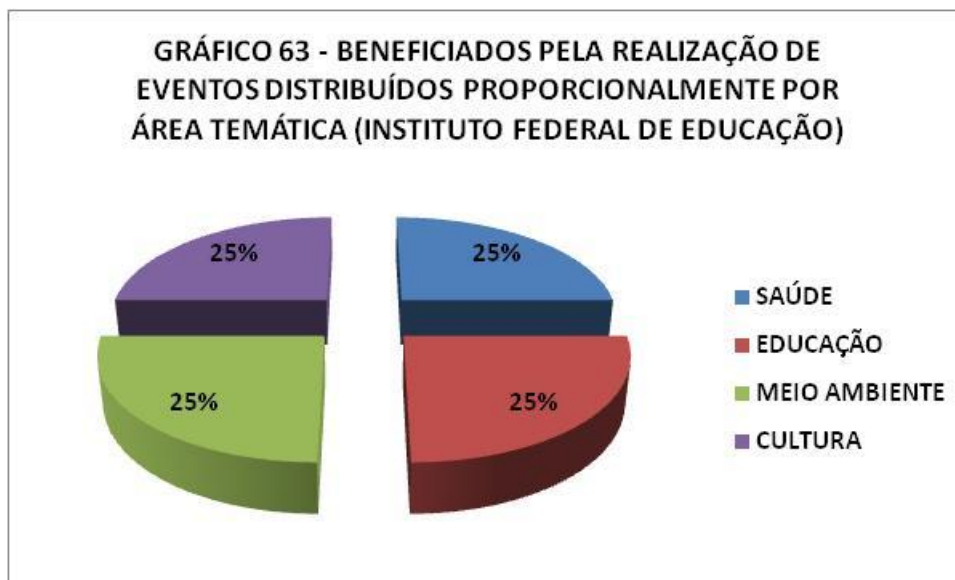
Fonte: Autor

Ao observar os dados fornecidos identifica-se que o público considerado como beneficiados na execução de eventos na IES, são os alunos regularmente matriculados na mesma. Sendo assim, verifica-se no Gráfico 62, uma distribuição de 6.000 beneficiados (mesmo número de alunos regularmente matriculados na IES) por área temática desenvolvida, totalizando 24.000 beneficiados com as ações.



Fonte: Autor

Proporcionalmente, observando-se o Gráfico 63, a distribuição se comporta também de forma equitativa, onde cada área temática (Saúde, Educação, Meio Ambiente e Cultura) beneficiou 25% do público total.



Fonte: Autor

5.9 Ações extensionistas desenvolvidas pelas Universidades

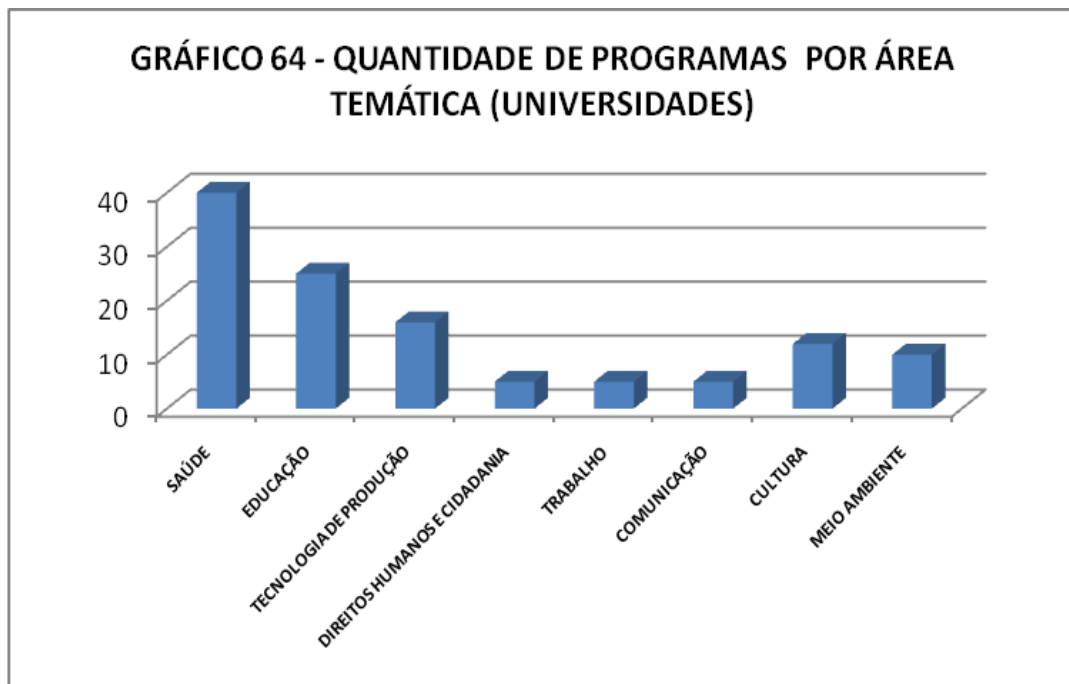
A consolidação dos dados baseou-se nos dados fornecidos pelo instrumento de pesquisa e por dados consolidados fornecidos de instrumentos oficiais das respectivas Pró-Reitorias de Extensão.

Dos dados referentes a ações extensionistas coletados a partir de documentos oficiais fornecidos por cada Pró-Reitoria, em alguns casos, a consolidação não distinguiu a participação dos alunos por área temática, sendo assim, para dar uniformidade ao estudo nesta fase da pesquisa, os alunos não alocados por área temática serão excluídos da análise, sendo considerados nas considerações finais.

5.9.1 Programas

Nas Universidades pesquisadas foram registrados 118 programas, como exposto no Gráfico 64, desenvolvidos contemplando todas as áreas temáticas, havendo um maior número de observações na área temática Saúde, com 40 programas desenvolvidos.

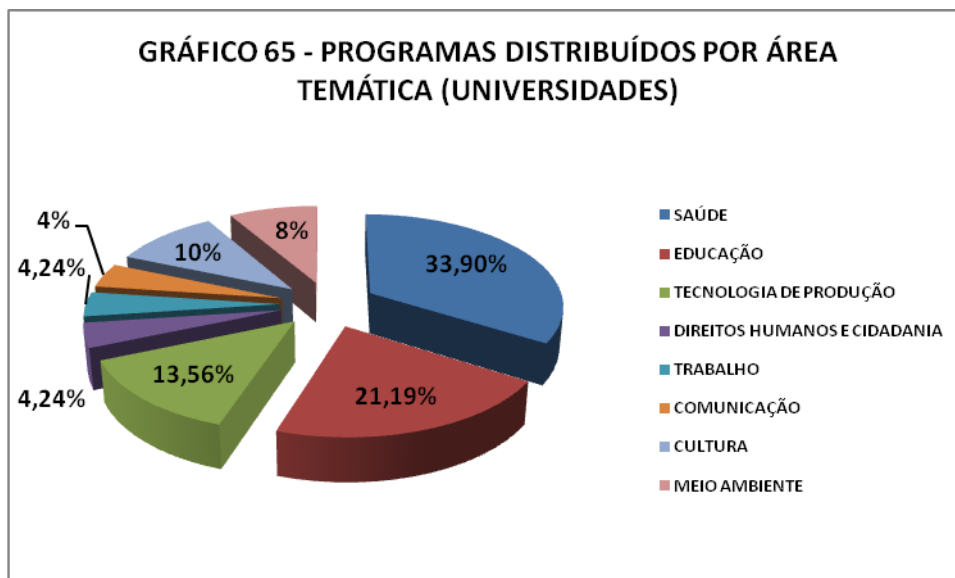
Houve também, 25 programas desenvolvidos na área Educação, 16 na área de Tecnologia de Produção, 12 na área Cultura, 10 programas na área Meio Ambiente, e as áreas Direitos Humanos e Cidadania, Trabalho e Comunicação com 5 programas desenvolvidos em cada área.



Fonte: Autor

Proporcionalmente, Gráfico 65, programas desenvolvidos na área temática Saúde se mostraram com maior participação, correspondendo a 33,90% do total de programas desenvolvidos.

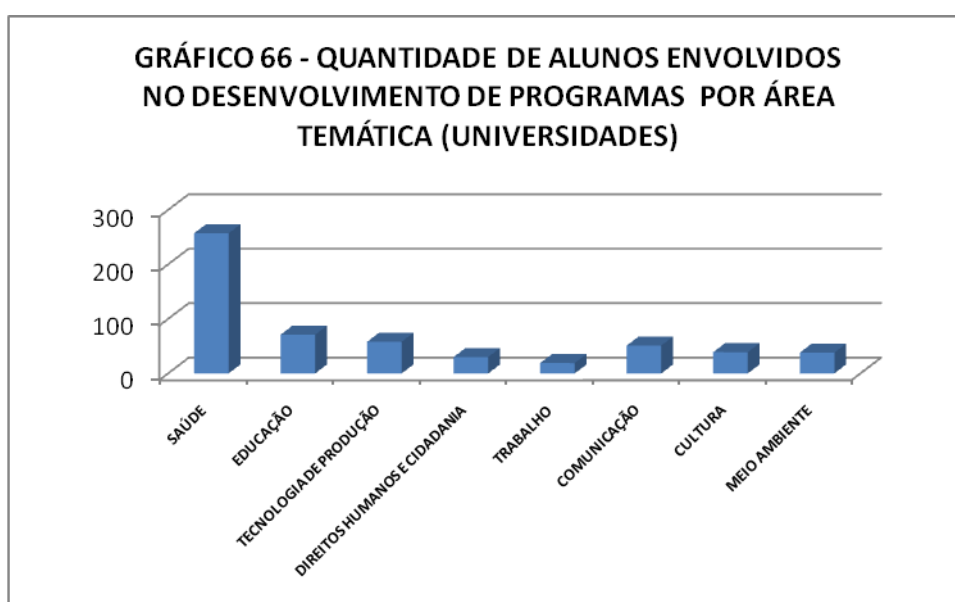
A segunda maior proporcionalidade encontrada foi nos programas desenvolvidos na área temática Educação com 21,19% do total. Aparecem, em ordem decrescente, Tecnologia de Produção (13,56% do total), Cultura (10% do total), Meio Ambiente (8% do total), Direitos Humanos e Cidadania (4,24%), Trabalho (4,24%) e Comunicação (4%).



Fonte: Autor

O número registrado de alunos ativos no desenvolvimento e execução de Programas de Extensão por área temática pode ser observado no Gráfico 66. Identificou-se a participação, de forma ativa, de 563 alunos.

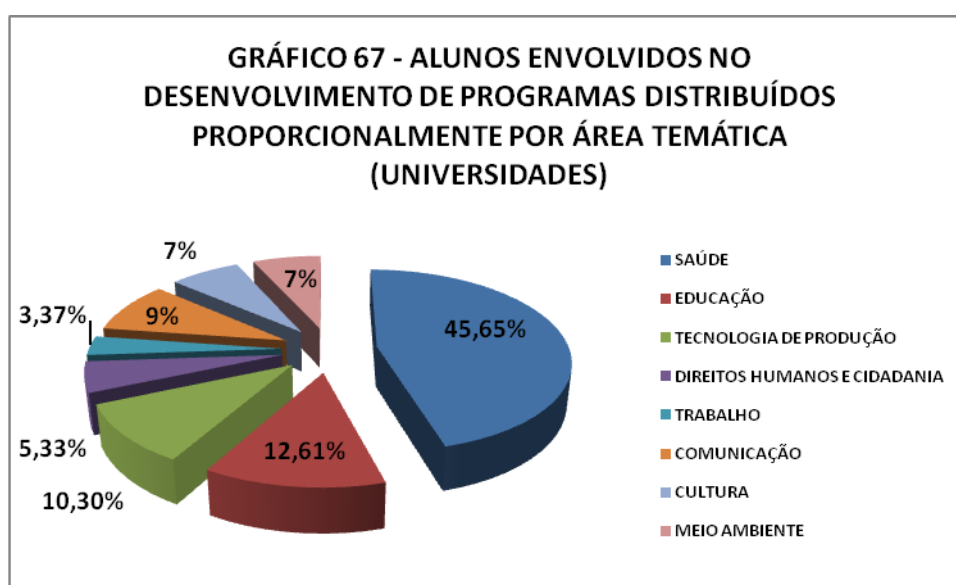
A área temática com maior participação foi a Saúde, com 257 alunos, seguida das áreas temáticas Educação (71 alunos), Tecnologia de Produção (58 alunos), Comunicação (51 alunos), Cultura (39 alunos), Meio Ambiente (38 alunos), Direitos Humanos e Cidadania (30 alunos) e Trabalho (19 alunos). Distribuição disposta no Gráfico 66.



Fonte: Autor

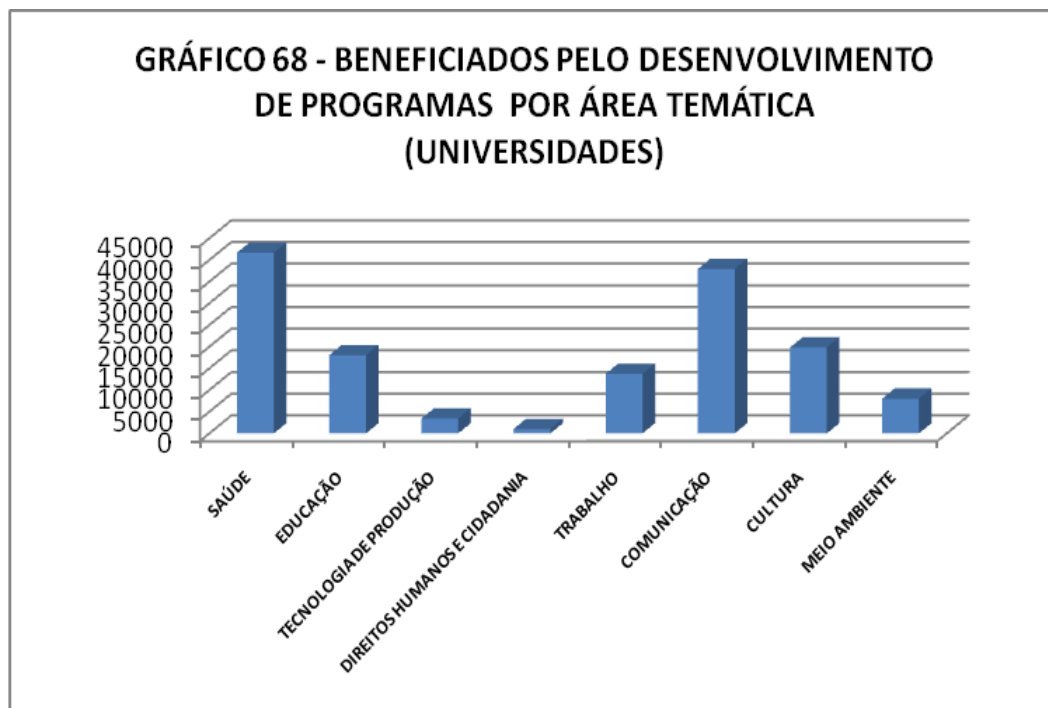
Proporcionalmente, verifica-se no Gráfico 67, que a participação de forma ativa de alunos em programas na área de saúde se dá de forma bastante representativa com 45,65% do total de alunos.

Em seguida as áreas temáticas Educação (12,61% do total de alunos), Tecnologia de Produção (10,30% do total de alunos), Comunicação (9% do total de alunos), Cultura (7% do total de alunos), Meio Ambiente (7% do total de alunos), Direitos Humanos e Cidadania (5,33% do total de alunos) e Trabalho (3,37% do total de alunos).



Fonte: Autor

Número de beneficiados pelo desenvolvimento de programas nas Universidades totaliza 143.646 pessoas no ano de 2013, onde 41.681 pessoas foram beneficiadas com programas desenvolvidos na área temática Saúde. O segundo maior público atendido foi nos programas da área temática Comunicação com 37.926 pessoas. Completando programa com área temática Cultura, com 19.818 pessoas beneficiadas, 18.039 beneficiados com programas desenvolvidos na área temática Educação, programas na área Trabalho beneficiaram 13.749 pessoas, programas em Meio Ambiente com 8.015 beneficiados, 3.411 pessoas com o desenvolvimento de programas na área Tecnologia de Produção, e por fim 1.007 beneficiados com programas na área de Direitos Humanos e Cidadania. Esta disposição de quantidade pode ser observada no Gráfico 68.



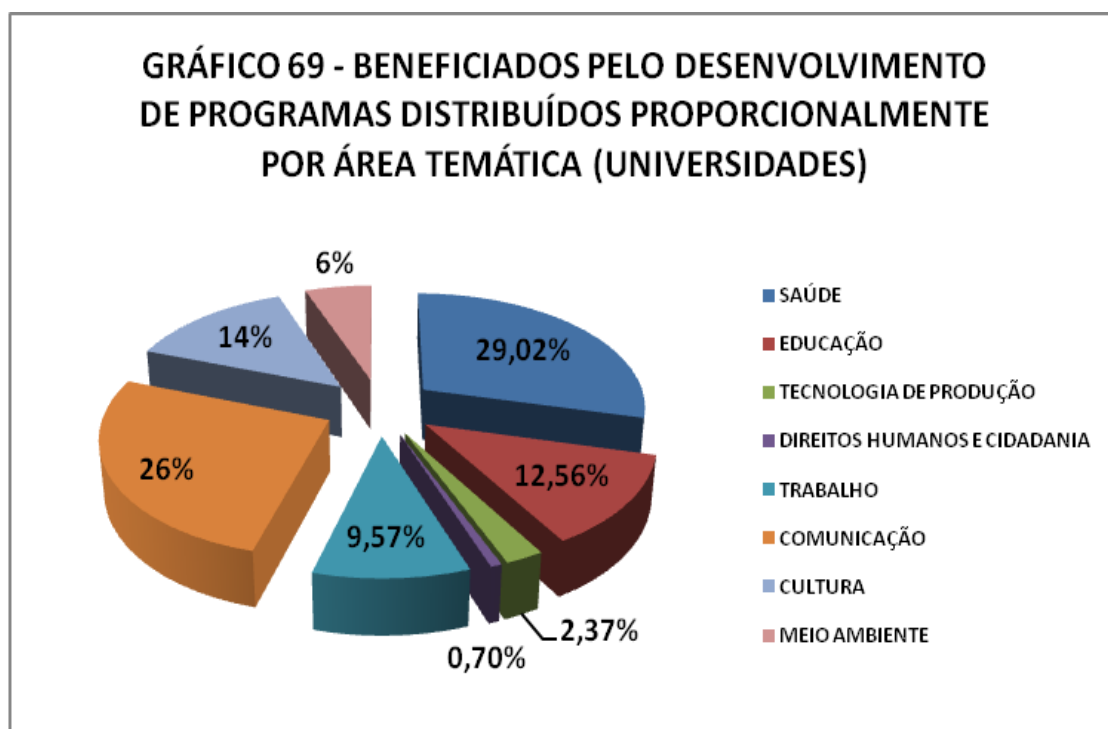
Fonte: Autor

Pode-se observar no Gráfico 69, que apesar do número significativo de programas desenvolvidos na área temática Saúde, bem como a numerosa participação dos alunos nesta área específica, proporcionalmente, não se verifica a mesma massividade numérica no público atendido, pois estes programas atenderam somente 29,02% do total de beneficiados.

Programas desenvolvidos na área temática Comunicação, possuem números absolutos modestos em comparação a quantidade de programas desenvolvidos na área de saúde, bem como o número de alunos ativos no desenvolvimento dos programas em Comunicação, que são numericamente bem inferiores que a quantidade de alunos que se dedicaram a execução de programas na área de saúde, porém a execução de programas na área de Comunicação atingiram, proporcionalmente, quase o mesmo público atingindo 26% do total de pessoas beneficiadas.

Completando os atendimentos, aparecem as áreas temáticas Educação (12,56% do total de beneficiados), Cultura (14% do total de beneficiados), Trabalho (9,57% do total de beneficiados), Meio Ambiente (6% do total de beneficiados), Tecnologia de Produção (2,37% do total de

beneficiados), e Direitos Humanos e Cidadania (0,70% do total de beneficiados).

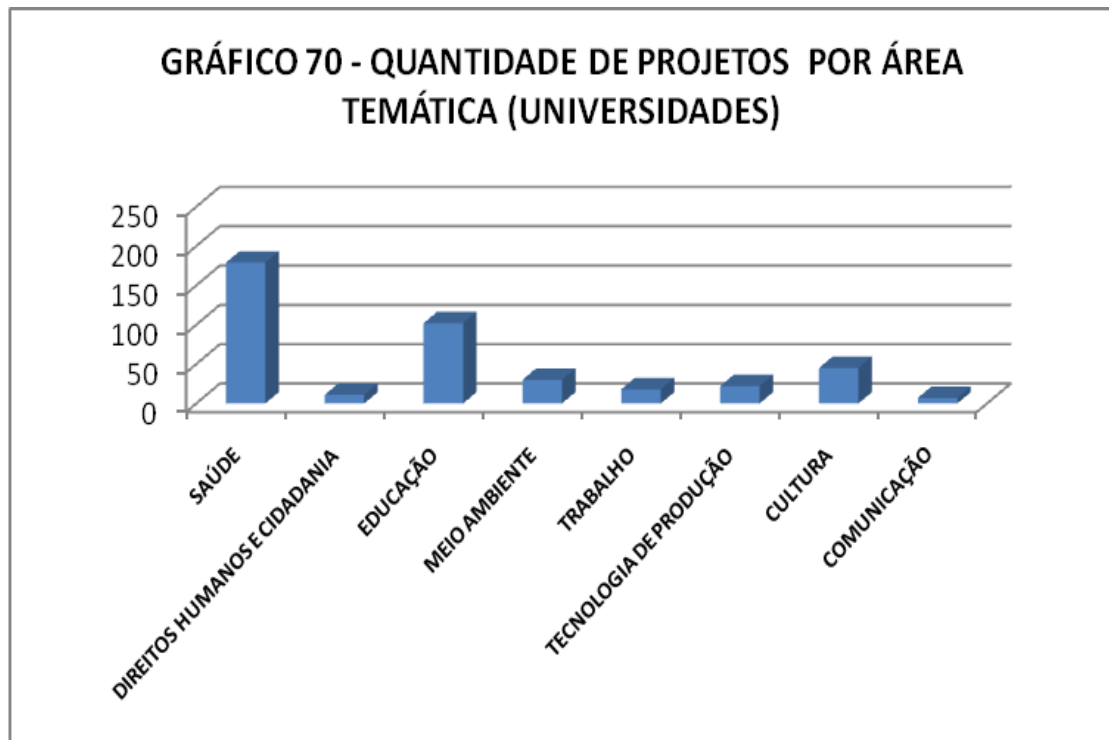


Fonte: Autor

5.9.2 Projetos

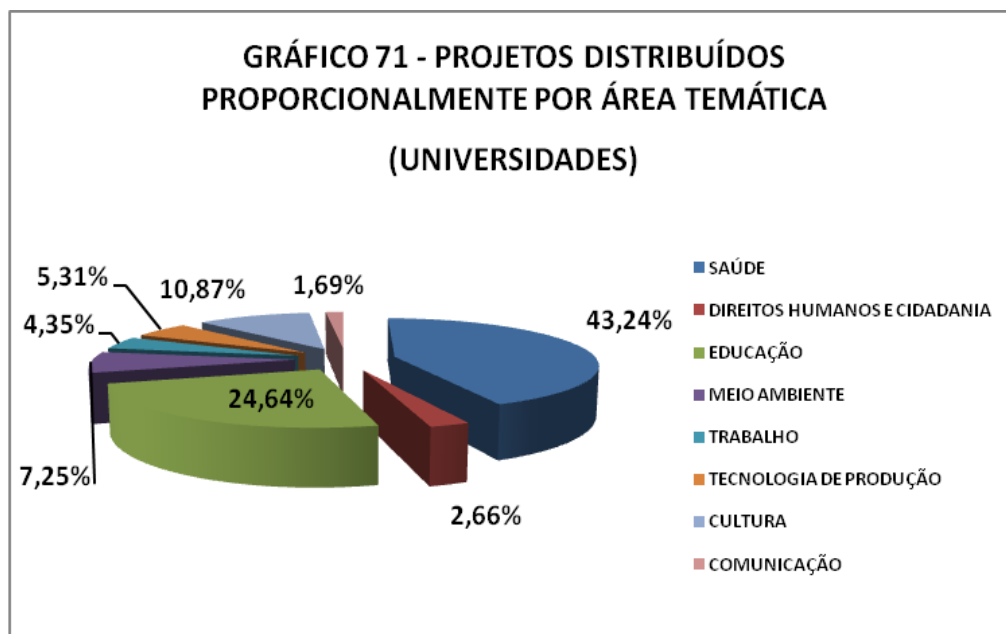
Nos dados fornecidos pelas IES's, verifica-se 414 projetos desenvolvidos pelas Universidades, onde deste universo, 179 projetos foram classificados na área temática Saúde. Outra área temática com expressiva quantidade de projetos desenvolvidos é Educação, com 102 registros.

Verifica-se também, Gráfico 70, que foram desenvolvidos 45 projetos na área temática Cultura. A área temática Meio Ambiente teve 30 projetos desenvolvidos. Já na área Tecnologia de Produção observa-se 22 projetos. E finalizando, 18 projetos na área Trabalho, 11 projetos em Direitos Humanos e Cidadania e 7 projetos na área temática Comunicação.



Fonte: Autor

Ao analisar-se proporcionalmente, Gráfico 71, verifica-se que os projetos executados e classificados nas áreas temáticas Educação (26,64% dos projetos desenvolvidos) e Saúde (43,24% dos projetos desenvolvidos), juntos, representam mais que todos os projetos desenvolvidos em todas as outras áreas temáticas juntas.



Fonte: Autor

Número de alunos envolvidos ativamente na execução de projetos extensionistas perfaz 2.130 discentes. A maioria dos alunos executores se dedicaram a projetos na área temática Saúde, 1.194 alunos. Educação é a segunda área temática mais procurada, com 473 alunos participantes.

Em seguida aparecem como mais procuradas as áreas temáticas Meio Ambiente e Cultura, com 160 e 138 alunos envolvidos, respectivamente. Depois aparecem as áreas Tecnologia de Produção com 77 alunos envolvidos, Direitos Humanos e Cidadania com 45 alunos envolvidos, Trabalho com 28 pessoas envolvidas, e Comunicação com 15 alunos envolvidos.



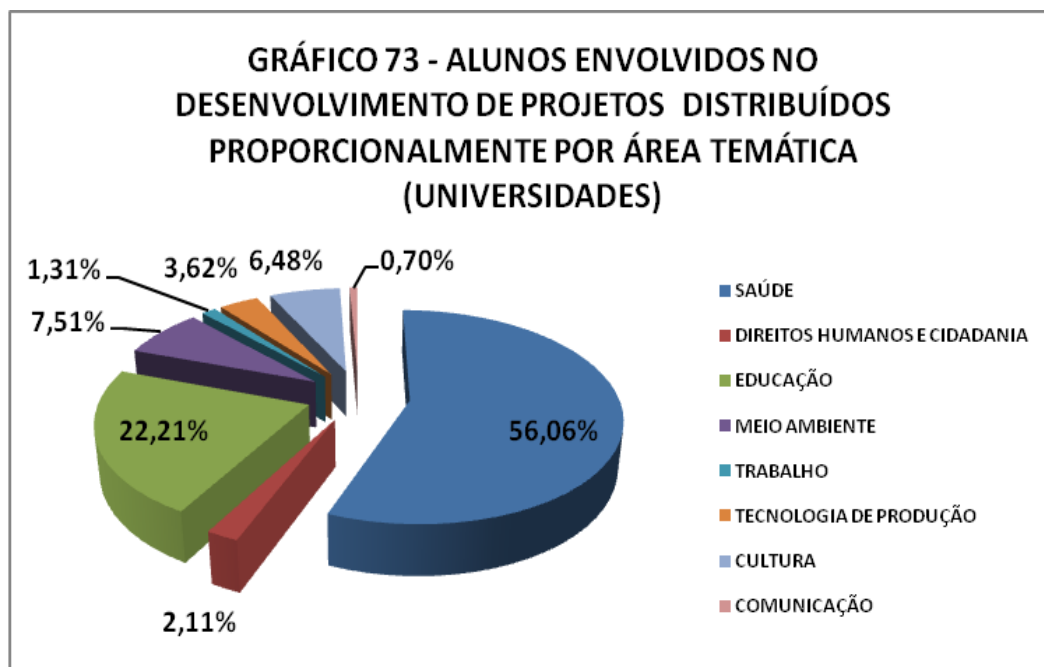
Fonte: Autor

O Gráfico 73, apresenta a distribuição percentual de alunos envolvidos como agentes ativos em projetos por área temática. Pode-se observar que a participação de alunos em projetos voltados a Saúde se dá de forma majoritária, com 56,06% do total de alunos.

A segunda maior representatividade, se dá ao analisar-se os alunos que se dedicaram a projetos extensionistas da área temática Educação, com 22,21% do total de alunos, que sozinha representam mais que todas as outras áreas temáticas juntas.

Completando, aparecem as áreas temáticas Meio Ambiente (7,51% do total de alunos), Cultura (6,48% do total de alunos), Tecnologia de Produção

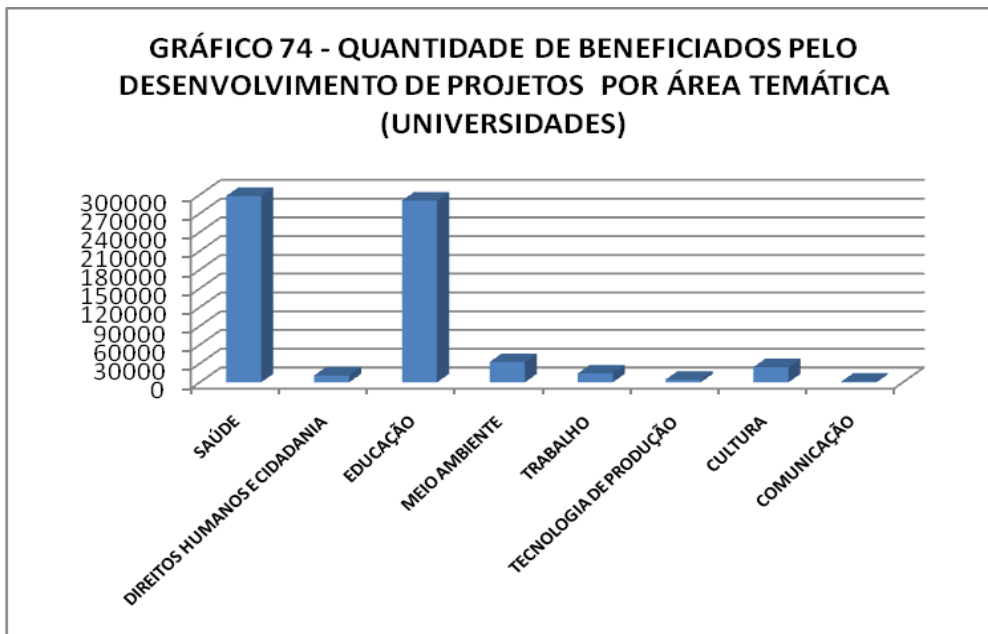
(3,62% do total de alunos), Direitos Humanos e Cidadania (2,11% do total de alunos), Trabalho (1,31% do total de alunos), e Comunicação (0,70% do total de alunos).



Fonte: Autor

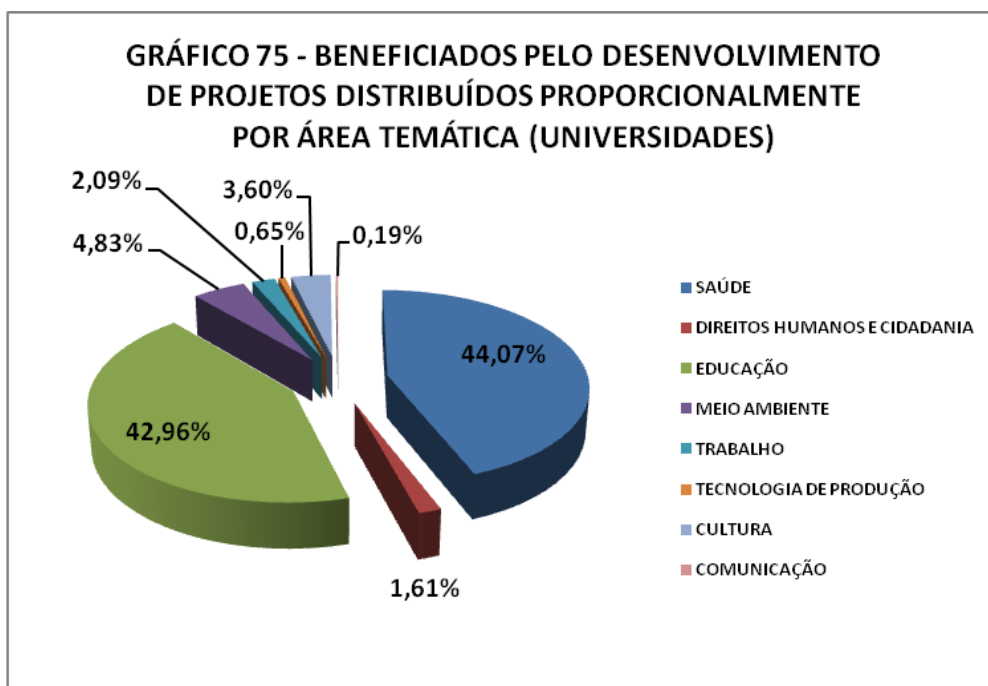
A execução de Projetos Extensionistas pelas Universidades beneficiou, no ano de 2013, 676.218 pessoas, Gráfico 74. O maior público beneficiado registrado é de 298.000, número este oriundo da execução de projetos na área temática saúde.

Projetos desenvolvidos na área temática Educação beneficiaram 290.498 pessoas. Vale aqui lembrar, que a quantidade de alunos que se dedicaram a projetos com nesta área se fez metade do que se comparada a quantidade de alunos que se dedicaram a projetos da área de saúde.



Fonte: Autor

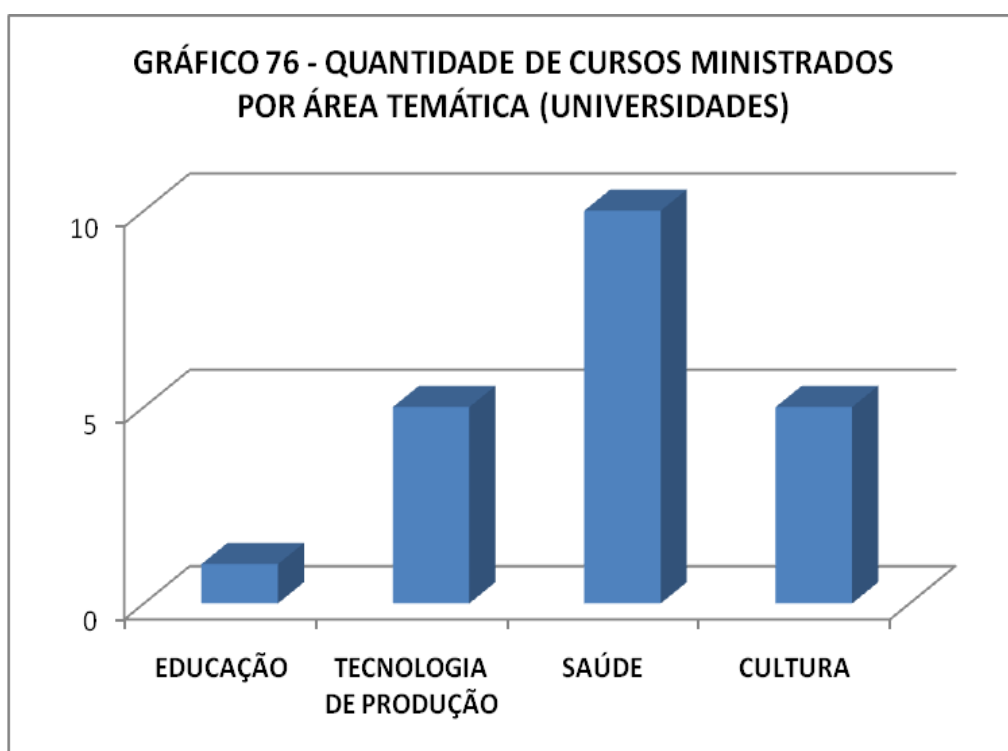
Proporcionalmente, podemos verificar no Gráfico 75, que projetos desenvolvidos nas áreas Saúde (44,07% do total de beneficiados) e Educação (42,96% do total de beneficiados) tiveram para si quase que a totalidade dos atendimentos, os demais projetos somam 12,97% de todos os atendimentos.



Fonte: Autor

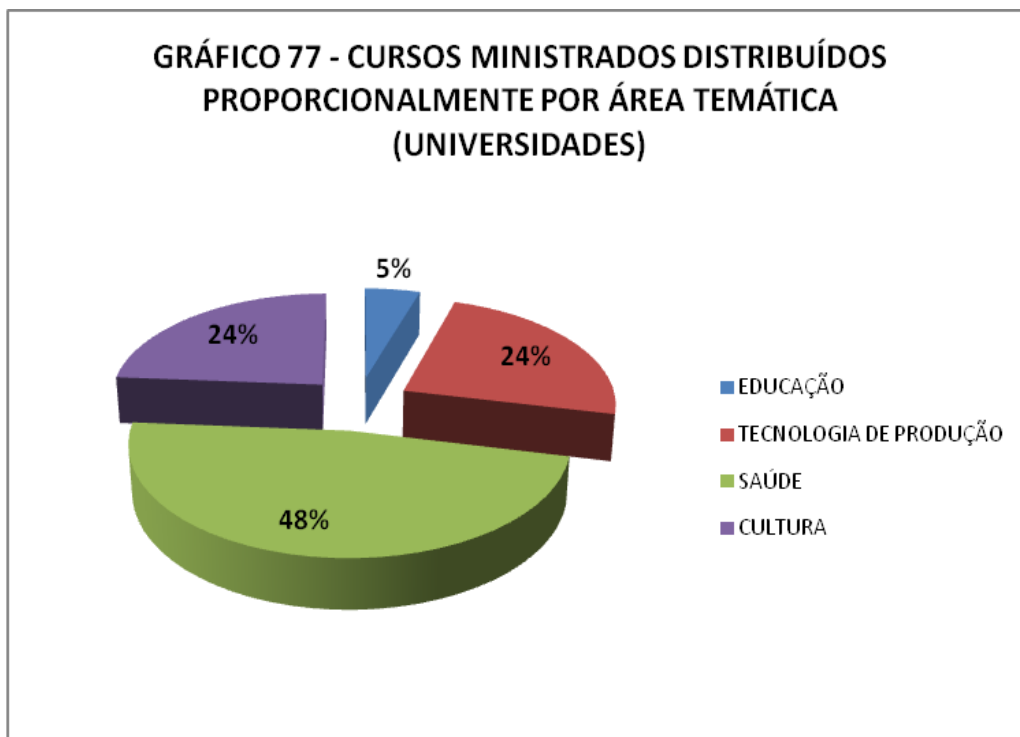
5.9.3 Cursos

Nos dados fornecidos pelas IES's os cursos ministrados contemplaram apenas quatro das oito áreas possíveis. Saúde com 10 cursos ministrados, Cultura e Tecnologia de Produção com 5 cursos ministrados cada, e um curso na área Educação. Vale aqui ressaltar, que o número de cursos que muitos cursos estão atrelados a Programas desenvolvidos. O Gráfico 76 dispõe das quantidades de cursos ministrados.



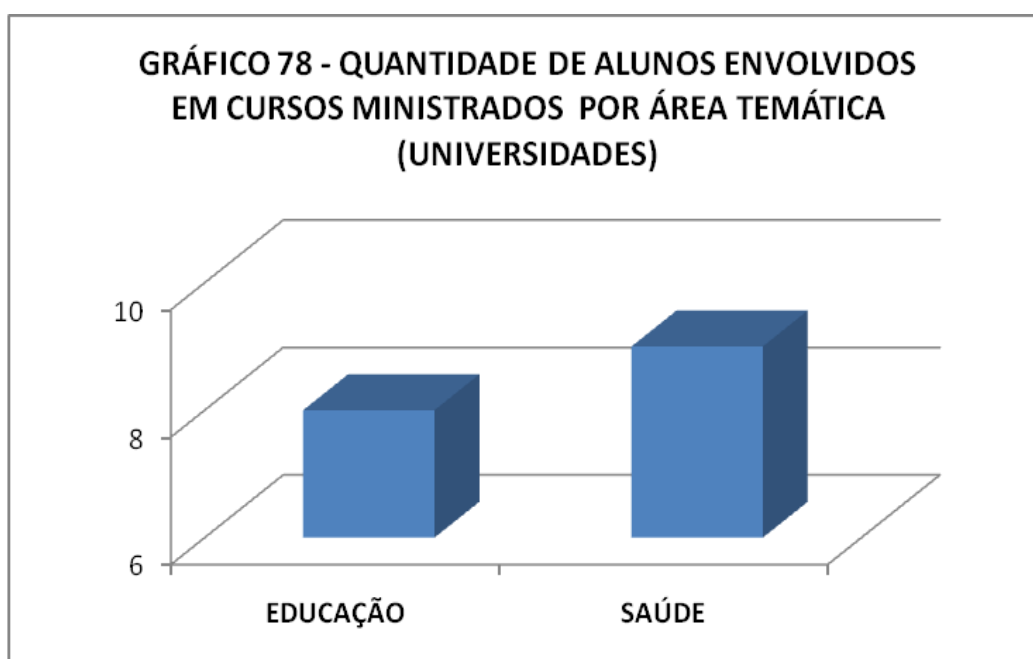
Fonte: Autor

Proporcionalmente, Gráfico 77, verifica-se a maior proporção de cursos ministrados na área temática Saúde, com 48% dos cursos. Em seguida, aparecem com a mesma proporção cursos ministrados nas áreas Cultura e Tecnologia de Produção, com 24% dos cursos ministrados cada. E 5% dos cursos ministrados são da área Educação.



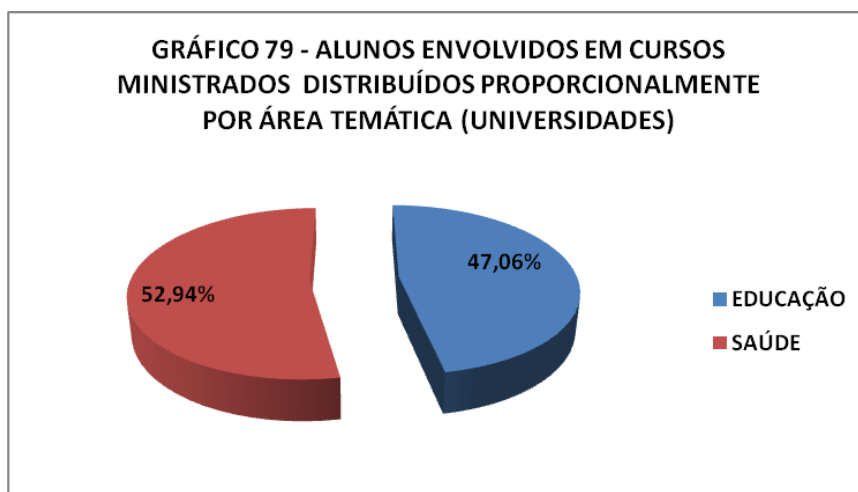
Fonte: Autor

Apesar dos cursos ministrados envolverem quatro áreas temáticas, apenas duas destas áreas registraram cursos com participação ativa de alunos em seu desenvolvimento, Educação, com 8 alunos envolvidos, e Saúde, com 9 alunos envolvidos. Conforme apresenta o Gráfico 78.



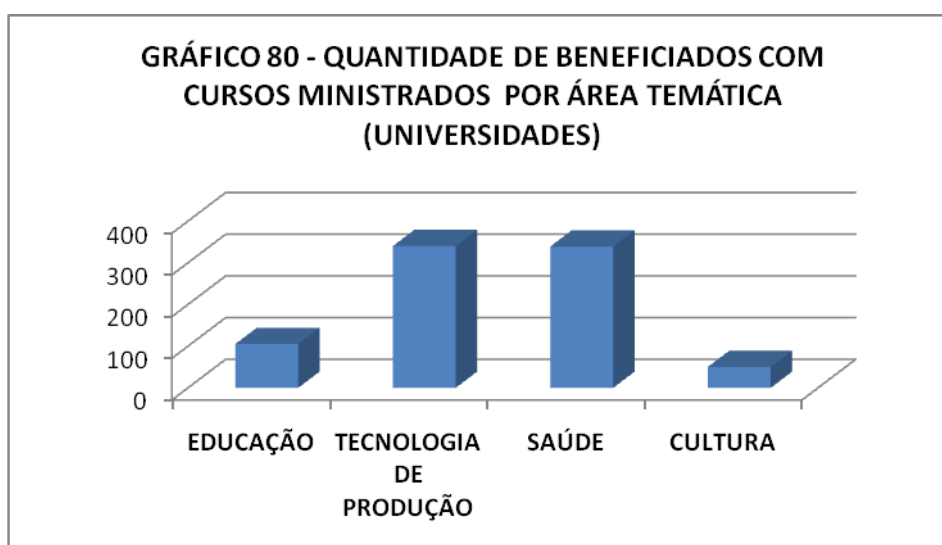
Fonte: Autor

O Gráfico 79, apresenta que o número de alunos envolvidos em cursos ministrados na área temática Saúde, representa 52,94% do total de alunos, e que o número de alunos envolvidos no desenvolvimento de cursos na área temática Educação, envolvem 47,06% dos alunos.



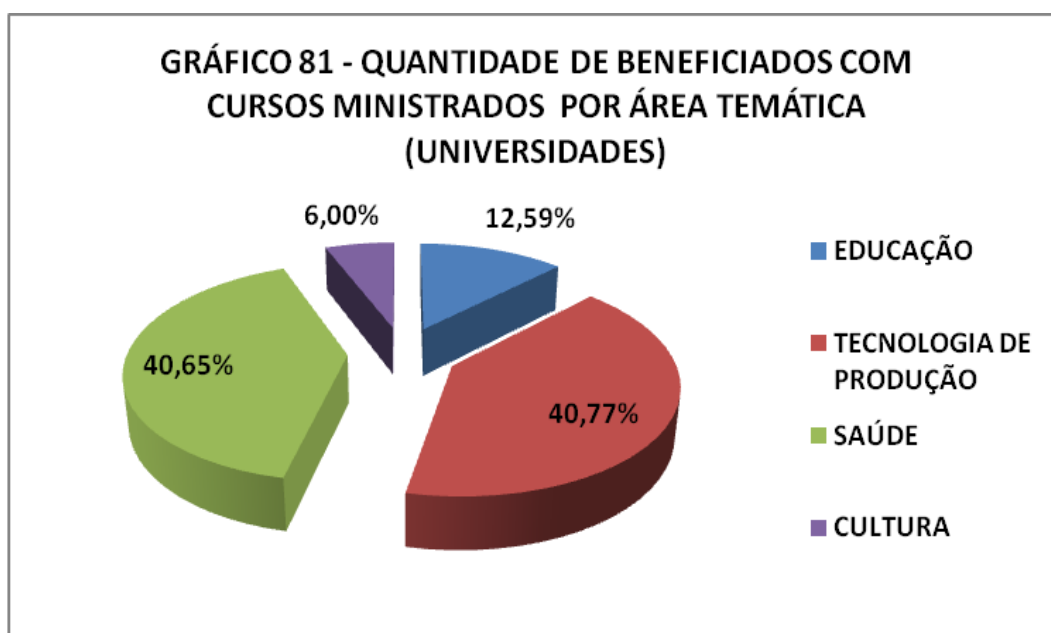
Fonte: Autor

Os cursos ministrados beneficiaram 834 pessoas nas 4 áreas temáticas abrangidas. Cursos ministrados na área de Tecnologia de Produção beneficiaram 340 pessoas, quase o mesmo número de beneficiados com cursos ministrados na área de Saúde, com 339 beneficiados. Os cursos realizados categorizadas na área temática Educação, foram registrados 105 beneficiados. E por fim, a área temática Cultura.



Fonte: Autor

Observa-se que, Gráfico 81, que os cursos ministrados na áreas Saúde (40,65% dos beneficiados) e Tecnologia de Produção (40,77% dos beneficiados) possuem praticamente a mesma proporção de pessoas beneficiadas. Cursos ministrados categorizados na área temática Educação beneficiaram 12,69% do total e cursos da área cultural, 6% do total.

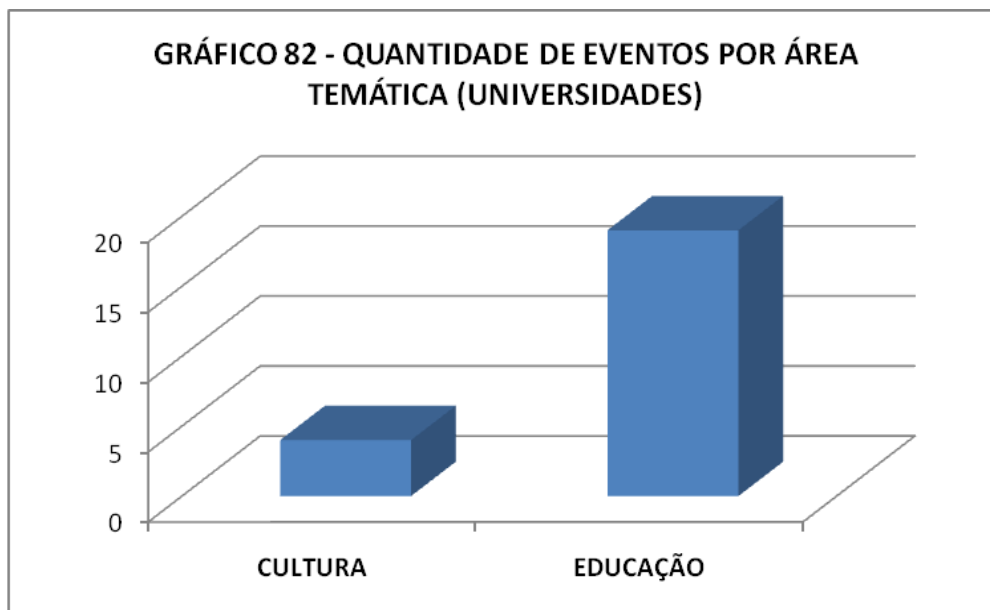


Fonte: Autor

5.9.4 Eventos

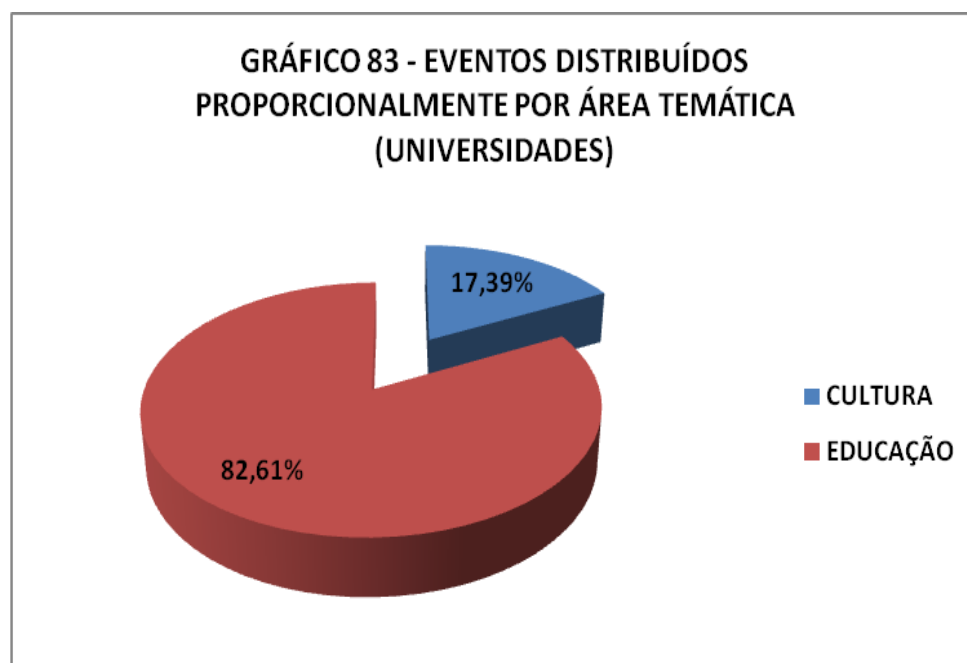
O mesmo fenômeno que ocorre, ocasionando o pequeno número de registro de cursos ministrados no ano de 2013, o atrelamento destas atividades a Programas, ocorre no registro dos eventos, ocasionando um número pouco expressivo desta atividade extensionistas nas Universidades.

Logo, nos dados fornecidos pelas IES's, os eventos realizados foram categorizados em apenas duas das oito áreas temáticas possíveis. A área temática Educação, aparece com 19 eventos realizados, e a área temática Cultura, com 4 eventos realizados. O Gráfico 82 dispõe destas quantidades.



Fonte: Autor

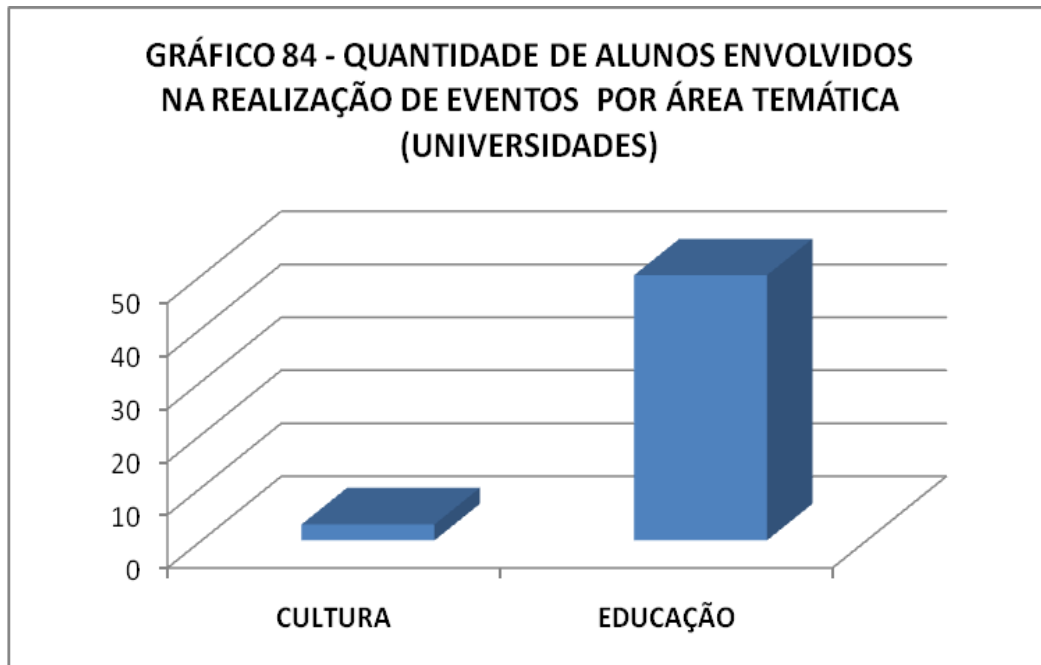
Já o Gráfico 83 apresenta os eventos realizados de forma proporcional, onde a área temática Educação, representa 82,61% dos eventos realizados, e os eventos realizados na área temática Cultura, envolvem 17,39% das atividades.



Fonte: Autor

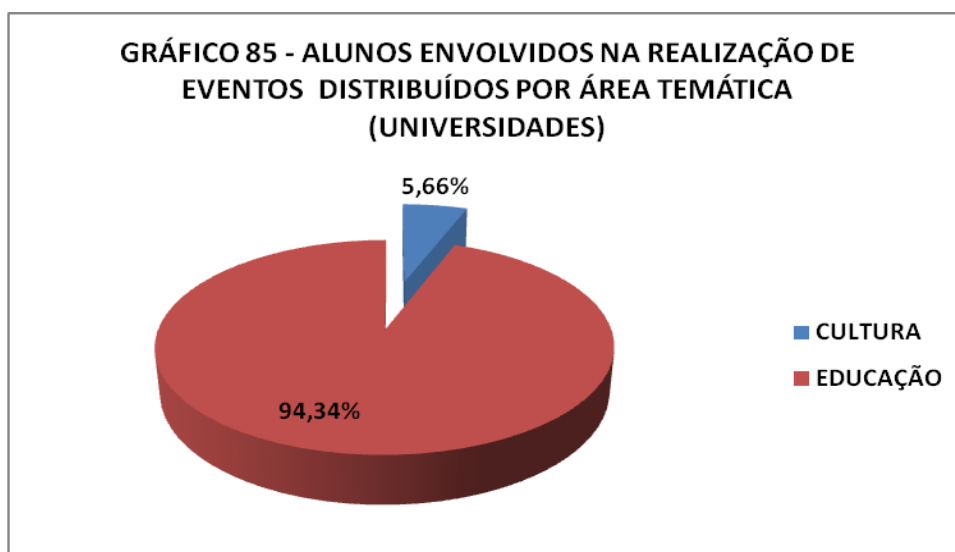
Analisando os dados fornecidos, identifica-se que o número de alunos envolvidos na realização de eventos perfaz 53 discentes. Onde 50

alunos participaram efetivamente na realização de eventos categorizadas na área temática Educação, e 3 discentes envolvidos na realização de eventos na área temática Cultura, como mostra o Gráfico 84.



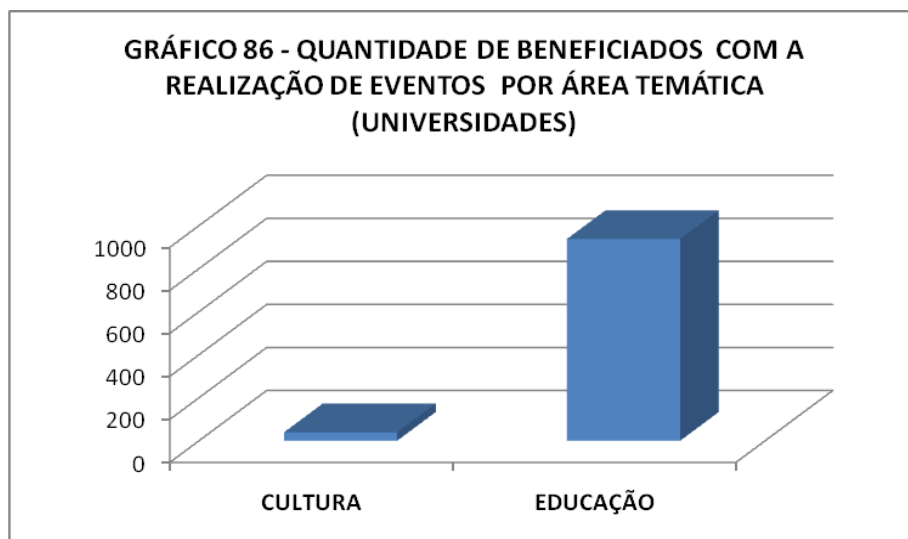
Fonte: Autor

Proporcionalmente, Gráfico 85, 94,34% dos alunos que participaram na realização de eventos, se dedicaram àqueles da área temática Educação. Já os 5,66% restantes, se dedicaram na realização de eventos na área temática Cultura.



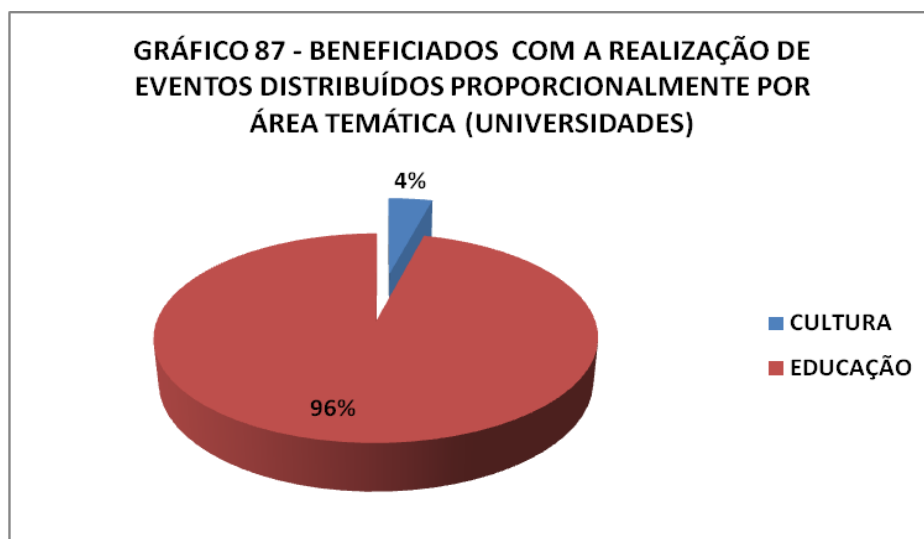
Fonte: Autor

As quantidades absolutas do número de eventos realizados na área temática Educação, bem como o número de alunos envolvidos, reflete no número de beneficiados por esta ação extensionista específica, com 938 pessoas dos 977 beneficiados com a realização de eventos em geral. Os eventos realizados categorizados na área temática Cultura, beneficiaram 39 pessoas. Como se apresenta no Gráfico 86.



Fonte: Autor

O Gráfico 87 apresenta a expressiva abrangência com a realização de eventos na área temática Educação, 96% do total de beneficiados. Enquanto somente 4% dos beneficiados foram orundos da realização de eventos na área temática Cultura.



Fonte: Autor

5.10 Ações extensionistas - Dados consolidados das IES pesquisadas

5.10.1 Programas

O número de programas registrados nas IES pesquisadas totaliza 137, contemplando todas as áreas temáticas, como demonstra o Gráfico 88. Foram categorizados na área temática Saúde 48 programas. Programas desenvolvidos na área temática Educação perfazem 28.

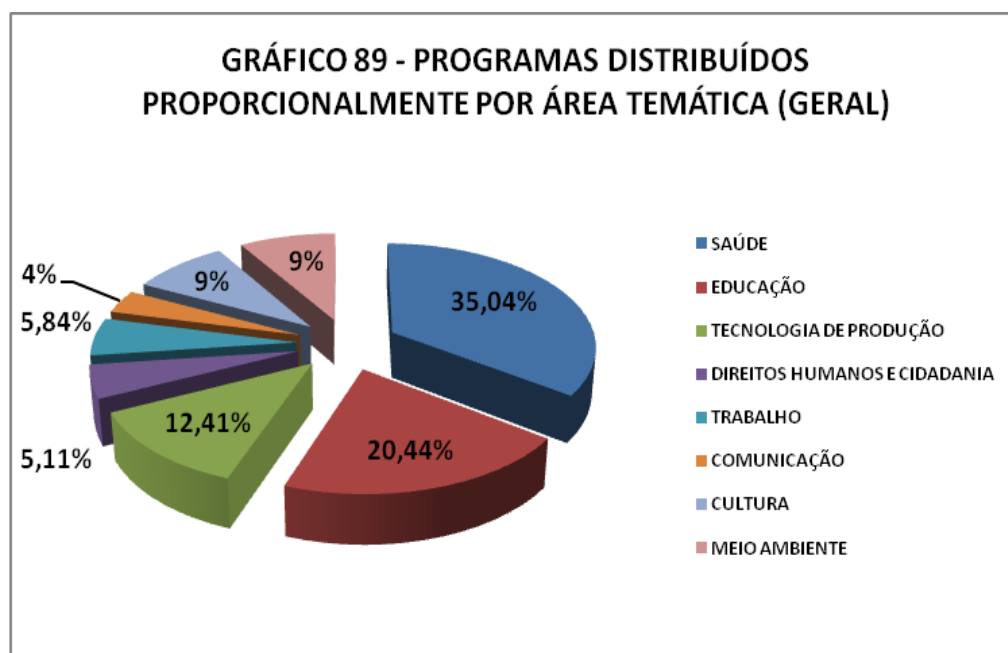
Observa-se também, 17 programas na área de Tecnologia de Produção, 12 programas nas áreas temáticas Cultura e 12 programas na área Meio Ambiente. Finalizando, 8 programas na área Trabalho, 7 programas na área Direitos Humanos e Cidadania, e 5 programas desenvolvidos na área temática Comunicação.



Fonte: Autor

O Gráfico 89 apresenta a distribuição proporcional dos programas desenvolvidos por área temática, onde pode-se verificar que aproximadamente 50% dos programas desenvolvidos se concentram nas áreas temáticas Saúde

(35,04% dos programas desenvolvidos) e Educação (com 20,44% dos programas desenvolvidos).



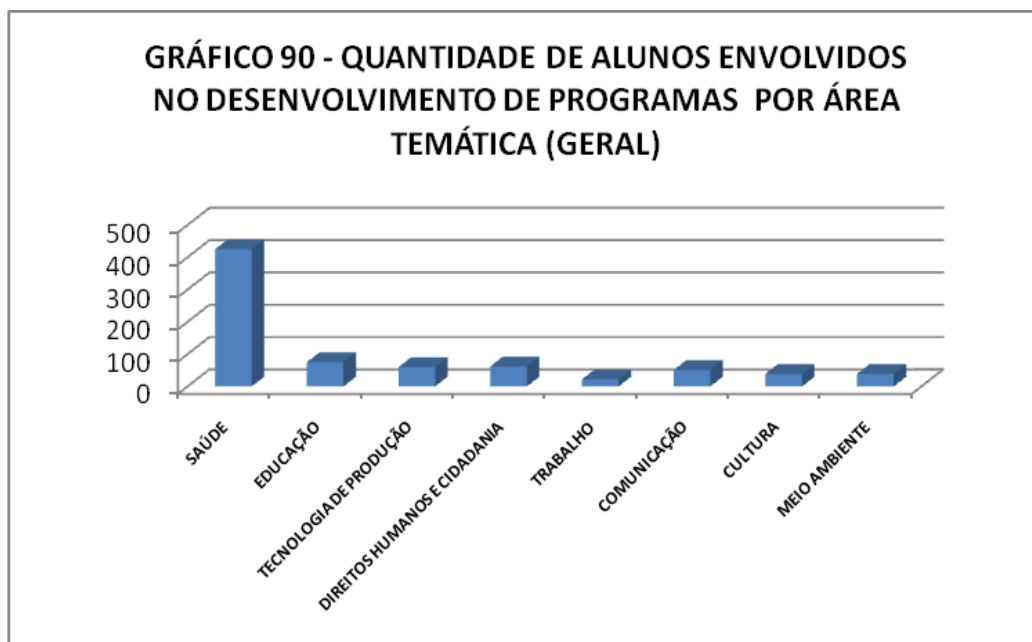
Fonte: Autor

Houve, no desenvolvimento de programas, a participação de alunos ativos em todas as áreas temáticas.

A área temática Saúde teve participação de 425 alunos de forma ativa no desenvolvimento dos programas, caracterizando uma maioria absoluta, já que foram registrados no total 773 alunos ativos em programas de extensão, como apresenta o Gráfico 90.

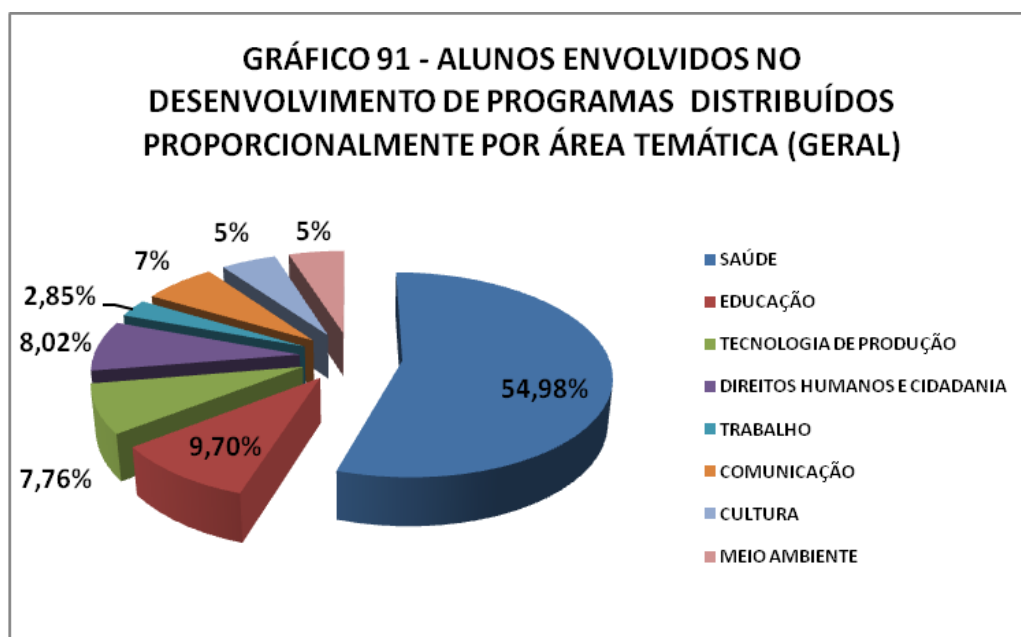
Temos ainda o registro de 75 alunos ativos no desenvolvimento de programas na área temática Educação, 62 alunos ativos no desenvolvimento de programas na área temática Direitos Humanos e Cidadania, 60 alunos ativos no desenvolvimento de programas na área de temática Tecnologia de Produção.

Já 51 alunos ativos no desenvolvimento de programas na área temática Comunicação, 39 alunos ativos no desenvolvimento de programas em cada uma das áreas temáticas Cultura e Meio Ambiente, e 22 alunos no desenvolvimento de programas na área temática Trabalho.



Fonte: Autor

Proporcionalmente, Gráfico 91, pode-se verificar que existe uma participação de forma majoritária dos alunos que desenvolveram programas de extensão vinculados a área temática Saúde (54,98% do total de alunos envolvidos)



Fonte: Autor

O número de beneficiados pelo desenvolvimento de programas extensionistas beneficiou 145.403 pessoas, onde 42.304 pessoas foram beneficiadas por programas categorizados na área temática Saúde.

Com um número também muito expressivo do público beneficiado aparecem os programas registrados na área temática Comunicação com 37.926 pessoas, apesar de ter um número diminuto de programas e alunos engajados nesta área.

O terceiro maior público beneficiado registrado são de programas da área temática Cultura perfazendo 19.818 pessoas. Já os programas na área Educação beneficiaram 18.087 pessoas. Finalizando, o público beneficiado com a execução de programas nas áreas temáticas: Trabalho com 13.769 pessoas, Meio Ambiente com 8.215 pessoas, Tecnologia de Produção com 3.423 pessoas, Direitos Humanos e Cidadania com 1.861 pessoas.

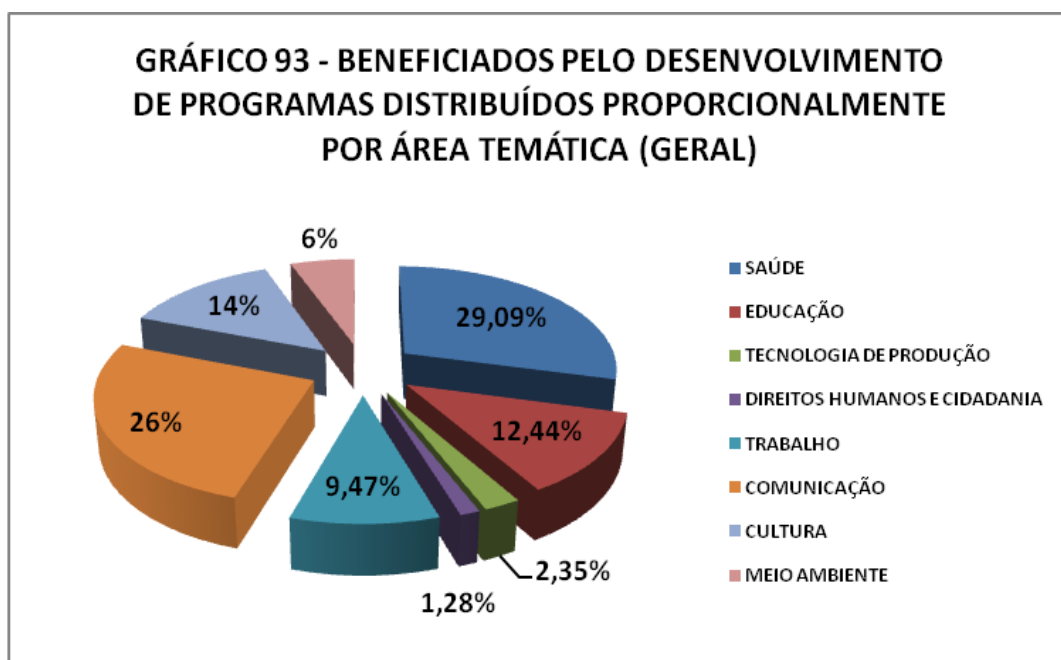


Fonte: Autor

Através do Gráfico 93 pode-se observar que apesar de existir uma participação majoritária, em termos proporcionais, de alunos na realização de programas na área temática Saúde, isso não se traduz na proporcionalidade dos atendimentos oferecidos pelos programas com 29,09% do total de beneficiados

Já os programas desenvolvidos na área Comunicação, teve um dos menores índices percentuais, tanto na quantidade de programas desenvolvidos, como na participação dos alunos, mas beneficiou 26% do total de pessoas atendidas.

Os programas desenvolvidos na área temática Educação foram aqueles, que em termos percentuais, atenderam 12,44% do total de beneficiados pelas IES pesquisadas.



Fonte: Autor

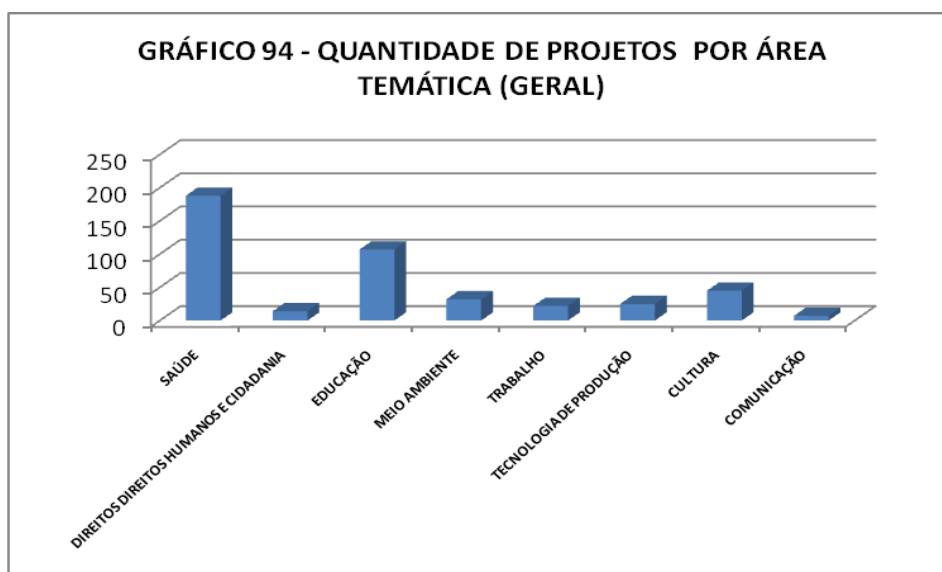
5.10.2 Projetos

Pelos dados coletados das instituições pesquisadas verificou-se, Gráfico 94, a execução de 440 projetos distribuídos por todas as áreas temáticas existentes, sendo a área temática Saúde aquela que teve mais projetos desenvolvidos com 188 projetos.

A área temática Educação, quando analisado número absolutos, é aquela que apresenta a segunda maior quantidade de projetos desenvolvidos, com 107 ações executados.

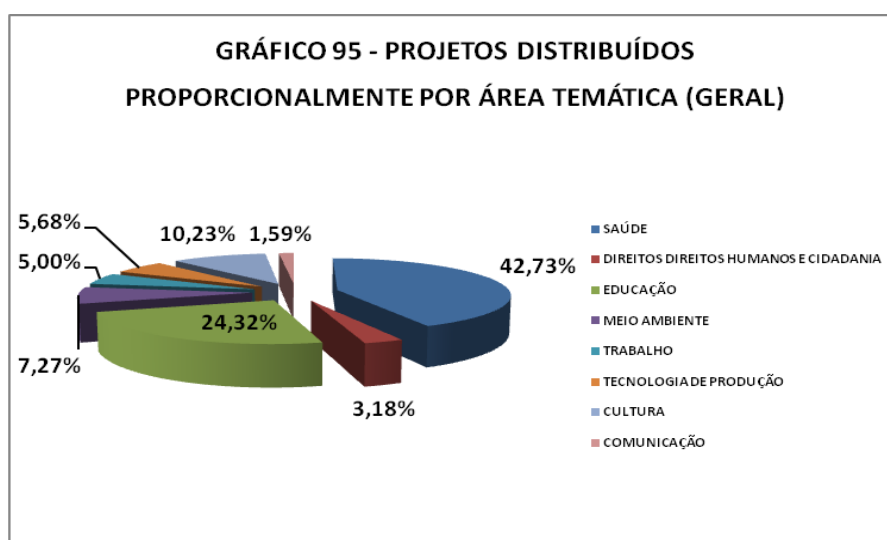
Finalizando, têm-se as 45 projetos na área Cultura, 32 projetos na área Meio Ambiente, 25 projetos na área Tecnologia de Produção, 22 projetos

na área Trabalho, 14 projetos na área Direitos Humanos e Cidadania e 7 na área Comunicação.



Fonte: Autor

Através do Gráfico 95, observa-se que os projetos executados na área temática Saúde, com 42,73% do total de projetos desenvolvidos, são os mais representativos. A segunda área mais representativa aparece Educação com 24,32% do total de projetos executados.



Fonte: Autor

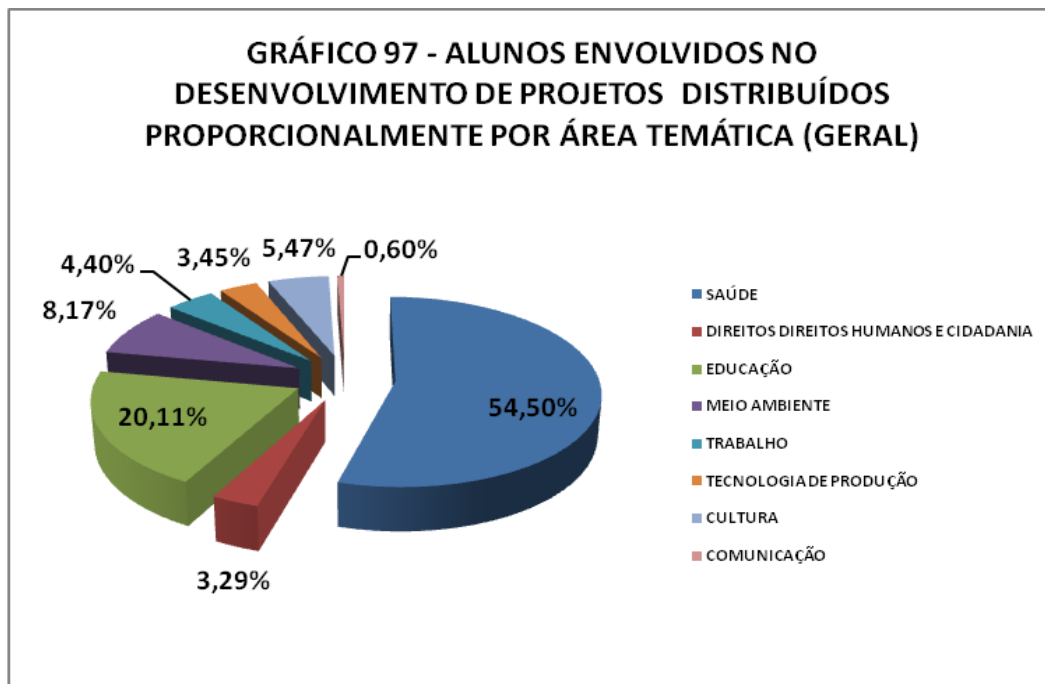
A execução de projetos pelas IES's contaram com a participação de 2.521 alunos de forma ativa em sua execução. Projetos na área temática Saúde foram aqueles que contaram com o maior número de alunos executores, com 1.374.

A área temática Educação contou com com o segundo maior contingente de alunos executores dos projetos com 507 discentes. Aparecem em seguida em ordem decrescente, levando-se em consideração as quantidades de alunos executores, projetos nas áreas: Meio Ambiente com 206 alunos, Cultura com 138 alunos, Trabalho com 111 alunos, Tecnologia de Produção com 87 alunos, Direitos Humanos e Cidadania com 83 alunos, e Comunicação com 15 alunos. Distribuição que pode ser verificada no Gráfico 96.



Fonte: Autor

Verifica-se, Gráfico 97, que do total de alunos envolvidos na execução de projetos, 54,50% se envolveram no desenvolvimento de projetos categorizados na área temática Saúde. A segunda maior representatividade, quando analisa-se termos percentuais, aparece a participação de alunos excutores em projetos categorizados na área temática Educação.



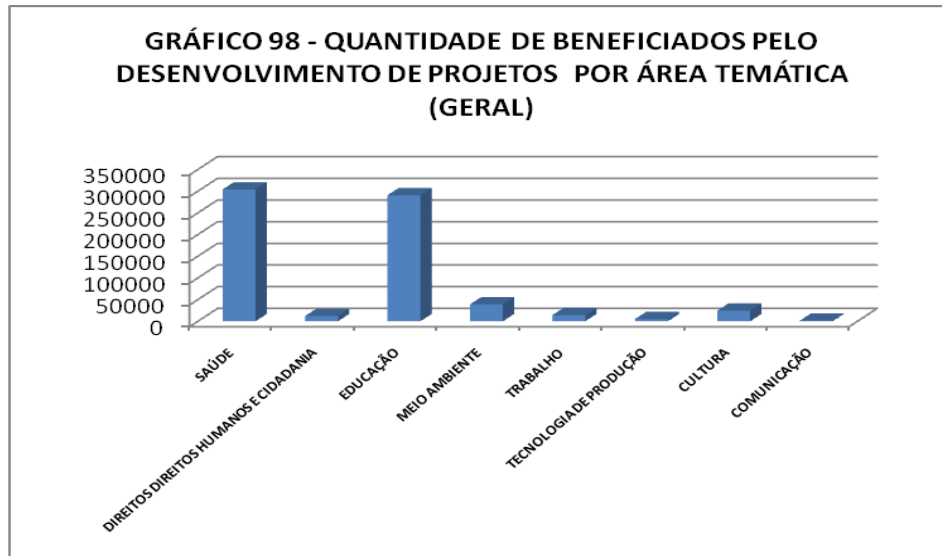
Fonte: Autor

Ao consolidar-se os dados fornecidos pelas Instituições contabiliza-se 690.254 pessoas beneficiadas pelos atendimentos gerados na execução de projetos, onde destes atendimentos, 303.898 foram de projetos da área temática Saúde.

Obteve-se também, que os projetos executados categorizados na área temática Educação beneficiaram 290.726 pessoas.

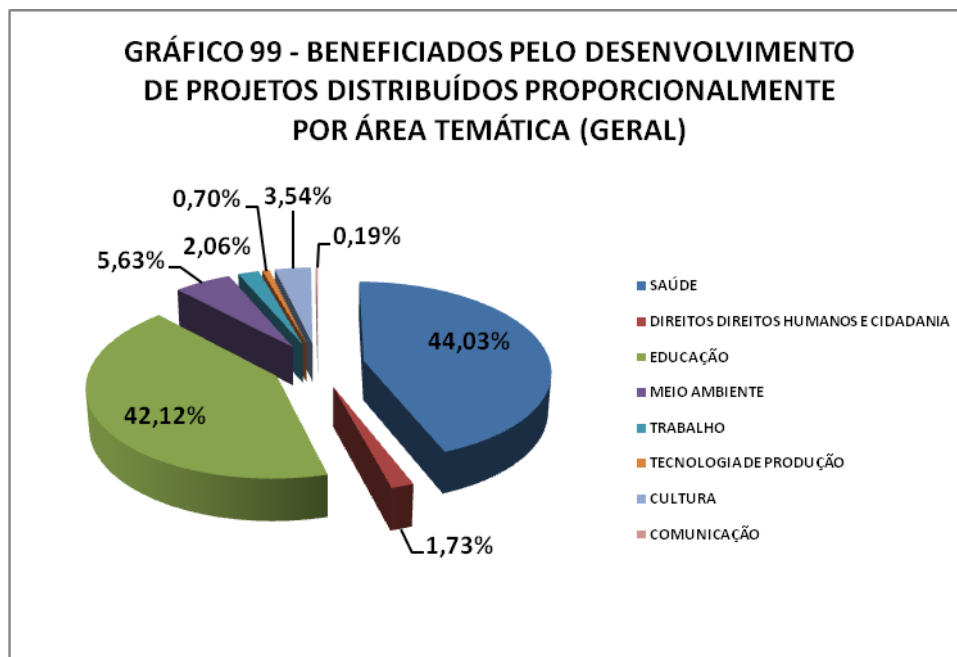
Observando o Gráfico 98, vê-se também que projetos na área Meio Ambiente beneficiaram 38.878 pessoas, na área Cultura beneficiaram 24.442 pessoas, na área Trabalho beneficiaram 14.190 pessoas.

Na área Direitos Humanos e Cidadania beneficiaram 11.972 pessoas, na área Tecnologia de Produção beneficiaram 4.866 pessoas, e na área Comunicação beneficiaram 1.282 pessoas.



Fonte: Autor

Como pode-se verificar no Gráfico 99, pode-se notar que projetos executados na área temática Saúde atingiram 44,03% do total de beneficiados. Verifica-se também, que apesar da área Educação contar com aproximadamente 20% dos projetos desenvolvidos e dos alunos executores, consegue beneficiar 42,12% do total de beneficiados. Vale ressaltar aqui que todos os projetos desenvolvidos nas outras seis áreas temáticas beneficiaram juntos somente 13,85% do total pessoas atendidas.



Fonte: Autor

5.10.3 Cursos

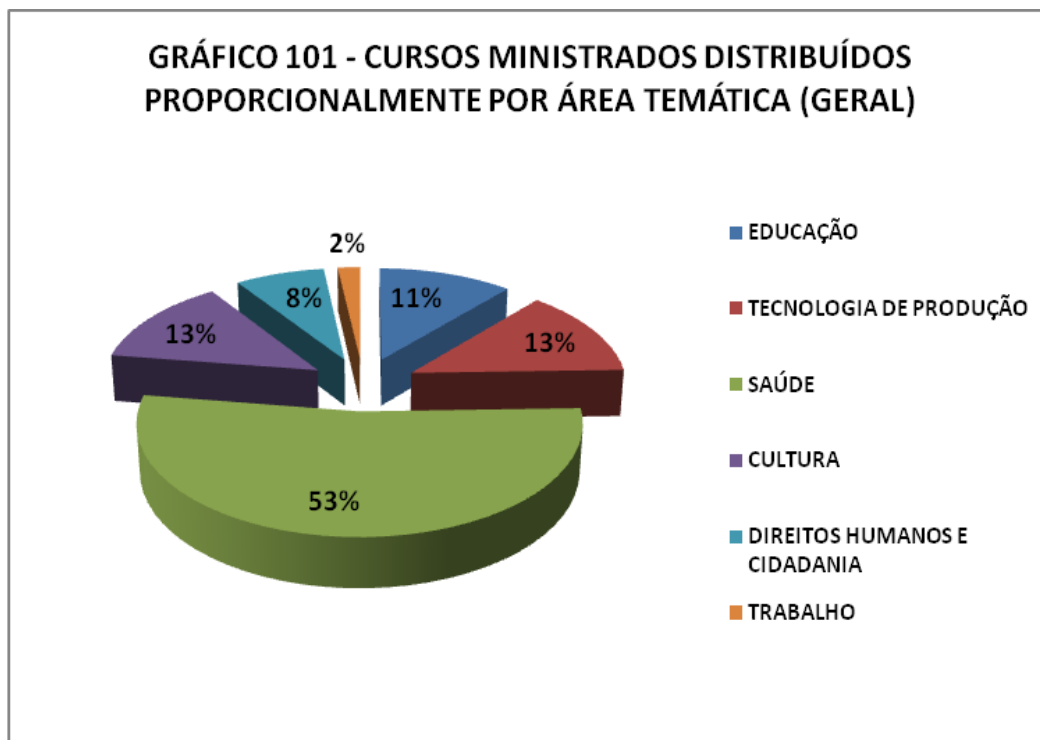
As Instituições pesquisadas ministraram cursos em seis das oito áreas temáticas possíveis, não havendo cursos ofertados nas áreas Meio Ambiente e Comunicação. O total de cursos ofertados e ministrados perfazem 53, onde deste total, 28 deles foram na área de Saúde. Aparecem com a mesma quantidade de cursos ministrados as áreas temáticas Tecnologia de Produção e Cultura, com 7 cursos executados cada.

Foram registrados 6 cursos ministrados na área temática Educação, 4 cursos ministrados na área temática Direitos Humanos e Cidadania e 1 curso ministrados na área temática Trabalho, como observa-se no Gráfico 100.



Fonte: Autor

Através do Gráfico 101 constata-se que mais de 50%, 53% exatamente, do total de cursos ministrados foram na área temática Saúde. As áreas Tecnologia de Produção e Cultura, tiveram do total de cursos ministrados 13% cada. As demais áreas temáticas juntas oferecem 21% do total de de cursos ministrados.

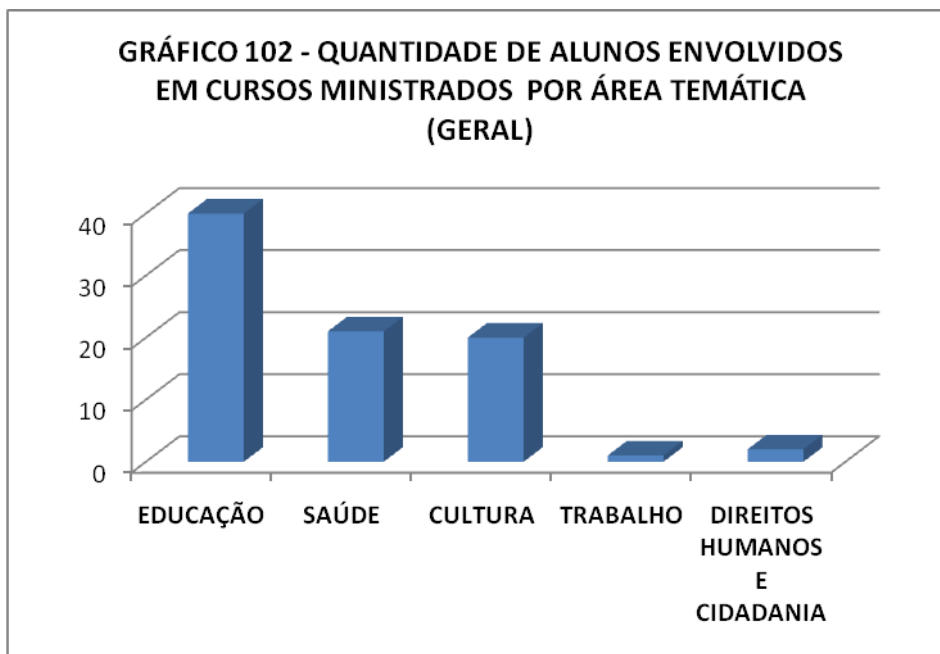


Fonte: Autor

Os cursos extensionistas ofertados pelas IES contaram com a participação ativa de 90 alunos, e apesar dos cursos extensionistas terem abrangido seis áreas temáticas, os cursos ministrados na área Tecnologia de Produção não contou com alunos extensionistas em sua execução, conforme Gráfico 102.

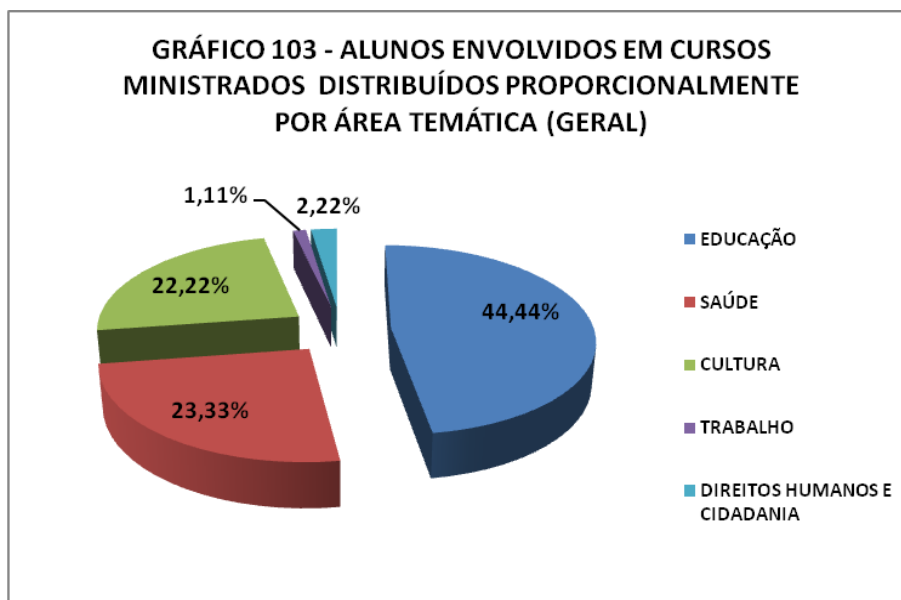
Os Cursos ofertados e executados na área temática Educação contaram com a maior participação, em termos absolutos, com 40 discentes. As áreas temáticas Saúde e Cultura contaram com a participação ativa de 21 e 20 alunos, respectivamente.

Houveram a participação de dois alunos na execução de cursos ministrados na área temática Direitos Humanos e Cidadania. E os cursos ofertados na área temática Trabalho contaram com a participação de um discente no seu desenvolvimento.



Fonte: Autor

No Gráfico 103 observa-se que os cursos ministrados na área temática Educação contaram com a participação de 44,44% do total de alunos. Cursos ministrados na área temática Saúde contaram com 23,33% dos alunos executores. Os demais cursos ministrados contaram com a participação de 25,55% do total de discentes.



Fonte: Autor

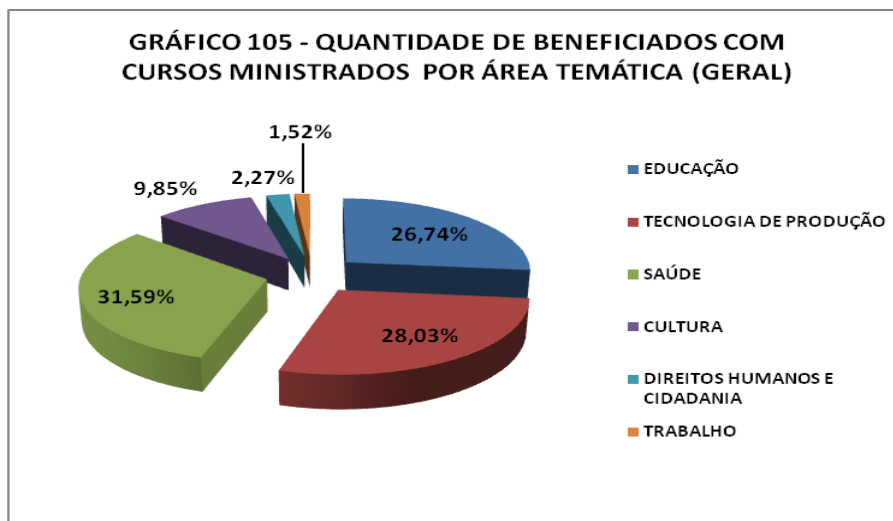
Registrou-se 1.320 pessoas capacitadas com os cursos ministrados, Gráfico 104. A área temática Saúde capacitou 417 pessoas, enquanto 370 pessoas foram beneficiadas com cursos de extensão na área temática Tecnologia de Produção.

A terceira maior quantidade de pessoas capacitadas com os cursos ministrados foram na área de Educação, com 353 beneficiados. Finalizando têm-se 130 pessoas beneficiadas com cursos na área de Cultura, 30 pessoas beneficiadas na área temática Direitos Humanos e Cidadania, e 20 pessoas beneficiadas com cursos ministrados na área Trabalho.



Fonte: Autor

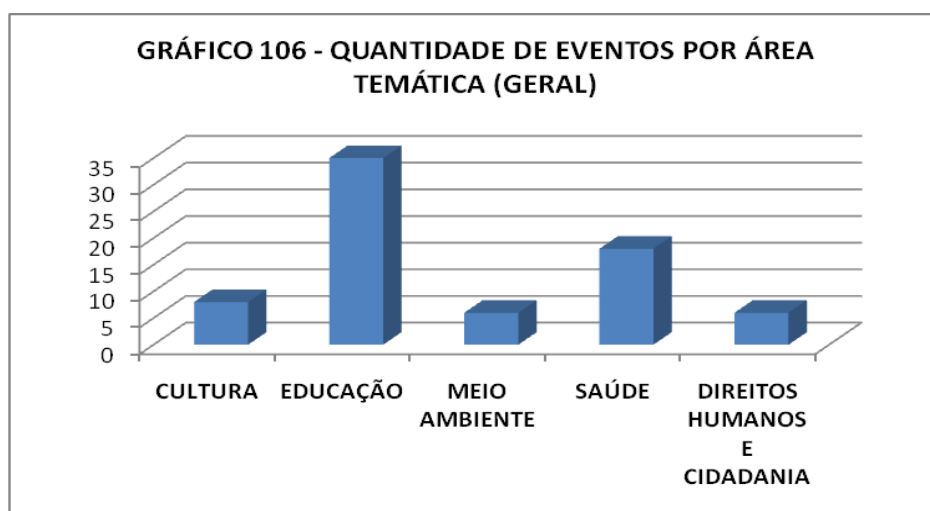
O Gráfico 105 apresenta a distribuição percentual dos beneficiados pelos cursos levando-se em consideração as seis áreas temáticas. Observa-se que existe uma distribuição quase equitativa entre três áreas temáticas no total de capacitados, onde cursos na área temática Saúde capacitaram 31,59% do público atendido, cursos na áreas Tecnologia de Produção capacitaram 28,03% do público atendido, e cursos na área temática Educação capacitaram 26,74% do público atendido. Os cursos ministrados na demais áreas capacitaram 13,64% do público total atendido.



Fonte: Autor

5.10.4 Eventos

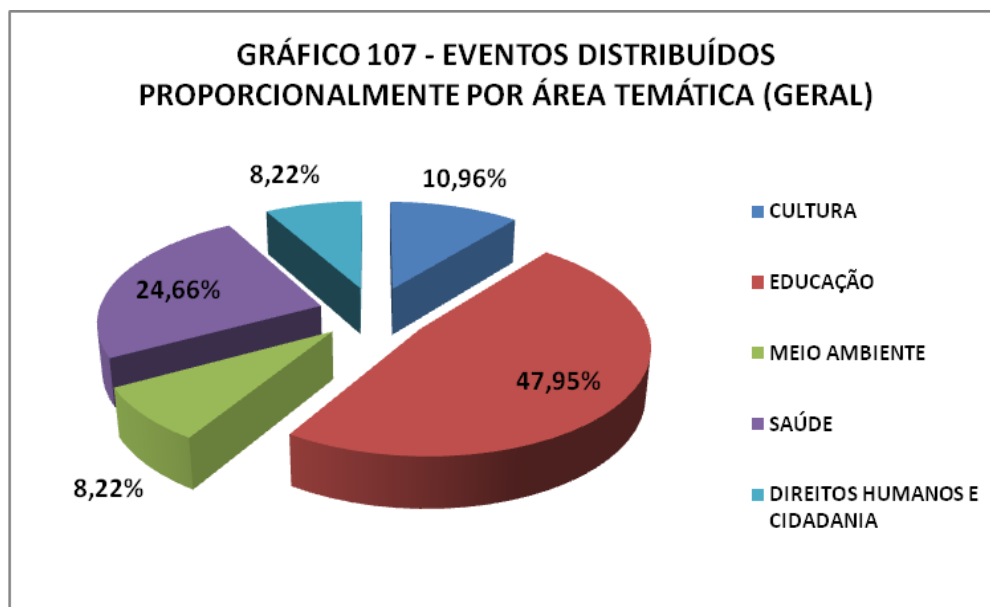
Pelos dados oferecidos pelas IES's foram realizados 73 eventos extensionistas, Gráfico 106, contemplando cinco das oito áreas temáticas existentes. Houve 35 eventos na área temática Educação e 18 eventos realizados na área temática Saúde. Eventos categorizados na área temática Cultura totalizaram 8 ações. E com a mesma quantidade de registros de eventos realizados, 6 cada, aparecem as áreas temáticas Direitos Humanos e Cidadania e Meio Ambiente.



Fonte: Autor

Proporcionalmente, conforme apresentado no Gráfico 107, verifica-se uma representatividade de eventos realizados na área temática Educação

com 47,95% do total de ações executadas. Vale ressaltar também, a quantidade de eventos realizados na área temática Saúde com 24,66% do total de ações. As demais áreas temáticas totalizaram 27,40% do total de ações.

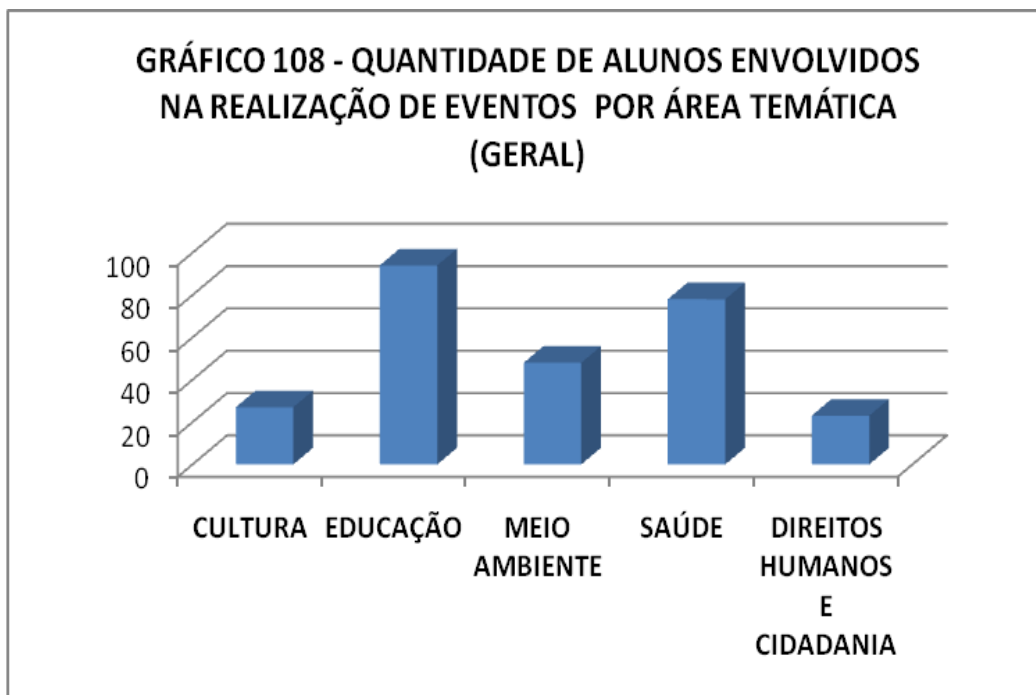


Fonte: Autor

O número de alunos que participaram efetivamente na realização de eventos extensionistas, de acordo com a pesquisa, totalizam 270 discentes, sendo que destes, 94 alunos se envolveram com eventos categorizados na área temática Educação.

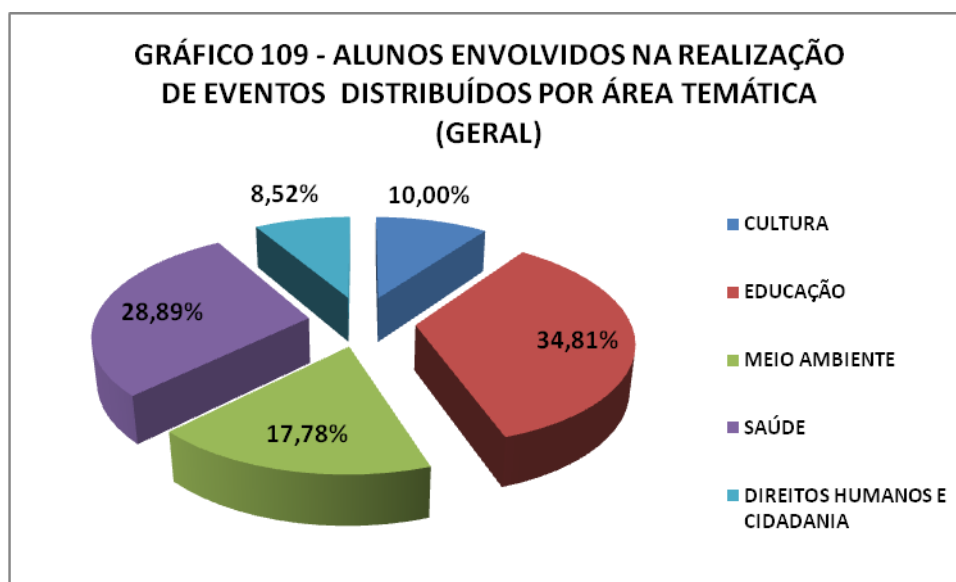
Eventos realizados na área temática Saúde contou, no ano de 2013, com a participação de 78 discentes no desenvolvimento das ações.

Finalizando, eventos extensionistas realizados na área temática Meio Ambiente contaram com a participação de 48 discentes, na área temática Cultura com a participação de 27 discentes e a área temática Direitos Humanos e Cidadania com a participação de 23 discentes. Distribuição que pode ser conferida no Gráfico 108.



Fonte: Autor

Através do Gráfico 109 pode-se observar que os eventos se concentram em duas áreas temáticas, Educação (34,81% do total de eventos realizados) e Saúde (28,89% do total de eventos realizados), contemplando 63,70% do total de eventos executados.

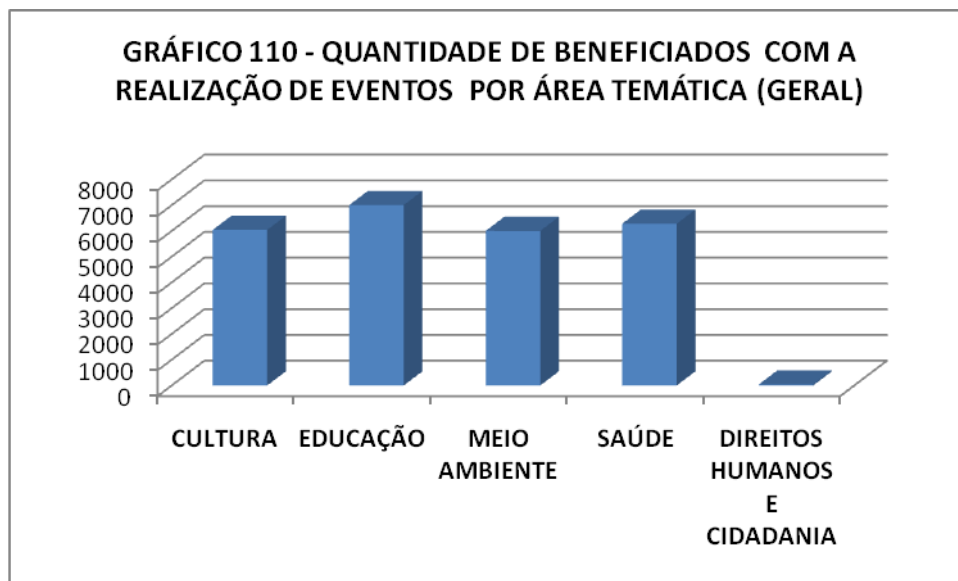


Fonte: Autor

Número de beneficiados com os eventos extensionistas totalizou 25.359 pessoas, distribuídas, conforme o Gráfico 110, quase que nas mesmas

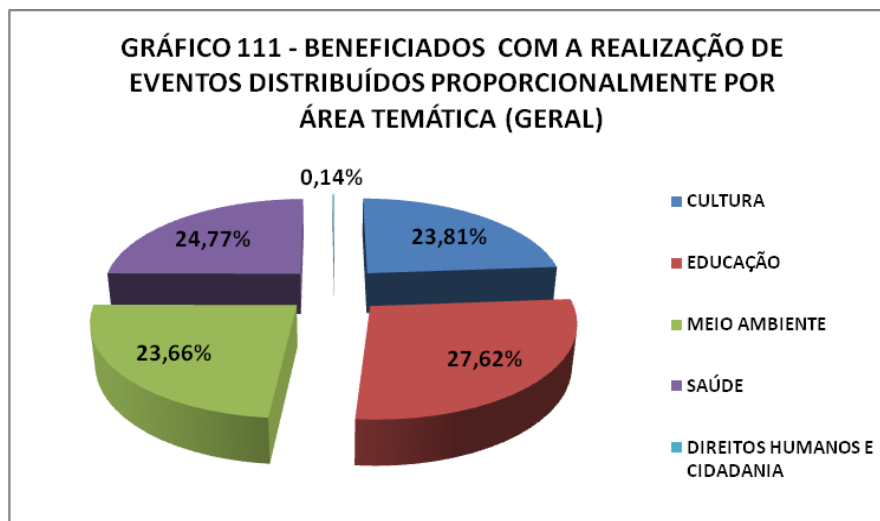
quantidades entre as áreas temáticas contempladas, com exceção da área temática Direitos Humanos e Cidadania, que beneficiou somente 36 pessoas.

Os eventos na área temática Educação beneficiaram 7.003 pessoas, na área temática Saúde beneficiaram 6.281 pessoas, na área temática Cultura beneficiaram 6.039 pessoas, e 6.000 pessoas beneficiadas com a realização de eventos na área temática Meio Ambiente.



Fonte: Autor

Observa-se que proporcionalmente, através do Gráfico 111, que as áreas temáticas Cultura, Educação, Meio Ambiente e Saúde têm representatividade aproximadamente de 25% cada do total de beneficiados com os eventos extensionistas realizados. Vale mencionar que eventos executados na área temática Direitos Humanos e Cidadania que beneficiaram somente 0,14% do total do público abrangido.

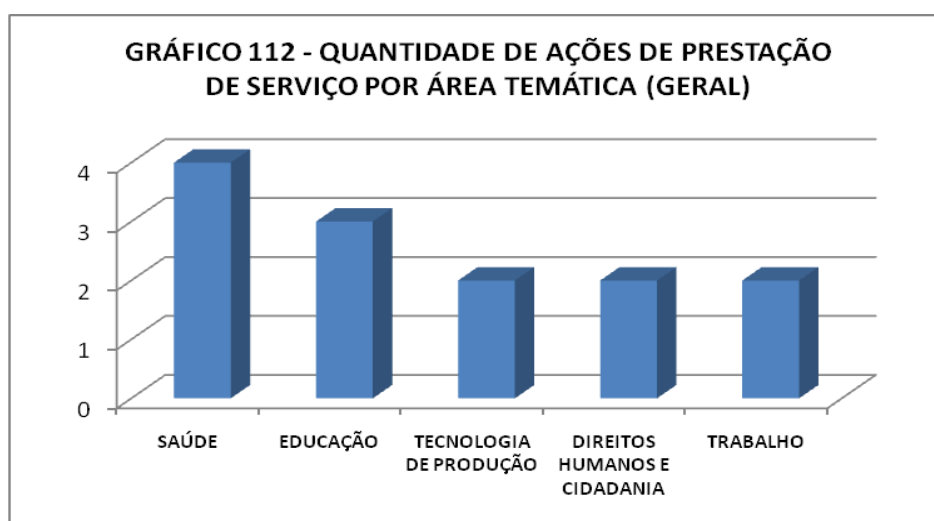


Fonte: Autor

5.10.5 Prestação de Serviços

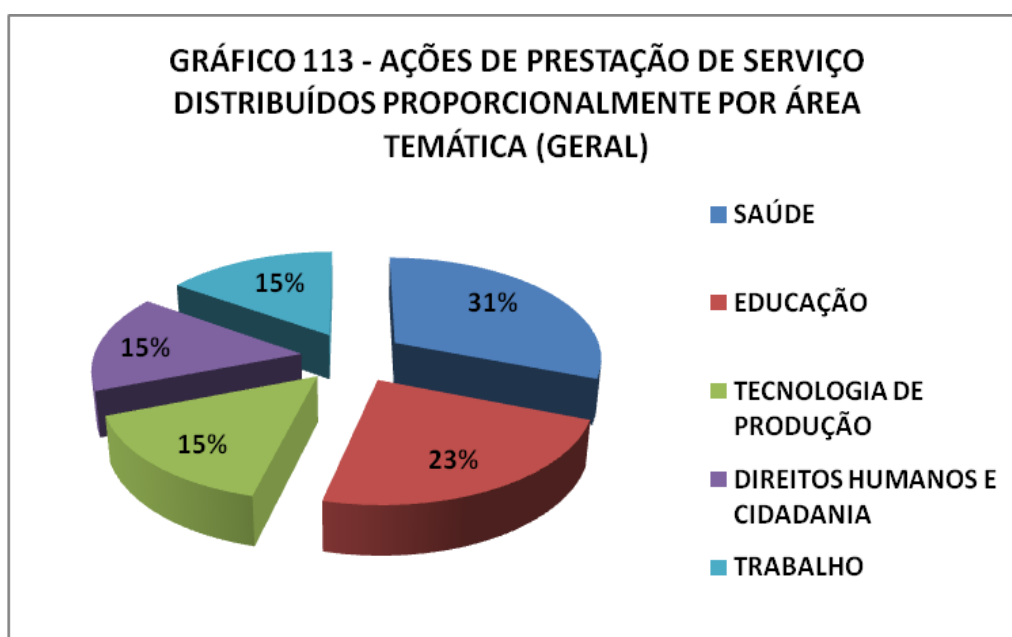
As ações extensionistas do tipo Prestação de Serviços perfazem 13, contemplando cinco áreas temáticas das oito possíveis. O número de ações de prestação de serviço na área temática Saúde são em maior quantidade, com 4 no total.

A área temática Educação foi a segunda maior beneficiada com ações de prestação de serviço com 3 ações registradas. As áreas temáticas Tecnologia de Produção, Direitos Humanos e Cidadania e Trabalho tiveram 2 ações cada, como observa-se no Gráfico 112.



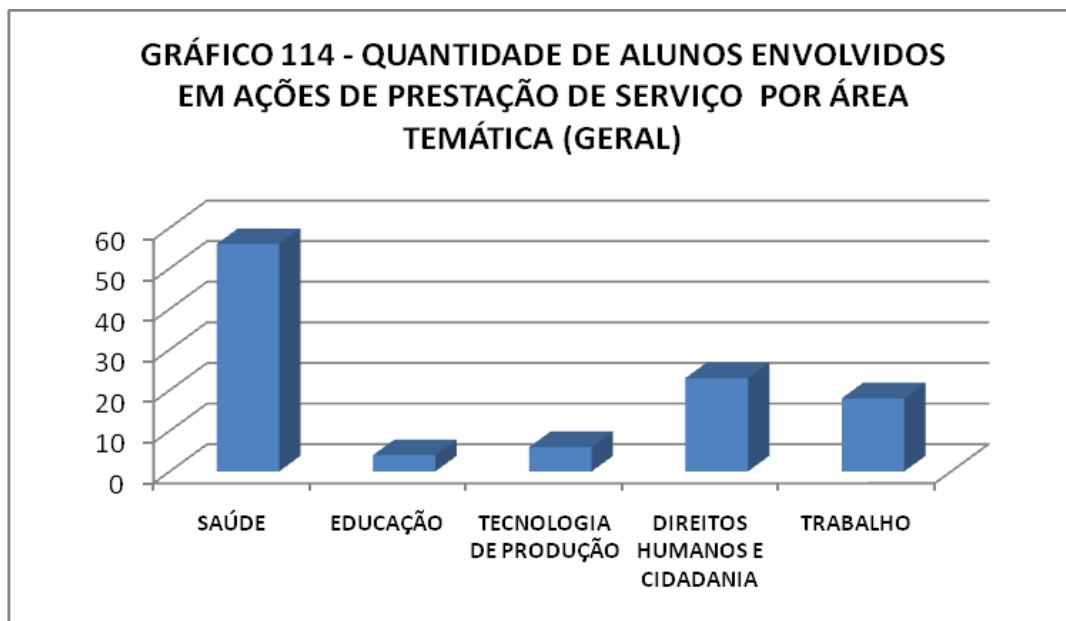
Fonte: Autor

Proporcionalmente, Gráfico 113, identifica-se a maior representatividade percentual das ações de prestação de serviço na área temática Saúde (31% do total de ações). A segunda maior representatividade verifica-se em ações de prestação de serviço na área temática Educação (23% do total de ações). As áreas temáticas Direitos Humanos e Cidadania, Tecnologia de Produção e Trabalho tiveram a mesma representatividade percentual (15% das ações realizadas cada)



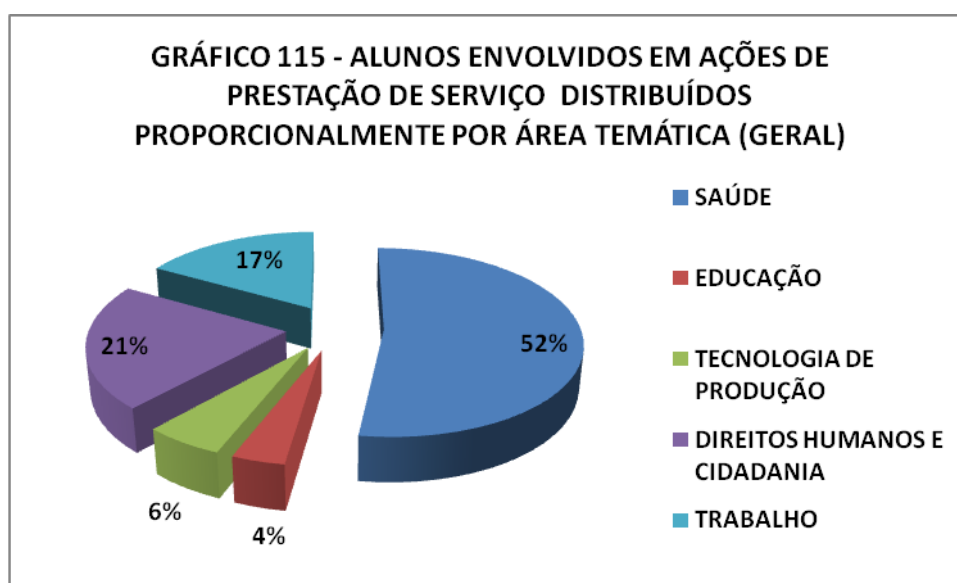
Fonte: Autor

As instituições pesquisadas contaram com a participação de 107 alunos no desenvolvimento de ações extensionistas do tipo Prestação de Serviço, onde a maior parte destes alunos, 56 no total, envolvidos em ações relacionadas à área temática Saúde, como apresentado no Gráfico 114. A segunda maior participação registrada foi na área temática Direitos Humanos e Cidadania, com 23 alunos, seguida da área Trabalho, com 18 alunos, depois Tecnologia de Produção com 6 alunos, e por fim Educação, com 2 alunos envolvidos.



Fonte: Autor

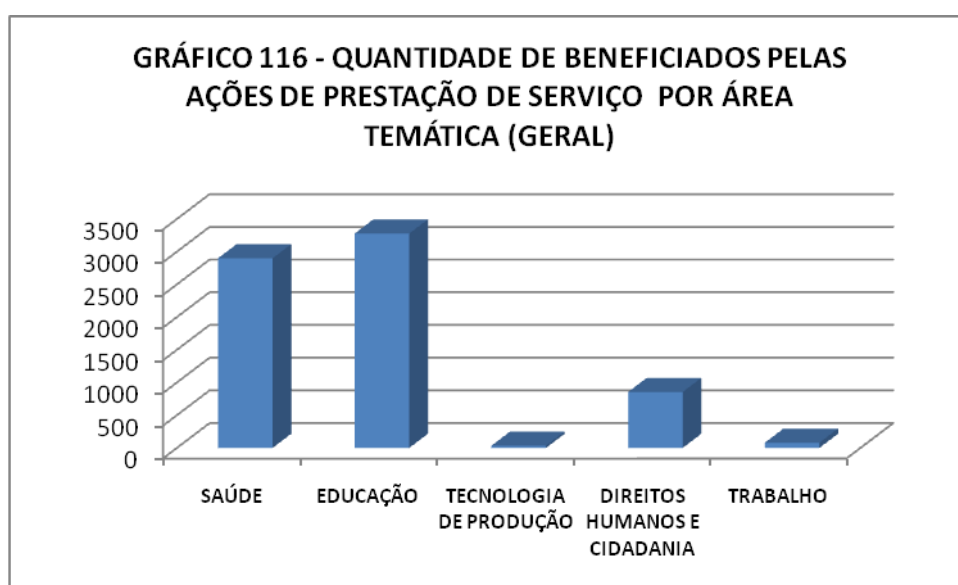
Verifica-se, Gráfico 115, que nas IES's pesquisadas existiu um maior envolvimento dos alunos de forma ativa no desenvolvimento de ações extensionistas do tipo prestação de serviços na área temática Saúde, contemplando 52% do total de discentes participativos, seguida das áreas Direitos Humanos e Cidadania e Trabalho, com 21% e 17% do total de alunos ativos, respectivamente. A área temática Tecnologia de Produção contou no desenvolvimento de ações do tipo prestação de serviço de 6% dos alunos. E por ultimo a área Educação com 4% dos discentes ativos.



Fonte: Autor

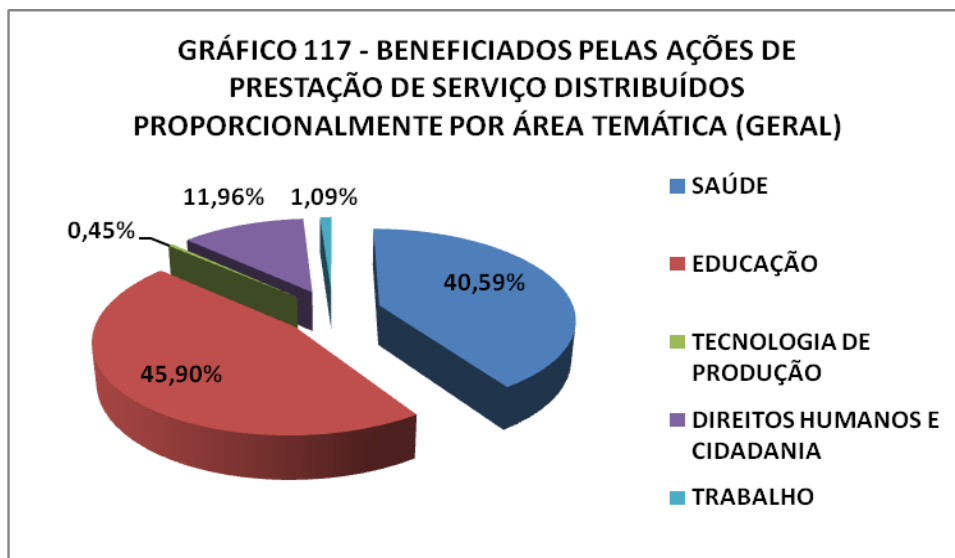
Número de beneficiados com a execução de ações extensionistas do tipo prestação de serviços beneficiaram 7.139 pessoas distribuídas nas áreas temáticas supracitadas. A área temática que mais beneficiou pessoas com a ações de prestação de serviço foi Educação com 3.277 pessoas.

A área tematica Saúde na ações de prestação de serviço beneficiaram 2.898 pessoas, seguida de Direitos Humanos e Cidadania com 854 pessoas beneficiadas, Trabalho com 78 pessoas beneficiadas e Tecnologia de Produção com 32 pessoas beneficiadas.



Fonte: Autor

Através do Gráfico 117, verifica-se que do total de ações de prestação de serviços na área Meio Ambiente beneficiaram 45,90% do público total. Também aparecem, com uma representatividade considerável, projetos desenvolvidos na área Saúde, que abrangeram 40,59% do publico total beneficiado. Seguem-se na mesma linha de raciocínio Direitos Humanos e Cidadania (11,96% de beneficiados), Trabalho (1,09% de beneficiados) e Tecnologia de Produção (0,45% de beneficiados).,

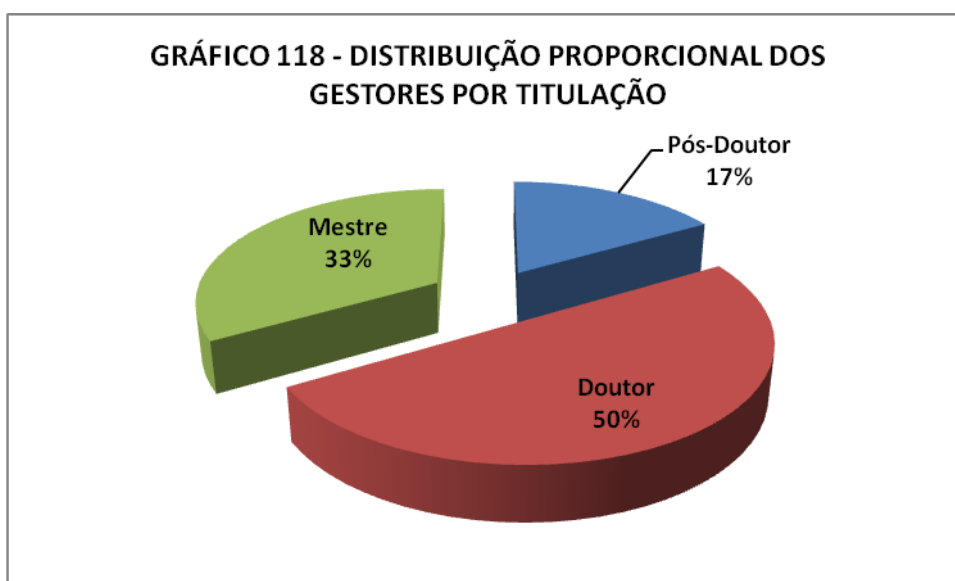


Fonte: Autor

5.11 Gestão das Ações extensionistas nas IES's pesquisadas

Devidos aos motivos expostos no início deste capítulo, dos vinte e seis gestores configurados como universo para esta pesquisa, só houve acesso a seis deles.

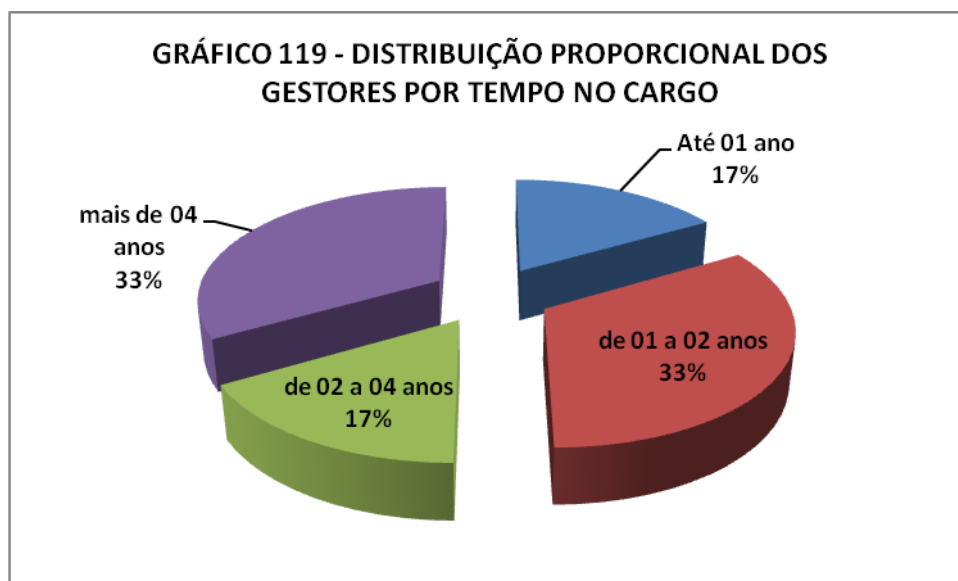
A aplicação do instrumento de pesquisa averiguou que no quesito formação, conforme demonstrado no Gráfico 117, a maioria dos entrevistados 50% possuem titulação Doutor. 33% dos entrevistados possuem titulação de mestre, e por fim 17% são Pós-Doutores.



Fonte: Autor

Porém, apesar de todos os entrevistados possuírem titulação que lhes conferem alto grau de formação, 100% deles não possuem formação acadêmica de algum tipo de vinculada a Gestão do Ensino, nem sobre extensão universitária, mas todos responderam que a experiência prática lhe conferiram fundamentação para a tomada de decisão.

Quando perguntados sobre o tempo de gestão de ações extensionistas, Gráfico 119, 33% dos entrevistados responderam que tem mais de quatro anos no cargo de gestão, em um caso específico com mais de 15 anos de gestão. O segundo tempo de gestão mais mencionado foi de 1 a 2 anos de gestão, com 33% dos entrevistados. Já 17% dos entrevistados afirmaram que possuem de 02 a 4 anos de gestão. E finalizando, 17% dos entrevistados afirmaram ter menos de um ano na gestão.



Fonte: Autor

Pode-se averiguar que mais de 50% dos entrevistados possuem *know how* no que concerne a eficácia das decisões tomadas pelos mesmos quando se trata de procedimentos relacionados a extensão desenvolvidas em suas respectivas IES's.

Quando perguntados sobre a existência de alunos extensionistas, 100% dos entrevistados afirmaram que existem alunos ativos no

desenvolvimento das ações extensionistas desenvolvidas pelas IES's, mas que nem todas as ações possuem participação efetiva dos alunos.

Quando questionados se a Extensão desenvolvida por suas IES's envolvia todo corpo discente em sua realização, 67% dos entrevistados respondeu que não, enquanto 33% dos entrevistados responderam que sim. Conforme apresenta o Gráfico120.

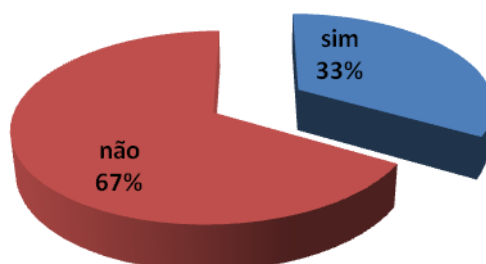


Fonte: Autor

Já quando questionados se a Extensão desenvolvida pela IES envolvia todo corpo docente em sua realização, 100% dos entrevistados responderam que sim.

Para 67% dos entrevistados não existem reuniões sistemáticas com os corpos discente e docente da instituição para o desenvolvimento das ações de extensão. Enquanto 33% afirmaram que tais reuniões são realizadas em suas IES's. Como se observa no Gráfico121.

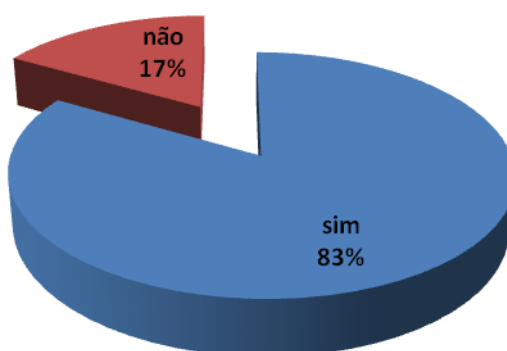
GRÁFICO 121 - REALIZAÇÃO POR PARTE DOS GESTORES DE REUNIÕES SISTEMÁTICAS COM PROFESSORES E ALUNOS NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE EXTENSÃO (DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL)



Fonte: Autor

Quando questionados sobre a participação em fóruns específicos sobre Extensão, Gráfico122, 81% dos entrevistados responderam que participam sempre que possível de fóruns ou equiparadas que tratam sobre a extensão, enquanto 17% responderam que não participam.

GRÁFICO 122 - PARTICIPAÇÃO DA IES EM FÓRUNS ESPECÍFICOS SOBRE EXTENSÃO



Fonte: Autor

Demonstrando assim uma forte participação neste tipo de evento, o que leva a crer que estão abertos a novos conceitos e ações a serem desenvolvidas por outras IES.

6 CONCLUSÕES

Este trabalho delimitou quatro objetivos específicos para o desenvolvimento do trabalho, onde o primeiro destes objetivos específicos foi definir e descrever as características do ensino superior brasileiro, bem como da extensão, suas diretrizes, políticas e ações.

Conclui-se que é um dos objetivos fundamentais de toda IES dialogar com a sociedade tentando responder suas demandas e expectativas, reconhecer à sociedade, em sua diversidade, tanto como sujeito de direitos e deveres, quanto como portadora de valores e culturas tão legítimos quanto aqueles derivados do saber erudito.

Assim, é dever da Extensão construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido a IES e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais, caracterizando assim, como fundamento básico de uma ação extensionista a existência de interação dialógica.

À extensão, cabe i) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; ii) a interação dialógica com a sociedade; iii) a inter e a transdisciplinaridade como princípios organizadores das ações de extensão; iv) a busca do maior impacto e da maior eficácia social das ações; v) a afirmação dos compromissos éticos e sociais da universidade.

Os objetivos específicos: identificar o conhecimento dos gestores sobre as bases conceituais para programas de extensão; e identificar, a partir das características percebidas, os construtos e as questões para avaliação na percepção dos gestores, pode-se ver na análise levantada através do instrumento de pesquisa, onde se verificou a importância da Extensão dentro de cada IES's e como cada gestor se identifica com a proposta conceitual do que deve ser a Extensão, fato visível nas conversas de cunho informal, onde cada gestor se mostrou sensibilizado com a realidade social da cidade e a importância que a IES deve ter como agente transformador desta realidade.

As IES's também se mostram sensíveis ao contexto da comunidade em que estão inseridas, não poupando esforços na elaboração de formas de identificar as necessidades da população da cidade, buscando constantemente

aprender com a comunidade e assim poder ajudá-la com a transferência do seu saber de forma prática.

Já o último objetivo específico foi esboçar o panorama geral da extensão na cidade, dimensionando seu alcance junto a sociedade.

A relação Ensino, Pesquisa e Extensão que conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional de Extensão servem para conferir qualidade ao ensino de uma IES, não existe em todas as instituições existentes na cidade, já que algumas não desenvolvem a Extensão, fato observado em visitas a sites institucionais e confirmado quando no momento do primeiro contato telefônico, onde algumas informaram não existir setores formalizados para tal atividade.

Sabe-se que algumas categorias de IES's não são obrigadas por lei a desenvolver ações extensionistas, porém deve-se levar em consideração a existência desta relação como imprescindível para a formação do discente.

Nas instituições pesquisadas, apenas 2,43% dos alunos matriculados participam de forma efetiva no desenvolvimento de ações extensionistas, isto é, a extensão desenvolvida pelas IES's pesquisadas não possuem a participação efetiva de todo corpo discente, o que se leva a perguntar sobre a qualidade do ensino ofertado pelas mesmas, já que a teoria preconiza o desenvolvimento de ações extensionistas para que o discente desenvolva senso crítico e formação cidadã, essencial para a formação.

No entanto, neste cenário, a gestão se mostra qualificada nas IES pesquisadas, os gestores, possuem formação adequada, com titulação igual ou superior a mestrado, e procuram de forma eficiente lidar com as questões de operacionalização de procedimentos relativos às ações extensionistas.

Os mesmos identificam, em sua maioria, que não é possível, na conjuntura atual, a mobilização de todos os alunos, de forma que os mesmos participem de forma ativa no desenvolvimento de atividades de extensão, otimizando assim sua formação.

Já quando questionados quanto à participação do corpo docente na elaboração das ações extensionistas, os gestores, em unanimidade, informaram que todo o corpo docente participa na elaboração de atividades de

extensão. Porém, quando questionados sobre a realização de reuniões de planejamento, a maioria dos gestores disse não existir tais reuniões com os corpos discente e docente. Tais informações mostram que, a gestão está com a perspectiva do direcionamento administrativo dos procedimentos, e a elaboração dos procedimentos pedagógicos ficam sob a responsabilidade dos docentes.

Mais de 80% dos gestores informaram que participam de fóruns ou equivalentes relacionados à Extensão, indicando que existe interesse por parte dos mesmos e da própria IES, na atualização e compartilhamento de informações sobre os procedimentos administrativos, metodológicos e pedagógicos.

Mas mesmo com este contexto, pelos dados levantados, observa-se que a participação das IES na cidade se dá de forma presente. O público beneficiado com as ações extensionistas no ano de 2013 foi de 869.475 pessoas, ao analisar esse atendimento em relação à população residente na cidade de Fortaleza, observa-se que 34,07% da população da cidade tiveram acesso a algum tipo de atendimento oriundo de ações extensionistas.

A área temática que atingiu a maior parte da população foi a Saúde, com 355.798 pessoas beneficiadas, isto é, esta área temática atingiu no ano de 2013 cerca de 13,94% da população da cidade. Também é a área mais procurada pelos discentes, com participação efetiva de 1.954 alunos no desenvolvimento das ações, isso significa 42,43% de todos os alunos participantes de atividades extensionistas.

Vale ressaltar que ações extensionistas categorizadas na área temática Educação, também tiveram uma abrangência substancial, com 319.446 pessoas beneficiadas, ou 12,52% da população da cidade, tendo a participação de 720 alunos de forma efetiva ou 15,64% do total de discentes envolvidos em ações extensionistas, valores bem abaixo dos que os observados para os mesmos indicadores da área temática Saúde e atingiu quase a mesma proporção da população.

Já a área Tecnologia de Produção foi à área temática que menos beneficiou a população com apenas 8.351 pessoas beneficiadas, isto é, aproximadamente 0,33% da população residente em Fortaleza.

A ação extensionista que mais beneficiou a população no ano de 2013 foram os Projetos, responsáveis por 690.254 atendimentos, 27,05% da população da cidade. Já a ação que menos beneficiou pessoas na cidade foi Cursos de Extensão, com 1.320 pessoas beneficiadas, ou aproximadamente 0,05% da população.

Pode-se concluir que as IES's da cidade não atendem o modelo estipulado pela LDB e pelo Plano Nacional de Extensão, isto é, no ano de 2013 as IES's não desenvolveram a extensão de forma que a mesma mobilize todo o corpo discente.

Mas apesar desta constatação, verifica-se a importância da Extensão dentro de cada IES's e como cada gestor se identifica com a proposta conceitual do que deve ser a Extensão, fato visível nas conversas de cunho informal, onde cada gestor se mostrou sensibilizado com a realidade social da cidade e a importância que a IES deve ter como agente transformador desta realidade.

As IES's também se mostram sensíveis ao contexto da comunidade em que estão inseridas, não poupando esforços na elaboração de formas de identificar as necessidades da população da cidade, buscando constantemente aprender com a comunidade e assim poder ajudá-la com a transferência do seu saber de forma prática.

Este estudo se propôs a mostrar se as IES's, na cidade de Fortaleza, atendem oferecem ensino de qualidade com base nas diretrizes da LDB e do Plano Nacional de Extensão, com a execução do eixo Ensino-Pesquisa-Extensão na formação de todo corpo discente, com foco nas atividades de extensão, o que ficou comprovado que não, porém pode-se indagar para estudos futuros os motivos que levam a dificultar a popularização do desenvolvimento de ações de extensão pelo corpo discente.

Pode-se afirmar que dentre o problema que instigou este trabalho, bem como no objetivo geral, verifica-se que os gestores têm arcabouço teórico

sobre o que seja extensão, porém, as IES não conseguem disseminar entre o restante da comunidade estes conceitos.

Verificou-se ainda que as mesmas têm problemas para consolidar os dados das ações desenvolvidas pelas mesmas, acarretando um mal dimensionamento das ações desenvolvidas por cada uma na cidade.

Ausência de um sistema padronizado que condense as informações geradas por cada uma.

E de modo geral uma parcela proporcionalmente das IES da cidade se adequam a o modelo a ser seguido pelo Plano Nacional de Extensão proposto no novo Plano Nacional de Educação, onde tal problema poderia ser sanado com a criação de um sistema que avaliasse tais ações.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 9ª edição, São Paulo, Atlas, 2009.

BARREYRO, G.B. ROTHEN, J.C. **A Definição dos Padrões de Qualidade na Avaliação da Educação Superior: Agências e Comissões de Especialistas**. XXII SIMPÓSIO BRASILEIRO – V CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO – I COLÓQUIO IBERO-AMERICANO: DE POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Anais. Rio de Janeiro. ANPAE. 2007.

BARTNIK, F.M.P. **Ação Extensionista em Universidades Católicas e Comunitárias e sua Avaliação**. Dissertação de Mestrado. Campinas: PUC-Campinas, 2009.

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Editora Vozes. 2001.

BUARQUE, C. **A universidade numa encruzilhada**. Trabalho apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior, UNESCO, Paris, junho de 2003.

CALDERÓN, A.I. **Educação Superior: Construindo a Extensão Universitária nas IES Particulares**. Xamã. São Paulo. 2007.

CERQUEIRA, S. A. R.; COLOSSI, N. **Estudo da função extensionista e assistencial do hospital universitário da Universidade Federal de Santa Catarina**. Administração universitária: estudos brasileiros. 1 ed. Florianópolis: Insular, 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação Superior no Brasil: 10 Anos Pós-LDB**, Brasília, Distrito Federal, INEP, 2008.

DEPIERI, A. **Universidade e movimentos populares: diálogo urgente e necessário**. Cultura e extensão universitária: a democratização do conhecimento. São João Del-Rei: Malta, 2010.

DIASA SOBRINHO, J. **Avaliação Democrática para uma Universidade Cidadã**. Florianópolis. Insular. 2002.

ELPO, M.E.H.C. **Avaliação da Extensão Universitária proposta pelo SINAES**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte. 2004.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa** / Uwe Flick; Tradução de Sandra Nertz. 2.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2004.

FIREMAN, A. L. **Ensino, Pesquisa e Extensão**. <http://www.mundoemmovimentos.com/2011/11/ensino-pesquisa-e-extensao.html>. Acesso em: 22 de out. 2011.

FRANCO, H. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

FREITAS, L.C. **Ciclos, Seriação e Avaliação: Confrontos de Lógica**. São Paulo, Moderna, 2003.

GONSALVES, E. P. **Escola e Trabalhador: Revisitando o Tema da Ascensão Social pela Educação Escolar**. João Pessoa. Editora Universitária - UFPB, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição, São Paulo, Atlas, 2002.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Ensino Superior no Brasil – A Estrutura de Poder na Universidade em Questão**, São Paulo, São Paulo, Ed. Vozes, 1981.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária – Comunicação ou Domesticação?** São Paulo, Cortez, Autores Associados, UFCE, 1986.

HOBBSAWM, E. J. **Tempos Interessantes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HÖLFLING, E. de M. **Estado e Políticas Públicas Sociais**. Caderno CEDES. Ano 21. nº 55. Novembro, 2001.

LAKATOS, Eva M. & MARCONI, Marina A. **Metodologia do Trabalho Científico**. , 7ª edição, São Paulo, Atlas, 2008.

MELO NETO, J. F. **Extensão Universitária é Trabalho**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 2001.

MINAYO MC. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco; 2007.

MINOGUE, K. R. **O conceito de universidade**. Trad. Jorge Eira Garcia Vieira. Brasília: Editora UnB, 1981.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CULTURA – MEC. Lei N o 10.861, de 14 de abril de 2004. Brasília.

_____. SINAES. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sesu>
Acesso em: 22 de out. 2011.

_____. Plano Nacional de Extensão 1999-2001. Brasília.
<http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 22 de out. 2011.

_____. Plano Nacional de Extensão 2011-2020. Brasília.
<http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 22 de out. 2011.

_____. LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 22 de out. 2011.

MINTO, C.A. **Educação especial: da LDB ao Planos Nacionais de Educação – do MEC e Proposta da Sociedade Brasileira**. In: Revista Brasileira de Educação Especial. Marília: ABPEE, v. 6, n. 1, 2005, p. 1-26

MIRRA, E.. **A Ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2005.

PAULA, J. A. **A extensão universitária: história, conceito e propostas**. Interfaces - Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

POUPART, Jean M. **Entrevista de tipo qualitativa: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas** in POUPART, Jean *et al.* **A Pesquisa Qualitativa – Enfoques Epistemológicos e Metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 2. Ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010. – Coleção Sociologia.

POERNER, A. **O poder jovem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

RODRIGUES, A.R. **A Extensão Universitária: Indicadores de Qualidade para Avaliação de sua Prática – Estudo de Caso em um Centro Universitário Privado**. 2º CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Anais. UFMG. Belo Horizonte. 2004.

ROMERO, F.N. **Fóruns Nacionais dos Pró-Reitores de Extensão das IESP e das IES Comunitárias na Elaboração de Políticas de Extensão no Brasil**. 2º CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. UFMG. Anais. Belo Horizonte. 2004.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Ana Luiza Lima. **A História da Extensão Universitária**, Campinas, São Paulo, Ed. Alínea, 2000.

SOUZA, Paulo Nathanael P.. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro**, São Paulo, São Paulo, Ed. Pioneira, 1991.

SILVA, E. W. **As Funções Sociais da Universidade. O Papel da Extensão e as Questões Comunitárias**. Ijuí, Ed. Ijuí, 2002.

SOARES, V. L. A. **O papel social das IES: contribuição do ensino superior particular.** Revista do Centro de Estudos Sociais Aplicados, Belém, n. 6, out. 2003.

STALLIVIERI, L. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras.** Caxias do Sul: Educs. 2004

TAVARES, Maria das Graças M.. **Extensão Universitária – Novo Paradigma de Universidade,** Maceió, Alagoas, EDUFAL, 1997.

WANDERLEY, L. E. **Movimentos Sociais Populares: Aspectos Econômicos, Sociais e Políticos.** Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v.3, n. 25, 1980.

WORTHEN, R.B.; SANDRES, J.R.; FITZPATRICK, J.L. **Avaliação de Programas: Concepções e Práticas.** São Paulo. Gente. 2004.

APÊNDICE 01

1. Formação profissional (Nível, Curso, Área)

- Titulação

() Pós-Doutor () Doutor () Mestre () Especialista () Graduado

- Descrição da área de formação por titulação:

Pós-Doutorado: _____

Doutorado: _____

Mestrado: _____

Especialização: _____

Graduação: _____

2. Informações sobre o cargo:

- Quando assumiu?

() Até 1 ano

() de 1 a 2 anos

() de 2 a 4 anos

() mais de 4 anos

- Principais atribuições:

- Principais dificuldades

- Principais realizações

3. Questões sobre a Instituição

- Classificação

1. Universidade	()	4. Centro Universitário	()
2. Faculdade	()	5. Faculdade Integrada	()
3. Institutos de Educação Superior	()	6. Centros de Educação Tecnológica	()

- Qual a missão?

- Quantos alunos estavam regularmente matriculados na IES em 2013?

- Existem reuniões sistemáticas de planejamento objetivando a interdisciplinaridade na Instituição?

() Sim () Não

- Qual a concepção de inclusão que orienta as ações extensionistas?

- Como se organiza estruturalmente a extensão em sua Instituição?

4. Questões sobre a extensão

- Existem alunos extensionistas?

Sim Não

- Os alunos envolvidos nas ações de extensão são agentes passivos ou ativos destas ações?

Ativos Passivos

- As ações de extensão existentes na Instituição envolvem todo o corpo discente?

Sim Não

- As ações de extensão existentes na Instituição envolvem todo o corpo docente?

Sim Não

- Como é a composição de sua equipe de trabalho?

- Quais as formas de avaliar as ações extensionistas em sua IES?

- Existem reuniões sistemáticas, envolvendo professores e alunos nas ações de extensão?

() Sim () Não

PROGRAMAS

- Houve programas executados no ano de 2013?

() Sim () Não

- Em caso positivo, qual a quantidade de programas desenvolvidos por área temática no ano de 2013?

Saúde		Educação	
Trabalho		Meio Ambiente	
Comunicação		Cultura	
Direitos Humanos e Cidadania		Tecnologia de Produção	

- Em caso positivo, qual o número de alunos extensionistas que participaram da estruturação e/ou execução, dos programas por área temática no ano de 2013?

Saúde		Educação	
Trabalho		Meio Ambiente	
Comunicação		Cultura	
Direitos Humanos e Cidadania		Tecnologia de Produção	

- Em caso positivo, qual o número de pessoas beneficiadas com os programas por área temática no ano de 2013?

Saúde		Educação	
Trabalho		Meio Ambiente	
Comunicação		Cultura	
Direitos Humanos e Cidadania		Tecnologia de Produção	

PROJETOS

- Houve projetos executados no ano de 2013?

() Sim () Não

- Em caso positivo, qual a quantidade de projetos desenvolvidos por área temática no ano de 2013?

Saúde		Educação	
Trabalho		Meio Ambiente	
Comunicação		Cultura	
Direitos Humanos e Cidadania		Tecnologia de Produção	

- Em caso positivo, qual o número de alunos extensionistas que participaram da estruturação e/ou execução, dos projetos por área temática no ano de 2013?

Saúde		Educação	
Trabalho		Meio Ambiente	
Comunicação		Cultura	
Direitos Humanos e Cidadania		Tecnologia de Produção	

- Em caso positivo, qual o número de pessoas beneficiadas com os projetos por área temática no ano de 2013?

Saúde		Educação	
Trabalho		Meio Ambiente	
Comunicação		Cultura	
Direitos Humanos e Cidadania		Tecnologia de Produção	

CURSOS

- Houve cursos executados no ano de 2013?

() Sim () Não

- Em caso positivo, qual a quantidade de cursos desenvolvidos por área temática no ano de 2013?

Saúde		Educação	
Trabalho		Meio Ambiente	
Comunicação		Cultura	
Direitos Humanos e Cidadania		Tecnologia de Produção	

- Em caso positivo, qual o número de alunos extensionistas que participaram da estruturação e/ou execução dos cursos por área temática no ano de 2013?

Saúde		Educação	
Trabalho		Meio Ambiente	
Comunicação		Cultura	
Direitos Humanos e Cidadania		Tecnologia de Produção	

- Em caso positivo, qual o número de pessoas beneficiadas com os cursos por área temática no ano de 2013?

Saúde		Educação	
Trabalho		Meio Ambiente	
Comunicação		Cultura	
Direitos Humanos e Cidadania		Tecnologia de Produção	

EVENTOS

- Houve eventos executados no ano de 2013?

() Sim () Não

- Em caso positivo, qual a quantidade de eventos desenvolvidos por área temática no ano de 2013?

Saúde		Educação	
-------	--	----------	--

Trabalho		Meio Ambiente	
Comunicação		Cultura	
Direitos Humanos e Cidadania		Tecnologia de Produção	

- Em caso positivo, qual o número de alunos extensionistas que participaram da estruturação e/ou execução dos eventos por área temática no ano de 2013?

Saúde		Educação	
Trabalho		Meio Ambiente	
Comunicação		Cultura	
Direitos Humanos e Cidadania		Tecnologia de Produção	

- Em caso positivo, qual o número de pessoas beneficiadas com os eventos por área temática no ano de 2013?

Saúde		Educação	
Trabalho		Meio Ambiente	
Comunicação		Cultura	
Direitos Humanos e Cidadania		Tecnologia de Produção	

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- Houve ações de Prestação de Serviço executadas no ano de 2013?

() Sim () Não

- Em caso positivo, qual a quantidade destas ações desenvolvidas por área temática no ano de 2013?

Saúde		Educação	
Trabalho		Meio Ambiente	
Comunicação		Cultura	
Direitos Humanos		Tecnologia de	

e Cidadania		Produção	
-------------	--	----------	--

- Em caso positivo, qual o número de alunos extensionistas que participaram da estruturação e/ou execução destas ações por área temática no ano de 2013?

Saúde		Educação	
Trabalho		Meio Ambiente	
Comunicação		Cultura	
Direitos Humanos e Cidadania		Tecnologia de Produção	

- Em caso positivo, qual o número de pessoas beneficiadas com estas ações por área temática no ano de 2013?

Saúde		Educação	
Trabalho		Meio Ambiente	
Comunicação		Cultura	
Direitos Humanos e Cidadania		Tecnologia de Produção	

6. A Instituição participa de Fóruns específicos da extensão?

() Sim () Não

7. Do seu ponto de vista, quais as principais contribuições que a extensão oferece para a formação profissional do discente?

8. Do seu ponto de vista, quais as principais contribuições que a extensão oferece para a formação pessoal do discente?

9. Do seu ponto de vista, quais as principais contribuições que a extensão oferece para o ingresso no mercado de trabalho do discente?
